



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAROLINA MARIA ABREU MACIEL

UNIR FÉ E VIDA: FORMAÇÃO POLÍTICA À LUZ DO EVANGELHO PARA A
JUVENTUDE DO MEIO POPULAR (1980 – 1990)

FORTALEZA

2024



CAROLINA MARIA ABREU MACIEL

UNIR FÉ E VIDA: FORMAÇÃO POLÍTICA À LUZ DO EVANGELHO PARA A
JUVENTUDE DO MEIO POPULAR (1980 – 1990)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Meize Regina de Lucena Lucas.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M138u Maciel, Carolina Maria Abreu.
Unir fé e vida : : a formação política da Pastoral da Juventude do Meio Popular (1981-1992) / Carolina Maria Abreu Maciel. – 2024.
285 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas.
- I. Pastoral da Juventude do Meio Popular. 2. Igreja Católica. 3. Formação Política. 4. Fé e Vida. I. Título.
CDD 900
-

CAROLINA MARIA ABREU MACIEL

UNIR FÉ E VIDA: FORMAÇÃO POLÍTICA À LUZ DO EVANGELHO PARA A
JUVENTUDE DO MEIO POPULAR (1980 – 1990)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 22/03/2024.

BANCA EXAMINADORA

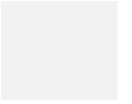
Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Paulo César Gomes Bezerra
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Samuel Carneiro Mauepeu
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Esta tese é inteiramente dedicada ao meu amado pai, Vicente Antonio Garcia Maciel (In memoriam), que amei nesta vida e continuarei amando na eternidade.

AGRADECIMENTOS

Quero começar esses agradecimentos lembrando das mais de 700 mil vidas que perdemos no Brasil para o coronavírus e para o desgoverno de Bolsonaro e sua trupe incompetente. Esta tese é uma homenagem a todos e todas que partiram e uma tentativa de acalento aos que ficaram. Uma das vítimas da Covid-19 foi meu amado pai, que em abril de 2020, não conseguiu vencer o vírus. Este trabalho também é um agradecimento aos profissionais da saúde que lutaram bravamente para salvar vidas. Viva o SUS! Viva à Ciência!

Quero continuar falando do meu pai, pois ele sempre esteve ao meu lado e me apoiou em todas as decisões que tomei na vida, principalmente na acadêmica, desde a escolha do meu curso de graduação ao doutorado. Pai, não sei como conseguir continuar sem você. Mas continuei por você. Te amarei por toda a eternidade.

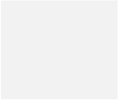
Ainda falando sobre a minha família, não posso deixar de agradecer a minha mãe Nancy e minha avó Eulália, que também não está mais conosco desde 2022, por sempre me incentivarem nos estudos e é por elas que hoje pude realizar mais um sonho, a finalização deste doutorado. Também quero agradecer ao meu irmão, Vicente Antonio, que me apoiou durante esse período de escrita e me deu o maior presente que eu poderia ter na vida, o meu Bernardo.

Às minhas amigas-irmãs Carine Albuquerque, Gabriela Costa e Luana Karine, que por mais de 18 anos estão ao meu lado, nos piores e melhores momentos da vida. Obrigada por todo apoio, amizade, companheirismo e, principalmente, pelo amor incondicional. Um agradecimento especial à Gabriela por ter trazido ao mundo meu sobrinho primogênito Kitabu Miguel.

Aos amigos e amigas do 2009.2, que são minha segunda família, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos de farra, alegria e dor. Obrigada pela amizade irrestrita e pelo apoio demonstrado ao longo de todos esses mais de dez anos de companheirismo. Em especial ao meu grupinho “Let’s go”, Karol Queiroz, Laura Braz e Natali Mendes, vocês são inspiração em todos os sentidos, amo vocês demais. Sem esquecer da minha mocinha, Sofia Braz, que cresce inteligente, linda e fã de InuYasha.

À Bárbara Rangel e a Vera Rozane (Verinha), amigas e companheiras, que me adotaram no seu grupo e hoje não sei como sobreviveria sem vocês.

Agradeço imensamente aos meus amigos Plauto Daniel e José Airton pelas discussões teóricas e não tão teóricas assim e os envios de memes, mas o que eu gostaria de agradecer de coração é a nossa amizade.



Aos meus amigos e amigas do grupo de estudos História e Documentos, particularmente a Matheus Bonfim, Karina e Bianca pelo apoio e amizade ao longo dessa caminhada acadêmica.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de aprendizado, sobretudo a Cleidiane e Lucas Assis, por todas as conversas de corredor, troca de referências e nossos momentos de descontração durante nossas pausas para o café no CH 1, com a participação especial do José Ítalo. Ao meu querido amigo Roberto Viana por todo o apoio moral e religioso nos momentos de desespero. Obrigada por todo o companheirismo ao longo deste percurso, levarei vocês comigo para sempre. Ainda sobre meus colegas de turma, não poderia esquecer de agradecer ao meu querido José Felipe, pois que este se tornou mais que um colega ou companheiro de orientação. Felipe, hoje você é como um irmão. Obrigada por tudo!

Aos professores e professoras, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, essencialmente à Ana Rita Fonteles, Kênia Rios e Francisco Régis por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

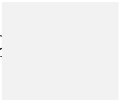
À Meize Lucas, minha orientadora, que tive o prazer de redescobrir a importância de sua presença em minha vida, não só acadêmica, mas me agraciando com sua amizade e afeto.

Abro espaço aqui para um agradecimento especial a Jailson Pereira da Silva, que fez parte de minha trajetória de vida, primeiro como orientador e depois como grande incentivador. Como ele vive dizendo: “Acho que me alegro mais com tuas conquistas do que tu mesma.” Agradeço a você, meu amigo, por isso e por tudo.

À FUNCAP, pela concessão de bolsa, incentivo que auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pelo interesse e disponibilidade.

Às minhas novas amigas, Keyla Freires, Claudiane Mariano, Aurivânia, Thaynara e Marta c
fazem da minha nova vida em Itarema mais leve e cheia de risadas.



Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus companheiros de casa André Medeiros, Ytallo Kássio e Sandro Bruno pela paciência e companheirismo. Assumir um concurso em outro município e dividir uma casa com vocês está sendo uma aventura e tanto.



Muitos dizem que o mundo não tem jeito. Mas, como concordar com isso se ainda temos tantos jovens que são capazes de sonhar com um mundo mais humano e dedicar a sua juventude à luta pela construção deste mundo. Os desencantos com o mundo não conhecem estes jovens. Os jovens que participam da PJMP são "provas" de que ainda o mundo tem jeito, que é possível ainda manter esperanças. Jovens dos meios populares que em nome da sua fé cristã assumem a causa do povo. A causa do povo que é a causa do nosso Deus, que quer Vida em abundância para todos.¹

¹ PJMP. Do meio popular um canto Jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

RESUMO

No final dos anos 1970, em meio ao processo de abertura política, movimentos de caráter popular, e contrários ao regime ditatorial, começaram a se rearticular e pensar novas formas de contestação do autoritarismo imposto com o golpe civil militar de 1964 e de luta por direitos sociais. Dentre essas movimentações, muitos jovens remanescentes das juventudes católicas da Ação Católica Brasileira, braço leigo da Igreja Católica, instituído no Brasil em 1935 e extinto pouco tempo depois do golpe, vão se reorganizar e, assim como outros movimentos sociais do período, vão refletir e desenvolver novos modos e estratégias de luta e resistência à ditadura e ao sistema capitalista. Em 1978, nasce a Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP), tendo como referência a “opção preferencial pelos pobres”. Oriunda dos debates do Concílio do Vaticano II (1962-1965), das experiências das Comunidades Eclesiais de Base, das reflexões feitas pela Teologia da Libertação e, principalmente, das próprias juventudes da ACB, a PJMP se identifica como uma pastoral jovem e popular. Pertencente às classes exploradas e promotora de uma práxis libertadora, a PJMP, propõe a construção de uma nova sociedade brasileira, partindo da união entre fé e vida. Este trabalho tem como objetivo compreender como estes jovens buscaram pensar sobre sua condição de ser e estar no mundo. Compreender como, a partir dessa identificação coletiva, como sujeitos empobrecidos, tais jovens procuraram desenvolver uma formação integral, que tivesse como diretriz uma nova perspectiva de resistência e luta para os movimentos de jovens, dentro de um corte de classe social, ligados à Igreja Católica brasileira. Utilizamos como fontes os documentos apostólicos e resoluções conciliares da Igreja Católica e subsídios produzidos pela própria PJMP como cartilhas e livretos, atas de reuniões e assembleias, gravações audiovisuais de eventos e programas, além de relatos orais. Também analisamos relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI) que traziam informações sobre a atuação da pastoral em conjunto com os movimentos contrários ao regime ditatorial. Pensar sobre a trajetória de form(ação) da juventude da PJMP nos possibilita compreender os desafios, sonhos e realizações de uma juventude comprometida com seu fazer-se político e evangelizador.

Palavras-chave: Pastoral da Juventude do Meio Popular; Fé e vida; Formação política; Igreja católica.

RÉSUMÉ

À la fin des années 1970, dans le processus d'ouverture politique, des mouvements populaires et contraires au régime dictatorial ont commencé à se réarticuler et à réfléchir à des nouvelles formes de contestation de l'autoritarisme imposé par le coup d'État civil-militaire de 1964 et de lutter pour les droits sociaux. Parmi ces mouvements, des nombreux jeunes restés de la jeunesse catholique de l'Action catholique brésilienne, séance laïque de l'Église catholique, établie au Brésil en 1935 et éteinte peu après le coup d'État, vont se réorganiser et, comme d'autres mouvements sociaux de l'époque, et développer des nouvelles voies et stratégies de lutte et de résistance à la dictature et au système capitaliste. En 1978, naît la Pastorale Populaire de la Jeunesse (PJMP), ayant pour référence « l'option préférentielle pour les pauvres ». Originaire des débats du Concile Vatican II (1962-1965), des expériences des Communautés Ecclésiastiques de Base, des réflexions de la Théologie de la Libération et, surtout, de la jeunesse de l'ACB, la PJMP s'identifie comme une pastorale jeune et populaire. Appartenant aux classes exploitées et promouvant une praxis libératrice, PJMP propose la construction d'une nouvelle société brésilienne, à partir de l'union entre la foi et la vie. Ce travail vise à comprendre comment ces jeunes ont cherché à penser leur condition d'être au monde. En plus, cette thèse a le but de comprendre comment, à partir de cette identification collective, en tant que sujets pauvres, ces jeunes cherchaient à développer une éducation intégrale, qui avait pour ligne directrice une nouvelle perspective de résistance et de lutte pour les mouvements de jeunesse, au sein d'une catégorie de classe sociale, liée à l'Église catholique Brésilienne. Nous avons utilisé comme sources les documents apostoliques et les résolutions conciliaires de l'Église catholique et les productions intellectuelles développées par la PJMP elle-même, tels que des livrets et des brochures, des procès-verbaux de réunions et d'assemblées, des enregistrements audiovisuels d'événements et des programmes et des rapports oraux. Nous avons également analysé les rapports du Service National d'Information (SNI) qui fournissaient des informations sur les activités pastorales en lien avec les mouvements contre le régime dictatorial. Penser le parcours de formation des jeunes de PJMP permet de comprendre les défis, les rêves et les réalisations d'une jeunesse engagée dans la politique et dans l'évangélisation.

Mots-clés : Pastoral da Juventude do Meio Popular (Pastorale Populaire de la Jeunesse); Foi et vie; Formation politique; Église catholique.



ABSTRACT

At the end of the 1970s, in the midst of the political opening process, popular movements opposed to the dictatorial regime began to rearticulate themselves and think up new ways of challenging the authoritarianism imposed by the 1964 military coup and fighting for social rights. Among these movements, many young people left over from the Catholic youth movement Ação Católica Brasileira (Brazilian Catholic Action), the lay arm of the Catholic Church, established in Brazil in 1935 and abolished shortly after the coup, reorganised themselves and, like other social movements of the period, reflected on and developed new ways and strategies of fighting and resisting the dictatorship and the capitalist system. In 1978, the Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP) was born, based on the "preferential option for the poor". Stemming from the debates of the Second Vatican Council (1962-1965), the experiences of the Basic Ecclesial Communities, the reflections of Liberation Theology and, above all, the youth of the ACB itself, the PJMP identifies itself as a popular youth pastoral. Belonging to the exploited classes and promoting a liberating praxis, the PJMP proposes the construction of a new Brazilian society, based on the union between faith and life. The aim of this work is to understand how these young people have tried to think about their condition of being in the world. To understand how, based on this collective identification as impoverished subjects, these young people sought to develop an integral formation that had as its guideline a new perspective of resistance and struggle for youth movements, within a social class cut, linked to the Brazilian Catholic Church. We used the Catholic Church's apostolic documents and conciliar resolutions as sources, as well as materials produced by the PJMP itself, such as pamphlets and booklets, meetings records and assemblies, audiovisual recordings of events and programmes, and oral reports. We also analysed reports from the National Information Service (SNI) that provided information on the pastoral's work in conjunction with movements opposed to the dictatorial regime. Thinking about the trajectory of the PJMP's youth formation enables us to understand the challenges, dreams and achievements of a youth committed to its political and evangelising work.

Keywords: Pastoral da Juventude do Meio Popular; Faith and life; Political formation; Catholic Church.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Anúncio do produto Nescafé, da empresa Nestlé, edição nº 609, 1966.

Figura 02: Logo oficial da Pastoral da Juventude do Meio Popular.

Figura 03 - Logo da Pastoral da Juventude do Meio Popular impresso no subsídio do Regional Sul 2, produzido em agosto de 1988.

Figura 04 – Subsídio Jovens do campo lutando por um mundo novo.

Figura 05 - Subsídio Jovens do campo lutando por um mundo novo.

Figuras 06 e 07 – Diferenciação das metodologias existentes: vertical, dominadora e libertadora.

Figura 08 – Esquema do Método Ver-Julgar-Agir-Rever-Celebrar.

Figura 09 – Elementos que fizeram parte da mística de abertura do Encontro Regional da PJMP Ceará, 2019.

Figura 10 - 1º Encontro de Formação da PJMP, Regional Norte 01, Manaus – AM (2007)

Figura 11 - Seminário Nacional de Militantes, Salvador – BA (2012).

Figuras 12 e 13 – Jovens dançando e cantando “Negro Nagô”, no XIII Encontro Regional da PJMP, 1991.

Figura 14 – “Educação está Fraca”

Figura 15 – Tirinha que explica ao leitor o significado de “Pelego”.

Figura 16 – Situação da Educação

Figura 17 – Evangelho Segundo São Marcos (PJMP) – Capa

Figura 18 – Capa *PJMP – Presença na Luta do Povo*.

Figuras 19 e 20– Relatório do SNI sobre evento organizado pela Diocese de Juazeiro da Bahia, 01 de dezembro de 1983.

Figura 21 – Programação da Romaria em Limoeiro do Norte, Ceará.

Figura 22 – Imagem que ilustra o tópico “O que é Constituição?” na cartilha “Constituinte e constituição não são um bicho papão”.

Figuras 23, 24 e 25 – imagens retiradas da lição nº 4 “Valentia nem sempre quer dizer força”.

Figura 26 – Novos Partidos Políticos pós abertura no governo Geisel.

Figura 27: *Amizade, força para viver.*

Figura 28: *Namoro: um amor que liberta.*

Figura 29 – exemplo do quadro a ser construído para a dinâmica.

Figuras 30, 31 e 32 – Capas dos cadernos produzidos pela Regional Ne II, para o ano internacional da juventude, 1985.

Figura 33 – Sexo não é mercadoria

Figura 34 – Representação do machismo

Figura 35 – Charge presente no tópico “Como viver a afetividade e a sexualidade na militância.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
CVII	Concílio do Vaticano II
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Científica – PUC – São Paulo
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DG	Diretrizes Gerais da Ação Pastoral no Brasil
IC	Igreja Católica Apostólica Romana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Individual Católica
JOC.	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
PJ	Pastoral de Juventude
PJG	Pastoral da Juventude Genérica
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	O ESTADO E OS PROJETOS PARA A JUVENTUDE DO BRASIL	29
2.1	“[...] o futuro do país repousa na boa formação da nossa juventude”: Governo e Juventude	29
2.2	“Nossa juventude está espiritualmente enfêrma”: Juventude em crise	39
2.3	“Civismo é Sentimento Nacional, é amor à Pátria”: o ensino de Educação Moral e Cívica.....	49
3.	JUVENTUDES CATÓLICAS NO BRASIL: AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA E SEU PROJETO DE JUVENTUDE (1935 – 1966)	58
3.1	A Ação Católica no Brasil	61
3.2	Pastoral dos jovens: a opção preferencial pela juventude empobrecida na América Latina	76
3.3	PJMP, quem é você? Movimentos de Encontros e a identificação com o meio popular	91
3.3.1	“Opção preferencial pelos Jovens”: os jovens na Conferência de Puebla	93
3.3.2	“Pré-história da PJ”: nascimento da Pastoral da Juventude do Brasil	99
3.3.3	PJMP: Pastoral combativa, de luta e de militância.....	106

4	UNINDO FÉ E VIDA: MÉTODO, MÍSTICA, ESPIRITUALIDADE E PEDAGOGIA DOS JOVENS DO MEIO POPULAR	116
4.1	“Nosso jeito de caminhar”: metodologia da ação - VER, JULGAR e AGIR do Meio Popular.....	116
4.1.1	<i>PJMP: Como caminhamos?.....</i>	116
4.2	“Mística - motivação da vida”: A mística e espiritualidade no processo de form(ação) da PJMP.....	129
4.3	Pedagogia das classes populares: uma educação libertadora	145
4.3.1	<i>Por uma pedagogia libertadora para o jovem empobrecido</i>	151
5	“EVANGELIZAR, ANUNCIAR O NOVO, PARA LIBERTAR O POVO”: FÉ E POLÍTICA.....	165
5.1	“Faz-se uma leitura da Bíblia a partir dos pobres de ontem, de hoje e de sua realidade”: uma leitura orante e popular da bíblia, unindo fé e vida	165
5.1.2	<i>“[...] Descobrir onde bate o coração do texto”: leitura popular da Bíblia pelos olhos da juventude do meio popular</i>	177
5.2	“O incitamento à luta de classes é permanente”: a PJMP sob o olhar da comunidade de informações	196
5.3	“É tempo de eleições”: cartilhas de orientação política do clero progressista	208
6	“ENTRE ANGÚSTIAS E ESPERANÇAS”: NOVAS DEMANDAS DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR	225
6.1	“Falsa moral X Libertinagem”: sexualidade e afetividade dos jovens do meio popular	225

6.1.2	<i>“O que é viver a afetividade e sexualidade em sua plenitude?” as dificuldades em trabalhar com a subjetividade da juventude</i>	227
6.1.3	<i>“Como viver a afetividade e sexualidade na militância?”</i>	232
6.2	PJMP, 10 anos de caminhada: avaliando e celebrando a união entre Fé e Vida da pastoral da juventude do meio popular	254
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
	REFERÊNCIAS	270
	ANEXO A	277
	ANEXO B	279
	ANEXO C	281

1 INTRODUÇÃO

A Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) floresce em meio a realidade sofrida de boa parte do nordeste brasileiro, ao final da década de 1970, mais especificamente em 1978. Durante o 3º Encontro de Assessores e Animadores do grande Recife, em Pernambuco, a partir da identificação de alguns grupos de jovens das periferias e do campo com o meio popular, surge uma nova proposta de ser/estar no/com o mundo. Ao longo desses 45 anos de vida e luta, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, faz um chamado aos jovens empobrecidos a unirem *fé e vida* em prol da construção de um novo jeito de ser Igreja.

Esse discurso sobre um novo modo de ser Igreja presente nas falas e materiais produzidos para os encontros e reuniões dos grupos de PJMP nos suscitou o questionamento sobre o que seria e como foi pensada essa ideia de formação, no caso dos nossos sujeitos, o ato de constituir uma consciência de si para a transform(ação) do/no mundo. Dessa forma, procuro compreender como a juventude popular, mais especificamente os jovens participantes da Pastoral da Juventude do Meio Popular, buscou refletir sobre a sua condição de sujeito ativo na construção de um mundo justo e fraterno, como eles mesmo falam, entrelaçando fé e vida. Esta tese entende que esse processo de conscientização e de identificação coletiva desenvolvida pelos grupos de PJMP pôde, ao longo de sua caminhada, propor um projeto de juventude que rompesse com os projetos tradicionais que foram impostos pelo governo autoritário e pelos setores conservadores presentes na sociedade, principalmente dentro da própria Igreja Católica.

A PJMP tem como fio condutor de sua formação e atuação no meio popular o método Ver-Julgar-Agir, herança do movimento leigo de Ação Católica (AC), trazida ao Brasil em 1935, pelo cardeal arcebispo Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1930-1942). O método Ver-Julgar-Agir foi desenvolvido sob a orientação do cardeal belga Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica (JOC) ainda ao final da década de 1920. De acordo com Susan Roman Blanco Pérez (2007, p. 68), os militantes da Ação Católica, em seus núcleos específicos, ao aceitarem seu papel no apostolado leigo “[...] procuravam atuar na vida social por meio do método ‘ver-julgar-agir’, o que indica uma prática meticulosamente planejada.” Ou seja, o método ia além de uma estruturação metodológica para o catecismo dos sujeitos.

Ainda sobre o método, conforme explica Henrique Cristiano José Matos (2003, p.144), sua essência está “[...] em conhecer o meio-ambiente do jovem trabalhador, indo às causas dos problemas, estudar os fatos à luz da doutrina cristã e atuar eficazmente na

transformação do meio”. Dessa forma, nos seus três momentos, o Ver-Julgar-Agir, de acordo com o caderno de orientação à dirigente, intitulado *Para iniciar a JEC*, consistia em:

VER: equivale ao conhecimento do meio no qual a militante estava envolvida. Devia-se apreender os principais problemas e dificuldades enfrentadas pelos sujeitos, os interesses, como se davam as interações entre si e com o meio. Nessa fase eram aplicados questionários com as participantes do núcleo de JECF, alguns mais particulares, solicitando o nome completo, cidade de nascimento, quantidade de irmãos, suas preferências, ambições e ideais etc. ou perguntas mais gerais visando à constatação da realidade em que estava inserida (aqui entravam as perguntas sobre a turma, o relacionamento com as colegas etc), como podemos observar no exemplo dado no material de formação da dirigente: “Quais são, a seu ver, os principais problemas da sua turma? Quais as coisas melhores? Você tem muitas amigas? Conhecemos nossas colegas de classe? Até que ponto? Sob que aspectos?”

JULGAR: expressa-se na comparação da realidade existente, identificada na etapa anterior, com os preceitos evangélicos;

AGIR: Decorrência do VER e JULGAR, esse momento seria desenvolvido e posto em ação formas de resolução dos problemas identificados.

A eficácia desse método, de acordo com Edilson Nascimento (2009, p. 59), fez o Papa João XXIII (1958-1963) recomendá-lo no trabalho com a juventude católica, em sua encíclica *Mater et magistra* (1961), como podemos observar no destaque abaixo.

235. Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: “ver, julgar e agir”. Convém, hoje mais que nunca, convidar com freqüência os jovens a refletir sobre estes três momentos e a realizá-los praticamente, na medida do possível.²

De acordo com alguns dos textos produzidos pela PJMP, para uma efetiva transform(ação) evangelizadora, ou seja, “[...] proporcionar aos jovens empobrecidos ser agentes de transformação no atual momento histórico, sempre na fidelidade à prática libertadora

² Carta Encíclica *Mater Et Magistra* de Sua Santidade João XXIII Aos veneráveis irmãos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos e outros ordinários do lugar, em Paz e Comunhão com a Sé Apostólica, bem como a todo o Clero e Fiéis do Orbe Católico sobre a recente evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html último acesso em: 01/06/2020.

de Jesus Cristo [...]”³, é necessário seguir os três passos básicos⁴ estabelecidos pelo método. Dessa forma, os jovens militantes, ao refletirem sobre as situações de opressão partindo dos ensinamentos presentes nos escritos bíblicos e ao chegarem a suas conclusões, ligando Fé e Vida, comprometidos com a luta contra o sistema de exploração representado, naquele período dos anos 1970-1980, pelo governo autoritário dos militares, instalado no país após o golpe civil-militar de 1964, estariam preparados para enfrentar os obstáculos impostos por esse projeto opressor e empobrecedor. Assim, encontrei na proposta metodológica da PJMP um meio de estruturar e desenvolver a tese.

Na primeira parte desta pesquisa, que equivale ao primeiro passo VER, a proposta é identificar quais os projetos propostos para a juventude estavam sendo apresentados e/ou impostos para os jovens brasileiros. Nesse período, que começa na década de 1960, muitos países latino-americanos estão imersos em ditaduras militares, como é o caso do Brasil e, com esses governos ditatoriais e o subdesenvolvimento econômico presentes no continente bem como a palavra nos diversos discursos (econômico, político, cultural, científico), não é de se espantar os altos índices de desemprego ou subempregos, analfabetismos, precarização da saúde e etc., problemas que afetaram com mais intensidade as classes populares, principalmente a juventude que, de acordo com as conclusões do documento de *Puebla*⁵ (DP, p. 1207), cerca de “[...] 2/3 dos jovens pertencem às classes populares.” Assim, neste capítulo a ideia é que se discutam, inicialmente, os diferentes projetos para a juventude apresentados pelo Estado autoritário e pela Igreja Católica. Analisamos o projeto disciplinar imposto pelo governo ditatorial militar brasileiro com a instituição das disciplinas de Educação Moral e Cívica, estas imbuídas em todos os níveis educacionais. O outro projeto analisado, este vinculado a Igreja Católica por meio de seu braço leigo, à Ação Católica Brasileira (ACB), procurou desenvolver a organização e formação religiosa de jovens católicos em seus meios específicos: Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica. Entendo que refletir sobre esses projetos para a juventude e o ambiente social, político e econômico, que esses jovens estavam experienciando, é de extrema importância para compreender o desenvolvimento no qual foram

³ Este trecho foi recortado dos objetivos da PJMP e encontra-se publicado na página oficial da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Disponível em: <https://pjmp.org/objetivos> Último acesso em: 03.10.2023

⁴ Identificamos como básicos, pois a PJMP acrescentou outros verbos para desenvolver e proporcionar uma formação mais ampla para os jovens das classes populares. Analisaremos com maior profundidade o método Ver-Julgar-Agir no 4º capítulo deste trabalho.

⁵ Este documento é fruto das reflexões feitas pelos Bispos latino-americanos na III Conferência Episcopal dos Bispos Latino-americanos, em 1979, na cidade de *Puebla de los Angeles*, no México.

gestadas e apropriadas as ideias revolucionárias da Teologia da Libertação, o surgimento das pastorais sociais e, principalmente, o nascimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), objeto de estudo desta tese.

Na segunda parte, nos capítulos 3 e 4, busco desenvolver o que o método apresenta como JULGAR. Assim, intento compreender o processo de formação desses jovens ligados à PJMP, pensando sua sociabilidade, sua leitura e apropriação dos textos presentes na Bíblia e de outras obras que fizeram parte de sua formação enquanto “sujeito de sua própria história”. Pois, de acordo com a caracterização desta etapa, é nesse momento que partindo dos acontecimentos experienciados e sofridos pelos jovens e pelo povo em geral, “[...] passando por um estudo da análise da realidade sócio-econômico-político-ecclesial – local, nacional e internacional – à luz da fé cristã e com a ajuda das ciências, confrontando e discernindo, com a palavra de Deus o pensamento social da Igreja”, os sujeitos vão tomando consciência de sua situação de empobrecimento e opressão, nas palavras de Paulo Freire (2002), de sua desumanização. Procuramos, também, analisar como se desenvolveu, dentro dos núcleos de PJMP, a proposta de uma pedagogia libertadora, com base no projeto educacional de Paulo Freire, visto sua incompletude na busca contínua por *ser mais*. No tópico intitulado “Educar para o amor”, analiso algumas questões relacionadas a afetividade dos jovens, perscrutaremos os discursos sobre sexualidade, machismo, preconceito e suas discriminações (raciais e econômicas) que fazem parte da construção desse “novo homem e da nova mulher”, ou seja, que é imprescindível para uma formação integral (política, psicológica, teológica e técnica)⁶ desse jovem.

Ainda busquei refletir sobre a mística desenvolvida pela Pastoral e sobre o projeto e prática de Jesus Cristo, que pude observar, de acordo com a espiritualidade presente na pastoral, pretende “[...] levar os homens a uma libertação integral, pessoal e social, através da construção do Reino de Deus, que passa necessariamente pela construção de uma sociedade igualitária e fraterna onde não haja explorados e nem exploradores”. Entendo que essa vontade de transformação, de resistência, no presente, no aqui e agora, é o tempo do devir, o mundo por se fazer.

⁶ Esses são os quatro eixos que fazem parte da formação integral dos jovens da PJMP. Na cartilha “PJMP – Semente do novo na luta do povo”, podemos encontrar o detalhamento de cada eixo. Na proposta de formação política é dito que o jovem deve estar a par da conjuntura sócio-econômica-política que o leve a assumir sua classe social; na formação psicológica é onde encontramos os debates da afetividade e sexualidade; no tocante a formação teológica, a ideia é que os jovens possam “fazer um confronto entre os fatos da realidade com a proposta de Jesus Cristo.”; e por fim, a capacidade técnica se dá a partir do conhecimento do uso dos materiais pedagógicos e recursos didáticos (a produção de subsídios, dinâmicas de grupo, etc.).

Compreendo, em consonância ao apelo de Walter Benjamin, em suas *teses sobre o conceito de História*, que a ideia presente no tempo dito linear não comportaria uma proposta revolucionária, como é a proposta da PJMP que traz um compromisso com os que já se foram, pois “[...] os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (1994, p.225) Dito de outro modo, o mundo por se fazer, a luta contra as injustiças sociais entendida como a realização do Reino de Deus⁷, pela PJMP, não caminha pela mesma estrada da ideia de salvação na vida eterna, ou seja, em outro plano, que não seja o aqui e o agora. E sim, no tempo da esperança.

Para a terceira parte deste trabalho, proponho uma análise do AGIR, ou seja, procuro identificar ações desenvolvidas por esses jovens, nos seus encontros, nas formações periódicas, no engajamento em outras organizações populares e em suas celebrações que busquem concretizar a construção desse mundo socialmente justo e fraterno defendido pelo projeto de Jesus Cristo. Proponho compreender o agir desses jovens empobrecidos a partir da chave interpretativa pensada por Gilles Deleuze, um *devenir revolucionário*, pois que para o autor “A única chance dos homens está no devir-revolucionário, o único movimento capaz de esconjuram a vergonha ou responder ao intolerável.” (DELEUZE, 1990, p. 68)

O devir revolucionário está presente nessa não passividade e vontade transformadora apresentadas pelos jovens da PJMP durante seu processo de form(ação), pensando novas maneiras e outros modos de viver, de resistir, dessa forma, inventando *novos espaços-tempos*. Pois, conforme Ana Rita Santiago (2018, p. 26)

A invenção de *novos espaços-tempos*, como exercício de resistência – devir-revolucionário –, viabiliza estratégias de se (re)ocupar e acreditar no mundo e em transformações, não mais, tão somente, pela esfera da macropolítica e da tomada do poder, mas também pelas revoluções cotidianas, notabilizadas por meio de atitudes e atos militantes e de rebeldia no hodierno (macrossocial).

Assim, como explica a autora, o devir revolucionário pode ser usado como chave de leitura para compreendermos as resistências cotidianas, que, trazendo para o universo de nossos sujeitos, está diretamente ligado ao fazer-se e formar-se como jovem militante da PJMP. Ainda segundo Santiago (2018),

⁷ Conforme Gustavo Gutiérrez, um dos idealizadores da Teologia da Libertação, o Reino de Deus viria através de um processo, um movimento dos cristãos. Em suas palavras, “Construir a cidade temporal não é uma simples etapa de humanização, de pré-evangelização, como se dizia em teologia até há poucos anos; significa, isto sim, colocar-se plenamente em um processo salvífico que abrange todo o homem.” (GUTIÉRREZ, 1981, p. 52) Como podemos observar, é um processo, é no presente, é uma experiência vivida no cotidiano, a construção do Reino de Deus.

[...] o devir-revolucionário constitui-se como possíveis formas de forjar novos modos de luta, intervenções e mobilizações através do discurso criativo e outros modos de fazer política, tendo em vista ações libertárias no (do) presente. É uma prática existencial do presente que se reverbera em atitudes revolucionárias e libertárias que operam no aqui-e-agora e em experiências que buscam relações horizontais, confrontando e enfrentando múltiplas formas de segregações. É também uma prática de valorização do individual na coletividade e nas relações em oposição às diversas formas de dominação, autoritarismo e opressão, visando criar contínuas resistências e modos críticos e incisivos de insubmissão de seus corpos, vozes, histórias e caminhos. (SANTIAGO, 2018, p. 26-27)

Por fim, assim como na metodologia utilizada pela PJMP, busco entender como os jovens AVALIAVAM e CELEBRAVAM a caminhada construída por essa pastoral durante sua primeira década de existência. Ao analisar os relatórios das Assembleias Nacionais pude identificar os anseios, as dúvidas e problemáticas enfrentadas pelos jovens da PJMP, em meio as grandes mudanças ocorridas nos âmbitos político, econômico, social e eclesial ocorridos a partir da segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizei como fontes os subsídios produzidos pela Pastoral da Juventude do Meio Popular, dentre eles os documentos oficiais de reuniões, encontros regionais e nacionais, entrevistas com antigos militantes da Pastoral, cartilhas, livretos e panfletos. Esses documentos foram reunidos e preservados ao longo dos anos pelo Pe. José Teixeira, ex-assessor nacional da PJMP e encontravam-se em sua residência na cidade de Caucaia-Ce. Porém, segundo Zé Teixeira, em entrevista concedida em 2019, muitos dos materiais foram doados à secretaria regional nordeste I, sob a guarda do então secretário regional Francisco Ítalo Moraes Aragão. Ao falar com Moraes, soube que os documentos estavam em sua casa, pois a sede regional da PJMP estava em reforma. Dessa forma, tive acesso a esses documentos diretamente com Moraes. Outra maneira pela qual obtive acesso a esses materiais produzidos pela PJMP foi por meio de sebos espalhados pelo país, pois ao perscrutar em sites de compra e venda de livros pude encontrar algumas cartilhas e livros que utilizamos como fontes para esta pesquisa. Utilizo também filmagens de eventos e relatos de militantes que foram gravados nos anos 1990 que estão disponíveis na plataforma de vídeos do *YouTube*. Esses vídeos foram de extrema importância para a nossa compreensão dos sentimentos e afetos desenvolvidos no decorrer das experiências desses sujeitos, visto que, ao entrevistá-los no presente, suas concepções e análises do vivido estão permeadas pelos trabalhos da memória, os esquecimentos e silêncios que se modificam ao longo dos anos. Sendo assim, refletir sobre o dito no “calor do momento” deu-me perspectivas diferentes sobre as experiências no movimento.

Também uso documentos apostólicos produzidos pela Igreja Católica, como mensagens papais para a Juventude, como as conclusões das conferências do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) de *Medellín* (1968), de *Puebla* (1979) e documentos oficiais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), todos estes disponíveis nos sites oficiais da CNBB, do Vaticano e do CELAM. Os *Manuais da Ação Católica volume 1 e 2* conseguimos adquirir, também, em sebos virtuais. O estatuto, livros e cartilhas produzidos pelos e para os movimentos de juventude da AC encontram-se no acervo do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC – São Paulo, que tive acesso por intermédio de dois colegas que estiveram fazendo intercâmbio acadêmico nessa instituição.

Outra documentação que utilizei para o desenvolvimento dessas reflexões foram os relatórios produzidos pela comunidade de informações do regime ditatorial militar. Os arquivos do CIE, CISA, CENIMAR foram de extrema importância para o entendimento acerca da vigilância e repressão a que foram impostos os membros do clero progressista, principalmente aos sujeitos que estavam diretamente ligados às ações empreendidas pelos núcleos de PJMP espalhados pelo Brasil. Esses documentos estão salvaguardados, todos digitalizados em meio virtual, pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Opto, como recorte inicial desta pesquisa, pelo ano de 1978, pois que este é tomado como marco de nascimento para a Pastoral da Juventude do Meio Popular, quando os jovens participantes do 3º Encontro de Assessores e Animadores do grande Recife decidem-se por criar um movimento de juventude católica que tivesse como ponto de partida a classe social. Lembremos que, nesse período, o Brasil era governado por uma ditadura militar que, ainda nos primeiros anos pós golpe de 1964, pôs fim às experiências de juventudes católicas da Ação Católica Brasileira, uma vez que estes grupos, principalmente a Juventude Operária Católica e a Juventude Universitária Católica, estavam atuantes na resistência ao regime ditatorial.

Como marco final, escolhi orbitar pela década de 1990, pois foi nessa década que ocorreram eventos e transformações importantes relacionados aos movimentos de Juventude Cristã e no próprio entendimento da Igreja Católica sobre o seu engajamento na política mundial.

A partir do pontificado de João Paulo II que apesar de reconhecer a importância de movimentos engajados em promover a igualdade social como foi o caso da Teologia da Libertação, cresceu as restrições às orientações de uma Igreja envolvida em questões políticas e temos agora uma orientação que privilegia movimentos como a Renovação Carismática. (MOTA, 2013, p. 34)

Em 1992, realizou-se a IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, na cidade de Santo Domingo. No documento final, que buscou apresentar os debates e as deliberações, no tocante à Juventude, pude identificar a mudança na proposta para uma pastoral da juventude, essa agora com uma dinâmica mais vocacional e de evangelização da moral e da cultura, deixando de lado o projeto de libertação do meio. No texto, reafirma-se a opção pelos jovens pobres tirada em Puebla (1979), mas como afirma Sofiati (2004, p. 95) “[...] o debate da inculturação e do processo de evangelização da América Latina foram as questões que estiveram no coração das discussões em Santo Domingo, [...]”. Ainda de acordo com o autor, a questão da libertação foi substituída pelo debate da transformação cultural.

As palavras *libertação* e *mártires* foram abolidas dos textos de Santo Domingo e o método ver-julgar-agir foi oficialmente vetado pelos Bispos. Essa situação gerou, desde o início, muitos protestos de setores da Igreja latina. [...] Os Bispos conservadores que dominaram Santo Domingo defendiam, no texto de resgate dos 500 anos de evangelização, que a característica principal de todo o continente era sua tradição católica que estabelecia as bases de sustentação para todas as outras realidades. (SOFIATI, 2004, p. 96)

Com relação à Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), em específico no Ceará, em 1991, já contava com mais de 10 anos de fundação da entidade e formação de jovens funcionando dentro das 9 Dioceses do Estado. Damos destaque aos anos de 1995 e 1996, o primeiro comemora-se os 15 anos de atuação da pastoral no Ceará, com a temática “O jovem da PJMP e a PJMP do jovem” e objetivo principal “descobrir o que há de novo no jovem do Meio Popular e na PJMP para reconhecer novos elementos que contribuirão para a continuidade da PJMP no Ceará”⁸. Já um ano depois, em 1996, Fortaleza acolheu a X Assembleia Nacional da PJMP, tendo como um dos objetivos o aprofundamento nas “transformações sociopolíticas e econômico-culturais que estavam ocorrendo no Brasil”⁹.

Dessa forma, entendo que a década de 1990, principalmente sua primeira metade, foi um período marcado pela reorganização das instituições, principalmente da Igreja Católica e do Estado brasileiro, já que a pouco menos de 5 anos, estávamos de volta ao regime democrático, após 21 anos de uma Ditadura civil-militar. Nesse decênio também houve intensas mudanças socioeconômicas, no ocidente, graças ao avanço neoliberal e, com a experiência fracassada do Socialismo, na União Soviética, momento denominado de “crise das utopias”¹⁰. Esse discurso

⁸ Relatório da XV Assembleia Regional da PJMP, Sobral – Ceará, 25 a 29/01/1995. Tema: **O Jovem da PJMP e a PJMP do Jovem**. Acervo da Secretaria da PJMP-CE.

⁹ Relatório Da X Assembleia Nacional Da PJMP, Fortaleza - Ceará, 07 12/01/1996. Tema: **PJMP - Presença No Mundo e na Igreja**, disponível em: << http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/relatorio10ANPJMP.pdf>>

¹⁰ Cf. GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 295-320.

neoliberal penetra na estrutura da Igreja Católica através da preocupação com as práticas pentecostais que defendem, conforme Sofiati (2004) “[...] uma renovação através do carisma”.

Nesse contexto, valoriza-se o lúdico, a música, o experimental em detrimento do estudo mais aprofundado da religião e de um embasamento teórico da missão da IC. A PJB entra em crise em virtude das consequências dessa situação pelo fato de ter como principal característica estimular o jovem a assumir sua missão evangelizadora no meio em que vive. Na conjuntura neoliberal essa ideia é desvalorizada, pois ocorre uma privatização da religião. (SOFIATI, 2004, p. 88)

Diante do exposto, pude elucidar que esta investigação pode contribuir para as reflexões sobre a história da Igreja Católica e dos movimentos sociais vinculados à Doutrina Social da Igreja, a partir da análise das experiências desses jovens que fizeram parte da Pastoral da Juventude do Meio Popular, com “formação pela ação” em Jesus Cristo, de unir fé e vida.

Este trabalho, inicia-se, com o capítulo intitulado *O Estado e os projetos para a juventude do Brasil*. Nesse primeiro momento, procuro discutir o projeto de juventude construído, não somente pelo Estado ditatorial, mas desenvolvido por setores das classes abastadas da sociedade brasileira que visavam a disciplinarização e ordenamento às práticas e comportamentos para a formação de uma juventude ideal, aos moldes do lema *Brasil, um país do futuro*.

Em *Juventudes católicas no Brasil: Ação Católica Brasileira e seu projeto de juventude (1935-1966)*, proponho uma reflexão sobre os projetos de evangelização da juventude desenvolvidos pela Igreja Católica, inicialmente com as Juventudes da Ação Católica e, posteriormente, com a ascensão do clero progressista e da Teologia da Libertação, em um processo de radicalização que vem a reboque das transformações ocorridas pós-Concílio do Vaticano II. Nesse capítulo, também analiso o processo de fundação da PJMP, quais os debates estabelecidos entre os sujeitos que se animaram para reconstruir um movimento de juventude católica passados os desmantelos ocorridos durante a década de 1960, com o golpe civil militar de 1964, quais contribuições foram dadas pelos grupos de juventude da Ação Católica, mais especificamente a Juventude Operária Católica (JOC). A proposta é refletir sobre a formação de uma identidade voltada para o meio popular, com viés de classes. Tento identificar, também, um perfil, um rosto que caracterize esse militante. Utilizo como fontes para o desenvolvimento desse capítulo documentos produzidos pela PJMP, tanto em âmbito nacional como local. Outra tipologia documental são os relatórios de reuniões e alguns relatos de militantes que estão disponíveis em gravações feitas pela PJMP, em eventos e produções com características de documentário ou como, o projeto produzido pela PJMP e pelo Centro de Estudos,

Documentação e Informação (CEDIB) de Belém – PA intitulado TV Juventude¹¹, onde pude coletar vários depoimentos de jovens militantes e assessores, sobre os mais variados temas envolvendo a juventude do meio popular.

A seguir, em “*Educação e cultura que nasce do povo*”: *Form(ação) e práticas (d)e leituras dos militantes da PJMP*, pretendo desenvolver uma reflexão em torno das práticas de leitura e apropriação diferenciadas dos textos da Bíblia. Leitura essa marcada pela opção preferencial pelos pobres e de Jesus Cristo empobrecido, baseada nas reflexões presentes na Teologia da Libertação. Analiso também como eram produzidas as cartilhas, chamadas pela comunidade de informações de *cartilhas de orientação política* e como esses órgãos estavam alertas e vigilantes em relação às ações desenvolvidas pelo clero progressista, em especial, à atuação da PJMP. Para além de uma leitura de resistência, compreendemos que os militantes da PJMP se utilizavam da proposta freiriana de uma Educação Libertadora para dar corpo e ação à formação política e social de seus militantes. Dessa forma, procuro identificar em suas ações educativas o método desenvolvido por Paulo Freire, uma metodologia para uma educação como prática de liberdade.

No capítulo “*Evangelizar, anunciar o novo, para libertar o povo*”: *fé e política*, a proposta é refletir acerca do método utilizado pela PJMP para desenvolver sua práxis libertadora. Analisaremos as etapas do método do VER-JULGAR-AGIR e como a partir dele poderemos fundamentar as bases para uma formação social e política de si, individual e coletiva, por meio dessas fases de reflexão do cotidiano. Aqui propomos, também, identificar como as três etapas desse método foram, se podemos chamar assim, aperfeiçoadas ao longo da caminhada dos jovens do meio popular. Afinal, além dos três verbos, podemos encontrar a adição de mais cinco ações a serem desenvolvidas¹². Analisaremos também como se dá a construção de uma mística e espiritualidade para a PJMP e, como partindo de seu entendimento se desenvolveu uma formação marcada por uma religiosidade popular que, não menos importante, se transforma em fermento na fé desses jovens empobrecidos. E, conforme

¹¹ A TV Juventude, de acordo com o folder de divulgação produzido pela CEDIB (Centro de Estudos, Documentação e Informação de Base), é uma produtora de vídeo popular, projeto desenvolvido pela PJMP e CEDIB, desde 1986, que tem como objetivo “[...] contribuir, através da documentação de fatos importantes da realidade e produção de programas educativos, para uma maior conscientização e organização da juventude em função da luta pela construção da sociedade justa e fraterna”.

¹² São eles: Planejar, Avaliar, Celebrar, Amar e Festejar.

apresentam nas cartilhas, “Estas formas populares de ir praticando a religião reafirmam com força a importância do místico e do divino”.¹³

Por fim, no último capítulo, *Entre angústias e esperanças: novas demandas da juventude do meio popular* proponho uma reflexão acerca das novas demandas e problemas reivindicados pelos jovens militantes da PJMP, no decorrer dos anos, principalmente analisaremos as dificuldades e problemas que eram levados aos encontros nacionais. Um exemplo de problemática que pudemos identificar foi no tocante à afetividade dos jovens. Pois que, de acordo com os documentos e falas de militantes, por nós analisados, essa era uma área trabalhada de maneira insuficiente dentro do movimento e, que de alguma maneira, promoveu várias críticas internas e, em alguns casos, culminava com a saída para outros movimentos de juventude que tratavam da temática ou que tivesse um foco sobre o indivíduo, seus sentimentos e suas necessidades como ser individual.

Destarte, esta pesquisa, se propôs a “[...] atear no passado a centelha da esperança [...]”, inspirada por Walter Benjamin (1985), pensando e escrevendo uma anti-história ou como propõe o autor uma história à contrapelo. Como afirma Márcio Seligmann-Silva (2020) “A necessidade de se repaginar a história do ponto de vista dos vencidos é imperativa.” Sendo assim, buscamos entender como seu processo de compreensão de si mesmos e de seu lugar no mundo, através das experiências dos jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular, fomentou estratégias de luta por justiça social e transformação do mundo em mutirão.

¹³ PJMP. Do meio popular um canto Jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

2 O ESTADO E OS PROJETOS PARA A JUVENTUDE DO BRASIL

2.1 “[...] o futuro do país repousa na boa formação da nossa juventude”: Governo e Juventude

Falar sobre juventude e, principalmente, dos projetos que foram sendo propostos para essa parte da população, no Brasil e no mundo, é não perdermos de vista sua multiplicidade e a importância a qual é dada às suas ações ao longo da História. Perde-se de vista a quantidade de obras, estudos e ensaios que giram em torno dessa temática, no vasto campo das Ciências Humanas. Propomos, neste tópico, identificar e refletir acerca dos projetos pensados para a formação de uma juventude brasileira, dos mais diferentes setores sociais, especificamente, no período em que o país esteve sob a governança autoritária das Forças Armadas (1964-1985). A necessidade de identificarmos quais propostas foram criadas para a população jovem, durante os anos de governo ditatorial, são fundamentais, pois tratava-se de uma preocupação estabelecer um modelo de juventude a ser implementado pelo governo militar. Pois que, como categoria de notável preocupação¹⁴, como afirma o Gen. Div. Moacir Araújo Lopes (1971, p. 9), era necessário “[...] constituir a situação da mocidade o problema fundamental do mundo ocidental e do Brasil”¹⁵.

Por juventude, de acordo com a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*¹⁶, entenda-se “Do latim ‘*juventus*’ É a fase da vida humana que sucede à adolescência e que precede imediatamente a fase adulta”. Tomamos como referência a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, pois nela encontrava-se o condensado das reflexões sobre as práticas morais e civis, temática de extrema relevância para um governo com bases castristas. Esse material foi publicado pela antiga Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) ligada ao Ministério da Educação e Cultura, entre os anos 1960 e 1970, organizado pelo Padre Fernando Bastos de Ávila, S.J.. A publicação tinha como objetivo ser fonte de pesquisa para os que dela pudessem

¹⁴ Em uma nota do redator, na Revista *A Defesa Nacional*, periódico que analisaremos no decorrer deste tópico, podemos encontrar uma justificativa para a abordagem da temática. Segue a nota transcrita: “Eis mais um estudo sobre assunto da mais alta importância e atualidade. As Forças Armadas têm em suas missões básicas um permanente sentido de Educar, e recebem em suas fileiras jovens das mais variadas classes, origens e culturas; daí o seu acentuado interesse em questões da natureza das aqui abordadas pela ilustre autora [...]”. *Mocidade transviada ou abandonada?*, em *A Defesa Nacional*, jan./fev. de 1967, nº 611, p. 105-108.

¹⁵ *Rumos para a educação da juventude brasileira*, palestra realizada pelo Gen. Div. Moacir Araújo Lopes, para o Lions Club (Leme), no Auditório do Ministério da Educação e Cultura e para a Universidade Federal de Goiás (Goiânia), em setembro de 1967.

¹⁶ 1ª Edição – 1967. 2ª Edição – 1972. 2ª Edição/2ª tiragem – 1975. 2ª Edição/ 3ª tiragem – 1976. A última edição data do ano de 1978. Nesta pesquisa utilizamos a 2ª edição de 1976.

ter acesso, pois tinha um custo de Cr\$ 35,00¹⁷. A obra teve sua primeira edição publicada em 1967, consistia em mais de 500 páginas e teve uma tiragem de aproximadamente de 120 mil exemplares. Essa primeira edição, de acordo com a biografia do autor, foi considerada subversiva pela censura¹⁸ e só voltou a ser reeditada em 1972, tendo sua 2ª edição com 680 páginas.

Voltando ao conceito de Juventude, apresentado pela enciclopédia, se deixarmos de lado a questão biológica que vem expressa no verbete e dermos atenção ao conteúdo comportamental, somos primeiramente apresentados a um tipo juventude que tem como primeira característica um certo *descompromisso*. Mas o que significa ser descompromissada para a obra? Em uma primeira análise do conteúdo do verbete, o termo descompromisso nos pareceu pejorativo, como se os jovens não tivessem nenhum tipo de adesão a causa alguma, que não dariam importância a nada. Mas, de acordo com o texto, ser uma juventude descompromissada seria não ter se comprometido com convenções e hábitos cristalizados, que nos parece serem entendidos como prejudiciais ao ser adulto. Como podemos observar no trecho abaixo.

A juventude é interiormente liberta, porque não se comprometeu na trama, tantas vezes indestrinçável, em que se envolve o adulto, trama de convenções aceitas, de obrigações assumidas e interesses absorventes que prendem a programas, escravizam a horários e limitam as possibilidades de opção. Liberta não só pela ausência de vinculações definitivas a sistemas, regimes ou ideologias, mas também pela ausência de padrões de valores, de uma concepção e de um modo de vida estável expressa em hábitos cristalizados.¹⁹

Essa ideia de descompromisso da juventude vai aparecer em algumas falas presidenciais do mesmo modo como é trazida na enciclopédia, como uma característica positiva

¹⁷ Na apresentação, da edição 2ª edição/3ª tiragem, publicada em 1976, P. Fernando Bastos de Ávilla, S.J. afirma que a direção da Fundação Nacional de Material Escolar, procurou fazer esta 3ª tiragem, com mais de 20.000 exemplares, “[...] aliviando quanto possível o texto, para não sobrecarregar o preço de custo e garantir a destinação popular da obra.” Mesmo assim, esta tiragem teve acrescida aproximadamente 500 novos verbetes.

¹⁸. Mesmo que nesse período não houvesse, conforme Marcela Santos, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Uma questão de Segurança Nacional: a produção de conceitos e identidades de gênero pela disciplina de educação moral e cívica (1969-1985)*, defendida no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, em 2020, sido estabelecido um “[...] aparelho e organização com a finalidade de fiscalizar essas produções. O ministro da educação criou uma comissão que averiguou o texto da PEMC e constatou que embora o volume fosse adequado “às aspirações democráticas e a tradição cristã da formação social brasileira” (VIEIRA, 2008, p. 191), havia um excesso quanto à abordagem política e sociológica em detrimento do aspecto filosófico-pedagógico.” (SANTOS, 2020, p. 77)

¹⁹ Verbo Juventude presente na Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, edição de 1972, p. 388.

dos jovens, como veremos adiante no discurso do Presidente Ernesto Garrastazu Médici, em 1971²⁰.

A segunda característica apresentada pela enciclopédia é o *idealismo*. Ponto também ressaltado no discurso de Médici à juventude.

A confiança que o jovem tem na vida lhe permite visar alto, alimentar grandes e nobres aspirações. Nada lhe parece impossível, porque seus ideais não foram ainda amesquinados pelo senso de realismo e de praticabilidade da idade experiente.²¹

Por fim, ao apresentar a terceira característica a *inexperiência*, o texto parece associar esta última como a principal causa do desvio de uma parte da juventude, pois que ao associar-se com a “[...] incapacidade de compreender o valor de uma sabedoria, que só a vida e o tempo transmitem [...]”²² poderia deixar esses jovens suscetíveis às malícias e manipulações do marxismo.²³

[A juventude] deposita ainda uma confiança cega numa ciência livresca e não admite a existência de problemas que não possam ser tecnicamente equacionados e resolvidos. Desconhece, ainda, as resistências ocultas do mecanismo social e não provou as decepções preparadas pela malícia e pela solércia. Talvez a cultura moderna, na intensividade de seus processos de comunicação, tenha como efeito abreviar os anos de juventude ou antecipar suas características para a adolescência.²⁴

Mesmo com essa característica, por nós entendida como desfavorável, o verbete produzido pelo Pe. Fernando Bastos Ávilla, S. J. e seus colaboradores, afirma que “[...] ela não conseguiu ainda destruir a existência de uma juventude do espírito, que, independentemente dos anos, conserva, por toda a vida, aquela virgindade intelectual e aquela pureza do idealismo que fazem da juventude a mais bela fase da vida”. (p. 388-389)

As duas primeiras características citadas vão ser associadas ao ideal juvenil, a partir do qual, o governo militar vai desenvolver sua proposta de uma verdadeira juventude brasileira. Já a terceira, a *inexperiência*, será a causa, como já citamos, do desvio dos jovens que não se enquadram no modelo cívico e moral do Estado. Essa problemática será desenvolvida pelos intelectuais²⁵ ligados à Escola Superior de Guerra e, será ensinado nos manuais e livros de

²⁰ *Palavras à Juventude*. Discurso do Presidente Médici, como paraninfo dos diplomados da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lido pelo seu representante – Professor Roberto Nogueira Médici, em 29 de dezembro de 1971.

²¹ Id., 1972, p.388

²² Idem, 1972, p.388

²³ Quando formos analisar o artigo publicado na Revista *A Defesa Nacional*, de agosto de 1966, aprofundaremos esse discurso sobre a “infiltração” e manipulação dos jovens pelo Marxismo.

²⁴ Id., 1972, p.388

²⁵ Entendemos o vínculo de muitos intelectuais com ESG a partir de sua formação na instituição ou na publicação de seus estudos na Revista da ESG, *A Defesa Nacional*. Podemos citar como exemplo, a professora Hilda Reis

Educação Moral e Cívica, inserida como disciplina obrigatória nas escolas em 1969, com o decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969.

Dessa forma, pretendemos analisar algumas falas e documentos que tratam sobre a temática da Juventude produzidos e publicizados pela Escola Superior de Guerra (ESG), como também as reflexões acerca da obrigatoriedade dos estudos de Educação Moral e Cívica nas escolas e universidades, disciplinas diretamente baseadas na Doutrina de Segurança Nacional. Entendemos que nesses documentos, entre eles artigos publicados na Revista *A Defesa Nacional*²⁶ (RDN), manuais de Organização Social e Política Brasileira (OSPB)²⁷, publicados na década de 1980, pareceres educacionais e na legislação, que buscavam englobar propostas de ordem e disciplina para os jovens, encontraremos os subsídios que foram base para a construção de um modelo de juventude para o Estado ditatorial.

Buscamos, também, nos discursos presidenciais algumas ideias direcionadas à juventude. Nossa busca, na Biblioteca da Presidência da República²⁸, no acervo digitalizado dos discursos presidenciais, encontramos falas direcionadas para aulas inaugurais da Escola Superior de Guerra e discursos feitos para solenidades de diplomação em universidades e, também dos estagiários da ESG. Se pensarmos nos discursos presidenciais e aulas proferidas na ESG e, em algumas universidades particulares, como a Pontifícia Universidade Católica do

Capucci, professora de português do Colégio Pedro II (RJ), que tem artigo sobre a juventude publicado na Revista da ESG, na edição de Jan./Fev. de 1967, sob o título “Juventude Transviada ou Abandonada?”. A autora de diversos livros, inclusive, o premiado pela Academia Brasileira de Letras “Culto e Ensino de nossa língua”, publicado pela Editora Livros de Portugal S.A., em 1962.

²⁶ A Revista *A Defesa Nacional* é uma revista criada e mantida pelo Exército brasileiro, lançada em outubro de 1913, no Rio de Janeiro. De acordo com Fernanda Nascimento (2010, p. 60), a edição foi “[...] escrita e editorada por jovens militares inspirados pelos ensinamentos recebidos em estágios realizados na Alemanha”. Ainda de acordo com a autora, a data de aprovação e criação da revista foi em setembro de 1913, documento redigido nas dependências do Clube militar do Rio de Janeiro.

²⁷ Utilizamos como fontes alguns manuais produzidos pelo professor Bernardo Nader Sabry, publicados pela Editora e Gráfica Lourenço Filho, em Fortaleza – CE, na década de 1980, mais especificamente a 5ª edição de 1978, a 7ª edição de 1980 e a 11ª edição de 1984. Essas duas edições, ampliadas e revistas, trazem algumas mudanças nas anteriores, como a inclusão de capítulos e modificação de ordem legal. Um exemplo dessas mudanças ou atualizações foi a inclusão do capítulo sobre “Organismos Internacionais”, na 3ª edição do compêndio. Conforme o manual, o autor é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Licenciado em Filosofia. Bernardo Sabry foi professor de Direito e Legislação da Rede Oficial do Estado do Ceará e de Organização Social e Política Brasileira de Cursos Pré-universitários na capital cearense.

²⁸ Queremos deixar expresso nesta nota de pé de página, a importância da Biblioteca da Presidência da República para a produção científica do país. Enquanto estamos utilizando os arquivos digitalizados do órgão presidencial, sua existência física passou por um desmonte para abrigar o gabinete da ex-primeira-dama. Não esqueçamos, que o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em nenhuma de suas medidas, da sua posse ao seu final, tomou a educação como um setor que necessitasse de incentivo e desenvolvimento, muito pelo contrário, este governo foi marcado pelo ataque diário as universidades, aos pesquisadores e a todos os sujeitos envolvidos com o aperfeiçoamento da Educação no Brasil. Que esta tese, tenha como uma de suas finalidades demonstrar que a Educação, seu financiamento e os incentivos para o desenvolvimento do país são muito mais importantes do que o egoísmo com que muitos governantes utilizam como base ideológica para seus projetos de governo.

Rio (PUC – Rio), não nos causa espanto que os paraninfos e homenageados fossem personalidades que estivessem alinhadas ao pensamento das instituições e de cursos tradicionalmente ligados ao conservadorismo. E, naquele momento, quem senão os presidentes militares seriam os mais aptos a ocuparem o lugar de referência sobre a temática da Segurança Nacional para os formandos? Já os convites para as falas, dentro das universidades públicas, mesmo sendo instituições federais, partiam de turmas de formandos de cursos com tradição e caráter elitista, a exemplo, o curso de Engenharia²⁹. Essa postura de modelo ou referência do pensamento ideológico da ESG pode ser observada no início da fala do presidente General Humberto de Alencar Castello Branco, apresentada como aula inaugural do ano letivo de 1967, em que o próprio explanará sobre a temática – Segurança e Desenvolvimento –, apresentando os conceitos e desenvolvendo os ideais doutrinários aos novos estagiários da instituição.

O convite para pronunciar a aula inaugural do ano letivo que hoje se inicia na Escola Superior de Guerra só pode vir à conta de um depoimento, e nunca de uma homenagem. Esta não teria sentido, enquanto aquele tem a validade de um testemunho, mesmo que não possua a intenção de trazer ensinamentos. A iniciativa de vosso Comandante trazendo-me a este auditório para falar-vos no começo de vossos trabalhos não deixa, no entanto, de me atribuir mais do que confiança no conferencista já aposentado desta casa pois me concede o privilégio de, voltando, mesmo que por alguns instantes à Escola Superior de Guerra, possa reencontrar-me com uma das instituições mais humanistas do Brasil.³⁰

Já no caso dos discursos proferidos nas universidades, de acordo com os estudos de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), em seu livro *As universidades e o regime militar*, podemos supor que com o aparelhamento das instituições pós-golpe, por conta da “Operação Limpeza”, haveria pressões para a suspensão de cerimônias de colação de grau em que houvesse nomes significativos da oposição como paraninfos ou homenageados. Conforme o autor, nas universidades públicas foram instalados órgãos de vigilância, realizaram-se a troca de reitores e diretores de cursos e, somando-se a isso, houve as delações de professores, discentes e servidores por apoiadores do novo governo em prol da demissão de opositores. Dessa forma, não seria contraditório que os nomes possíveis nas cerimônias e homenagens futuras fossem apoiadores ou como podemos observar nos arquivos da Biblioteca da Presidência da República, os próprios presidentes militares e/ou seus representantes.

²⁹ Destaquei o curso de Engenharia, pois que analisaremos um discurso do general presidente Médici, na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971.

³⁰ Aula inaugural para o início do ano letivo de 1967, da Escola Superior de Guerra, ministrada pelo então presidente da república General Humberto de Alencar Castello Branco, no dia 13 de março de 1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1967/13.1.pdf/view> Último acesso em: 15.06.2020

Passados os primeiros meses do novo regime no poder, a sensação era de que a Operação Limpeza chegava ao fim. A brecha “legal” aberta pelo Ato Institucional para as demissões no serviço público se fechou em outubro de 1964, e com isso parte da insegurança se dissipou. É bem verdade que alguns inquéritos militares continuaram em atividade por mais alguns meses, gerando dissabores e aborrecimentos, e mais algumas detenções temporárias. Entretanto estava cada vez mais claro que tais processos trariam poucas consequências práticas, pois, na maioria terminavam em arquivamento ou absolvição. Ainda assim, a vigilância dos órgãos de informação continuava presente, e reitores e diretores recebiam constantes demandas sobre o paradeiro de gente procurada, assim como pressões contra cerimônias de colação de grau cujos paraninfos fossem personalidades de oposição. (MOTTA, 2014, p. 61)_Grifo nosso

A grande maioria desses discursos buscou enfatizar os feitos do governo. São uma espécie de justificativa ou de publicização do que estava sendo desenvolvido na esfera política e econômica pelo novo governo. Por isso, dos vários discursos existentes nos arquivos presidenciais, principalmente dos que falam aos jovens, selecionamos alguns que trouxeram uma maior ênfase em um modelo comportamental esperado para aqueles que estavam iniciando uma carreira profissional e, no caso dos estagiários da ESG, que terminavam os cursos voltados para o exercício da defesa e segurança nacional.

Muitos dos discursos que, de alguma forma, vão tocar na temática da juventude, seja diretamente ou não, serão associados a uma “boa formação da juventude”, como podemos observar, no trecho abaixo, retirado do discurso improvisado dado pelo General Ernesto Geisel na Universidade de Brasília, em 1978, em decorrência da inauguração da Faculdade de Tecnologia, que utilizamos também como título desse tópico.

É bem verdade que o setor educação, através do ministro Ney Braga, tem recebido atenção prioritária, porque nós acreditamos que o futuro do país repousa na boa formação da nossa juventude. É pela educação do nosso povo que podemos cumprir nosso objetivo de um Brasil melhor, com mais bem estar, com renda mais alta e melhores condições sociais³¹. (Grifo nosso)

Quando refletimos sobre o que seria a dita “boa formação” da juventude, o que podemos ressaltar são os aspectos psicossociais que são formulados dentro da Doutrina de Segurança Nacional, que veremos mais adiante. Em alguns discursos, como por exemplo, neste dado pelo general Costa e Silva, em dezembro de 1967, ao ser convidado como Patrono da turma dos novos engenheiros de operações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, podemos encontrar algumas características, mais generalistas, que o jovem deveria fortalecer na sua construção para o futuro.

³¹ Discurso proferido pelo general Ernesto Geisel, em 15 de fevereiro de 1978. improvisado na Universidade De Brasília (UNB), por ocasião da inauguração da Faculdade de Tecnologia. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/19.pdf/view> Último acesso em: 17/02/2020

Ser moço é desfrutar de um privilégio maravilhoso. É ser puro, Generoso. Idealista. Ardoroso. Entusiasmado. É ter um incontido anseio de renovação e é ser atuante, no sentido do progresso e do futuro. Ser moço é estar, permanentemente, em estado de graça.³²

Ainda sobre a questão da boa formação da juventude, podemos encontrar, também, nesse discurso do presidente Costa e Silva, a menção a Deus, representando a relação entre o regime e a Igreja Católica. Não esqueçamos que a Igreja, como instituição e com seu discurso fortemente anticomunista³³, foi um apoio de extrema importância para o golpe e sua consolidação.

O processo da educação faz parte da própria vida. Mas, há de ser uma educação integral, completa, global e, sobretudo, movida e dirigida por valores altamente positivos, onde esteja visível, nos alevantados objetivos a conquistar, a presença constante de Deus. Tereis, pois, de eleger, perseguir e alcançar fins que vos dignifiquem e aproximem, cada vez mais, do Ser Supremo.³⁴

Em 1971, sob o título *Palavras à Juventude*, o filho do Presidente Médici e professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Roberto Nogueira Médici, transmitiu o discurso o pai, escolhido como Paraninfo da turma diplomada de Engenheiros daquele ano. Nesse documento podemos encontrar mais uma caracterização do modelo de juventude defendido pelo governo militar no trecho em que o presidente expõe sua confiança nos jovens.

Acredito e confio na juventude sem compromisso, a não ser os que a gente assume perante Deus e a consciência dos homens; a juventude liberta de vinculações definitivas a ideologias, sistemas e radicalismos; a juventude liberta de interesses esmagadores, das palavras de ordem fanatizantes, das fórmulas feitas, das convenções aceitas, das obrigações inapeláveis, dos determinismos e dos tabus. [...] Confio e acredito na juventude que tem seu idealismo enraizado em nossa gente. A juventude é a hora que alimenta grandes e nobres aspirações; a gente a quem nada parece

³² BRASIL. Presidente (1967-1969): Arthur da Costa e Silva. Discurso proferido no Salão de conferências do Hotel Glória, na antiga capital da República, a 18 de dezembro de 1967, como patrono da turma de novos engenheiros de operações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 5 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1967/28.pdf/view>. Acesso em: 10 mai. 2021

³³ Um dos estudos mais importantes relacionados ao discurso anticomunista no Brasil é do historiador Rodrigo Patto Sá Motta intitulado “Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964”, publicado em 2002. Nas palavras do autor, a obra tem como objetivo “[...] estudar o anticomunismo tanto no aspecto de constituição de representações – principalmente ideário, imaginário e iconografia –, quanto das ações – estruturação de movimentos e organizações anticomunistas, perseguição aos comunistas e manipulação oportunista do anticomunismo” (SÁ MOTTA, 2002, p. XXV).

³⁴ BRASIL. Presidente (1967-1969): Arthur da Costa e Silva. Discurso proferido no Salão de conferências do Hotel Glória, na antiga capital da República, a 18 de dezembro de 1967, como patrono da turma de novos engenheiros de operações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 5 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1967/28.pdf/view>. Acesso em: 10 mai. 2021

impossível, e cujos ideais não se amesquinham na conveniência, na cupidez, na ambição, antes se sublimam na dádiva e no amor.³⁵

Ainda nas palavras do presidente, há na juventude “[...] o impulso de afirmação nacional [...]”. Esse impulso será tomado como o “[...] motor de todos os gestos e decisões” de Médici que orienta “[...] nossos passos, lá fora e aqui dentro, na valorização do que é nosso, na expansão das exportações, na abertura de mercados, na defesa do interesse brasileiro, que outro não é senão o da felicidade de nosso povo”. Onde a felicidade do povo seria o reflexo dos programas de desenvolvimento que o presidente não deixa de expor em sua fala.

A afirmação nacional ilumina os canteiros de trabalho que hoje se abrem ao vosso idealismo: o Programa de Integração Nacional, o PROTERRA, o PRODOESTE, os programas vários, os energéticos, o siderúrgico, os de mineração, os de telecomunicações, o de habitação, os de construção aeronáutica e naval.³⁶

Por fim, o presidente faz um apelo à juventude para que esta não se deixe afetar “[...] – por inércia, ressonância e mimetismo – o vazio e o desespero, o desânimo, o tédio e os torpores de jovens e tristes sombras da decadência”.

Ao compararmos os discursos, observamos que ao falar da juventude, os presidentes, tendem a enquadrar os jovens, que não estão de acordo com os preceitos da DSN, como uma minoria de sujeitos ingênuos que são manipulados por forças sombrias. Há a tendência em citar uma dualidade entre os jovens: uma juventude idealista e livre dos fanatismos em contraponto à juventude passível de manipulações ideológicas. Juventude essa que ao perder-se e ceder ao apelo de ativistas, serão enquadrados sob o signo da subversão. Como podemos ver no trecho abaixo:

A fermentação entre nós se processa em uma minoria inquieta, constituída de moços mais sujeitos, por ingenuidade ou excesso de boa-fé, aos apelos de ativistas ideologicamente preparados para transformar reivindicações muitas vezes justas em movimentos freqüentemente destituídos de justiça e muitas vezes animados de propósitos anarquistas, que não são os propósitos da juventude.³⁷

³⁵ Discurso do presidente general Emílio G. Médici, transmitido pelo professor Roberto Nogueira Médici, na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/23.pdf/view> Último acesso em: 13/02/2023

³⁶ Discurso do presidente general Emílio G. Médici, transmitido pelo professor Roberto Nogueira Médici, na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/23.pdf/view> Último acesso em: 13/02/2023

³⁷ Discurso proferido pelo General Costa e Silva, proferido no Colégio Técnico Universitário, em Juiz De Fora (MINAS GERAIS), a 22 de outubro de 1968, como paraninfo da turma de formandos nos cursos de eletrotécnica, máquinas e motores. p. 435. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1968/29.pdf/view> Último acesso em: 13.03.2020

Mais do que enquadrar esses jovens em lados, os jovens sadios ou subvertidos, os discursos presidenciais são performances do projeto desenvolvido dentro da Escola Superior de Guerra e esteve afiado com a Doutrina de Segurança Nacional, como já afirmamos no início deste tópico. Para entendermos, especificamente, quais reflexões estavam sendo propagadas pelas Forças Armadas, mais especificamente o Exército brasileiro, com a temática voltada à juventude, podemos analisar alguns textos que foram publicados na Revista *A Defesa Nacional*, entre os anos de 1960 e 1980.

A Revista *A Defesa Nacional* é um periódico ligado ao Comando do Exército ainda em atividade. Conforme Fernanda dos Santos Nascimento (2010), a revista foi criada em 20 de setembro de 1913³⁸, no Rio de Janeiro, por um grupo de jovens militares do Exército, “[...] inspirados pelos ensinamentos recebidos em estágios realizados na Alemanha” (NASCIMENTO, 2010, p. 60). A publicação tinha como intuito incutir na instituição “[...] uma cultura realmente profissional, ligada às necessidades da guerra moderna” (NASCIMENTO, 2011, p. 2). Ainda segundo a autora, em seu recorte estudado, entre os anos de 1931 e 1937, mesmo com a situação crítica pela qual o Exército passava, manteve-se sua periodicidade³⁹.

De acordo com a própria revista, em inscrição posta em algumas capas, a proposta é que esta fosse uma publicação de assuntos militares e estudos brasileiros. Porém, ao analisar o intervalo das décadas de 1960 a 1980, os temas que mais aparecem são referentes à geopolítica brasileira, segurança nacional (*Segurança Nacional, fator de desenvolvimento da Amazônia* – edição nº616, de 1967; *Comunicação e Segurança Nacional* – edição nº 643, de 1972; *Conhecendo o inimigo interno* – edição de nº 677, de 1978), geopolítica dos países vizinhos (*Comentário sobre “Venezuela Geopolítica”* e *Uma Geopolítica PANAMAZÔNICA* – ambas na edição nº 677, *Fatores geopolíticos na América Latina* – edição nº 679, edições publicadas em 1978), mapas do território, atividades das escolas militares, comportamento social (Mocidade transviada e Juventude são temas que aparecem em específico e transversalmente em outros assuntos, por exemplo, quando vão debater o currículo escolar e educação cívica), meios de comunicação e sua relação com os indivíduos, problemáticas referentes ao Exército brasileiro, além dos artigos que vão reificar a “Revolução” e outros que propõem uma reflexão sobre a formação do tecido social do país, uso de drogas (*Maconha: o perigo minimizado*,

³⁸ Registrada em Ata nesta data, porém os dados de fundação que aparecem nos números por nós consultados datam do dia 10 de outubro de 1913.

³⁹ De 1913 a 1921 sua periodicidade mantinha-se mensalmente, porém a partir deste ano a revista ora começa a sair bimestralmente ora trimestralmente. Nos exemplares que tivemos acesso, nos anos de 1964 a 1984, pudemos observar sua saída bimestralmente.

edição nº 667, de 1976). A partir da edição de número 650, de jul./agos. de 1973 seus artigos passam a ser categorizados em *Cultura Geral*, já em 1980, as categorias são reorganizadas e passam a estar divididas em *Política, Geopolítica e Estratégia; Administração, Economia e Finanças; Tática e Técnica Militares e Educação e História*. As edições tinham, em média, 150 e 200 páginas e, alguns exemplares, continham páginas inteiras dedicadas a anúncios publicitários de empresas estatais como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a VASP, como também de empresas privadas, como podemos observar, na imagem abaixo, um anúncio de café solúvel instantâneo, na edição de nº 609, de set/out de 1966.

Figura 01 – Anúncio do produto Nescafé, da empresa Nestlé, edição nº 609, 1966.



Fonte: Revista A Defesa Nacional, edição nº 609, 1966.

Alguns desses anúncios podiam vir em folha inteira, impressos em papel *couché*⁴⁰ (com brilho, porém preto e branco) ou em meia página entre os artigos. Supomos que estas publicidades fossem uma forma de patrocínio para a publicação da revista, visto que, esta passou por inúmeras crises que prejudicaram sua manutenção, conforme Fernanda de Santos Nascimento (2010). Ainda de acordo com a autora, o assunto publicidade dentro da revista, como meio de arrecadação de fundos, sempre foi motivo de debate desde sua fundação. Pelo fato de ser uma publicação muito específica, os militares acreditavam que não pudesse haver um interesse das empresas em patrocinar o periódico. Porém, após 1930, viu-se a necessidade

⁴⁰ O papel *couché* é um tipo de papel que foi revestido por uma mistura de materiais ou um polímero para conferir certas qualidades ao papel, incluindo peso, brilho superficial, suavidade ou redução da absorção de tinta. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Papel_couch%C3%A9

de uma estabilidade para a revista, assim, criou-se um corpo de sócios, militares e civis, que “[...] pagariam uma mensalidade de maior valor que os assinantes, além de se comprometerem a dar contribuições pecuniárias quando solicitado. Sua responsabilidade seria a manutenção da revista em tempos de crise” (NASCIMENTO, 2010, p. 116).

No tocante às colaborações, estas deveriam seguir as seguintes observações: “ser datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 fôlhas, Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim”. Além de textos originais a publicação aceitava traduções (indicando a fonte e autorização). Os originais não eram restituídos, mesmo que não aprovados e, em caso de aprovação, seriam remuneradas de acordo com o julgamento da Redação, tendo como valor mínimo Cr\$1.000, 00. Sua aquisição poderia ser feita por assinatura anual e mensal, como também havia a venda de exemplares avulsos.⁴¹

Iniciamos este tópico analisando alguns materiais oficiais pensados para a difusão de um projeto de juventude inserido nas grades das disciplinas de EMC e OSPB, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, que deveria ser internalizado pelos próprios jovens em seus estudos básicos. No próximo tópico, passamos a analisar, através do periódico *Defesa Nacional*, como esse projeto foi amplamente difundido, também, no “mundo dos adultos”. Pois, que dessa forma, o jovem não teria onde se esconder. Assim, estaria em constante vigilância e repressão pela sociedade.

2.2 “Nossa juventude está espiritualmente enfêrma”: Juventude em crise

Ao analisarmos alguns exemplares da revista *A Defesa Nacional* pudemos identificar, na edição de nº 606, do ano de 1966, um apelo para que os indivíduos colaborassem com a redação do periódico. Nesse apelo, a redação, pede a contribuição de oficiais, sargentos das tropas, das escolas militares, monitores e alunos. São solicitadas análises de problemas referentes ao Exército e ao Brasil, afinal a revista se apresentava como uma revista de assuntos militares e estudos brasileiros, porém abre-se possibilidade para a publicação de pontos de instrução, artigos estrangeiros (as traduções) que despertassem interesses e fossem dignos de serem divulgados (assim como os demais textos passíveis de aprovação ou reprovação pela redação, esta composta por militares do Exército brasileiro).

⁴¹ Assinatura anual: Cr\$ 600,00 (Brasil) e Cr\$ 2.000,00 (exterior); Assinatura Mensal: Cr\$ 50,00 (Brasil); Números avulsos: Mês: Cr\$ 80,00 e Atrasado: Cr\$ 100,00.

Desses artigos, selecionamos alguns que trazem a temática da juventude, em específico, ou que toquem na questão da formação dos jovens. Na grande maioria dos artigos⁴², assim como os que selecionamos para a análise, há uma correspondência entre os títulos e o conteúdo expresso no desenvolver do escrito. Alguns dos textos já em seu título destacam o termo juventude, como podemos observar, na publicação feita na edição de julho/agosto de 1966, intitulado *Juventude em Crise*, produzido pelo oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) Cel. Cav. Obino Lacerda Alves. Neste artigo, inicialmente, o autor vai apresentar como uma das causas dessa crise na educação dos filhos e, conseqüentemente, desvio da juventude ou como intitula o texto, a crise da juventude, “[...] O progressivo afastamento dos princípios religiosos e morais, o relaxamento dos costumes, o ceticismo, quando não cinismo desenfreado, [...]” característico das grandes metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A juventude brasileira, principalmente nos meios estudantis de cidades como Rio e São Paulo, está animada do mesmo estado de espírito, divorciada da geração mais velha e com comportamento na vida social, na participação política e no esporte, marcado de tanta rebeldia como são os jovens de Londres, Moscou ou Nova Iorque. Os jovens vivem vida à parte, criam linguagem e símbolos especiais e cantam na TV canções como “o desejo de posse de seu amor e que tudo o mais vá para o inferno”. Sim, mandaram ao inferno tôdas as crenças e preconceitos de seus pais.⁴³

A partir desse diagnóstico, Obino Lacerda, utilizando-se de um trecho da música de Roberto Carlos⁴⁴, por meio de mais alguns exemplos, como os casos em que os jovens estiveram envolvidos em questões políticas, desenvolve sua argumentação sobre o comportamento rebelde da juventude.

A União Nacional dos Estudantes! Quem não se lembra da UNE? A União transformou-se em potência dentro do Estado. Aliada ao Comando-Geral dos Trabalhadores – o famigerado CGT – constituiu-se numa das principais alavancas da subversão, desmontada pela Revolução de março de 1964. O Inquérito Policial-Militar instaurado a respeito revelou um conjunto de atividades criminosas, onde sobressaem a apropriação indébita, a corrupção generalizada e as práticas subversivas. Tudo – menos estudo...⁴⁵

Em meio a subversão apresentada pelo autor, este afirma a necessidade de resguardar a juventude, pois a ela cabe a “[...] chave do nosso futuro”.

⁴² Tivemos acesso a alguns exemplares da revista *A Defesa Nacional* com o recorte entre os anos 1964 – 1984.

⁴³ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 89

⁴⁴ A música *Que tudo vá pro inferno* é uma composição de Roberto Carlos com letra de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, gravada e lançada em 1965. A composição tornou-se um dos maiores sucessos da Jovem Guarda. Cf. ARAÚJO. Paulo César, Roberto Carlos em Detalhes, Editora Planeta, 2006.

⁴⁵ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 90

Educadores e sociólogos estão de acôrdo em que a Juventude constitui o maior tesouro de uma nação. Os jovens serão os herdeiros de nosso patrimônio material e moral e com essa herança hão de fundar o progresso e a prosperidade do Brasil. Dentro de uma geração, êles serão a elite dirigente em muitos campos e dêles – desses artifices – dependerá a criação de uma nova sociedade, mais solidária e harmoniosa e, portanto, mais democrática e feliz. Dentro de duas ou três décadas, viveremos em função de sua inteligência e saber. Grifo nosso.⁴⁶

Dessa forma, são colocadas algumas questões para que o texto possa propor uma solução para a formação educativa moral e cívica para esses jovens em crise. Percebamos que não se trata, a princípio de todos os jovens brasileiros, mas da futura elite dirigente do país, como podemos observar no trecho grifado. Estes questionamentos são dirigidos aos comportamentos e rumos que estes jovens estão traçando, o que os desvia, como neutralizar essas perturbações e, como trazer esses jovens ao caminho correto. Quando refletimos sobre quem são esses jovens e, no próprio trecho destacado temos a resposta, nos questionamos sobre a ausência ou exclusão dos demais jovens brasileiros, os que não se encaixam na chamada “elite dirigente”. São os jovens que se encontram dentro de uma visão do que seria a juventude ideal defendida pela própria revista, pelas Forças Armadas e pelos apoiadores do golpe de 1964, um modelo que podemos identificar na citação abaixo, publicada em 1971, sob a autoria do 2º Sgt. Cesar Prinz Salomão.

O pensamento do jovem brasileiro é límpido, êle e seus colegas jovens não se preocupam com greves, movimentos revoltosos, contra isso ou aquilo. Êle voltou-se para o interior dêsse gigantesco Brasil e viu que algo estava faltando: sua presença, e quando deveria descansar dos labutos escolares incorporar-se de corpo e alma no fabuloso “Projeto Rondon” e embrenhar-se Brasil adentro à procura de ajudar a construir um Brasil forte e grande. Viu de perto o verdadeiro sentido da palavra utilidade, e sente-se útil.⁴⁷

A grande maioria dos textos, divulgados pela Revista *A Defesa Nacional*, vão generalizar o discurso sobre a juventude tentando homogeneizar a categoria, dessa forma, excluindo a parcela dos jovens das classes populares, afinal, estes não estavam presentes nos bancos universitários, ou não deveriam estar⁴⁸. Poucos textos, como este de onde retiramos este trecho, vão delimitar para quem é direcionada a ação proposta. Até porque, se lembrarmos para quem a publicação era destinada, quem seria seu público-alvo, mesmo não estando especificado

⁴⁶ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 90

⁴⁷ *Brasil Jovem*, escrito pelo 2º Sgt. Cesar Prinz Salomão QGR/3 – Curitiba – PR e publicado na revista *A Defesa Nacional*, nº 639, p. 129-130, 1971.

⁴⁸ De acordo com Relatório sobre o desenvolvimento humano, produzido em 1996, entre as décadas de 1960 e 1990, 39,8% dos jovens de 15 a 17 anos das famílias pobres somente trabalham. A porcentagem de analfabetos em 1970 chega a ser de 43%, nível fundamental 1ª fase de 40% e na 2ª fase 12%, se formos observar, apenas 2% da população brasileira tinha o nível superior. Dados disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Estat%C3%ADsticas+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%AAsica+no+Brasil/e2826e0e-9884-423c-a2e4-658640ddff90?version=1.1> Último acesso em 16.06.2020,

pelo periódico, sabemos que não seria para a classe trabalhadora e, sim, para uma classe média alta fluminense ou em um caso de intercâmbio, ao sugerir essa possibilidade, de indivíduos que morassem no estrangeiro. Dessa forma, não teria sentido refletir sobre uma outra juventude (popular) senão aquela que seria “[...] a chave do nosso futuro”.⁴⁹

Como em praticamente todos os textos que vão dissertar sobre a transgressão da juventude, este não é diferente em relação às causas de todos os males sociais se deram a partir da infiltração do marxismo, tratado pelo autor como uma agressão ideológica e como “o ‘cavalo de Tróia’ da sociedade democrática”, pois ao disputarem dentro do jogo político democrático, os agentes comunistas, de acordo com Obino, quase tiveram êxito no governo de João Goulart.

São de hoje as conquistas realizadas em todos os campos: a representação política contaminada nos três planos – federal, estadual e municipal; parte do poder judiciário atuando sob critérios marxistas; grande número de homens da imprensa, do rádio e da televisão a serviço da causa comunista; a ação da Igreja, afetada pela propaganda; o comprometimento das Forças Armadas, cuja coesão e disciplina estiveram em perigo. Não seria, pois, de admirar que os aventureiros, os inocentes úteis, os ditos “socialistas” e os ativos agitadores marxistas, quase alcançassem o sucesso total na administração passada, que levou o Brasil à beira do caos.⁵⁰

Para Obino Lacerda, a própria Educação estava infestada de marxistas, nas palavras do autor, “[...] grande parte dos professores, sobretudo no nível universitário, foram conquistados pelo Partido Comunista”. Refletindo acerca dessa afirmação, voltamos aos estudos de Rodrigo Patto (2014), referentes às universidades durante o regime militar, e podemos ter outra posição acerca dessa cooptação dos professores ao comunismo e à possibilidade facilitada de conversão dos jovens, pois que de acordo com o autor, a dimensão da influência exercida pelos professores aos estudantes universitários foi exagerada, já que “[...] fontes da época mostram que a esquerdização da juventude era processo mais complexo, cujo desenvolvimento se fazia de maneira independente da opinião dos professores” (MOTTA, 2014, p. 62).

Obino, utilizando-se metaforicamente dos conceitos da patologia, afirma que a Educação do país estava contaminada por esses agentes desviantes. Literalmente, o autor afirma que a “[...] juventude está espiritualmente enfêrma”.

Quase simultânea e conseqüentemente passou-se à conquista dos vários diretórios acadêmicos, das federações regionais de estudantes e da União Nacional – a UNE. De greve em greve, de conquista em conquista, os estudantes universitários, despreparados e imaturos, foram ganhando cada vez mais força e poder nas decisões

⁴⁹ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 91

⁵⁰ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 93

políticas, galgando mesmo postos na administração universitária e propiciando a irresponsabilidade e a anarquia do Ensino Superior do País.⁵¹

Diante desse quadro apresentado pelo autor, da conquista comunista no meio dos jovens, principalmente os universitários e, conseqüentemente, sua crescente participação no âmbito político, fazia-se necessária a reflexão sobre as responsabilidades e os caminhos que possibilitaram esse avanço das ideias comunistas que levaram ao desvirtuamento do meio juvenil. Obino Lacerda afirma que a legislação é a causa maior que permitiu que se chegasse a essa situação. Para ele, nossa Constituição, ainda de 1946, ao permitir a livre manifestação do pensamento e proteger os cidadãos que tinham convicções políticas ou filosóficas marxistas deram um terreno fértil para a cultura comunista no Brasil.

O provimento dos poderes do Estado não exige fidelidade aos postulados democráticos. Mais de um dos supremos mandatários do País, numerosos governantes regionais, congressistas e outros agentes do Poder Público, direta ou indiretamente, tendo ou não consciência do alcance de seus atos, atuaram em benefício do aparelho comunista.⁵²

Em sua conclusão, além de naturalizar uma visão tradicional sobre o comportamento juvenil, onde os indivíduos “por natureza” precisam ser protegidos e guiados, retomando a fragilidade da categoria, Obino Lacerda, também sugere o investimento para concretizar seu pensamento duas frentes: a) a fortificação do elo familiar e b) uma política educacional que tenha como base as lições e a prática do civismo.

O instinto natural dos jovens busca proteção e guia. Despojados da orientação familiar, seja por omissão dos pais ou transferência de suas funções para o professor, ainda assim eles buscam uma liderança, um guia efetivo. Quando falham êsses dois elos, a Juventude permanece desamparada e se entrega à orientação de aventureiros, falsos líderes, ou guias perniciosos – como os comunistas. Trata-se, pois, de fortificar os elos de orientação juvenil, no plano da Família e no da Escola. (Grifo nosso)⁵³

É importante ressaltar, que uma das ferramentas que poderia estar a serviço desse projeto orientador da juventude foi a televisão. Para o autor, a TV, com regulação de uso, seria o meio mais moderno e eficiente de educação em massa. Nas suas palavras, “[...] empregá-la sob a direção de educadores e psicólogos capacitados, eis o primeiro passo a encetar na retificação do rumo da Juventude”. Não esqueçamos que, nesse período, principalmente durante a década de 1970⁵⁴, houve uma intensa produção científica que versava sobre as possibilidades

⁵¹ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 94

⁵² Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 95

⁵³ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 96

⁵⁴ “As “consequências” da televisão na sociedade foi um tema muito debatido no Brasil, principalmente a partir da década de 1970. O assunto era muito pensado dentro do meio da comunicação social, tanto pelas redes televisivas e seus objetivos de lucro, como pelas empresas cinematográficas que viam o aparelho como uma ameaça para o desenvolvimento desse ramo. Mas, para além desses grupos, psicólogos, sociólogos e outros

e os problemas nos usos da Televisão⁵⁵, como podemos observar, em alguns artigos publicados pela própria revista⁵⁶.

Outras recomendações são sugeridas como, o cuidado com os professores, pensando a valorização da profissão, principalmente no que tange à remuneração digna. Sem esquecer da assistência e orientação das escolas na formação de professores, desde o nível primário até o universitário. Dessa forma, o autor afirma que esse cuidado deveria “[...] despertar nos mestres responsáveis pelo ensino as qualidades morais necessárias à nobreza e às transcendências da missão”.

Além de tudo isso, o autor lista outras sugestões mais pontuais como incluir nos currículos as questões cívicas, como já citamos alguns parágrafos acima, uma melhor reorganização da administração escolar, repensar o sistema de constituição dos órgãos estudantis, que anteriormente, o autor citou como fonte de infiltração das ideias marxistas, rever a dinâmica da cúpula de ensino do país, extinguindo os males, a vitaliciedade e liberdade de cátedra, executando uma rotatividade dos dirigentes. E, por fim, rever a Lei de Diretrizes e Bases, que neste momento ainda estava em vigor a publicada em 1961.

Entretanto, tais medidas não serão suficientes, pois permaneceriam sem correção numerosas distorções nos campos políticos e social. Faz-se, pois, mister reexaminar um conjunto de leis, - como a da Imprensa, a das Diversões e outras semelhantes, - regulando as atividades que incidam no campo da educação e tenham grande influência na vida da sociedade.⁵⁷

cientistas sociais entraram no debate pensando a sociedade em contato com essa nova tecnologia”. (RIOS, 2019, p. 1) Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565318121_ARQUIVO_ASCONSEQUENCIASDEUMAR_ACAODIARIA.pdf Último acesso em 16.06.2020

⁵⁵ A Televisão no Brasil, ganhou estudos nos últimos anos, um dos autores que encontramos como referência em muitos trabalhos é Sérgio Mattos, nas obras *Um perfil da TV Brasileira: 40anos de história – 1950/1990* (1990); *Comunicação, Desenvolvimento e Segurança Nacional* (1988); *O controle dos meios de comunicação* (1996); *História da televisão brasileira: Uma visão econômica, social e política* (2002) entre outras. Indicamos a leitura também dos estudos referentes aos usos da Televisão de Valesca Gomes Rios, no texto “*As consequências de uma ração diária*”: as construções acerca da criança telespectadora na década de 1970. Publicado nos Anais Eletrônicos do 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH, Recife, 2019. Disponível em: Link https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565318121_ARQUIVO_ASCONSEQUENCIASDEUMAR_ACAODIARIA.pdf e da dissertação de Rafael de Farias Vieira intitulada *Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional: ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964-1988)*. Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em História Social, UFC – Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: Link: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21164/1/2016_dis_rfveira.pdf

⁵⁶ Encontramos artigos sobre a temática nas edições: Jan./Fev. 1965 “Televisão Educativa”; nº 616 Nov./Dez. 1967 “Da necessidade de se criar e aperfeiçoar instalações de televisão para a educação”; nº 609 Set./Out. 1966 “TV Educativa”; nº 627 Set./Out. 1969 “Instrução pela TV – Moderna e atraente maneira de aprender” e “Considerações sobre a oportunidade da opção satélite para TV Educativa no Brasil”; nº632 Jul./Ago. 1970 “Uma contribuição para o planejamento da TVE no Brasil”; nº 639 Set./Out. 1971 “A comunicação como forma de tecnologia educacional”.

⁵⁷ Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1966. p. 97.

De Juventude em crise passamos para os jovens definidos como “Transviados”, nesse caso específico, no artigo d’A *Defesa Nacional*, a professora do Colégio Pedro II, Hilda Reis Capucci, vai dissertar sobre essa questão na perspectiva de refletir se os jovens realmente passariam por um transvio ou se não sofreriam uma forma de abandono.

Hilda Reis, logo nos primeiros parágrafos, já afirma que a Juventude passa por esses dois processos. Para a autora, “[...] há *mocidade abandonada e mocidade transviada*”.

Mas não *mocidade transviada* no sentido em que muitos vêm tomando o termo, isto é, que por si só se transvia, que por si mesma se afasta da trilha, da má inclinação, de má qualidade. Não, com isso não concordamos. Aceitamos que há mocidade transviada, mas transviada porque outros a transviam; porque idéias malsãs, por que *arte* dirigida intencionalmente para o sórdido, o boçal, o absurdo, porque falsos mestres, - isto é, indivíduos de más tendências e piores intenções, que se infiltram no magistério, - a desviam da rota; porque o desequilíbrio dos lares e o abandono em que vive boa parte de crianças e moços os impede, como plantas sem estaca e sem cuidados, de desenvolver-se em postura reta, de escapar às influências poderosas de ventos pertinazes que as vergam a seu talante em tal ou qual sentido; porque exemplos nada felizes lhe são dados a cada passo.⁵⁸ (Grifos nossos)

Como podemos perceber, a partir da citação acima, a ideia de que os jovens não poderiam ser culpados de tomarem o caminho transviado estará presente na maioria das análises sobre o comportamento juvenil. Porém, mesmo não sendo responsabilizada imediatamente pelo desvio, a juventude, principalmente os que estavam inseridos nos bancos estudantis, tanto secundaristas quanto universitários, serão alvos da perseguição dos órgãos repressivos. A visão do inimigo que é um outro, também, estará presente quando se trata do sujeito desviado, reafirmando a ideia de inculpabilidade do jovem “desenvolver-se em postura reta”. Lembremos que os discursos e reflexões trazidas por esses autores fazem referência a uma parcela da população jovem, porção que tinha acesso às escolas e universidades.

O que é apresentado por diversos autores, como a própria professora Hilda Reis, é que existe uma falha, nos principais pilares de formação cidadã do país, a família moderna e a escola. Dito de outro modo, esses dois âmbitos formadores não são capazes de educar os sujeitos que serão responsáveis pelo engrandecimento e futuro do país. Essa ideia estará presente na justificativa do parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) que torna obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica⁵⁹ que analisaremos mais adiante.

Com referência ao desequilíbrio dos lares, Hilda Reis afirma que:

⁵⁸ Revista *A Defesa Nacional*. Jan./Fev. de 1967, p. 105.

⁵⁹ BRASIL. Parecer nº 3/69, de 04 de fevereiro de 1969, do CFE. Torna obrigatório o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica. In: **Documenta nº97**, Rio de Janeiro, jan/fev. 1969.

Por quê se esfacelam em tão grande número os lares? – temo-nos perguntado várias vezes. Por quê? Porque a mulher ainda está deslumbrada com a recente reconquista de seus direitos e perde facilmente a paciência ante as deficiências e o velho vêzo de mandar e abusar, de que os homens não podem sem dificuldade libertar-se. Porque os homens, em leis ou externando opiniões, aprovam direitos femininos, mas ainda vivem, na verdade, uma outra realidade – a certeza de que tais direitos representam para eles a perda de ancestrais primazias e deliciosos privilégios. Quando o homem deixar de sonhar, no seu subconsciente, com a mulher escrava, com a mulher submissa, e quando ela, a seu turno, souber usar a sua liberdade sem fazer disso porta larga para a intolerância, a arrogância, a presunção e até o direito de emparelhar com o homem no gôzo dos vícios e erros pequenos e grandes, os lares tornarão ao equilíbrio.

Em outro artigo específico sobre o reflexo da estrutura familiar sobre a formação da juventude no que tange à segurança nacional, assinado pelo procurador da república José Fernandes Dantas, traz alguns elementos que corroboram com os discursos frequentes acerca da importância da família para a formação de jovens cívicos e corresponsáveis pelo futuro da nação. Nesse texto, Dantas afirma que são fatores desagregadores da família os seguintes elementos: a influência econômica, carência de ordenamento e deslocamento da autoridade. Desses fatores, Dantas conclui que:

A família hodierna transformou-se de *fato*, requerendo uma adaptação *de direito*. Aos cônjuges faltam condições de cumprimento dos pesados deveres legais, como o exercício de direitos que já lhes escapam: varão e varoa já não se comportam na pauta do paternalismo matrimonial, mesmo que regado em mitigação do patriarcado (Lei nº 4.121/62). Dos filhos há o reclamo da capacidade de decisão, incompatível com os limites de sua posição de relativamente incapazes; da mãe solteira, o reclamo da legitimação da prole, envolta da obrigação alimentar (Lei nº 3.200/41 – recente lei francesa lhe concede o tratamento de madama); da desquitada, o da liberação do encargo de matrimoniada; da concubina o de estatuto de segurança econômica (lembre-se a jurisprudência do STF); e, logo mais, é justo, da ama-seca, o reclamo da integração igualitária na família, reconhecimento dos inegáveis favores maternos, pela relevante substituição a que se presta em suprir, no lar, a ausência da mãe! Convenhamos, pois, em que esse quadro circunstancial extravasa da esfera familiar, para lançar-se no campo nacional, com suas profundas repercussões nas atitudes da juventude.⁶⁰

Das duas citações, da professora Hilda e do procurador da República José Fernandes Dantes, é importante notar uma sobrecarga no papel feminino diante do masculino. No primeiro caso, é a mulher ao deslumbrar-se com as conquistas de direitos que fragiliza o lar e acaba esfacelando sua estrutura. Já a fala do procurador enfatiza o não comportamento do casal regido pelo paternalismo matrimonial, mas a ênfase recai sobre a perda do poder do homem. Dito de outro modo, o questionamento do patriarcado ou o questionamento do papel dos homens como o centro de autoridade e responsabilidade familiar “[...] determinou uma

⁶⁰ A Família e seu reflexo na posição da Juventude perante a Segurança Nacional, José Fernandes Dantas. Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1973, p. 13 - 27.

mudança radical da economia doméstica.” E, conseqüentemente, uma mudança radical na formação dos jovens.

Assim, o que antes era do foro das decisões paternas, as quais as autorizavam pela capacidade do *pater familias* como mentor único do patrimônio familiar, partiu-se em tantas outras esferas de decisão, conforme a maior ou menor contribuição laborativa dos filhos ou da varoa, que os imperativos da vida urbana conduziram do lar para os estabelecimentos de trabalho, exigindo deles razoável participação na formação do orçamento doméstico. Ora, deslocamento dessa monta tendeu para desagregar a família, mais ainda quando a sociedade industrial se expandiu para a escala imprevisível da chamada sociedade de massas. Tudo isso pôs em xeque os valores tradicionais que vinham forrando os ordenamentos pertinentes.⁶¹

Voltemos às análises da professora Hilda Reis, que após diagnosticar o que seria o problema do lar, ainda avaliará a relação patrão e empregado sob a diferenciação entre as figuras do homem e da mulher, realçando a desproporção entre as relações de poder. Posteriormente, ainda vai refletir sobre as crianças e os adolescentes, no tocante aos seus direitos e deveres e a confusão que sua imaturidade lhes causa. Por essa imaturidade imbuída aos jovens, a autora responsabilizará os adultos, que “[...] somado ao cansaço que decorre do trabalho de educar e bem assim do desejo de não parecerem carrascos, abrem mão insensatamente do dever e da necessidade de conduzir e orientar os mais novos”.

Assim, por conta dessa união de fatores a autora vai justificar sua tese, há os jovens transviados, mas seu desvio ocorre por conta do seu abandono pelos responsáveis.

E então soltam-nos, cofiam nêles além da medida, atribuem-lhes uma maturidade que eles estão longe de possuir, E eis as pobres plantinhas – crianças e moços – crescendo ao léu, criando-se ao sabor dos ventos bons ou maus que vejam bafejá-los; e eis o bom número dêles, na sua credulidade, com a sua boa fé, deixando-se arrastar por maus conselhos, seguindo caminhos ínvios, acreditando-se adultos quando não o são, julgando-se fortes quando ainda são fracos; e assim antecipando-se em infinidade de caminhos e atitudes que os levam, não raro, a apodrecer sem amadurecer.⁶²

Além de apresentar o abandono dos jovens culpabilizando os responsáveis, a autora ainda afirma que sempre existiram as “hienas humanas”, que no caso aqui específico os marxistas e comunistas, porém, estes não encontravam o terreno fértil que a autora afirma existir. Em decorrência dessa grande possibilidade de disseminação dessas ideais desviantes são esses sujeitos que “[...] difundem tóxicos, são os que ateiaram guerras, são os que estimulam ódios e lutas de classes, são os que induzem os moços e os pequeninos de tôda espécie à rebeldia.”

⁶¹ A Família e seu reflexo na posição da Juventude perante a Segurança Nacional, José Fernandes Dantas. Revista *A Defesa Nacional*. Jul./Ago. de 1973, p. 13 - 27.

⁶² Revista *A Defesa Nacional*. Jan./Fev. de 1967, p. 107.

Podemos concluir, ao analisar o texto de Hilda Reis, que a autora se propõe a encontrar os culpados pelo abandono da juventude, deixando estes jovens propícios ao transvio, mas sem esquecer que o maior problema ainda continua a ser a infiltração do comunismo, ratificando o discurso anticomunista presente desde o início do século XX.

Trabalhem com amor pelos moços e êles não nos decepcionarão. A Mocidade é pródiga, é generosa, é idealista, e tem aptidão para o bem e o trabalho. Ela só se transvia, ela só falha, quando esquecemos que ela precisa de nós, que ela espera por nós, que ela é semente a depender de mãos hábeis de jardineiros atentos e interessados.⁶³

Para a autora, é necessário que haja a união dessas categorias que andam em desarmonia, as mulheres e homens, o patrão e os empregados e os adultos, em geral, para que o país, neste caso específico, a educação e formação da juventude volte as suas raízes, que estariam baseadas na moral cristã, sendo esta, se nos atentarmos aos discursos presidenciais, base da Doutrina de Segurança Nacional.

E enquanto não conseguimos tudo, encarem os homens e as mulheres, que formam seus lares, com um pouco mais de compreensão e paciência o novo “modus vivendi” que resulta da liberdade feminina; decidam-se os empregados a cumprir melhor com seus deveres e libertem-se os patrões do egoísmo natural que os torna intolerantes para com as conquistas de seus subordinados; voltem-se os adultos com mais empenho e com maior responsabilidade para o seu dever de conduzir e orientar as gerações novas, exigindo dos jovens mais cordura e mais obediência (pela persuasão sempre que possível, mas não abrindo mão também da aplicação de prêmios e sanções, êsses prêmios e sanções que a Pedagogia Moderna, numa experiência infeliz, vem tentando proscrever, mas que, para a alma humana, têm o seu significado como estímulo e como aferimento de valor); reajam os artistas e o público contra a arte malsã e mesmo contra o inexpressivo, o equívoco e o absurdo que pretende impingir-se como “arte”; voltem os homens a cultuar com ufania e de boa ética, em vez de pô-los de banda como coisa inútil ou ultrapassada.⁶⁴

Podemos inferir desses dois textos presentes na Revista *A Defesa Nacional* que os discursos estão alinhados, sendo apresentados com metáforas distintas, numa mesma ideia da qual os jovens não têm capacidade para discernir entre o certo o errado, reforçando a tese de que a juventude é uma folha em branco na qual se pode imprimir personalidade e valores, assim, deslegitimando seu poder de ação sobre si. Dessa forma, caberia à sociedade e, principalmente ao governo federal dar um novo sentido à formação dessa juventude que, para os autores citados, será responsável pelo futuro na nação.

⁶³ Revista *A Defesa Nacional*. Jan./Fev. de 1967, p. 108

⁶⁴ Revista *A Defesa Nacional*. Jan./Fev. de 1967, p. 108

Vários foram os sujeitos, entre eles especialistas ou não⁶⁵, que ousaram apresentar análises sobre os problemas e dificuldades enfrentados pelos jovens brasileiros que acabavam, alguns, por transviar-se. Destarte, o governo autoritário procurou desenvolver estratégias para dar à sociedade uma resposta às aspirações de tantas vozes sobre a Educação ideal para a juventude. A resposta não seria uma novidade, pois que a disciplina ou prática educativa referente à Educação Moral e Cívica não foi uma regalia do governo militar.

2.3 “Civismo é Sentimento Nacional, é amor à Pátria”: o ensino de Educação Moral e Cívica

Como já viemos mostrando ao longo deste capítulo, nesse período de efervescência social, a educação brasileira sofreu sérios ajustes para se adequar à Lei de Segurança Nacional, um modelo de ação e compreensão do Estado que legitimava as atrocidades e impunidades ocorridas no período de exceção. A Educação, sendo um dos pilares para a formação dos cidadãos-modelo pretendidos pelo regime, teria que se adaptar ou passar por uma reformulação, como ocorreu em 1971 com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases que veio suplantar a LDB de 1961. Para que os ideais e valores base da LSN pudessem sustentar o plano autoritário do governo militar vários foram os mecanismos utilizados pelo Conselho Federal de Educação (CFE), órgão responsável pelo Sistema Educacional do país, para que essa legitimação ocorresse de modo organizado e eficaz. Podemos, nesse sentido, destacar a publicação do Decreto - lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que “*dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País, e dá outras providências*”.⁶⁶ A partir de tal dispositivo, em todas as esferas e níveis do sistema educacional brasileiro, obrigatoriamente haveria uma disciplina com teor cívico: Educação Moral e Cívica (EMC) ofertada no ensino do primeiro grau, Organização Social e Política Brasileira (OSP) no segundo grau e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB) no ensino superior⁶⁷. Para os militares intervencionistas, essa organização curricular ajudaria na formação do novo modelo de cidadão, pautado nos valores do civismo e do patriotismo.

⁶⁵ A grande maioria dos textos publicados na revista eram redigidos por indivíduos do alto escalão do exército, como também de outras patentes menores. Além dos sujeitos ligados ao Exército, também contava com a colaboração de professores, psicólogos, autoridades governamentais. Não se percebe uma exclusividade para os autores oriundos das Forças Armadas, mas fazendo uma comparação quantitativa há uma predominância desses sujeitos.

⁶⁶ BRASIL. Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País, e dá outras providências.

⁶⁷ Com a Lei nº 9.394/96 a terminologia “Ensino de primeiro e segundo graus” foi substituída por Educação Básica, sendo esta dividida em Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio.

Antes de nos atermos à análise da legislação, voltaremos à Revista *A Defesa Nacional*, pois nela, também, encontramos artigos específicos sobre a Educação Moral e Cívica. Entender o que era produzido sobre a temática nos parece ser de extrema importância para o entendimento tanto dos discursos que embasaram a obrigatoriedade da EMC como disciplina e prática educativa, como do projeto de juventude pensado e imposto pelo Governo ditatorial.

Em publicação datada de 1967, na edição de número 612, a RDN traz um artigo sobre a temática da Educação sob o título “Currículo e Cidadania”, escrito pela professora Nilda Bethlem Bastos⁶⁸. Logo no início do texto, a autora apresenta suas credenciais: “Mãe, professora desde os quinze anos de idade, inspetora federal de ensino e diretora de Escola Normal [...]”. Note-se que a autora legitima sua fala enaltecendo suas credenciais, para além de professora, inspetora federal de ensino e diretora da escola normal, primeiramente ela é Mãe. Sendo assim, a ênfase dada à maternidade se sobressai perante a formação acadêmica ou ao posto em que ocupa na sociedade. Podemos notar que, nos mais diferentes discursos autoritários, essa credencial familiar é utilizada para potencializar as falas dos sujeitos. Vemos isso tanto no trecho que destacamos, da professora Hilda, como também, no recorte abaixo, em que o general presidente Emílio G. Médici, em 1971, escolhido como paraninfo, transmitia agradecimentos e, porque não dizer conselhos, aos jovens formandos da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através de seu filho, que lia suas *palavras à juventude*, em seu lugar, dando um tom familiar ao momento.

⁶⁸ De acordo com a nota do redator a autora era graduada pelo George Peabody College, professora catedrática do Instituto de Educação e membro da Diretoria do Instituto Brasil Estados Unidos (Ibeu). Lembremos que, desde a década de 1950, o governo brasileiro mantinha uma cooperação com governo norte americano e essa cooperação perpassava por vários setores, incluindo a Educação. Na aula inaugural, de 10 de março de 1970, o presidente Médici, fala para os novos estagiários da Escola Superior de Guerra que o país, “Em favor da educação de nosso povo aceitamos a ajuda internacional, venha de onde vier, desde que não nos sejam impostos condicionamentos lesivos à nossa dignidade e à liberdade de orientarmos a formação de nossos jovens segundo nossos padrões morais e as nossas próprias concepções de vida”. Disponível, na íntegra, no site da Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/07/view> Último Acesso em 10/03/2020. Dessa forma, os EUA tiveram uma grande participação em programas do setor educacional, como por exemplo, na Reforma Universitária de 1968, ainda no governo de Costa e Silva, e o famoso acordo MEC-USAID. De acordo com o verbete, presente no dicionário de verbetes da FGV, “Para a execução desse acordo, a ser realizada através da Diretoria do Ensino Superior do MEC, ficou determinada a constituição de uma equipe mista, composta de cinco membros de cada país. Esta equipe atuaria junto ao MEC com o nome de Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), depois Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), cabendo-lhe: a) fazer uma análise em profundidade da situação desse nível de ensino no país e determinar o que constituiria um sistema de ensino superior ideal para o Brasil; b) estabelecer confrontos entre as características ideais e as necessidades constatadas; c) apresentar, de modo a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento, medidas necessárias à execução do plano, mediante reformas consideradas necessárias ao sistema; e d) finalmente, desenvolver todo um esforço de planejamento, a fim de garantir um equilíbrio essencial entre análise e ação.” Mais informações sobre Cf. <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetematico/acordo-mec-usaid> Último acesso 18/03/2020.

Aqui, neste mesmo Salão Nobre, em 1957, vi meu primeiro filho diplomar-se engenheiro e, nove anos depois, já feito paraninfo, ouvi-o falar, por sua vez, a outros engenheiros. E, no ano passado, esta Casa, assim tão ligada à minha vida, deu-me a emoção e a láurea do doutorado de honra.⁶⁹

É a partir dessas credenciais, profissionais e, principalmente, familiares, que a autora legitima seu lugar de poder para desenvolver suas ideias sobre a escola, o professor e o currículo. Esse dispositivo acionado pela autora, como já foi dito, demarca sua posição de especialista sobre o assunto, tanto que o faz dentro do corpo do texto. Já a revista aciona o rodapé do texto para apresentar as credenciais acadêmicas dos autores especialistas, quando se trata de um artigo de opinião, que não tenha características de estudo científico há apenas a especificação do autor, por exemplo, no caso do Procurador da República José Fernandes Dantas, não houve a necessidade de estender sua apresentação para uma nota de pé de página.

A partir do questionamento, “Como pode o currículo fazer alguma coisa para melhorar a formação do cidadão brasileiro?”, autora vai apresentar o que ela entende ser a escola e como deveria ser, também vai conceituar o que entende por currículo, cidadania e desenvolverá toda argumentação sobre a construção de um currículo que dê ênfase à formação cidadã do jovem.

Embora como sabemos, não seja a escola a instituição que mais educa, foi criada com o fim precípua de educar. E eu creio na escola. Creio na força de um currículo bem planejado e num professor bem formado, capaz de manejar o currículo como um poderoso instrumento de educação, estendendo-o à comunidade e envolvendo a família.⁷⁰

Num primeiro momento, a autora divide os objetivos da Escola Normal como sendo lugar de formação do “[...] professor que vai moldar a infância brasileira [...] e, para isso deve visar: “[...] a) atender as necessidades do adolescente; b) desenvolver suas responsabilidades de cidadão; c) cuidar de sua formação cultural e profissional, [...]” assim, “[...] oferecendo a cada momento oportunidades e situações que contribuam para capacitá-lo a orientador da infância: a *formar cidadãos*”.

Para ela,

Êsses objetivos podem ser atingido pela prática de atividades curriculares e extracurriculares e pelo *exemplo de mestres pontuais, preparados, assíduos, bem*

⁶⁹ Discurso do presidente general Emílio G. Médici, transmitido pelo professor Roberto Nogueira Médici, na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/23.pdf/view>
Último acesso em: 13/02/2023

⁷⁰ Currículo e Cidadania, Nilda Bethlem. Revista *A Defesa Nacional*. Nº 612. Mar./Abr. de 1967, p. 89.

*como de administradores capazes, que os orientem na arte de desenvolver e adaptar os currículos e assim formar cidadãos. (grifo da autora)*⁷¹

Sobre a escola secundária⁷², Nilda Bethlem, afirma que, como os alunos são formados para o ingresso na Universidade⁷³, a formação do cidadão, em suas próprias palavras “[...] torna-se mais leiga ainda [...], pela variedade e constante mudança de professôres com a consequente falta de aproximação entre êsses e seus alunos e pela carência de atividades extracurriculares [...]”. Citando rapidamente, a juventude que frequenta as Escola Superiores, a autora a acusa de ser “[...] letárgica civicamente e revoltada, pois falta-lhe tranqüilidade e a segurança necessárias”.⁷⁴

E por falar nos jovens, a autora expõe que em conversa com alguns jovens, a maioria não sabia em quem votar nas eleições para o Congresso, e dessa conclusão ela acusa professores, pais, líderes políticos, sociais e religiosos por essa falta de orientação (comando?) da juventude. Afinal, como poderiam os jovens terem alguma noção da importância de sua participação nesse momento crucial para o Estado brasileiro se só escutam críticas mais do que uma palavra de auxílio?

E que crítica podemos fazer a uma juventude nascida num mundo tão conturbado, confuso, ameaçado pela bomba atômica, em permanentes guerras, e que não tem bem certeza, sequer, de que o que aprende hoje será válido amanhã? Que críticas podemos fazer a moços que querem aprender e não têm escolas em número suficiente? A moços que vão às escolas e lá, vêzes demais, não encontram professôres? A moços cujos pais já não têm tempo para ouvir as “bobagens da infância” e os “absurdos da mocidade”? A moços que saem da escola sem ter aprendido, pela prática, a colaborar, em nada, com a sua comunidade seja ela o bairro, a vizinhança, o estado, o município ou o país? A moços que saem da escola sem saber o Hino Nacional, sem terem respeito pela sua bandeira e carinho pela sua terra? A moços que não são chamados a partilhar, a opinar, a decidir? A moços que não são preparados para a função de chefes de família e a moças que não sabem porque não aprenderam que a mão que embala o berço também dirige os destinos de uma nação? A moços que são chamados a exercer o sagrado direito do voto mas vêem seus escolhidos traindo e faltando aos seus sagrados deveres de cidadãos eleitos? A moços que não aprenderam a obedecer não sabendo, assim, comandar? A moços que não sabem que a um direito corresponde um dever? A moços que não

⁷¹ Currículo e Cidadania, Nilda Bethlem. Revista *A Defesa Nacional*. Nº 612. Mar./Abr. de 1967, p. 89.

⁷² Essa proposta de escola secundária, na realidade, nunca existiu para todos vide os dados educacionais do período. A parcela que recebia essa formação estava dentro da classe abastada da sociedade brasileira. Essa educação moral e cívica não era ofertada para a juventude popular. E é a Igreja Católica que vai propor essa educação voltada na formação moral dos jovens empobrecidos.

⁷³ Lembremos os baixos índices de ingresso nas universidades brasileiras entre as décadas de 1960 e 1990. Conforme o documento “ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL”, em 1960 apenas 1% da população tinha o ensino superior, nos anos 1970 esse percentual aumentou apenas 1% chegando aos 2%, somente em 1980, já tendo sido consolidada a Reforma Universitária de 1968 o percentual passa para 5%. Já o percentual da população com analfabeta chega a ser de 46%, em 1960 e 43% em 1970. Informações disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Estat%C3%ADsticas+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%AAsica+no+Brasil/e2826e0e-9884-423c-a2e4-658640ddff90?version=1.1>

⁷⁴ Currículo e Cidadania, Nilda Bethlem. Revista *A Defesa Nacional*. Nº 612. Mar./Abr. de 1967, p. 90.

viveram nas escolas situações que ensinasses que à liberdade corresponde a responsabilidade? [...].

As questões acima levantadas e outras que pesam sobre o que se entende por cidadania⁷⁵ e a sociedade (democrática?), vão servir para dar sentido a sua preocupação acerca de um currículo que tenha como prioridade a formação cidadã da juventude. Assim, o “programa de educação para a cidadania” deve se constituir levando em consideração a) o ajustamento emocional dos jovens; b) dar atenção aos currículos nas escolas com crianças provenientes de classes menos favorecidas; c) a qualidade das experiências que as escolas oferecem, sejam curriculares ou extracurriculares; d) o entrosamento com a comunidade e e) encorajamento eficiente de todo o corpo docente e administrativo.

Dessas questões é importante frisar que pela primeira vez dentre os artigos que pudemos analisar sobre a questão da juventude, ou da educação para a juventude, foi citada a questão de classe como relevante para a construção de um programa de ensino voltado para os jovens “menos favorecidos”. E, mesmo tratando desse ponto, a autora quando apresenta sua argumentação sobre o tema o faz de maneira a atribuir determinados comportamentos ditos “ruins” aos jovens que estão inseridos nessa categoria de classe. Como podemos observar na citação abaixo:

Nem sempre o que parece um desaforo, uma crueldade, teimosia, desobediência, mau modo, indelicadeza, o é. É simplesmente fruto do hábito, da cultura, do meio, de um comportamento aprendido. “Bater portas, falar alto, cuspir, mexer constantemente no nariz, arrastar os pés, jogar papéis no chão, não cumprimentar ou agradecer, não colaborar nos trabalhos, etc. são reflexos do comportamento aprendido do meio de onde provém o jovem”.⁷⁶

A autora exemplifica com a citação, determinados comportamentos como sendo provenientes de hábitos de classe, ou como a autora sugere “do meio de onde provém o jovem”. E que seria dever do currículo ao se propor o ensino para a cidadania entender esses comportamentos de maneira adequada. Que, a partir daí, “[...] O nível de cidadania do nosso país subirá certamente e de maneira imensurável e dermos mais atenção às atividades dos currículos nas escolas com estes grupos de jovens”.

⁷⁵ A autora lista várias definições sobre o termo que ela afirma se sobressair da plateia que a ouve (cerca de quatrocentas e cinquenta pessoas). “[...] – Para uns, é um programa de educação do caráter; - Para outros e o conhecimento da organização do sistema de governo, funções políticas, direitos e deveres de cidadão; - Para outros é amor a Pátria, e a tudo que a ela é ligado; - Para outros, ainda, é um certo número de qualidade, capacidades, habilidades e atitudes. *Para mim é a participação consciente nas atividades da sociedade em geral: no lar, na escola, na igreja, na rua, dentro de qualquer grupo ou na família das nações. É a soma de todos os conceitos antes citados.* (RDN, nº 612, 1967, p. 94.)

⁷⁶ Currículo e Cidadania, Nilda Bethlem. Revista *A Defesa Nacional*. Nº 612. Mar./Abr. de 1967, p. 96-97.

Após desenvolver, minimamente cada item, a autora termina reafirmando a capacidade e evocando a grandeza dos sujeitos e do país em concretizar esse modelo de currículo proposto por ela nas páginas anteriores.

Que não pode um povo cujos professores primários caminham quilômetros, viajam de pé em trens e em ônibus superlotados, sem condições de segurança para chegar às escolas, percebendo mensalmente pouco mais que o salário-mínimo recebido por trabalhadores não especializados? *Que não pode* um povo nos rincões mais afastados de seu território, tem seus oficiais do Exército construindo estradas, alfabetizando e despertando na massa inculta uma consciência nacional? *Que não pode* um povo que criou e manteve até hoje o Correio Aéreo Nacional, mandando notícias, amparo, saúde e esperança aos recantos mais afastados deste nosso imenso país? *Que não pode* um povo que manteve a Unidade Nacional numa extensão de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados? *Que não pode* um povo cuja Marinha desfalçada manteve durante dois séculos as costas do país livres de ataques a qualquer aspecto de sua soberania territorial? *Que não pode* um povo de um país onde uma atriz comedianta, faz na televisão uma obra notável de alcance social levando assim pessoas e entidades a despertarem e estenderem a mão aos mais necessitados? *Que não pode* um país que cresceu cercado pela língua espanhola, dominado, alguns anos, por franceses e holandeses, com corrente imigratória estável (e em algumas regiões formadora de núcleos) e que manteve a unidade de sua língua-pátria? *Que não pode* um país que deu berço a Caxias, a Osvaldo Cruz, a Osório, a Tamandaré, a Mauá, a Ana Nery, A Rui, a Anita Garibaldi, a Pedro II, a Pandiá Calógeras, a Cairu, a Castro Alves, a Henrique Dias, a Intendente Câmara, a Luiz Tarquínio, a Delmiro Gouveia, a Benjamin Constat a Machado de Assis, a Corinto da Fonseca e a tantos outros? *Que não pode* um país que deu berço a Olavo Bilac? QUE NÃO PODE?⁷⁷

Outro artigo que versará sobre a educação, sob o título *Considerações sobre a educação da juventude*, foi publicado na edição de número 620, em 1968. Tendo como autor o Gen. Div. João Bina Machado, traz alguns temas que de alguma forma o autor entende como pertinente no processo de educação da juventude como, por exemplo, o uso da Televisão, a influência psicológica. O autor também disserta sobre a delinquência juvenil, a disciplina, a autoridade, valores morais, os pais e professores etc.

1 – Juventude Atual

- Muito se tem falado sobre a juventude atual. E, às vezes, dela se fala mal: o delinquente, transviada, imatura, cabeluda, yê-yê-yê, agitadora, subvertendo padrões, ditando a política nacional e internacional que deve ser seguida pelos governantes... A Juventude de sempre foi agitada, curiosa, indagadora, idealista, um tanto apressada em conclusões e simplista em soluções para os contrastes da vida, que vai de repente descobrindo.⁷⁸

Sua descrição da juventude, naquele período, como podemos observar na citação acima, traz sua visão de uma categoria que está se descobrindo e, por conta disso, muitas vezes se “apressa” e chega a conclusões simples demais para uma sociedade tão complexa. Discurso que podemos encontrar em outros autores, com alguns apelando para um tom mais crítico, como

⁷⁷ *Currículo e Cidadania*. Revista *A Defesa Nacional*. Nº 612. Mar./Abr. de 1967, p. 101.

⁷⁸ *Considerações sobre a Educação da Juventude*. Revista *A Defesa Nacional*. Nº 620. Jul./Ago. de 1968, p. 7.

vimos no texto de Nilda Bethlem. Nas palavras do autor, essa juventude “[...] atingiu maturidade mental e intelectual precocemente, [...]”, por conta das facilidades que os meios modernos de comunicação entraram na vida cotidiana.

[...] devido a ter sido submetida, desde cedo, ao intenso bombardeio de influência psicológica de que são dotados os modernos meios de comunicação humana como o rádio, a televisão, os livrinhos ilustrados, as histórias em quadrinhos, a literatura de ficção científica, as enciclopédias coloridas, etc. etc. – cada vez mais ao alcance de qualquer bolso.⁷⁹

São, exatamente, 19 tópicos que podemos ir separando em grupos, onde o autor vai construir sua argumentação sobre como a juventude está exposta a diferentes experiências que podem levar ao tipo de aprendizagem correta ou desviante.

No primeiro grupo de temas, podemos juntar sua análise sobre a Televisão, a influência psicológica e o que ele chama de arma psicológica. Para João Bino Machado, não somente os jovens, mas a família brasileira está exposta à programação da televisão e, muitas vezes, não leva a sério as consequências que o uso irrefletido desse meio de comunicação causa na formação da juventude.

O homem na televisão descobriu e liberou uma força incrível de persuasão, de influência e ainda não sabe como dominá-la. Faz dela uso intenso e indiscriminado, menosprezando seu perigo. Do mesmo modo que a energia liberada do átomo, ela pode vir a destruir seu próprio criador.⁸⁰

Essa destruição que o autor cita está diretamente associada ao não domínio do uso da TV, pois esta poderia ser utilizada como uma arma psicológica, trazendo malefícios aos consumidores. Nas palavras do general, “A influência dos meios de comunicação humana pode logicamente ser empregada para construir ou para destruir.”⁸¹ O autor trata a influência psicológica da TV, mesmo afirmando que esta pode trazer aprendizados positivos, como perigosa, pois a falta de consciência desse poder atribuído aos meios de comunicação ainda é um “conhecimento novo”.

Fato é que os modernos meios de comunicação humana, com a tecnologia moderna de propaganda, possuem tal capacidade de influência psicológica que o ouvinte, mesmo avisado, maduro, instruído e versado é subjugado necessariamente, cientificamente, e com maus fortes razões os telespectadores jovens.⁸²

⁷⁹ *Considerações sobre a Educação da Juventude.* Revista *A Defesa Nacional*. Nº 620. Jul./Ago. de 1968, p. 7.

⁸⁰ *Considerações sobre a Educação da Juventude.* Revista *A Defesa Nacional*. Nº 620. Jul./Ago. de 1968, p. 7.

⁸¹ *Considerações sobre a Educação da Juventude.* Revista *A Defesa Nacional*. Nº 620. Jul./Ago. de 1968, p. 7.

⁸² *Considerações sobre a Educação da Juventude.* Revista *A Defesa Nacional*. Nº 620. Jul./Ago. de 1968, p. 8.

Ainda sobre a TV como arma de influência psicológica, o autor afirma, que como toda arma esta deve ser controlada. “E o uso da Tv, arma eficiente, de efeito instantâneo, duradouro, inapelável e irreversível deve também, por alguém, ser controlado, para não cair ao serviço do mal.”⁸³

No segundo grupo, que podemos identificar a partir de uma reflexão acerca das concessões aos jovens, o autor atribui a delinquência juvenil aos países com maiores concessões à juventude. Essas concessões, para o autor, devem estar associadas a disciplina e a autoridade. Pois que, a juventude, com seu espírito que busca, através da luta, sua afirmação necessita de limites, estes dados por meio da autoridade.

Infelizes daqueles que não encontram êste limite, esta barreira, esta ajuda da decisão superior. Nada exaspera mais o jovem de que a tolerância excessiva, o excesso de compreensão, a carência da afirmação, a falta do limite, a ausência do fundo.⁸⁴

Conforme explica o autor, sem uma ação que limitaria os jovens a autoridade seja ela dos pais ou dos professores (mestres), esta geraria um sentimento de angústia. Ainda sobre estes dois sujeitos da autoridade, o autor vai categorizar como pais e mestres antiquados e evoluídos. Os primeiros, são identificados à Júlio Verne, uma comparação a lentidão ou vagareza, pois que não se leva mais 80 dias para dar a volta ao mundo, mas dias ou horas. Dessa forma, também são apresentados como distantes do mundo do jovem. Assim, “[...] não entende a maturidade precoce de seus filhos e alunos que vivem a era espacial”.

E não só no mundo ocidental. Pois não foge à regra o mundo socialista, cujos jovens insatisfeitos, buscam respostas aos seus anseios e ansiedades, querendo ver, por cima da cortina que os encerra, soluções de outros povos às suas dúvidas. Há distância entre a juventude e pais e mestres sempre que esses insistem em aplicar padrões antiquados, do tempo ultrapassado de Júlio Verne.

Já o segundo grupo, os evoluídos, são o “outro lado da medalha”. Pois, é uma geração que evoluiu igualmente com a “velocidade do mundo moderno”. Essa igualdade se dá, de acordo com o autor, pela mesma influência da TV, “[...] das mesmas técnicas de propaganda dos novos meios de comunicação humana, autora do desenvolvimento atual”.

Ao tratar dos valores morais, é atribuída a uma pesquisa de opinião em que os jovens evocam o desejo de uma maior educação cívica e religiosa, a qual afirmam que seus pais tiveram e que na atualidade não havia. “[...] A mocidade demonstra assim ser dotada de excelente estrutura moral, cujo cultivo anda um tanto descuidado nos nossos currículos

⁸³ *Considerações sobre a Educação da Juventude.* Revista A Defesa Nacional. Nº 620. Jul./Ago. de 1968, p. 8.

⁸⁴ *Considerações sobre a Educação da Juventude.* Revista A Defesa Nacional. Nº 620. Jul./Ago. de 1968, p. 9.

escolares”. Essa última afirmação do autor dá a deixa para falar sobre os currículos escolares e aí pôr para o debate sua visão de educação e, por fim, trazer os exemplos da educação militar.

Sua proposta é que haja uma atualização dos currículos para que seja explorada uma educação integral, que para o autor é: “[...] soma da educação intelectual, educação física, educação cívica, educação ética ou moral, educação estética ou artística, educação política, econômica, social, religiosa e militar”.

Prego modificação necessária e urgente do ensino e da aprendizagem, de modo a melhor adequá-los aos tempos modernos e à mentalidade atual, visando atingir os fins instrutivos e educacionais a que se destinam. Há que levar a seleção das matérias e dos programas de cada matéria para os pontos de atração da indagação atual dos jovens, de modo a satisfazer-lhes a curiosidade invulgar no campo técnico-científico e de responder-lhes às perguntas sobre a explosão humana e social, em moldes atuais.

Sobre a Educação militar, como membro do Exército, o autor faz um elogio as Escolas militares e apresenta motivos que justificam a existências dessas escolas.

Finalmente, consideremos que nossas Escolas Militares se destinam a instruir os seus alunos nas técnicas e táticas de empregar armas de guerra. Ao mesmo tempo, devem ensinar-lhe, e com preocupação, a distinguir quando é quando não é lícito tais armas, dentro das normas legais e dos padrões morais brasileiros, desenvolvendo-lhes sentimento de grande responsabilidade pelo emprego que fizeram ou determinarem de tais armas.

Ao identificarmos a importância dada à educação da juventude, seja nos artigos da Revista *A Defesa Nacional*, seja nos discursos presidenciais, o projeto do governo autoritário será posto em prática através dos debates sobre a disciplina de Educação Moral e Cívica e, sua efetivação a partir da legislação e da sua prática nas Escolas e Universidades.

No próximo capítulo, analisaremos mais uma proposta para a juventude do país, dessa vez, pensado e posto em prática pela Igreja Católica, primeiramente, através da Ação Católica Brasileira e, por fim, no início dos anos 1970, por uma Igreja reformulada após o Concílio do Vaticano II e a difusão da Teologia da Libertação e as pastorais sociais, que vai proporcionar as reflexões necessárias para amadurecimento de uma juventude com viés evangélico e político, unindo fé e vida.

3 JUVENTUDES CATÓLICAS NO BRASIL: AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA E SEU PROJETO DE JUVENTUDE (1935-1966)

Não podia ter a nossa Campanha Social coroamento mais solenne e expressivo em sua sessão de encerramento, na Vigília de Pentecostes, do que o anúncio sensacional feito pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, de que no dia seguinte seriam promulgados por todo o Episcopado Nacional, os Estatutos da Ação Católica Brasileira.⁸⁵

O Trecho acima retirado da coluna de Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima⁸⁶, publicada em 1935, no periódico *O Jornal*, nos mostra sua alegria ao ver implementada a Ação Católica no Brasil (ACB), pois que como católico fervoroso acreditava nas responsabilidades da “milícia de Jesus” perante a situação “grave” na qual o Brasil, em sua opinião, se encontrava com a criação da Aliança Nacional Libertadora⁸⁷. Para ele, era necessária a criação de uma aliança da direita que pudesse fazer frente aos comunistas que estavam articulados na pessoa de Luís Carlos Prestes⁸⁸.

Essa grave situação, que no Brasil se pautava no combate ao comunismo, faz referência a um dos “erros da modernidade”, elencados pelo Papa Pio XI, na encíclica *Divini redemptoris*, os quais vão dar base ao movimento anticomunista e neocruzadista. Nas palavras de Costa (2007, p. 435):

⁸⁵ Trecho retirado da coluna assinada por Tristão de Ataíde, no periódico “o Jornal”, do dia 11 de junho de 1935. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/acao-catolica-brasileira-e-oficialmente-criada> Acesso em: 05.11.2019

⁸⁶ Alceu Amoroso Lima ou mais conhecido, por seu pseudônimo literário, Tristão de Ataíde, nasceu em 11 de janeiro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro. Seus estudos se dividiram entre a educação em casa, no ciclo primário, com o professor João Kopke, fundador da Escola Nova do Brasil e cursou o secundário no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, formando-se em 1908. Bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1913. Em 1924, abre diálogo com Jackson de Figueiredo, líder católico que funda junto ao Centro Dom Vital uma associação civil para estudo, discussão e apostolado, vinculada à Igreja Católica. Desse diálogo, Alceu Amoroso Lima, passou a militar nas causas católicas, assim, foi presidente nacional da ACB, também presidente do Centro Dom Vital e secretário-geral da Liga Eleitoral Católica. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-alceu-amoroso> Acesso em: 05.11.2019

⁸⁷ Discurso proferido por Alceu Amoroso Lima, no encerramento da Festa de Pentecostes, no Salão do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 1935. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/acao-catolica-brasileira-e-oficialmente-criada> Acesso: 05.11.2019

⁸⁸ Líder do Partido Comunista Brasileiro, comandante da Coluna Prestes, marcha de militares que percorreu o interior do Brasil, que pretendia levantar a população contra o governo oligarca brasileiro. Percorrendo, cerca de 5 mil quilômetros, a pé e a cavalo, a marcha terminou em 1927, quando os revoltosos se exilaram na Bolívia. Convertido ao marxismo, ao conhecer Astorjildo Pereira, foi a Moscou em 1931, retornando ao Brasil, na clandestinidade, em 1935, casado com a comunista judia alemã Olga Benário. Foi preso, em 1935, sua esposa entregue grávida à Gestapo, morta pelos alemães em 1942, num campo de concentração. Com o processo de redemocratização, em 1945, é solto e se elege como senador pelo PCB. Em 1947, tem o mandato cassado e teve prisão preventiva decretada voltando a clandestinidade. Em 1958, tem a prisão preventiva revogada, voltando a ser perseguido em 1964, com o golpe civil-militar. Exilou-se em 1971, na URSS e só retorna ao Brasil em 1979, após a aprovação de Lei de Anistia. Rompe com o Partido, em 1980 e dez anos depois morre, no Rio de Janeiro, aos 92 anos de idade. Minibiografia disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/luis-carlos-prestes/> Último acesso em 17.11.2019.

Catolicismo e modernidade mantiveram desencontro duradouro. O conflito entre o magistério romano e a cultura moderna iniciou-se com a Reforma do século XVI, sendo agravado pelo Iluminismo e a Revolução Francesa (século XVIII) e pelas proposições de Marx e Nietzsche (século XIX). Mais recentemente, já no século XX, as ideias de Freud distanciaram ainda mais fé e sensibilidade contemporânea. A tudo isso se somou o triunfo dos bolcheviques na Rússia, acrescentando novo e assustador espectro ao imaginário eclesial. [...] Por tanto, de Lutero a Lenin, o catolicismo encontrava-se na defensiva.

Dessa forma, neste tópico, propomos um estudo sobre o projeto de juventude proposto pela Igreja Católica (IC) na década de 1930 com a chegada da Ação Católica no Brasil, que pôs em prática seu plano reformista da neocristandade⁸⁹. A ideia é que possamos compreender como surgiram as Juventudes Católicas e suas especificações e quais os objetivos para com a formação e atuação política, ou não, da juventude leiga brasileira. Assim, acreditamos que ao identificarmos suas trajetórias e propostas podemos compreender como esta semente impedida de se desenvolver durante o regime ditatorial, ao final da década de 1970, conseguiu, através do trabalho de base, germinar novamente, gerando frutos como a Pastoral da Juventude do Meio Popular.

Esse percurso entre a criação das juventudes católicas e sua aproximação dos meios populares é necessário para compreendermos as questões que suscitaram a união dos jovens remanescentes da Juventude Operária Católica (JOC) e outros sujeitos na construção dos movimentos de Encontro de Animadores⁹⁰, que, dessa articulação, culminou com o I Encontro de Animadores de grupos de jovens do meio popular, no grande Recife, em 1978, marco do surgimento da PJMP. Se buscarmos nos materiais produzidos pela PJMP, em quase todos de cunho histórico da pastoral, podemos encontrar essa ligação com a Ação Católica, seu método VER-JULGAR-AGIR e seus grupos de juventude, entendendo esse movimento como sendo seu precursor, apesar das diferenças existentes, como seu caráter formado pelos jovens das classes populares.

⁸⁹ Termo que remete as novas relações estabelecidas entre a Igreja Católica e o Estado, a partir do século XIX, herdeira da Reforma Ultramontana, movimento que defende o pleno poder papal. Nessa proposta de combate a modernidade, do ultramontanismo, a neocristandade entende a participação dos leigos, sob a supervisão da Hierarquia, como uma defesa da instituição perante a sociedade moderna.

⁹⁰ Os animadores adultos ou jovens, são os membros mais velhos dos grupos de PJMP que tem como função animar os jovens para o compromisso com a construção do reino de Deus. É papel dos animadores fomentarem os debates sobre as temáticas tratadas em cada encontro. De acordo com o subsídio produzido para os novos assessores e animadores, é tarefa do animador “Acreditar que Jesus é quem dá força na caminhada da libertação Reconhecer-se que é um instrumento nas mãos de Deus para a realização do Reino (uma sociedade justa) e que age segundo a força do Espírito Santo. Acreditar no jovem. Dar atenção especial ao jovem, dedicando-se, na medida do possível, se a seu serviço. Ser uma presença que anima para o compromisso. Animar para esse compromisso com o seu próprio testemunho. Despertar confiança no jovem. Relacionar-se com o jovem como amigo e não como profissional de pastoral [...]”. Cf. PJMP – Assessor da PJMP. 1988. Acervo documental da Pastoral da Juventude do Meio Popular – Fortaleza, Ce.

Para esse primeiro momento de análise, utilizaremos como fontes os manuais de Ação Católica, escritos pelo Monsenhor Luigi Civardi⁹¹, parte um e dois, publicados no Brasil em 1937, pela Editora ABC. Neles poderemos desenvolver a análise sobre os conceitos, os objetivos e, mais diretamente, que propostas eram apresentadas para a juventude, nesse primeiro momento. Também, lançamos mão, do Estatuto da Ação Católica Brasileira, documento promulgado em conjunto ao *Mandamento dos Arcebispos e Bispos do Brasil*⁹² para que possamos compreender como se estruturou organicamente a ACB no Brasil. O uso do estatuto nos proporciona a compreensão dos detalhes e objetivos específicos de que cada núcleo estava encarregado na sua missão evangelizadora.

Num segundo momento, a ideia é que através da análise de algumas documentações, como cartilhas, estatutos e impressos variados, de algumas dessas juventudes, como a JEC, JOC e a JUC, possamos compreender qual projeto de juventude a Igreja Católica propunha aos seus jovens membros, partindo de cada meio. Focamos nessas três, pois que as demais, JAC e JIC, não tiveram uma atuação intensa ou que se sobressaiu igualmente a estas, pois que a JAC teve uma atuação mais localizada e a JIC por sua falta de identidade própria não logrou êxito se esvaziando com maior facilidade que as demais⁹³.

Assim, a proposta é que ao compreendermos esse projeto de juventude proposto pela IC possamos identificar o momento em que há a sua ruptura, marco que trará, em 1966, o esvaziamento forçado desses grupos pela repressão do governo ditatorial. Ruptura essa, que perpassa a aproximação desses jovens das lutas referentes especificamente aos seus meios e, em caráter macro, à resistência ao projeto autoritário e conservador e de reafirmação do subdesenvolvimento associado ao capitalismo que representavam os militares com o golpe de 1964.

⁹¹ Nascido em 18 de maio de 1886, em Fossarmato, na diocese de Paiva, Itália, Luigi Civardi foi ordenado ao sacerdócio aos 24 anos de idade em 17 de abril de 1911. Civardi é reconhecido como líder da Ação Católica, trabalhou durante anos como Assistente da Associazioni Cristiane Lavoratori Italiani (ACLI), sendo posteriormente sucedido por Mons. Santo Bartolomeo Quadri (1919 - 2008), ex-arcebispo da Sé de Modena-Nonantola. Foi confessor do Papa João XXIII e, é autor de numerosos livros, incluindo o renomado "Manual da Ação Católica" (1935). Outras publicações incluem "Como Cristo Mudou o Mundo", "Um Manual Conciso de Ação Católica" e "Apostoli Nel Proprio Ambiente". Aos 76 anos de idade, Civardi foi eleito Bispo da Sé Titular de Thespieae, pelo Papa João XXIII, em 31 de agosto de 1962, recebendo sua consagração episcopal no dia 23 de setembro seguinte. Civardi faleceu em 29 de agosto de 1971, aos 85 anos. (Tradução livre) Informações disponíveis em: <https://pt.findagrave.com/memorial/50481960/luigi-civardi> Último acesso em: 05.11.2019

⁹² *Mandamentos dos Arcebispos e Bispos do Brasil*. Publicado em 9 de junho de 1935. Disponível em: DALE, Frei Romão. A Ação Católica Brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 25

⁹³ As informações referentes a Juventude Agrária Católica (JAC) e Juventude Independente Católica (JIC) estão disponíveis em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-agraria-catolica-jac> e <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-independente-catolica>. Último acesso em: 17.11.2019

Entender essa trajetória dos primeiros grupos de juventude ligados a essa proposta da neocristandade, caminhos esses contados pela Pastoral, se faz fundamental para a compreensão da nossa questão, pois que a PJMP coloca em evidência as experiências desses sujeitos na luta contra as injustiças sociais e finca suas origens nessa memória de luta. É da experiência de luta dessas juventudes, principalmente da JOC, que a inspiração para a criação de uma pastoral que tenha uma tomada de posição pelo jovem do Meio Popular é pensada, dessa maneira, dando prioridade à juventude empobrecida⁹⁴.

3.1 A Ação Católica no Brasil

Em 9 de junho de 1935, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, com a publicação do *Mandamento dos Arcebispos e Bispos do Brasil*, documento que anuncia, durante a festa de Pentecostes, a criação de uma associação civil católica, a Ação Católica Brasileira (ACB). Tendo como objetivo principal a formação das consciências e uma ação articulada dos leigos, a ACB, através de seus núcleos espalhados pelo Brasil, pôde desenvolver uma aproximação e formação dos sujeitos nos princípios católicos em sua vida individual, familiar e social, desde a mais tenra infância⁹⁵. Como veremos adiante, a ACB terá duas fases: a primeira de 1935 a 1950 e a segunda, também chamada de fase “especialização por meios”, que começa com a reformulação de seu estatuto e regulamentos após IV Semana Nacional de Ação Católica em julho de 1950⁹⁶. Mesmo diante desses dois momentos, principalmente após 1950, e sua especialização por meios não encontramos registros de uma divisão por classe social, como percebemos com a criação das pastorais sociais e, especificamente com a Pastoral da Juventude do Meio Popular, que grafa em sua nomenclatura a opção pelo meio social dos jovens. Assim, o termo empobrecido não consta nas divisões da Ação Católica Brasileira.

⁹⁴ Esse conceito de Jovem Empobrecido ou Juventude Empobrecida aparece na cartilha “PJMP-Projeto de Vida e Ação Pastoral Popular no Ceará”, produzido pelo Pe. Zé Teixeira, material datado de 1989. A ideia do adjetivo empobrecido vem dos debates ocorridos entre os jovens, na cartilha, o autor afirma que quando os jovens começam a falar sobre seus problemas de moradia, falta de emprego etc. Eles compreendem que não são por acaso. Mas uma situação propiciada pelo sistema econômico e político que “[...] faz dos ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres”. (p. 8)

⁹⁵ De acordo com Frei Romão Dale, existia um núcleo de Ação Católica para as crianças de 8 a 12 anos, os chamados Benjamins da Ação Católica. Dos 12 aos 14 são aspirantes a Juventude Católica e a partir dos 14 já se configura um jovem que pode optar por umas das 5 vertentes a JAC, Juventude Agrária Católica, JEC, Juventude Estudantil Católica, JIC, Juventude Independente Católica, JOC, Juventude Operária Católica e, por fim, a JUC, Juventude Universitária Católica. Por isso, afirmo que a entidade estava preparada, pelo menos organicamente, para cumprir seus objetivos formadores. (DALE, 1985, p. 28)

⁹⁶ DALE, Romeu. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Ed. Loyola – CEPEHIB, 1985. p. 102 e 103.

Essa aproximação dos leigos, ou como entende Costa (2007), o deslocamento do papel do leigo perante a instituição, fez com que estes tivessem um papel de destaque, mesmo que esse destaque tivesse os limites pautados, como já foi dito, pela supervisão da Hierarquia. A partir desse momento, ao leigo não cabia apenas o papel subserviente, mas de ação.

Para isso, havia a necessidade de um documento que desse suporte para implantação da ACB. O *Mandamento dos Arcebispos e Bispos do Brasil*, trazia além da justificativa para a criação da entidade, a promulgação de seu estatuto. Durante a busca por esses documentos, nos deparamos com uma publicação chamada *Manual de Ação Católica*, texto produzido pelo Monsenhor Luigi Civardi, como já mencionamos, tendo sua primeira versão em italiano sob o título *Manuale di Azione Cattolica*, em 1924. Quando pesquisamos sobre essa publicação pudemos identificar algumas reedições e, também traduções. Encontramos esse material traduzido em inglês com data de publicação de 1933, pela *Sheed and Ward*, em francês de 1936, pela *Les Editions Jocistes*, em espanhol, publicado pelo *Editorial Jose Vilamala*, no ano de 1934. Não podemos afirmar, com certeza, que esses títulos só foram editados nesses anos citados, mas não encontramos os registros de primeira edição. A versão em português, à qual temos acesso completa, só foi publicada no Brasil em 1937, pela *Empresa Editora ABC Limitada*. Podemos supor que o material teve ampla divulgação, pois tem como prefaciador Alceu Amoroso Lima, importante figura no meio intelectual católico, ligado inclusive à criação da Ação Católica Brasileira. Se a intenção da Igreja Católica era atingir o maior número de leigos e, dessa forma, os trazer para dentro da instituição sob as vistas da Jerarquia⁹⁷, no mínimo, o suporte em vários idiomas estavam disponíveis.⁹⁸

Na edição brasileira, assim como em alguns outros idiomas, o livro é dividido em dois tomos, o primeiro com o subtítulo *A Ação Católica em si mesma* vai trazer o conceito de Ação Católica, os fins, algumas noções sobre o apostolado (leigo, auxiliar, obrigatório e universal), a organização da entidade e a necessidade de sua atuação. Na segunda parte, traz título e subtítulo iguais e vai tratar das relações estabelecidas entre a AC e a Jerarquia, com a política, Clero e com as obras religiosas e as obras econômico-sociais. Ainda nesse tomo, como

⁹⁷ Entendemos, de acordo com o texto do Manual de Ação Católica, que o termo Jerarquia tem o mesmo significado do substantivo “hierarquia”, porém este é especificamente usado para designar as relações de subordinação da instituição eclesial.

⁹⁸ Tentamos conseguir mais informações sobre a publicação em língua portuguesa, como a tiragem e reedições, porém não conseguimos identificar se a editora continua em funcionamento, se mudou de razão social ou se realmente não existe mais. As informações aqui expressas conseguimos coletar na tradução para o inglês, em sua ficha catalográfica e buscando os exemplares na plataforma de pesquisa do *Google* em seus respectivos idiomas.

apêndice, foi publicada a carta do Papa Pio XI ao cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e o Estatuto da ACB.

Pensando estruturalmente o Estatuto da ACB, identificamos que o documento estatutário está dividido em 4 tópicos (Natureza e fins; Das organizações fundamentais da Ação Católica Brasileira; A coordenação das associações e obras católicas; Dos órgãos diretores e coordenadores da ACB), dentro dos quatro tópicos são desenvolvidos 26 artigos, que buscam dar conta da organicidade da entidade. No tocante a natureza e fins da ACB, em síntese, o estatuto apresenta a seguinte definição, utilizando as palavras do Papa Pio XI, “[...] dilatar e consolidar o reino de Jesus Cristo” e formar o apostolado⁹⁹ dos católicos leigos. Esse processo deveria passar por quatro etapas, são elas: a) formação religiosa, que tinha na "preparação do homem no exercício dos seus deveres para com Deus"; b) formação moral, que corresponde a "preparação da vontade para o exercício das virtudes morais"; c) formação social, esta consiste em "adestrar a vontade no exercício desses deveres sociais", ou seja, "a educação social ensina o modo de aplicar os preceitos e os conselhos evangélicos à vida social" (CIVARDI, 1937, p. 75).

A Ação Católica no Brasil foi marcada por dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo momento, a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960). A Ação Católica Especializada e os seus grupos JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica) percebemos o início de um novo modelo de pastoral com os jovens. A Pastoral de Juventude herdou muita coisa deste período [década de 1960], como o método Ver-Julgar-Agir; uma prática transformadora a partir da realidade; a descoberta da dimensão política da fé; o protagonismo dos jovens e a presença do Deus Libertador nas lutas do povo. (SOUZA, 2006, p. 50)

A proposta inicial de aproximação dos sujeitos, em nosso caso específico dos jovens, ao projeto evangelizador da Igreja Católica, como afirma Costa (2007, p. 435), de “[...] reagir aos tempos correntes, contra-atacando” foi tomado em seus diferentes âmbitos, seja nos campos econômico-social e político, como podemos observar nos capítulos VIII e IX, do manual.

[...] A Ação Católica pode intervir *diretamente* no campo da política, afim de obter, por meios legais, a aplicação dos princípios cristão e a tutela dos direitos das consciências religiosas. (CIVARDI, 1937, p. 96)

[...] Pio XI, no discurso que dirigiu á peregrinação internacional da Juventude Católica, a 20 de setembro de 1925, pronunciou estas precisas e vigorosas palavras: “É necessário, precaver-se duma confusão que póde surgir quando parece que Nós, o Episcopado, o Clero e os leigos católicos fazemos política, quando em realidade não fazemos senão *defender* a religião. Quando combatemos pela liberdade da Igreja, pela

⁹⁹ De acordo com o Manual, apostolado significa “missão para a gloria de Deus e salvação das almas. CIVARDI, L. Manual de Ação Católica. Rio de Janeiro: Editora ABC Limitada, 1937. p. 32 Parte primeira.

santidade da família e da escola e pela santificação dos dias consagrados ao Senhor, só a religião nos interessa a todos, e outra cousa não fazemos senão defendê-la. Em todos estes casos e em outros análogos, *não nos interessa a política senão porque a política afetou a religião e tocou no altar. [...]*”. (CIVARDI, 1937, p. 98)

[...] tanto a Igreja como a Ação Católica têm o direito incontestável e o dever de intervir no campo econômico-social, que, infelizmente, se tornou uma arena de acerbadas lutas, e nem sempre incruentas, entre as diversas classes sociais, pelo fato de se agitarem aí as apaixonadas questões do “meu” e do “teu”. (CIVARDI, 1937, p. 143)

Nas palavras de Dom Sebastião Leme, descritas por Dale (1985), a definição e objetivos da Ação Católica, baseados nesses princípios de intervenção direta nos mais variados âmbitos sociais, no texto *Princípios e Disposições Gerais da Ação Católica*, da Arquidiocese do Rio de Janeiro eram

[...] formar o laicato católico para colaborar na missão sublime da Igreja: salvar as almas, pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade; trata-se de um [...] apostolado organizado, como os tempos exigem; bem-formados e bem-organizados, os católicos, de todas as condições sociais, chegarão a ser o exército apostólico a serviço de Cristo Rei e de sua Igreja, junto ao papa, junto aos bispos e dos sacerdotes [...]. (DALE, 1985, p. 33)

Se nos atermos ao texto dos manuais não há um tópico ou capítulo em que seja exclusivamente trabalhado o tema da juventude, mas podemos identificar que as muitas passagens que são usadas para justificar ideias e proposições da IC são retiradas de discursos do Papa para a juventude, como por exemplo, nesse trecho que trata da superioridade da AC perante os partidos políticos.

[...] A esse mesmo respeito, Pio XI, no discurso ao Congresso da Juventude Masculina da Ação Católica italiana, a 2 de setembro de 1922, pronunciou estas palavras preciosas: “Quando as consciências estiverem cristãmente formadas, dispostas e instruídas, tudo mais virá por si mesmo; e qualquer questão que se apresente será tratada com um sentido de alma cristã e será cristãmente resolvida”. (CIVARDI, 1937, p. 94)

Embora houvesse uma caminhada em conjunto, as relações do MIEC e da JECI não foram e não são “pacíficas” em todos os aspectos. No princípio, era uma simples “aproximação”, havendo momentos em que as tensões relacionadas com o espaço a partir do qual realizavam seu compromisso específico, eram fortes. Tanto o MIEC como a JECI tiveram, até o final da década de 60, um secretariado latino-americano próprio, funcionando independentemente, em diferentes lugares: o MIEC tinha sua sede em Medellín (Colômbia) e a JECI no Rio de Janeiro (Brasil).¹⁰⁰

Fazendo um paralelo entre as duas versões do estatuto da ACB, na primeira versão, podemos encontrar a divisão das juventudes no meio operário (JOC), no meio estudantil do curso secundário (JEC) e no meio universitário (JUC). Mas a partir do final da década de 1940

¹⁰⁰ Trecho retirado do texto “Articulações Juvenis, Católicas, da América Latina”, publicado no site do Observatório do Vale, por Frei Hilário Dick, postagem do dia 11 de março de 2010. Cf. <http://observatoriojuvenildovale.blogspot.com/2010/03/articulacoes-juvenis-catolicas-da.html>

e início da década de 1950, com a reestruturação da ACB e de seu estatuto, as demais juventudes vão ser implementadas. Essas novas juventudes tinham como objetivo incorporar aqueles jovens que não estavam inseridos em nenhum dos outros três grupos anteriores. Dessa forma, foram criadas a JIC, juventude independente católica e a JAC, juventude agrária católica. De acordo com Costa (2007, p. 439), das juventudes criadas para dar suporte ao núcleo jovem da ACB, a JIC foi que a teve menos relevância por conta de sua “gênese inespecífica”. Diferentemente da JAC, que teve uma intensa atuação de forma localizada. Outra característica importante, após a reestruturação dos estatutos na década de 1950, é sua gênese menos centralizada, trazendo uma maior autonomia, inspiradas nas juventudes francesa, belga e canadense, deixando de lado o modelo italiano de sua criação.

Assim, mesmo partindo de suas experiências em cada meio, estudantil, operário, agrário, universitário e independente, supomos que as características e princípios defendidos pela Ação Católica são tomados e inseridos em todas as suas ramificações, visto que sem a orientação dos discursos papais, das encíclicas e dos outros documentos episcopais não se teria a base teórica do estatuto da ACB que vem como apêndice na versão brasileira do manual de Civardi. Tivemos acesso ao estatuto da JEC, que foi publicado em 1953, mas nele não encontramos muitas informações acerca de metodologia ou propostas para a juventude, apenas dispositivos organizacionais da entidade, o que pode nos confirmar que a ideia base vinha da ACB e era desenvolvida, de maneira categorizada, pelos grupos de Juventude.

Outra informação que nos impulsiona a acreditar em uma proposta unívoca para as juventudes são os encontros nacionais e internacionais com mais de uma juventude envolvida, como por exemplo, em 1956, o 1º Conselho Mundial da JECI, que aconteceu no Rio de Janeiro e reuniu as juventudes estudantis católicas do mundo, com a presença de 60 dirigentes de 23 movimentos de 10 países¹⁰¹. Além disso, a JEC e JUC estavam filiadas à Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI)¹⁰², sediada em Paris, e ao Movimento Internacional dos

¹⁰¹ Conforme explica em seu livro, *JEC no Brasil. Uma proposta que não morreu*, Frei Hilário Dick (1992, p. 18) nos fala que foi nesse evento que foi fundado o Secretariado Latino-Americano da JECI, com sede no Rio de Janeiro. Anos mais tarde, a secretaria, será transferida primeiro para Buenos Aires e depois para Montevidéu. Dick afirma que por conta da repressão ocorrida, em 1972, o secretariado foi para Lima.

¹⁰² A Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI), como as demais Juventudes Católicas tem origem na Ação Católica Especializada, com base no movimento de Joseph Cardijn (Bélgica). De acordo com o site do Observatório Juvenil do Vale, “[...] Buenaventura Pellegrini, ex-assessor latino-americano e internacional, diz que a JECI nascia como uma experiência pastoral no meio estudantil, secundário e/ou universitário, com objetivos claros, assumindo uma visão teológica, pedagógica e eclesial definida, o uso sistemático do método Ver-Julgar-Agir, com um slogan que resumia suas perspectivas: “todo o cristianismo em toda a vida”. Na América Latina a JECI teve desenvolvimento decidido nos anos posteriores à II Guerra Mundial, destacando-se o Peru, a Argentina, o Chile, a Bolívia, o Haiti, o Brasil e o México. O primeiro encontro internacional da JECI se realizou em 1946,

Estudantes Católicos (MIEC)¹⁰³, movimento este que agregava os jovens estudantes, tanto secundários quanto universitários. É importante ressaltar que as articulações estabelecidas entre as organizações não descartam as tensões que porventura pudessem acontecer entre si.

O maior acervo documental referente à Ação Católica Brasileira encontra-se no Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho (CEDIC), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). De acordo com informações disponíveis no site, o acervo contém os fundos da Ação Católica Brasileira e de todas as Juventudes. Também foram publicados catálogos contendo detalhes do acervo, os dois publicados em 1991, o Guia de Pesquisa: Igreja e Movimentos Sociais e Inventário Juventude Operária Católica: acervo do Instituto Nacional de Pastoral – CNBB. Sobre a história arquivística do acervo “[...] os documentos foram adquiridos através de doações de militantes e assistentes, e de empréstimo para organização e microfilmagem”. Dos sujeitos que doaram parte desse material, encontramos o nome de Frei Romeu Dale¹⁰⁴, importante referência para os estudos sobre a ACB. Ele foi assistente nacional da JUC no final dos anos 1940 e se dedicou a escrever sobre a ACB, na obra que nos proporcionou analisar na íntegra alguns documentos referentes a entidade.

Desse acervo, conseguimos ter acesso, inicialmente, à cartilha intitulada *Para iniciar a JEC* e ao estatuto organizacional da entidade. Desses documentos, mais especificamente da cartilha, pudemos analisar quais as características pensadas para o núcleo feminino da JEC, pois que este material é voltado para esse público. Outro material que analisaremos, a seguir, é a

oficializando sua identidade com o meio estudantil. A JEC, embora internacional, encarnava-se em cada país, com formas específicas de organizar-se, produção de subsídios pedagógicos, semanas de estudo e assembléias em comunhão com o todo. No Brasil, em 1960, havia seis mil grupos da JEC localizados, espalhados e articulados pelas diferentes regiões do país através de uma equipe escolhida de estudantes, com sede no Rio de Janeiro”. Cf. <http://observatoriojuvenildoale.blogspot.com/2010/03/articulacoes-juvenis-catolicas-da.html> Último acesso em 23.11.2019

¹⁰³ Entidade fundada em 1921, também conhecida como “Pax Romana”. De acordo com o site do observatório juvenil, a MIEC adotou diversas denominações ao longo dos anos. Ainda conforme o site, “[...] pretendia agrupar e representar as formas de organizações católicas no mundo universitário, servindo como instrumento de coordenação e animação”.

Cf. <http://observatoriojuvenildoale.blogspot.com/2010/03/articulacoes-juvenis-catolicas-da.html> Último acesso em 23.11.2019

¹⁰⁴ Nascido em 25 de julho de 1911, Romeu Dale fez seus estudos de Teologia em Saint-Maximin e no Instituto Católico de Toulouse, concluindo o doutoramento na Universidade Santo Tomás de Aquino (Angelicum), em Roma. Ao retornar ao Brasil, radicou-se no Rio de Janeiro, dedicando-se por muitos anos ao Movimento Economia e Humanismo do Pe. Leuret e à Ação Católica, especialmente a JUC (Juventude Universitária Católica) entre os anos de 1949 a 1961. Concomitantemente, interessou-se pelo ecumenismo e pelos meios de comunicação social; desenvolveu intensa colaboração seja com a Editora Vozes (Petrópolis), seja com a CNBB, da qual foi subsecretário, estreitamente ligado às lideranças de Dom Helder Câmara e Dom Aloísio Lorscheider. Mais informações sobre Frei Romeu Dale disponíveis em: <https://pgentil.wordpress.com/2008/12/01/homenagem-a-frei-romeu-dale/> Último acesso em 13/02/2023

obra de Frei Mateus Rocha, intitulada *JEC o evangelho no colégio*, livro que serviu como base para o movimento jecistas e sua atuação nas escolas brasileiras.

O livro *JEC o evangelho no colégio*, publicado na década de 1950¹⁰⁵, em São Paulo, pela Livraria Duas Cidades, traz em suas primeiras páginas uma *Advertência* e no texto o autor afirma que ele foi escrito especificamente para os jecistas, pois que o mesmo foi assistente da JEC masculina de Belo Horizonte e, que por muito tempo sentiu falta de um livro que pudesse ser base para seu trabalho com assistente. O fato de o autor ter sido membro da JEC masculina não faz com que o texto seja específico para os rapazes, diferentemente de algumas cartilhas feitas exclusivamente para os núcleos de JEC feminina (JECF), por exemplo, a cartilha *Para Iniciar a JEC*, desenvolvida para ser o guia para as dirigentes da JECF. A obra de Rocha é mais uma reflexão geral para os grupos de jovens nos colégios, pois que uma abordagem em outro meio deveria ter outras especificidades. Dessa forma, o impresso era seu legado para as próximas gerações de jecistas e assistentes, para que se construísse no Brasil uma verdadeira formação “[...] cristã e apostólica”. A ideia de especificidade ou exclusividade do texto se dá pelo fato de estar impregnado de suas experiências no campo do ensino secundário, mas o que não impede que nas entrelinhas possamos identificar características próprias do movimento como um todo.

A ideia central da obra é: a escola ou o colégio tem o papel fundamental na formação do novo cristão. E aqui não falo de um novo modelo de ser cristão, mas no sentido quantitativo de partida e qualitativo ao longo dos anos escolares. Nas palavras de Rocha, a Igreja Católica sabe que é no colégio que as esperanças de um mundo cristão, ou seja, de sua sobrevivência estão fincadas. E, é por isso, que o tópico de abertura do texto é a missão que o colégio tem que tomar para si, uma missão educadora que vai além dos conteúdos escolares e disciplinares, mas uma educação autêntica.

A educação autêntica, sem menosprezar o lado exterior e social que decorre da própria natureza do homem, visa antes de tudo ao seu lado interior e profundo. A educação verdadeira visa ao homem integral: inteligência, vontade, sentimentos etc. Poder-se-ia resumir do seguinte modo os fins de uma educação autêntica: desenvolver harmoniosamente tôdas as qualidades do jovem: o que se supõe que o educador conheça seus dons intelectuais e afetivos e suas possibilidades de progresso; fazer do jovem o maior artífice de seu próprio desenvolvimento: o educador deve pagar-se na medida em que o jovem progride; fazer do jovem um ser social, isto é, alguém que na sociedade não procure apenas o seu próprio interesse, mas que seja realmente capaz de assumir responsabilidades em vista do bem comum e de superar os preconceitos

¹⁰⁵ Suponho que seja ao final da década de 1958, pois a minha edição é de 1958, porém um dos textos presentes na edição é assinado e datado do ano 1957. E nas pesquisas bibliográficas não conseguimos identificar a data precisa da primeira publicação da obra.

de seu meio; enfim suscitar no jovem o senso cristão, sem o qual não pode haver educação verdadeiramente humana e profunda. (ROCHA, 1958, p. 17)

Quando o autor vai citar as entidades estudantis, ele as coloca no tópico das dificuldades educacionais, pois que, para ele, algumas entidades em vez de ajudarem na formação colegial acabam por desviarem as atenções dos jovens para assuntos “fúteis” e “prejudiciais”, como por exemplo, a política estudantil. Outro problema é a própria sociedade moderna, que segundo o autor, “[...] age na alma do estudante como um fator de desagregação moral, de corrupção mesmo”. (1958, p. 20) Ainda pensando os aspectos negativos do colégio que não propõe uma educação verdadeiramente autêntica, Rocha afirma que “uma das grandes misérias do catolicismo no Brasil é a ignorância religiosa”. E esse aspecto não escapa ao colégio, para ele, “Religiosamente, o colegial é um atraso mental”. Ainda sob sua análise,

A ignorância religiosa, mesmo quando não destrói a fé – e este é o caso da maioria – age na alma do jovem como um dos fatores mais poderosos de dissolução da vida cristã. Sem o apóio de um ideal cristão, o jovem se acha desarmado diante dos problemas morais que irrompem durante a sua adolescência. Aos poucos abandona a religião e, se conserva algumas práticas religiosas, estas pouco influenciam na sua vida real. É uma sombra de cristão que não se define. Por isso, a vida de muitos deles, que poderia ter sido grande e frutuosa, não consegue ultrapassar os limites de uma honestidade mais ou menos equívoca, interesseira e sempre medíocre. Êle se banaliza”. (ROCHA, 1958, p. 23)

Então, para que essa banalização não aconteça na vida adulta, o ponto de partida da JEC, de acordo com o autor, é um “cristianismo autêntico”, que é comunicação da mensagem salvadora de Cristo, pois é um cristianismo que procura sempre a santidade.

Santidade essa que podemos encontrar nas características, para uma boa dirigente, apresentadas pela cartilha *Para Iniciar a JEC*. Segundo o impresso, a missão da militante não deve se resumir ao colégio, e essa mesma ideia do espaço de ação dos militantes jecistas também consta no livro de Frei Mateus Rocha. Os espaços de atuação devem contemplar os de vivência do sujeito, conforme a cartilha, a militante o é 24 horas por dia.

Necessário se faz que a militante seja uma pessoa perfeitamente normal em sua vida. Que seja como as outras de sua idade: alguém que estuda, diverte-se, frequenta reuniões, vive a vida de família, tem amigos, mas que sabe colocar em tôdas as coisas a marca de seu cristianismo. [...] Chamamos sua atenção, somente para o perigo do desequilíbrio, de uma militante que não viva os problemas normais de sua idade, que seja muito teórica em muitas coisas mas que, por falta de vive-las ou de se isolar delas, não possa ter uma vida equilibrada, ou ser capaz de uma ajuda eficiente aos outros.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Para Iniciar a JEC, publicação oficial da Ação Católica Brasileira, produzida pelo secretariado nacional da Juventude Estudantil Católica Feminina (JECF). Impresso sem data de publicação. p. 12.

Após analisarmos a cartilha, sua proposta se encaixa exatamente aos escritos de Frei Mateus Rocha, legitimando sua obra como ferramenta de base para a formação dos grupos jecistas. Tudo isso respeitando a hierarquia eclesiástica e mantendo-se subserviente aos preceitos ditados por essa hierarquia¹⁰⁷. Frei Mateus Rocha chega a contradizer-se, pois em um momento afirma que jovens são como a terra a espera de sementes para, por fim, brotarem. Já em outra passagem, por nós já citada, a autonomia ou protagonismo juvenil se apresenta como as qualidades de uma educação autêntica. Esse protagonismo só vai estar mais evidente ou explícito a partir dos anos 1960, onde a especialização da ACB vai proporcionar muito mais que apenas uma educação religiosa ou a cristianização da vida do jovem, dentro do meio secundário, operário ou universitário, mas uma nova experimentação de fazer-se na e pela ação, onde encontraremos a ruptura do movimento, sendo essa ação a luta contra as injustiças sociais e, em muitos casos, a luta anticapitalista, subsidiando o surgimento das esquerdas católicas.

De acordo com Costa (2007), a especialização da ACB traz consigo uma mudança de perspectiva acerca do papel dos leigos na sociedade e dentro da IC. Se, de início, se pensava na formação de um exército cristão para a batalha contra a modernidade e os erros que com ela estavam corrompendo a humanidade, a partir dos anos 1950 e início dos 1960, a formação do apostolado leigo era vista por uma chave reformista. A proposta era que “[...] à luz da fé católica (ou por exigência dela), transformar a sociedade brasileira em local mais justo e, a seus olhos, mais digno de ser crismado de cristão”. (COSTA, 2007, p. 442)

Basta analisarmos o discurso empregado pelos jecistas, no boletim comemorativo referente a V Semana Nacional da JECF e do III Encontro Internacional JEC-JUC, em 1958. Nesse impresso, os jovens vão comentar acerca do papel dos militantes frente às entidades políticas estudantis. Assim, vão defender a necessidade da politização das bases, a partir da organização dos grêmios estudantis, órgãos representativos nos colégios. E, contrariando o que é apresentado por Rocha, quando este comenta negativamente a participação dos jovens na política estudantil, os jecistas reafirmaram a necessidade do fortalecimento e/ou criação de espaços de ação para a promoção da conscientização dos colegas e de seu papel junto à política estudantil. Inclusive incentivando a participação em campanhas políticas de seu meio, como podemos ver na passagem abaixo

¹⁰⁷ Ao mesmo tempo que afirma o desejo da hierarquia de que o laicato “saia de um certo estado de minoridade” é evidenciado a necessidade “ “[...] de uma obediência pronta e filial, cada vez que a Igreja fala para instruir o espírito dos fiéis e para dirigir sua atividade”” (ROCHA, 1958, p. 59)

Que fique claro que: - O Jecista pode e deve, como estudante, lutar e fazer campanha política. Seu critério de escolha deve se basear nos seus ideais de militante. Por isso, desde que haja duas ou três chapas boas, nada impede que os militantes não apoiem a mesma chapa, aderindo cada qual, livremente, a que lhe parecer digna de apoio.¹⁰⁸

Como afirma Libânio (1983, p. 22), as juventudes da ACB, JEC/JOC/JUC começam seu processo de rompimento com a hierarquia da IC que “[...] já não podia mais acompanhar e apoiar um tipo de evangelização que se encaminhasse na linha política da transformação radical da Sociedade.”

Para pensarmos esse novo momento das juventudes, a partir da década de 1960, precisamos lembrar que é nesse período em que a própria Igreja Católica passa por transformações com o Concílio do Vaticano II, e sua opção preferencial pelos pobres. De acordo com Marcos Napolitano (2017), a mesma Igreja, de viés conservador, com sua aproximação com os leigos, “[...] acabou por contaminar a instituição dos novos valores políticos surgidos na luta por justiça social e defesa dos interesses populares, consolidando na hierarquia católica o conceito de Igreja como ‘povo de Deus’ [...]”. (p. 264-265)

A realidade brasileira com seu subdesenvolvimento, sua miséria e seu escândalo da diferença de ricos e pobres bem como a exploração do capital internacional iniciava a trazer inquietação para os jovens da JEC. A JEC masculina parou, por isso, para refletir esta situação. O exemplo mais claro dessa preocupação é o Conselho Nacional de Belo Horizonte (1961), a publicação do Caderno 10 intitulado “Engajamento nas Bases” e o Programa de 1962 tendo como tema a justiça social. É feita, nesta época, uma análise da realidade brasileira em todos os seus aspectos. Afirmava-se que o cristão não é um alienado e que sua presença no mundo não é só para denunciar o pecado. O militante de JEC é um comprometido com o destino de todos os homens chamado a sofrer como os que sofrem e implantar a caridade de Cristo na sociedade terrena. (DICK, 1992, p. 23)

A chamada esquerda católica, vinda dessa nova percepção do papel do cristão no mundo, ainda segundo Napolitano (2017), vai surgir no meio da juventude, mais especificamente, na Juventude Universitária Católica. Não podemos afirmar que os novos valores políticos e as lutas por justiça social só aconteceram na JUC, mas entendemos que o autor dá ênfase a este ramo da Juventude da ACB por este ter tido uma maior visibilidade no cenário nacional do período. O autor cita que, em 1960¹⁰⁹, a JUC, pelo Comitê Regional mineiro, publica a tese intitulada *Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo*

¹⁰⁸ Boletim nº 45 – Comemorativo referente a V Semana Nacional da JECF e do III Encontro Internacional JEC-JUC, em 1958. Documento pertencente ao acervo do CEDIC, digitalizado. p. 20-21

¹⁰⁹ De 04 a 15 de julho de 1960, aconteceu o Congresso referente aos 10 anos de JUC. Esse evento contou com a presença de 500 representantes de todo o país, de acordo com a Maria Emília (2008) buscava uma “[...] forma concreta de intervir nas estruturas, compor o engajamento com espiritualidade e dar unidade ao movimento, com um instrumental teórico que lhe possibilitasse definir ações para cada setor das profissões, no meio universitário”. (RODRIGUES, 2008, p. 50)

*brasileiro*¹¹⁰, e que este documento será de essencial importância para a consolidação das bases da esquerda católica, principalmente por conta da sua crítica ao subdesenvolvimento e, conseqüentemente, ao capitalismo, a que países como o Brasil estão submetidos.

Para a comunidade brasileira, nesta segunda metade do século XX, delineiam-se, como opções básicas, a se concretizarem numa realidade econômica futura, mas que o presente deve preparar, a superação da fase do <<subdesenvolvimento>> em que nos encontramos e, ao mesmo tempo, a abolição de nossas amarras ao campo de gravitação do <<capitalismo>> tal como este historicamente se realizou. Nem poderia ser de outra forma. O estudo cuidadoso das condições do subdesenvolvimento revelam-nas estreitamente vinculadas às condições de sustentação da estrutura econômica (e também política e social) capitalista. Falar de subdesenvolvimento é ter logo em mente, como correlato, o desenvolvimento, e logo é reconstituir toda a trama do equilíbrio econômico mundial vergonhosamente baseado, entre outras coisas, na complementaridade das nações-metrópole com as nações-colônia, ou seja, o equilíbrio internacional gerado pelo capitalismo. Mas não é só na ordem internacional que o capitalismo implica o binômio ‘riqueza à custa da miséria’. Na ordem interna das nações, o capitalismo mostrou-se estrutura monstruosa, sustentada por toda a sorte de abusos, se explorações de crimes contra a dignidade da pessoa humana. Assim, pois, superar o subdesenvolvimento não pode constituir, num ideal histórico cristão, opção isolada de que nos leva a liquidar com o capitalismo, pois isso ocorrendo seria desprender-nos de um sistema na qualidade de mais fraco para nele novamente ingressarmos, já em situação de superioridade. Não é isso que visa o ‘ideal histórico’ do cristão brasileiro.¹¹¹[...] O que devemos dizer, sem tergiversações, é que o capitalismo, realizado historicamente, só pode merecer a tranquila condenação da consciência cristã. (LIMA, 1979, p. 89)

Partindo dessa condenação ao subdesenvolvimento e ao capitalismo, os jovens da JUC vão estabelecer as tais diretrizes para superação do sistema opressor tanto na questão econômica em si quanto nas diretrizes políticas, pensando o nacional e internacional. E, para isso, o texto traz o desenvolvimento dos seguintes pontos: Plano Partidário, Plano Eleitoral, Plano Ideológico e Plano Governamental.

As diretrizes que seguem, tentativa de formulação de <<princípios médios>> para nos guiarem na construção, no presente, da sociedade brasileira futura, limitar-se-ão aos aspectos religioso, econômico e político. A grande complexidade dos problemas que implicariam, e a carência de tempo, não nos permitiram abordar outros aspectos, entre os quais o educacional, o que teria sido de máximo interesse e não menor urgência. Esperamos, porém, de todos os jucistas, a partir de agora – se isso já não está sendo feito – através do esforço maior, de reflexão mais amadurecida e orientada, enfocar as situações concretas, não só a educacional – que não pôde ser vista nesta exposição – mas também a econômica, política, a social, a religiosa em vista de obtermos os

¹¹⁰ “Algumas Diretrizes de Ideal Histórico Cristão Para o Povo Brasileiro”. Conselho Nacional de Belo Horizonte – JUC, 1960. Cf. LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 84-97

¹¹¹ “Algumas Diretrizes de Ideal Histórico Cristão Para o Povo Brasileiro”. Conselho Nacional de Belo Horizonte – JUC, 1960. Cf. LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 86.

princípios médios cada vez mais perfeitos que hão de conduzir nosso engajamento temporal.¹¹²

O documento, ao se referir ao plano partidário, frisa a importância da participação dos jovens na vida política nacional. Essa participação deve ser voltada para a concretização de uma série de características que se “[...] definam por interesses coletivos legítimos, englobando as diversas classes espoliadas (principalmente a classe operária e camponesa) [...]”. Outra diretriz necessária para a construção de um novo plano partidário, que tenha como objetivo primário a elevação dos “princípios democráticos efetivos”, o compromisso com “[...] a sorte do todo nacional [...]” ser contrário as práticas corruptivas referentes as negociações de votos, possibilidades de acesso à direção dos partidos por outros sujeitos que não os “pajés, coronéis, ou os eternos sócios fundadores”, para que estes partidos estejam “[...] vinculados a grupos reais, conscientes e participantes efetivos das decisões partidárias, segundo inspiração de interesses coletivos”.

No quesito do sistema eleitoral, a ideia mestra é que os velhos males oriundos do voto de cabresto ou voto-cruzeiro sejam definitivamente excluídos dos pleitos, frustrando, assim, a estrutura capitalista de eleição. A necessidade de representação popular, a neutralização do poder econômico nas propagandas políticas, ou seja, que os candidatos com diferentes condições econômicas não sejam beneficiados ou prejudicados durante a campanha.

O documento jucista ao tratar da questão ideológica dos partidos, prega a “educação do povo visando despertar sua consciência política” e “[...] a negação completa da estrutura capitalista.” Pela análise do texto, não podemos ter a certeza de quem era esse “povo” que deveria ser atendido por uma educação que despertasse a sua consciência política, esta entendida como consciência de classe. Supomos que o grupo entenda como povo os indivíduos brasileiros que sofrem com a exploração perpetrada pelo modelo capitalista vigente.

Para os jucistas, a proposta era promover uma “[...] ideologia essencialmente anticapitalista e imperialista em busca de uma estrutura social mais justa e humana”, a superação do “dilema nacionalismo X entreguismo” e por uma resposta ao impasse “capitalismo X estrutura capitalista”. Para essa problemática, a solução seria a construção de uma “[...] estrutura política democrática, pluralista, fundamentada na consciência, na

¹¹² “Algumas Diretrizes de Ideal Histórico Cristão Para o Povo Brasileiro”. Conselho Nacional de Belo Horizonte – JUC, 1960. Cf. LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 85

participação e decisão dos diversos grupos sociais da sociedade, respeitando os princípios da justiça social”.

A proposta era a formação de um Plano governamental que tivesse como carro chefe a justiça social.

1. Um governo livre de compromissos com grupos de pressão econômica, ou suficientemente capaz de transformá-los em instrumentos de elevação do nível de vida do povo. 2. Um governo capaz de alterar a ordem capitalista, promovendo sua transformação qualitativa, passando da ordem da exploração para a ordem da justiça e da cooperação entre os homens. 3. Um governo capaz de promover o desenvolvimento que não se faça em regime capitalista, orientado segundo grupos de pressão e interesses econômicos, que faz do povo objeto de explorações provocadas pela inflação e pela ausência do estabelecimento de uma ordem de prioridade efetiva para os setores fundamentais, mas que ao contrário faça do povo o sujeito de seu plano e o seu principal e único beneficiário. 4. Um governo capaz de ser governo do povo, respondendo principalmente e em ordem prioritária não só aos problemas das regiões menos favorecidas, como principalmente aos direitos fundamentais da classe operária. 5. Um governo que se articule dentro de um planejamento estabelecido segundo os princípios técnicos e imperativos da justiça social. 6. Um governo que em lugar de assistencialismo dê justiça, que não cumule com a burguesia de proteções alfandegárias para dar aos operários a sobra daquilo que é de possível dar dentro de um esquema inflacionário.¹¹³

Nesse documento, a JUC não defende apenas novas diretrizes políticas e econômicas para o Brasil, mas é expresso um projeto de país baseado em um ideal histórico cristão, que se expressa na luta anticapitalista e está presente em outros discursos. Em outros documentos, tão propositivos quanto este, o chamamento para a ação desses jovens é tomado como Missão de todos os cristãos. Missão estabelecida pelo compromisso com o projeto dos oprimidos.

[...] Todo este painel de lutas é o único sentido possível na vocação social do cristão. O respeito ao homem e à sua dignidade é respondido pela ação e não pela inércia, através das tarefas diárias da sua promoção. Nesta busca e neste engajamento corremos os riscos que se nos impõem como condição mesma da nossa existência cristã. Mas porque, como cristãos, compreendemos a história dentro de uma razão divina, sabemos que estamos vivendo um momento que precisa ser superado dentro do processo de humanização do mundo e da caminhada majestosa da humanidade para o seu destino divino. O que configura basicamente este momento é a luta pela supressão das alienações que se elevam como barreiras na ascensão humana das grandes massas que até agora vegetam sem esperança à margem da história. Esta luta se trava socialmente. Mas se trava também em cada faixa do nosso dia-a-dia individual ou de grupo. Para nós ela se desenvolve hoje, particularmente, no seio de uma vida universitária.¹¹⁴

¹¹³ “Algumas Diretrizes de Ideal Histórico Cristão Para o Povo Brasileiro”. Conselho Nacional de Belo Horizonte – JUC, 1960. Cf. LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 95

¹¹⁴ Trecho retirado do “Manifestado do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica”, 1961. Cf. LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 104.

Ainda para refletirmos acerca dessa nova proposta de ação para a juventude cristã da Ação Católica, ação que nasce da experiência de atuação desses jovens nos seus meios específicos, encontramos nas palavras de Hebert José de Sousa¹¹⁵, mais conhecido como Betinho, em texto intitulado *Juventude Cristã Hoje*, datado de 1962, essa nova forma de engajamento cristão.

Há, no entanto, um outra atitude fundamental de nossa geração: a adesão ao drama do homem, de todos os homens, a luta pela universalização concreta da Redenção colocada, não no plano de uma visão dualista, mas de uma concepção do homem como um todo, indissociável, organicamente definido. Quebramos definitivamente a perspectiva aristocrática e classista da Salvação e nos voltamos à perspectiva universal do Cristianismo: todos os homens e o homem todo são objeto de amor e da Salvação. O Cristianismo é incompatível com qualquer perspectiva que de qualquer forma faça um homem senhor e outro escravo, um sujeito universal de direitos, outro relativo a determinadas condições restritivas.

Para Betinho, sua experiência na JEC, “[...] evidenciou que se poderia ser normal e cristão ao mesmo tempo [...]”. Dito de outro modo, que o cristianismo era uma mais que uma guerra “histórica” contra o comunismo, mas que se experienciou uma “dupla revolução”: “[...] a superação em nós da negação do amor, o comodismo, a indiferença pela sorte da humanidade, do outro”. E continua

Nasceu desta revolução interior uma exigência interior de autenticidade que se revelaria muito mais dentro da exigência de boas obras que de boas intenções. Surge disto uma nova característica decorrente diretamente da própria Encarnação, do próprio Evangelho, do modo mesmo pelo qual seremos julgados na Hora final, que no entanto iria ser utilizado contra nós sob alegação de marxismo, de materialismo: o homem será salvo por inteiro, corpo e alma, através também dos meus atos, do meu engajamento e não apenas dos meus bons propósitos, dos meus bons silogismos e racionalizações. A reflexão não pode ser o instrumento de omissão, mas deve ser conseqüente no teste da eficácia.

Assim, ao pormos lado a lado os documentos referentes ao início da caminhada das juventudes católicas, na década de 1930 e 1940 e, posteriormente, em meados dos anos 1960, podemos identificar explicitamente, pelos discursos apresentados nos manifestos, boletins, e demais documentos produzidos pelos jovens a frente de seus grupos, uma mudança de tom e perspectiva frente o seu papel de ser e estar no mundo. Como vimos inicialmente, os manuais escritos pelo Monsenhor Civardi, o estatuto da ACB, a cartilha de *Iniciação à JEC*, etc.

¹¹⁵ Hebert José de Sousa, nascido em 3 de novembro de 1935, em Minas Gerais, graduou-se em Sociologia, pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1962. Integrou a Juventude Estudantil Católica (JEC) e, posteriormente, a Juventude Universitária Católica (JUC). Foi um dos fundadores da Ação Popular (1962), sendo coordenador da entidade nos anos de 1963 e 1964. Com o golpe de 1964 e o aumento da repressão militar foi obrigado a exilar-se no Chile, no ano de 1971. Assessorou Salvador Allende até 1973, quando este é deposto pelo Golpe Militar chileno. Em 1979, com a Lei da Anistia volta ao Brasil e dedica-se as causas sociais, fundando em 1981 o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Morre em 1997, já bastante debilitado por conta da AIDS.

podemos notar que o projeto primeiro da ACB e, conseqüentemente, das juventudes ligadas à ela, perpassava pela ideia de chamamento dos sujeitos para a Ação, porém um movimento com o intuito baseado no “instruir-se para instruir”, ou seja, desenvolver uma educação evangélica para o laicato, para que estes em seu cotidiano, nos seus espaços de vivência social e atuação profissional pudessem atrair outros sujeitos para a doutrina católica. Já quando analisamos os discursos presentes nos documentos produzidos no final da década de 1950 e início dos anos 1960, encontramos uma série de reflexões e propostas, feitas pelos próprios jovens, que pregavam um engajamento político efetivo, um projeto que vai ser minado no Brasil com o Golpe civil-militar de 1964.

Além da repressão advinda do governo autoritário, pela qual muitos integrantes da Ação Católica, principalmente os atuantes nas juventudes vão sofrer prisões e perseguições, a Igreja Católica vai passar por uma série de discussões e debates para adaptar-se às mudanças que estavam ocorrendo pelo mundo. Com a convocação do Concílio do Vaticano II, entre os anos de 1962 e 1965, um dos assuntos a serem debatidos e avaliados foram os rumos que a Ação Católica deveria tomar.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) não apenas possibilitou rediscutir a Igreja como um todo, mas ofereceu uma oportunidade para que os bispos brasileiros se reunissem e elaborassem uma remodelação para a Igreja e para a Ação Católica no Brasil. Duas Assembleias Gerais da CNBB aconteceram nos dois últimos anos do Concílio, em Roma, e foram extremamente significativas para a transmutação da ACB. Ainda que revelem muito de uma Ação Católica Especializada, as reuniões resvalaram também no Secretariado Nacional da ACB, uma vez que parte do que lhe cabia, a articulação dos movimentos especializados, estava prestes a desaparecer. (FERNANDES, 2018, p. 178)

Das reflexões desenvolvidas nos quatro anos de concílio, participaram dos debates cerca de 2.500 bispos de todo o mundo. Destes, 231 eram brasileiros. Desses encontros foram aprovadas quatro constituições, nove decretos e três declarações¹¹⁶. Dentre esses documentos, o Decreto *Apostolicam Actuositatem – Sobre o Apostolado leigo* foi um dos apontamentos que deram novas diretrizes que culminaram na reformulação da Ação Católica, a partir desse documento ela passa a ser reconhecida como uma *Associação Laical*, ou seja, a autonomia que

¹¹⁶ Constituições *Dei Verbum*: sobre a revelação divina; *Lumen Gentium*: sobre a Igreja; *Sacrosanctum Concilium*: sobre a sagrada liturgia; e, *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo atual; os Decretos, foram *Ad Gentis*: sobre a atividade missionária da Igreja, *Presbyterorum Ordinis*: sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, *Apostolicam Actuositatem*: sobre o apostolado leigo, *Optatum Totius*: sobre a formação sacerdotal, *Perfectae Caritatis*: sobre a conveniente renovação da vida religiosa, *Christus Dominus*: sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja, *Unitatis Redintegratio*: sobre ecumenismo, *Orientalium Ecclesiarum*: sobre as Igrejas Orientais Católicas e *Inter Mirifica*: sobre os meios de comunicação social; as Declarações *Gravissimum Educationis*: sobre a educação cristã, *Nostra Aetate*: sobre a Igreja e as religiões não cristãs, e *Dignitatis Humanae*: sobre a liberdade religiosa. Cf. http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm último acesso: 26.11.2019

foi sendo construída ao longo dos anos de existência da AC foi revogada. Isso, de acordo com Fernandes (2018, p. 174),

Significou dizer que os movimentos de juventude ficariam limitados como um movimento de pastoral paroquial, com preocupações mais imediatas de evangelização e de reformas de uma situação social e ou econômica mais pontual. Também sofreriam com um controle mais efetivo dos bispos. Além disso, deveriam se integrar aos respectivos Secretariados Regionais da CNBB, dissolvendo aos poucos aquela ideia de movimentos autônomos, com representatividade nacional e regional. Passariam os movimentos a ser retratados em outros âmbitos pelos tais Secretariados.

Em 1966, foi votada e aprovada a descentralização da ACB e a criação do Comitê Nacional da ACB, conforme Fernandes (2018), os ramos especializados de adultos (Homens e Senhoras de ACB, Liga Independente Católica Feminina, LICF e Movimento Operário de Ação Católica, MOAC) vão se desligando da ACB e da Hierarquia. A própria JEC, em setembro do mesmo ano, no “Conselho Nacional da JEC”, em Juiz de Fora (MG), publica o documento intitulado *Documento de Juiz de Fora*, onde detalham a situação de crise do movimento (perda de vitalidade, saída de militantes, pouca nucleação e grande diversidade de experiências sob a mesma denominação de JEC) e, após as reflexões sobre o papel dos jovens dentro do movimento, do engajamento e comprometimento no meio estudantil, foi decidido pelo desligamento da JEC. (DICK, 1992, p. 37-38) Ainda em 1966, a JUC também opta pelo desligamento da ACB, após tomar conhecimento da modificação na estrutura da ACB (a substituição das equipes nacionais por um Comitê Nacional de Coordenação). (FERNANDES, 2018, p. 191)

O esvaziamento dos movimentos de juventude da Ação Católica não é exatamente o fim das atividades destes jovens, muitos vão se engajar (ou já estavam engajados) em outros movimentos, como por exemplo a Ação Popular, e continuaram com as propostas de conscientização política do povo, o importante é que as ganas de estruturarem um outro movimento, que a partir dos anos 1970, com o apoio da própria CNBB, na figura de Dom Paulo Evaristo Anrs, vão dar fôlego as Pastorais Sociais. Meio onde vai florescer, em 1978, a Pastoral da Juventude do Meio Popular. No próximo tópico traçaremos essa trajetória que está ligada diretamente a memória da PJMP.

3.2 Pastoral dos jovens: a opção preferencial pela juventude empobrecida na América Latina

115. No jovem não há, apenas, contravalores! Ao contrário, há valores novos, que, em geral, só o jovem é capaz de criar e desenvolver. O jovem é a garantia da juventude da Igreja. (Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – 19983-1986)¹¹⁷

É inegável, a partir de uma vasta liturgia e literatura voltada aos ideais e valores da Igreja Católica, a preocupação da instituição em relação à juventude¹¹⁸. Vemos, mais abertamente, por meio da instituição da Ação Católica e suas juventudes, que no Brasil chegam oficialmente na década de 1930, esse interesse pelos jovens e a conversão do seu meio. Foi, por muito tempo, um valor intrínseco aos jovens esse papel de renovação da sociedade, e como vemos na epígrafe, rejuvenescimento da Igreja.

Como veremos, neste tópico, essa aproximação da hierarquia da IC com a juventude durante a década de 1960, principalmente pós-golpe civil-militar, gerou diversos atritos entre esses dois organismos, resultando, assim, na extinção das juventudes da ACB e, na interrupção de um projeto de juventude em vias de transformação do sistema opressor.

Neste momento, acontece a ruptura do grupo com a hierarquia, que já não podia mais acompanhar e apoiar um tipo de evangelização, que se encaminhasse na linha política da transformação radical da sociedade. [...] A verdadeira raiz encontra-se na mudança de atitude de ser fermento, de insuflar espírito cristão na sociedade para a de assumir como tarefa evangelizadora a sua transformação na luta política. (LIBÂNIO, 1983, p. 22)

Propomos, assim, identificar como a Igreja Católica, após as transformações ocorridas em seu seio, a partir dos anos 1960, principalmente após os debates e resoluções ao final do Concílio do Vaticano II (CVII)¹¹⁹, percebeu e inseriu essa preocupação pelos jovens, com relação a sua decisão pela opção preferencial pelos pobres.

O Vaticano II abriu uma temporada nova na Igreja como *fruto de inesperada primavera*, na intuição do Papa João XXIII. [...] As decisões conciliares foram interpretadas e praticadas de diferentes modos nos anos que se seguiram à grande

¹¹⁷ Trecho extraído do documento “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da igreja no Brasil”, publicação referente aos anos de 1983-1986. O texto foi elaborado e aprovado na 21ª Assembleia Geral da CNBB, em 15 de abril de 1983. “O texto atual, por designação da 21ª Assembleia, foi confiado ao Conselho Permanente, que o aprovou por ocasião de sua última reunião em Brasília, de 24 a 27 de julho de 1983. Na elaboração do texto, foram levadas em consideração as contribuições precedentes dos Regionais, do Encontro de Subsecretários, dos grupos de reflexão da Assembleia da CNBB, das reflexões da Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral e grupo de Assessores.” Disponível em:

http://www1.pucminas.br/imagendb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183522.pdf

¹¹⁸ Encontramos no site do Vaticano várias mensagens para os jovens, de Papas como João Paulo II, João XXIII, Paulo VI etc. Uma busca rápida pela palavra juventude, no acervo do site, nos são mostrados mais de 3 mil resultados. Desses, os documentos com mais citações referentes a temática, são os discursos e as homilias. Cf. <http://www.vatican.va/content/vatican/pt/search.html?q=Juventude> Último acesso 30/03/2020.

¹¹⁹ Segundo Leonardo Boff (1994, p. 25-26), com o CVII, “A Igreja se torna, por sua vez, universal na medida em que sinaliza para todos os homens o amor salvífico do Pai por seu Filho na força do Espírito. [...] A Igreja mesma se modernizou em suas estruturas, adaptadas à mentalidade funcional da modernidade, secularizou-se em muitos de seus símbolos, simplificou a liturgia e tornou-a adequada ao espírito do tempo. O discurso da Igreja se fez mais profético no sentido de denunciar os abusos do sistema capitalista e a marginalização do povo”.

assembleia, em função de lugares e sujeitos envolvidos no processo de *aggiornamento*. Por um lado, é fato que muitas renovações aconteceram em diversas frentes da vida da Igreja. Tanto no âmbito das práticas pastorais quanto da reflexão teológica, o pós-Concílio foi um canteiro que fez a primavera produzir muitos frutos: renovação litúrgica em diálogo com as diferentes culturas, Igreja comprometida com os pobres, diálogo ecumênico e inter-religioso, Doutrina Social da Igreja, experiência de ministérios leigos etc. (SCUDELER, 2014, p. 8) (Grifos do autor)

Nesse bloco inicial, além de buscarmos nas resoluções conciliares, o papel dos jovens na missão evangélica, buscamos nos documentos dos dois principais congressos gerais do Conselho Episcopal Latino americano (CELAM)¹²⁰, o primeiro em *Medellín* (1968) e o segundo em *Puebla de los Angeles* (1979), o aprofundamento das questões referentes à juventude empobrecida.

Num segundo bloco, analisaremos mais especificamente alguns materiais produzidos pela CNBB, referentes à pastoral da juventude no Brasil, que vão discutir sobre a realidade do jovem na América Latina e sua condição de empobrecimento. A ideia central é que consigamos compreender como ocorre a mudança de uma preocupação mais geral com os jovens, que anteriormente era centrada em uma juventude das classes dominantes, pensando sua formação moral e religiosa, por exemplo, nos colégios católicos e, agora nesse momento de renovação da instituição, voltada para as classes populares.

Quando afirmamos que houve uma mudança profunda no pensamento e na ação da Igreja Católica após o Concílio do Vaticano II, buscamos dar ênfase ao novo entendimento da relação estabelecida entre a instituição e os sujeitos, principalmente, os indivíduos que de alguma forma são alvo das variadas injustiças sociais. Ao apartar-se do discurso e prática expansionista, profundamente ligada às classes dominantes, que vinha sendo sustentado desde o Império romano¹²¹, a Igreja Católica apresenta, ao longo dos documentos conciliares, a emergência de um novo modelo de ser Igreja, uma igreja a partir dos pobres. Sendo este

120 O Consejo Episcopal Latinoamericano é um organismo da Igreja Católica, criado em 1955, pelo Papa Pio XII, a pedido dos bispos da América Latina e Caribe. Esse organismo, de acordo com seu site “El CELAM es un organismo de comunión, reflexión, colaboración y servicio como signo e instrumento del afecto colegial en perfecta comunión con la Iglesia universal y con su cabeza visible, el Romano Pontífice. [...] Como organismo de servicio, el CELAM ha de ser ante todo animación y ayuda a la reflexión y a la acción pastoral de la Iglesia en América Latina y El Caribe. El CELAM presta servicios de contacto, comunión, formación, investigación y reflexión a las 22 Conferencias Episcopales que se sitúan desde México hasta el Cabo de Hornos, incluyendo el Caribe y las Antillas.” Descrição disponível em: https://www.celam.org/quienes_somos.php Último acesso em: 29/03/2020.

¹²¹ Conforme Lourenço (2017, p. 382) o cristianismo desde seus primeiros momentos, sempre demonstrou preocupação com os pobres e marginalizados. O que vai mudando conforme o processo de institucionalização da Igreja, que nas palavras do autor, “[...] aos poucos o cuidado pastoral para com os mais necessitados foi sendo relativizado em vista do desejo de expansão do cristianismo por toda extensão do Império Romano, por uma preocupação cada vez mais exacerbada com os dogmas e as doutrinas, com a defesa da fé frente aqueles que faziam oposição à nova religião imperial”.

entendido como força histórica emergente para a mudança da sociedade. De acordo com Lourenço (2017, p. 383) o Papa João XXIII, ao convocar a Igreja para refletir sobre esses “sinais do tempo”, “[...]coloca uma vez mais a Igreja em sintonia com o mundo e com a história [...]”.

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.¹²²

Segundo Lourenço (2017) ainda em 1962, em mensagem um mês antes da abertura do CVII, João XXIII, enfatiza que para um “novo mundo” deve-se edificar uma “nova Igreja” e, essa nova Igreja, é a “Igreja dos pobres”. Aqui o Papa já dava indícios dos rumos desejados pela Igreja.

Para los países subdesarrollados la Iglesia se presenta como es y como quiere ser, como Iglesia de todos, en particular como la Iglesia de los pobres. Habrá que gritar y lamentar una vez más toda ofensa y violación del quinto y del sexto mandamiento del sagrado Decálogo: el no hacer caso de los compromisos que se siguen del séptimo mandamiento: las miserias de la vida social, que piden venganza en la presencia de Dios: es deber de todo hombre, y deber más urgente para el cristiano, el considerar lo superfluo con la medida de las necesidades del prójimo y el poner buen cuidado en que la administración y la distribución de los bienes creados se haga con ventaja de todos. Esto es lo que en el sentido social y comunitario, que es immanente en el auténtico cristianismo, se llama difusión: y todo esto habrá que afirmarlo vigorosamente.¹²³

Para Lourenço (2017), e tantos outros autores que vão se debruçar sobre as resoluções do Concílio, este “[...] teve um papel fundamental no desejo de recolocar uma vez mais a Igreja em diálogo com o mundo, atenta às dores e aos sofrimentos de tantos homens e mulheres, povos e culturas, que há muito tempo vivem à margem da sociedade”. Como afirma Luiz G. Scudler,

O processo evolutivo desse novo modo teológico de pensar põe em evidência a autoridade dos que sofrem e são vítimas (teologia política) e a irrupção dos pobres e a sua correlata opção preferencial (Teologia da libertação). O sofrimento das vítimas e a opção pelos pobres tornam-se lugares e sujeitos emergentes que permitem a aquisição de uma lucidez no modo de ver e pensar: a própria vida humana em sociedade e a estrutura da Igreja (hierarquia, dogma, liturgia, ética). (SCUDELER, 2014, p. 16)

Ainda sob essa ideia de “recolocar a Igreja” frente aos problemas dos que vivem à margem da sociedade, a partir da leitura de Leonardo Boff (1994) sobre as várias tendências

¹²² *Gaudium et spes* 1.

¹²³ JOÃO XXIII. Radiomensaje de su santidade Juan XXIII um mes antes de la apertura del Concílio Vaticano II (Martes 11 de septiembre de 1962) Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/messages/pont_messages/1962/documents/hf_j-xxiii_mes_19620911_ecumenical-council.html Último acesso em: 29/03/2020.

teológicas, o autor nos mostra que, por meio dessa nova consciência do seu lugar de reflexão e ação evangélica, foi possível a Igreja descobrir e refletir sobre novos objetos e campos.

Para o autor, o grande desafio posto neste momento foi de:

[...] como pensar teologicamente realidades que de si não apresentam como teológicas, mas como profanas e seculares, assim como o campo da política, os sistemas sociais vigentes, os mecanismos econômicos, os processos libertários dos povos ou classes dominadas, a empresa científico-técnica? (BOFF, 1994, p. 44)

Analisando, detalhadamente, os documentos produzidos pelo CVII, podemos identificar que alguns vão dar uma maior visibilidade aos jovens como, por exemplo, a declaração *Gravissimum Educationis* (1965)¹²⁴, que vai tratar da educação cristã, enfatizando a importância do acesso a essa formação, pois “Todos os cristãos que, uma vez feitos nova criatura mediante a regeneração pela água e pelo Espírito Santo (8), se chamam e são de facto filhos de Deus, têm direito à educação cristã”.¹²⁵

Nesse texto, a temática central gira em torno de como se deve, quem tem o dever de fornecer, quem deve receber a Educação cristã.¹²⁶ Fala sobre a fundação de colégios e universidades católicas¹²⁷, faculdades de ciências sagradas¹²⁸, desenvolve sobre o papel dos

¹²⁴ De acordo com Roberta Valéria Guedes e Elisângela Dias Barbosa (2017, p. 21), “Essa declaração assinalou um marco na história das escolas católicas: a passagem da escola-instituição à escola-comunidade. A dimensão comunitária é fruto especialmente da diversa consciência de Igreja alcançada pelo Concílio; a dimensão comunitária, como tal, não é, no texto conciliar, uma simples categoria sociológica, mas é, sobretudo, teológica. Resgata, assim, a visão da Igreja como povo de Deus, assunto que foi tratado no capítulo segundo da *Lumen Gentium*, buscando adaptar-se aos novos paradigmas.”

¹²⁵ *Gravissimum Educationis*, 2.

¹²⁶ Conforme consta no portal e-MEC, no Brasil, atualmente, das 72 universidades privadas em fins lucrativos, 19 são universidades confessionais católicas. Mais informações consultar Wandercil, Marco, Calderón, Adolfo-Ignacio, Ganga-Contreras Francisco Aníbal. Qualidade da educação superior no Brasil: desempenho das universidades católicas à luz dos rankings acadêmicos, índices e tabelas classificatórias estatais e do setor privado. *EccoS Revista Científica* [en línea]. 2019, (51), 1-28 [fecha de Consulta 13 de Febrero de 2023]. ISSN: 1517-1949. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71566554018>

¹²⁷ “O sagrado Concílio muito recomenda que se fundem Universidades e Faculdades católicas, convenientemente distribuídas pelas diversas partes da terra, de tal maneira, porém, que brilhem não pelo número, mas pela dedicação à ciência; e facilite-se a entrada aos alunos de maior esperança, embora de pouca fortuna, sobretudo aos oriundos das nações jovens.” (*Gravissimum Educationis*, 10.)

¹²⁸ “A Igreja espera muitíssimo do trabalho das Faculdades de ciências sagradas (34). Com efeito, a elas confia o gravíssimo dever de preparar os próprios alunos não só para o ministério sacerdotal, mas, sobretudo, quer para ensinarem nas cátedras dos estudos eclesiais superiores, quer para fazerem progredir as disciplinas com o próprio esforço, quer para receberem os encargos mais pesados do apostolado intelectual. Da mesma maneira, é dever dessas Faculdades investigar mais profundamente os vários campos das disciplinas sagradas, de tal maneira que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda da Sagrada Escritura, se patenteie mais plenamente o patrimônio da sabedoria cristã transmitido pelos antepassados, se promova o diálogo com os irmãos separados e com os não cristãos e se dê resposta às questões nascidas do progresso da ciência (35)”. (*Gravissimum Educationis*, 11.)

pais (direito e obrigações) e educadores, além, de não marginalizar a problemática nas escolas não católicas, como descrita no trecho abaixo:

Tendo, além disso, a consciência do dever gravíssimo de cuidar zelosamente da educação moral e religiosa de todos os seus filhos, a Igreja sabe que deve estar presente com o seu particular afecto e com o seu auxílio aos que são formados em escolas não católicas: quer pelo testemunho de vida dos professores e directores, quer pela acção apostólica dos colegas (23), quer sobretudo pelo ministério dos sacerdotes e dos leigos que lhes ensinam a doutrina da salvação, adaptada à idade e condição, e os auxiliam espiritualmente com iniciativas oportunas segundo as circunstâncias.¹²⁹

E, por fim conclui,

O sagrado Concílio exorta vivamente os jovens a que, conscientes, da importância do múnus educativo, estejam preparados para o receberem os com ânimo generoso, sobretudo naquelas regiões em que, por falta de professores, a educação da juventude está em perigo. O mesmo sagrado Concílio, enquanto se confessa muito grato aos sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos que se ocupam com dedicação evangélica na obra excelente da educação e do ensino de qualquer espécie e grau, exorta-os a que perseverem generosamente no trabalho começado e a que de tal modo se esforcem por sobressair em encher os alunos do espírito de Cristo, na arte pedagógica e no estudo das ciências que não só promovam a renovação interna da Igreja mas também conservem e aumentem a sua presença benéfica no mundo hodierno, sobretudo no intelectual.¹³⁰

A partir desses trechos, podemos inferir que a preocupação acerca de uma educação cristã, pelos padres conciliares, ainda está muito ligada aos colégios e universidades católicas, mesmo apresentando um tópico, como vimos, sobre as instituições não ligadas a Igreja. Outra questão que é importante observar, a partir da conclusão do documento, é o entendimento sobre o carácter pedagógico dessa “educação cristã”, que ainda gira em torno de um depósito de valores morais, como podemos ver no trecho “[...] encher os alunos do espírito de Cristo [...]”.¹³¹

Outro documento conciliar, que traz um tópico específico dedicado aos jovens e sua participação no apostolado evangélico é o decreto *Apostolicam Actuositatem*, que versa sobre o apostolado dos leigos¹³². Os jovens, por se tratar de um importante segmento e, que naquele momento, a Igreja os entende como tendo destaque dentro do processo social, faz-se necessário que estes possam estar aptos ao seu papel de apóstolo ativo.

Com o amadurecimento da consciência da própria personalidade, estimulados pelo ardor da vida e pela actividade transbordante, assumem a própria responsabilidade e

¹²⁹ *Gravissimum Educationis*, 7.

¹³⁰ *Gravissimum Educationis*, conclusão.

¹³¹ Trataremos essa temática da Educação Cristã, mais detalhadamente, no tópico que analisaremos como a pedagogia libertadora esteve presente na formação dos jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular.

¹³² Documento disponível em: http://www.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html. Último acesso em: 30/03/2020.

desejam tomar a parte activa que lhes compete na vida social e cultural. Se este zelo é penetrado pelo espírito de Cristo e animado pela obediência e pelo amor para com os pastores da Igreja, podemos esperar dele frutos muito abundantes. Eles mesmos devem ser os primeiros e imediatos apóstolos da juventude e exercer por si mesmos o apostolado entre eles, tendo em conta o meio social em que vivem (8).¹³³

Ainda temos alguns outros textos do CVII que trazem algumas indicações referentes à juventude, como o decreto *Ad Gentis*, que vai falar sobre a atividade missionária da Igreja, dessa forma, trazendo como missão a importância de uma exímia formação da juventude cristã como parte desse projeto de salvação. Temos também o decreto *Inter Mirifica*, que, ao tratar dos meios de comunicação social, fala da notabilidade dessa ferramenta comunicativa, possibilitada pelas inovações técnicas, e da responsabilidade com a ordem moral que deve ser preservada, principalmente, no tocante aos jovens, pensando o uso com moderação e disciplina. Pois, é necessário que se tenha “[...] um especial cuidado em proteger os jovens contra a imprensa e os espetáculos que sejam perniciosos para a sua idade.”¹³⁴

16. Tendo-se na devida conta que o uso dos meios de comunicação social, que se dirigem a pessoas diferentes na idade e na cultura, requer nestas pessoas uma formação e uma experiência adequadas e apropriadas, devem favorecer-se, multiplicar-se e encaminhar-se, segundo os princípios da moral cristã, as iniciativas que sejam aptas para conseguir este fim – sobretudo se se destinam aos jovens – nas escolas católicas de qualquer grau, nos Seminários e nas associações apostólicas dos leigos. Para que se obtenha isto com maior rapidez, a exposição e explicação da doutrina e disciplina católicas nesta matéria devem ter lugar no ensino do catecismo.¹³⁵

Nesse primeiro momento, como já frisamos, não vamos encontrar nada que faça referência diretamente ao jovem pobre. Mesmo assim, todos esses documentos analisados, de alguma forma, estão ligados à fundação da PJMP, pois que, a partir dessas orientações, os jovens que se encontravam em busca de organização e estruturação do movimento tinham um sul¹³⁶ para onde caminhar. Todas as orientações para a juventude são generalizantes, pois que ela se encaixa, em grande medida, na categoria dos cristãos. Os documentos que vão especificamente tratar da juventude empobrecida da América Latina, são os textos finais das

¹³³ *Apostolicam Actuositatem*, 12.

¹³⁴ *Inter Mirifica*, 12.

¹³⁵ *Inter Mirifica*, 16.

¹³⁶ Assim como na obra de Joaquim Torres García, “*América Invertida*”, de 1943, a crítica feita pelo artista sobre a hegemonia exercida pelos países e culturas do “Norte”, os movimentos sociais que estavam em plena reorganização, como a PJMP, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, defendiam uma nova forma de ser e estar no mundo, não mais aquela imposta pelo modelo capitalista, ligado aos interesses do capital. Como afirma Maria Luiza Calim de Carvalho Costa (2011), a imagem de Torres “ilustra uma necessidade latino-americana de buscar caminhos próprios”. Em nossa interpretação, os movimentos ligados a Teologia da Libertação, partem do mesmo princípio: buscar novos caminhos, dentro da realidade da América Latina, continente explorado desde sua invasão pelos “povos do norte”, para a realização do Projeto de Jesus Cristo. E, esse caminho, deveria partir de sua realidade, ou seja, se dava pelo continente sul-americano.

Conferências Episcopais Latino-americanas, de 1968 e 1979, respectivamente, *Medellín* e *Puebla*.

Em 1968, ao longo do documento produzido pelos bispos presentes na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em *Medellín*, na Colômbia, deu um destaque para se pensar a situação da juventude na América Latina, como o próprio texto afirma, o tema é “digno do máximo interesse e de grandíssima atualidade”. Afinal, de acordo com o texto, os jovens são o grupo social mais numeroso da sociedade latino-americana, que surge como um “novo corpo social” e com uma “grande força nova de pressão”, “[...] portador de ideias próprias e valores inerentes ao seu próprio dinamismo interno”. Por conta dessa força, vontade participativa e, como afirma o texto, “impossibilidade de participação na vida da sociedade”, acabam sendo marginalizados forçadamente¹³⁷.

Podemos notar que, por mais que a situação da juventude latino-americana seja de conhecimento e esteja sendo discutida pelos sujeitos que estão no alto escalão da hierarquia, não esqueçamos que o CELAM é uma conferência de bispos que estão em comunhão com o Vaticano. Dessa maneira, ao trazer um detalhamento da situação da juventude, o documento de *Medellín*, perpetua uma reflexão ainda muito generalizada e próxima aos ideais conservadores que são caros ao regime militar, como podemos observar abaixo:

A juventude, particularmente sensível aos problemas sociais, reclama as mudanças profundas e rápidas que assegurem uma sociedade mais justa: exigência que, constantemente, sente tentação de expressar por meio da violência. É um fato constatável que o excessivo idealismo dos jovens os coloca facilmente sob a ação de grupos de diversas tendências extremistas. 1. Os jovens são mais sensíveis do que os adultos aos valores positivos do processo de secularização. Esforçam-se por construir um mundo mais comunitário, que vislumbra, talvez, com mais clareza do que os antepassados. Estão mais abertos a uma sociedade pluralista e a uma dimensão mais universal da fraternidade.¹³⁸ (Grifos nossos)

Outra característica importante que podemos ressaltar sobre o documento de 1968 é que este

¹³⁷ Conforme Felícia Reicher Madeira (1986) “Sobretudo a partir de 1978, após o choque provocado pela elevação dos juros internacionais e pelo novo salto nas cotações das matérias-primas importadas, principalmente o petróleo, desencadeia-se o período recessivo brasileira, provocando uma retração na oferta de emprego na indústria, principalmente em São Paulo, para ambos os sexos”. Ainda, segundo a autora, que analisa os dados do DIEESE, entre os meses de outubro e dezembro de 1981, a taxa de desemprego é aguda entre os jovens. As mudanças nas estruturas econômicas e sociais do Brasil, nesse período, aprofundaram os desequilíbrios regionais e o avanço das oportunidades para a camada da população jovem do país.

¹³⁸ Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano *Medellín*, Colômbia, 1968. (5,3) Disponível em: <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> Último acesso em 30/03/2020.

Identifica, de forma interessante, que há na juventude aqueles que aceitam a sociedade de mercado e os valores burgueses e outros que a rejeitam, até de forma radical, reagindo ao mundo construído por seus pais, lutando por uma sociedade não massificadora e contra a que desumaniza. Essa juventude, que contesta o *status quo* – certamente o Documento pensa nos jovens engajados na Ação Católica e nos jovens que estão na esquerda sindical, estudantil e política – luta pela justiça social, por uma sociedade mais solidária, por mudanças “profundas e rápidas”. (SIQUEIRA; BAPTISTA, TEODORO-SILVA, 2018, p.668)

Mas, por mais que sejam aceitos os pontos de vista dos jovens, o documento, como observamos na citação anterior, traz uma visão problemática, como afirmam os autores, ao entender que a juventude voltada à esquerda, fica “tentada a expressar essa exigência por meio da violência” e que o “excesso de idealismo” pode acarretar uma avaliação errada dos jovens, deixando-os à mercê da “ação de grupos de diversas tendências extremistas.” Assim, reforçando a imaturidade e necessidade de orientação pela instituição.

Como vimos, a análise feita sobre a juventude é marcada pelo discurso, ainda presente, de uma categoria com grande disposição para o trabalho evangélico, mediante acompanhamento. Ou seja, por mais autonomia e desejo de mudança que venham a ter, os jovens necessitam de um assessoramento para não seguirem por caminhos extremos. Dessa forma, podemos notar uma aproximação dos discursos da IC com os propagados pela EMC. Por mais que haja uma transformação profunda no pensamento da instituição, os extremos e radicalismos permanecem no discurso oficial. No texto, encontramos uma conotação negativa do entusiasmo atribuído à juventude.

[...] a juventude oferece inegavelmente um conjunto de valores, acompanhados, entretanto, de aspectos negativos. Mencionemos em primeiro lugar, uma tendência à personalização, consciência de si mesmo, criatividade, que por contraste os leva a rejeitar os valores da tradição. Possuem um idealismo excessivo que os leva a desconhecer realidades inegáveis que terão de ser aceitas, e adotam um inconformismo radical, cujas manifestações características ocorrem em quase todos os países que os impulsionam a pretender construir um mundo novo com negação absoluta do passado. Também é característica da juventude a espontaneidade que a leva a menosprezar nem sempre com razão as formas institucionais, as normas, a autoridade e o formalismo.¹³⁹ (Grifos nossos)

Entendemos que, por mais avançados que fossem os debates ocorridos em *Medellín*, essa generalização sobre a categoria juvenil sem que haja um foco no empobrecimento, além da perpetuação da necessidade de orientação pela IC para que não se caia em um “idealismo excessivo” que “rejeite os valores da tradição”, discurso caro ao regime ditatorial brasileiro, são

¹³⁹ Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968. Cf. <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> Último acesso em 30/03/2020.

traços das disputas internas e diferentes visões do lugar da IC no mundo. Lembremos que, no Brasil, a juventude católica não era homogênea, conforme afirma Sofiati (2011), em 1969, começa na cidade de São Paulo um movimento, encabeçado pelo Pe. Haroldo Rahm, que será depois identificado como Renovação Carismática Católica.

A despeito do grande avanço desse documento na história da Igreja latino-americana, considerado por Dom Pedro Casaldáliga como o Vaticano II da América Latina, com a opção pelos pobres, o registro da “identidade da Teologia da Libertação”, com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, a inserção nas comunidades populares, e tantas coisas mais, a parte do texto que se refere à juventude não é das mais avançadas, talvez até o contrário. Destacando a palavra de Paulo VI na abertura da Conferência de Medellín, sobre a atualidade e o grande interesse que o tema da juventude traz, o Documento de Medellín começa chamando a atenção para o peso demográfico da juventude e sua “força nova de pressão” e como um “novo corpo social”. Mas observa-se que se faz presente, em boa parte do texto, uma visão negativa, fruto de uma visão geracional tradicional, formulada por adultos, homens, mais velhos, especialmente certo ranço clerical-episcopal. (SIQUEIRA; BAPTISTA, TEODORO-SILVA, 2018, p.667)

Com relação aos movimentos juvenis, são apontados alguns direcionamentos com foco na formação dos dirigentes leigos, na formação dos assessores desses grupos, que houvesse um apoio na formação de líderes da comunidade. No recorte abaixo, sublinhamos a questão do ecumenismo, pois este será um dos pilares para a formação dos jovens na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).¹⁴⁰

A. Que se favoreça em todos os níveis o encontro, o intercâmbio e a ação em comum dos movimentos e organizações juvenis católicos com outras instituições de juventude. B. Que se dê apoio às iniciativas de caráter ecumênica, entre os grupos e organizações de juventude, segundo as orientações da Igreja. C. Que se considere a possibilidade e a conveniência de contar com a colaboração de leigos, e entre eles de jovens, na qualidade de consultores, nos diversos departamentos do CELAM.¹⁴¹

Para os bispos, este é um momento de entendimento dessa nova realidade sociorreligiosa, de compreensão da realidade do mundo e da juventude, “[...] a novidade da juventude gera medo”. (SIQUEIRA; BAPTISTA, TEODORO-SILVA, 2018, p.667) Assim, a proposta é que haja o desenvolvimento de uma pedagogia para o estímulo da juventude, pensando sua formação humana e cristã, mas sem a “negação de grandes valores”¹⁴².

B. A atitude de diálogo implica responder aos legítimos e veementes reclamos pastorais da juventude, nos quais há de reconhecer um chamado de Deus. Por isso,

¹⁴⁰ Analisaremos este ponto mais à frente, no tópico, *PJMP: Pastoral combativa, de luta e de militância*.

¹⁴¹ Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968. Cf. <https://www.faculdadesjuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> Último acesso em 30/03/2020.

¹⁴² Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968.(5,2) Disponível em: <https://www.faculdadesjuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> Último acesso em 30/03/2020.

esta Segunda Conferência recomenda: * Que se apresente cada vez mais nítido na América Latina o rosto da Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo poder temporal e corajosamente comprometida com a libertação do homem todo e de todos os homens. * Que a pregação, dos documentos pastorais, e em geral a linguagem da Igreja sejam simples e atuais, tendo em conta a vida real dos homens de nosso tempo. * Que se viva na Igreja, em todos os níveis, com caráter de serviço, um sentido de autoridade isento de autoritarismo. C. Procurar que em todos os centros educacionais da Igreja e nos outros, onde ela deve realizar sua presença se capacite os jovens, através de uma autêntica orientação vocacional, que tenha em conta os diferentes estados de vida, para assumirem sua responsabilidade social como cristãos no processo de mudanças na América Latina.¹⁴³

Já, quando passamos a analisar o documento de 1979, podemos notar uma mudança no discurso dos bispos, por exemplo, já encontramos referências aos regimes autoritários no continente, informação que não vemos no documento de *Medellín*.¹⁴⁴ Outro ponto, que temos que ressaltar, a “opção preferencial pelos jovens” está na literalidade, sendo título do capítulo dois do documento. Assim, somos apresentados a uma série de características do jovem que não o definem partindo de um valor negativo, mas posto como vontade de ação da juventude.

[...] Um inconformismo que a tudo questiona; um espírito de aventura que a leva a compromissos e situações radicais; uma capacidade criadora com respostas novas para o mundo em transformação, que aspira a sempre melhorar em sinal de esperança. Sua aspiração pessoal mais espontânea e forte é a liberdade, emancipada de qualquer tutela exterior. É sinal de alegria e felicidade. Muito sensível aos problemas sociais. Exige autenticidade e simplicidade, rejeitando com rebeldia uma sociedade invadida por hipocrisias e contravalores.¹⁴⁵

Outro ponto que não podemos deixar de refletir e, buscar avanços, nos debates acerca da temática é a citação da juventude feminina, que não aparece em nenhum dos outros documentos analisados neste tópico. Em *Puebla*, as jovens aparecem como parte indispensável para construção da sociedade, mesmo passando por um momento de crise de identidade e acerca

¹⁴³ Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia, 1968. Disponível em: <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> Último acesso em 30/03/2020.

¹⁴⁴ “O pecado corrompe o uso que os homens fazem do poder, levando-o ao abuso dos direitos dos outros, às vezes em formas mais ou menos absolutas. Isso ocorre mais notavelmente no exercício do poder político, por se tratar do campo das decisões que determinam a organização global do bem-estar temporal da comunidade e por servir mais facilmente não só aos abusos dos que detêm o poder, mas à absolutização do próprio poder, apoiados na força pública. Diviniza-se o poder político quando na prática ele é tido como absoluto. Por isso, o uso totalitário do poder é uma forma de idolatria e como tal a Igreja o rejeita inteiramente (GS 75). Reconhecemos pesadamente a presença de muitos regimes autoritários e mesmo opressivos em nosso Continente. Eles constituem um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento dos direitos da pessoa, dos grupos e das próprias nações.” Cf. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, *Puebla de los Angeles*, México, 1979.

¹⁴⁵ Cf. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, *Puebla de los Angeles*, México, 1979. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf Último acesso em: 13/02/2023

da missão das mulheres, o que ainda as impede, de acordo com o texto são “os elementos negativos referente à libertação feminina e um certo machismo”.

Encontramos ainda um certo discurso de manipulação da juventude “na área política”, mas não há uma generalização e, logo em seguida, é posto a legitimidade de uma parte da juventude que possui suas inquietações políticas e que têm consciência do seu poder social.

Há, também, o destaque para a situação social dos jovens da América Latina, há ênfase nas dificuldades para o seu desenvolvimento, principalmente, por conta das condições socioeconômicas provenientes do subdesenvolvimento.

Por isso queremos oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione meios eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade.

Para as aplicações concretas, na construção de uma pastoral de jovens, os bispos convidam a juventude “[...] a se comprometerem eficazmente numa ação evangelizadora que não exclua ninguém, de acordo com a situação que vivem, e tendo predileção pelos mais pobres”. Como podemos ver na passagem abaixo, quando se fala em manipulação, o documento não remonta a tradição anticomunista da Igreja Católica, mas deixa evidente que podem existir diversos atores manipuladores.

A pastoral de juventude na linha da evangelização deve ser um verdadeiro processo de educação na fé, que leva à própria conversão e a um compromisso evangelizador. O fundamento desta educação deve ser a apresentação ao jovem de Cristo vivo, Deus e homem, modelo de autenticidade, simplicidade e fraternidade; único que salva, libertando de todo pecado e de suas consequências e que compromete para a libertação ativa dos irmãos por meios não violentos. A pastoral da juventude empenhar-se-á em que o jovem cresça numa espiritualidade autêntica e apostólica, fundada no espírito de oração e no conhecimento da Palavra de Deus e no amor filial a Maria Santíssima que, unindo-o a Cristo, o torne solidário com seus irmãos. A pastoral da juventude deve ajudar também a formar os jovens de maneira gradual para a ação sócio-política e para as mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja. Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos contravalores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado. (Grifo nosso)

Como vimos, até aqui, a emergência de um novo modelo de Igreja, essa Igreja a partir do povo pobre, começou a dar seus primeiros passos no início da década de 1960. Desde

as mensagens anteriores aos Concílio do Vaticano II que culmina, ao fim da assembleia, com a tomada da Igreja pela opção preferencial pelos pobres. Nesse modelo, o sujeito histórico da libertação, como afirma Leonardo Boff (1994, p. 28), é o povo oprimido, que ao reconhecer ou tomar consciência de sua situação de oprimidos, organizam-se e articulam práticas que apontem para a transformação da sociedade marcada pela injustiça social, cultural e econômica.

Este tipo de Igreja supõe aquilo que se cristalizou em *Puebla*: uma opção preferencial pelos pobres. Importa compreender o exato sentido desta opção. Trata-se de privilegiar os pobres (sem exclusividade) como o novo sujeito histórico emergente que vai preferencialmente realizar o projeto cristão no mundo. Os pobres aqui não são compreendidos apenas como aqueles que possuem carências; eles as têm, mas possuem também força histórica, capacidade de mudança, potencial evangelizador. A Igreja acede a eles diretamente; não passa pela mediação do Estado ou das classes hegemônicas. Por isso aqui não se trata de uma Igreja para os pobres, mas de uma Igreja *de* pobres e *com* os pobres. (BOFF, 1994, p. 30)

Baseados nos documentos, por nós analisados, muitos grupos cristãos buscaram, dentro de sua comunidade, assumir o papel de perpetradores da Boa Nova e para a construção do Reino de Deus¹⁴⁶. Desses grupos, podemos dar como exemplo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), surgidas a partir da década de 1970, os Círculos bíblicos e, principalmente, os agrupamentos de jovens, que partindo de experiências fecundas como militantes das juventudes da Ação Católica, foram fermento¹⁴⁷ para a construção e consolidação dessa nova experiência de pastoral de juventude, em nosso caso específico, de juventude do meio popular.

Encontramos em vários materiais, produzidos pela Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), um exemplo de trajetória do processo de tomada de consciência frente as injustiças e opressões sofridas pelos jovens empobrecidos, como podemos observar no trecho

¹⁴⁶ De acordo com Libânio (1978, p. 15-16) “O Reino, por sua vez, significa o anúncio e a realização do mistério da salvação do Pai acontecendo em Jesus Cristo”. Dito de outra forma por L. Boff (1994, p. 31), o autor afirma que o Reino “[...] é sim a utopia cristã que concerne ao destino terminal do mundo. Mas se insiste que ele se encontra em processo dentro da história sempre e lá onde se constroem a justiça e a fraternidade e onde os pobres são respeitados e feitos agentes de sua própria história”.

¹⁴⁷ Em Mateus 13:33 (Lucas 13: 20-21), Jesus faz uma alegoria em que o termo fermento representa o Reino de Deus ou o Reino dos céus, dessa forma, uma pequena quantidade deste traria uma grande mudança interna nas pessoas e na própria Igreja, que seria a massa. Dito de outro modo, o Reino de Deus seria o agente de mudança e transformação das pessoas. Em Filipenses 1:6 “Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completa-la até o Dia de Cristo Jesus.”

abaixo, retirado de uma cartilha produzida, em 1887, pelo Padre Zé Teixeira¹⁴⁸, assessor nacional¹⁴⁹ da PJMP, na década de 1980.

Os jovens do meio popular quando começam a falar dos problemas que sentem, da falta de moradia, alimentação, saúde, escola, trabalho... descobrem que não é por acaso que assim acontece. Descobrem que existem outros jovens com saúde, boa alimentação, casa, carro... com todas as comodidades e prazeres da vida. Os jovens empobrecidos pensam e perguntam: Se todos nascemos no mesmo chão brasileiro, por que não nos beneficiamos das mesmas condições de vida? E concluem que não é por acaso, mas um sistema econômico e político que faz ricos cada vez mais ricos as custas de pobres cada vez mais pobres.¹⁵⁰

Da forma como é colocada por Teixeira, esse processo, que não é instantâneo e nem natural, aparece de uma forma abstrata. Entendemos que essa forma de narrativa, principalmente, por estar descrita em um material que tem características de manual de um primeiro encontro, traz uma áurea de encantamento em torno do processo de conscientização política em que o jovem, por si e com o outro, através do diálogo, “descobre” o porquê do empobrecimento da população. Esse verbo descobrir dá um tom de achado ou encontrado por acaso, porém, ao nos atentarmos aos documentos produzidos nas reuniões e assembleias, podemos identificar os debates e discussões bastante elaboradas sobre as condições sociopolíticas e econômicas do país e do mundo.

Assim, em outros materiais utilizados como estudos temáticos, a problematização de temas pertinentes ao cotidiano do jovem pobre, vemos no subsídio *PJMP – presença na luta*

¹⁴⁸ José Soares Teixeira, mais conhecido por Zé Teixeira, nasceu em Gondalães Paredes – Porto, Portugal, em setembro de 1947. Aos 5 anos migrou com a família para Lordêlo e aos 8 anos para Rebordosa. Em 1959 entra no Seminário Menor Clarentino, nos Carvalhos, fez noviciado em Fátima, filosofia e teologia em Cacém e Lisboa. Foi ordenado Diácono em 1974, sendo neste mesmo ano enviado à Angola. Mora no Brasil desde janeiro de 1976. Na Arquidiocese de Fortaleza foi ordenado sacerdote em junho de 1976. Entre outras atividades, exerceu a função de Vigário Forâneo, Coordenador de Pastoral Urbana e Vigário Episcopal e colaborou na elaboração de planos pastoral, regimentos dos vários Conselhos e coordenou reuniões e assembleias. Seus trabalhos com a juventude, de acordo com seu relato, sempre foram prioridade. No ano de 1987, mais especificamente em janeiro, foi escolhido para assessorar a Pastoral de Juventude do Meio Popular – PJMP – das nove Dioceses do Ceará e, em dezembro do mesmo ano passou a ser assessor nacional da PJMP até janeiro de 1994. Em 2004, assumiu o pastoreio da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, no bairro do Nova Metrópole, na cidade de Caucaia - CE até fevereiro de 2016. Atualmente, Pe. Zé Teixeira está envolvido com o Movimento Fé & Política. Informações disponíveis em seu Blog pessoal. Link: <https://jozeteixeira.wordpress.com/sobre/> último acesso em: 01/02/2020.

¹⁴⁹ “De acordo com o material de formação dos assessores da PJMP, a função do assessor é “[...] acompanhar e ajudar os jovens através de questionamentos, ideias e testemunho de vida, valendo-se de maior preparo em termos de espiritualidade, teologia e metodologia, e de maior disponibilidade de tempo para estudar e refletir sobre a prática da Pastoral de Juventude. Não é papel do assessor coordenar a Pastoral de Juventude em seus diversos níveis; isto compete aos próprios jovens.” *Assessor da PJMP* – material produzido pelo Padre Zé Teixeira, 1988. 10 págs. (Acervo histórico da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Regional I – Ceará).

¹⁵⁰ *PJMP Projeto de vida e ação* pastoral – Ceará, 1987. p. 08 (Acervo histórico da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Regional I – Ceará).

*do povo*¹⁵¹, várias temáticas a serem trabalhadas com os grupos de jovens como, por exemplo, o que é o meio popular? O que é partido político? O que é o sindicato? Etc. E, a partir do estudo desse material desenvolver no jovem essa conscientização e, direcionar, muitas vezes a ação nestes espaços. Pois uma das características da PJMP é que a sua atuação deve, não somente, ser dentro do grupo religioso, mas, principalmente, dentro dos organismos de luta social.

[...] será que um jovem cristão deve entrar num partido? Por quê?
 [...] A igreja através do documento de Puebla nº 520 (2) nos diz que devemos participar da política, e engajar-se nos partidos políticos pois, a atividade política faz parte das relações humanas. A política, entendida como busca do bem comum e como defesa e promoção da vida e dos valores da comunidade, é tarefa de todos. A filiação das pessoas em partidos políticos é campo próprio dos leigos cristãos. Todo cristão deveria pertencer a um partido, tornar-se um militante do partido, participando e defendendo as ideias partidárias.¹⁵²

E essa participação em organizações fora da Igreja, sem a necessidade de escolha entre um e outra, também aparece no subsídio da CNBB¹⁵³ sobre a Pastoral de Juventude no Brasil, reafirmando a urgência da presença dos jovens no panorama político do país. Pois, afirma o documento que “É no partido político, de maneira especial, que se tomam decisões globais para o destino da sociedade. É necessário que a presença cristã, não se contente em representar-se politicamente pelo voto, mas que assuma o compromisso profético-transformador”.¹⁵⁴

Ao encarar esse processo de tomada de consciência da exploração, segundo Leonardo Boff (1994), há uma passagem do religioso para o político. Ainda conforme o autor, não se trata somente da libertação do pecado, mas “[...] de uma libertação que também possui dimensões históricas (econômicas, políticas e culturais)”. (1994, p. 28)

O próprio compromisso político nasce da própria reflexão da fé que exige mudança. Mesmo quando se fazem análises sobre os mecanismos da opressão nunca se está ausente a fé, como horizonte de compreensão, como mística poderosa, para a ação e como ponto de chegada de todo agir humano. A comunidade não se transforma numa célula política. Ela é aquilo que é: lugar da reflexão da fé e de sua celebração. Mas ao mesmo tempo é o lugar onde se ajuízam eticamente, à luz de Deus, as situações humanas. (BOFF, 1994, p. 29)

No mesmo subsídio, oferecido pela CNBB, em determinada parte, o texto vai se referir as discussões sobre a criação da pastoral da juventude no Brasil fazendo as devidas

¹⁵¹ *PJMP – presença na luta do povo*. Paraná, 1988. (Acervo histórico da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Regional I – Ceará).

¹⁵² *PJMP – presença na luta do povo*. Paraná, 1988, p. 83. (Acervo histórico da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Regional I – Ceará).

¹⁵³ CNBB. Estudos da CNBB 44 – Pastoral da Juventude no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

¹⁵⁴ CNBB. Estudos da CNBB 44 – Pastoral da Juventude no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986, p. 35.

referências aos documentos do CVII, de *Medellín e Puebla*, desenvolvendo detalhadamente o ponto sobre a “opção preferencial pelos jovens empobrecidos”. De acordo com os bispos brasileiros, por meio dessa opção preferencial, “[...] não opta por uns contra outros, mas opta por uns em favor de todos”. De acordo com essa justificativa, a Igreja entende que essa juventude pobre recebe uma carga maior de violências: “[...] violência da pobreza e da exclusão dos jovens do conjunto da sociedade”.

Neste sentido, a PJ deve buscar uma pedagogia que responda à necessidade de se criar um espaço próprio para os jovens empobrecidos, dentro de uma Pastoral Orgânica da Juventude. O surgimento de lideranças populares evita que jovens das classes médias e alta inibam o surgimento e desenvolvimento daquelas lideranças. Os jovens do meio popular deverão ser *agentes da própria história*, conscientização e libertação. Do mesmo modo, os *jovens dos outros segmentos sociais*, não negando a própria classe, devem assumir “sem reservas e sem retorno, a causa dos irmãos que se debatem na pobreza, trabalhando para a mudança das estruturas injustas” (DG 42)¹⁵⁵

Quando voltamos nossa análise para as cartilhas produzidas pela PJMP, esse processo de formação de uma Pastoral da Juventude no Brasil fica mais direcionado ao jovem das classes populares, afinal esta é sua identidade, ser uma pastoral voltada ao jovem empobrecido. Sempre levando em consideração as recomendações apontadas pelos documentos que analisamos neste tópico, a opção pelos jovens empobrecidos é tomada como direcionamento para a caminhada evangélica e de luta por justiça social. Ao propormos um entendimento das reflexões feitas pelos bispos presentes no CVII, nas conferências do CELAM e, como por meio delas, foi possível revolucionar algumas tradições seculares dentro da Instituição Igreja, principalmente, em relação às conexões entre a hierarquia eclesial e as classes dominantes/hegemônicas, parece-nos fundamental para a compreensão do movimento de jovens e clérigos que juntos pensaram e assentaram a pedra angular para a criação da Pastoral da Juventude do Meio Popular.

3.3 PJMP, quem é você? Movimentos de Encontros e a identificação com o meio popular

“A História da PJ em nossa Diocese não difere muito do conjunto da PJ do Ceará. Aqui ela está dividida em duas partes muito distintas: antes e depois do nosso engajamento com o Regional Nordeste I. O movimento de PJ iniciou em nossa Diocese por volta de 1975. Digo movimento porque não existia uma PJ organizada. [...]”¹⁵⁶

¹⁵⁵ CNBB. Estudos da CNBB 44 – Pastoral da Juventude no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986, p. 39.

¹⁵⁶ Documento produzido pelo Histórico do Setor de Juventude, Diocese de Sobral. Acervo da Secretaria Regional I da PJMP.

Como podemos observar no trecho acima, retirado de um documento produzido pela PJMP da Diocese de Sobral – CE do final da década de 1990, a trajetória de criação da Pastoral da Juventude do Meio Popular não se deu igualmente em todos os lugares do Brasil. Cada Paróquia, cada Diocese, cada Estado, teve sua trajetória na construção de um lar aos jovens da PJMP, em momentos distintos. Porém, conforme fomos comparando as narrativas presentes nas cartilhas dos diferentes regionais, que buscam contar um pouco da história de seu núcleo de PJMP, podemos inferir que todos partiram da busca pela transformação da realidade vivenciada pelos jovens empobrecidos.

Como vimos anteriormente, com o Golpe civil-militar de 1964 e sua consolidação, muitos movimentos sociais foram perseguidos e, em alguns casos, exterminados com a política de repressão estabelecida pelo novo Estado autoritário brasileiro. Desses grupos que tiveram suas ações interrompidas, a Ação Católica Brasileira, contingente leigo da Igreja Católica e seus núcleos específicos foram impedidos de continuar suas atividades, pelo menos de maneira oficial e organizada, com o apoio institucional que deteve desde os anos 1930, quando foi instalada no Brasil.

Em virtude da repressão da ditadura militar, há no início da década de 1970 pouca movimentação da juventude, prevalecendo no interior da IC a presença dos “Movimentos de Encontro”, que possuíam cunho espiritualista e eram profundamente comprometidos com a resolução dos problemas psicoafetivos dos jovens. [...] (SOFIATI, 2012, p. 68)

Os documentos que trazem um histórico de fundação de uma Pastoral da Juventude, nos oferecem relatos sobre a organização desses Movimentos de Encontro. Como observamos no documento destacado no início deste tópico, nesse histórico da criação do setor de juventude da Diocese de Sobral - CE, somos informados sobre as primeiras formas de organização do que seria, posteriormente, o Setor de Juventude e do próprio nascimento da PJMP na Diocese.

Iniciamos num clima político muito tenso, pois não era permitido que falasse dos problemas sociais, que éramo logo taxados de vários apelidos (comunista, subversivos etc.). Por outro lado, o que existia em termos de juventude era um bom número de grupos dispersos e sem muito objetivo. [...] ¹⁵⁷

Mais, afinal, em que medida a “opção preferencial pelos jovens”, assumida, em 1979, na Conferência Episcopal Latino-americano (CELAM) na cidade de *Puebla de los Angeles*, foi fermento, termo que faz referência aos grupos (JOC, JUC, etc.) que fizeram a vontade de união desses jovens empobrecidos crescer, como o pó químico faz crescer a massa

¹⁵⁷ Histórico do Setor de Juventude, Diocese de Sobral. Acervo da Secretaria Regional I da PJMP.

para o nascimento de uma Pastoral de Juventude? E, mais adiante, uma pastoral de juventude que levasse em consideração o meio social desses jovens? O que foram os chamados Movimentos de Encontro? Qual a finalidade e objetivos desses grupos? E, o principal, como a partir deles surge a animação para a criação de uma Pastoral ligada ao meio popular?

3.3.1 “Opção preferencial pelos Jovens”: os jovens na Conferência de Puebla.

Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.” Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito. (BLOCH, p. 44)

Como nos alerta Marc Bloch, “[...] as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo”. Porém, longe de tentarmos fazer uma história da origem da Pastoral da Juventude do Meio Popular, pretendemos refletir como esses grupos de jovens foram se organizando, pensando sobre si e, o mais importante, dando materialidade, a proposta de uma nova forma de ser jovem e ser Igreja baseada na força do povo pobre¹⁵⁸ e oprimido.

Para compreendermos o significado da expressão “opção pelos jovens”, utilizada na grande maioria dos documentos e subsídios que apresentam a Pastoral da Juventude do Brasil, conseqüentemente, presente também nos documentos da Pastoral da Juventude do Meio Popular, temos que analisar as conclusões da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (CELAM) que ocorreu em *Puebla de los Angeles*, México, em 1979, como afirma Hack (1982, p. 17), foi em Puebla que “[...] a Igreja optou clara e decididamente pelos jovens”.

Aqui, analisaremos mais especificamente o capítulo II das conclusões desta conferência, intitulado “Opção preferencial pelos jovens”, pois é a partir dessas conclusões sobre a importância da evangelização dos jovens que essa expressão passa a ser fio condutor de toda a ideia de uma Pastoral da Igreja voltada aos jovens da América Latina. Devemos lembrar que os itens trazidos pelo documento, assim como afirma José Lino Hack¹⁵⁹, falam sobre os problemas enfrentados pelos jovens, a diversidade presente na juventude e da importância

¹⁵⁸ Essa ideia de Força dos pobres podemos encontrar mais desenvolvida no livro de Gustavo Gutiérrez intitulado *A Força Histórica dos Pobres*, publicado pela Editora Vozes em 1981.

¹⁵⁹ O autor em sua análise sobre a Pastoral de Juventude afirma: “Acontece, porém, que Puebla diz que é preciso dedicar-se ao trabalho de Evangelização dos jovens, mas não diz como isso deve ser feito. Ninguém tem um método perfeito e acabado de PJ. Estamos todos procurando aprender com a experiência. Quando estamos procurando uma orientação para um trabalho de Evangelização, não podemos arriscar-nos a perder tempo e paciência com tolas discussões como essas de ‘direita’ e de ‘esquerda’, ou de ‘progressistas’ e ‘conservadores’”. (HACK, 1982, p. 17)

desses sujeitos para a Igreja Católica, mas não traz, efetivamente, uma metodologia específica para dar conta da formação evangélica desses sujeitos e, que é pela experiência, partindo das vivências de si e da comunidade, em seu cotidiano e à luz do evangelho, que constitui sua práxis.

Neste capítulo, nos seus mais de 30 itens, pensados exclusivamente para o chamado à ação dos jovens, foi desenvolvida uma reflexão sobre a juventude e a necessidade de sua aproximação com a Igreja Latino-americana, levando em consideração a situação da juventude no corpo social, dando ênfase nos jovens da América Latina e sua relação com a Igreja e, ainda, algumas aplicações concretas em relação com a comunhão, o compromisso, a formação e participação dos jovens na missão evangelizadora. No trecho abaixo, podemos identificar que tipo de ação a Igreja propõe aos jovens: uma participação “consciente e responsável”, comedida e sem exaltações, sendo um convite a sair da “solidão voluntária e improdutiva”. Também podemos observar que o trecho deixa transparecer que não considerava outros tipos de participação aceita, adjetivando como “intempestivas” e “exóticas”.

Convidamos de coração os jovens a vencer os obstáculos que ameaçam seu direito de participação, consciente e responsável, na construção de um mundo melhor. Não lhes desejamos a ausência pecaminosa na mesa da vida nem a triste capitulação ante os imperativos do prazer, do indiferentismo ou da solidão voluntária e improdutiva. Já passou a hora do protesto, traduzido em formas exóticas ou através de exaltações intempestivas. Tendes uma capacidade imensa. Chegou o momento da reflexão e da aceitação plena do desafio de viver, em plenitude, os valores essenciais do autêntico humanismo integral.¹⁶⁰ (Grifo nosso)

Como podemos identificar no grifo acima, um dos pontos que nos fez refletir sobre a ideia que se tem da juventude como impulso de mudança e, no que diz respeito, para essa missão evangélica proposta pela Igreja, é que tanto a sociedade, como a instituição promove uma certa idealização do ser jovem. Este, como ser dotado dessa força transformadora, questionadora, criadora e espontânea frente aos problemas do mundo. Esse tipo de idealização é encontrado em vários discursos sobre o ser jovem, tanto em meios democráticos como autoritários.

Dessa forma, para refletirmos acerca dos discursos sobre a juventude, assim como diversos autores que trabalham o conceito e, a partir das nossas fontes, o mais apropriado seria pensar sobre as juventudes, pois sua diversidade e multiplicidade não limita a categorização

¹⁶⁰ Documentos conclusivo da III Conferência do CELAM, em 1979, na cidade de *Puebla de los Angeles*, México, p. 58. A versão em português podemos encontrar disponível em: http://portal.pucminas.br/imagetdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf A versão em espanhol está disponível em: https://www.celam.org/documentos/Documento_Conclusivo_Puebla.pdf

dos jovens em um único modelo de ser jovem. São inúmeros os discursos que são atribuídos aos jovens como podemos identificar a partir dos estudos de Luís Antônio Groppo (2016). Para o autor, em diferentes momentos, ao longo da história, a partir da identificação do jovem como sujeito social, buscou-se defini-lo a partir das ideias de rebeldia (1950), mobilização (1960), alienação (1970) etc. (GROPPO, 2016, p. 386). Ainda de acordo com Groppo (2016, p. 12),

[...] ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos. O que a história e a análise sociológica demonstram é que, o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta.

Dessa forma, essa naturalização em que a juventude por si mesma é uma categoria transformadora, questionadora, capaz de ser responsabilizada pelo futuro da sociedade é mais um dos diferentes discursos que são impostos aos jovens. Questionando essa naturalização, de forma alguma, estamos deslegitimando ou contradizendo a força da juventude, principalmente dos sujeitos objetos desta pesquisa, e sua capacidade de transformação, mas é necessário que não se tome como natural os discursos dirigidos a categoria.

Vejamos o item 1168, do documento de *Puebla*, que apresenta o entendimento da Igreja do que seriam os traços característicos da juventude.

Um inconformismo que a tudo questiona.; um espírito de aventura que a leva a compromissos e situações radicais; uma capacidade criadora com respostas novas para o mundo em transformação. que aspira a sempre melhorar em sinal de esperança. Sua aspiração pessoal mais espontânea e forte é a liberdade, emancipada de qualquer tutela exterior. É sinal de alegria e felicidade. Muito sensível aos problemas sociais. Exige autenticidade e simplicidade, rejeitando com rebeldia uma sociedade invadida por hipocrisias e contravalores.¹⁶¹ (grifos nossos)

Ainda sobre essa “força transformadora”, o item 1178, relaciona-a com a dita postura renovadora da Igreja, dando a entender uma aproximação entre as essências de ambas.

A Igreja vê na juventude uma enorme força renovadora, símbolo da própria Igreja. E a Igreja faz isto não por tática, mas por vocação, já que é “chamada à constante renovação de si mesma, isto é, a um incessante rejuvenescimento” (João Paulo II **Alocução Juventude**, 2 - AAS, LXXI, p. 218). O serviço prestado com humildade à juventude deve fazer com que mude na Igreja qualquer atitude de desconfiança ou incoerência para com os jovens.

O que podemos inferir em relação aos itens apresentados acima é que a Igreja, no discurso do CELAM, propõe muito mais que uma escolha pela evangelização dos jovens, mas trata essa categoria como sendo parte essencial que dará fôlego e legitimidade à renovação da Igreja, ou como vimos, ao seu rejuvenescimento. Lembremos que esse chamado a ação pela IC

¹⁶¹ Documento Puebla (1979). p. 280

aos jovens vem expresso em sua “opção preferencial pelos jovens”, desenvolvida no documento de *Puebla*, onde o protagonismo e as expectativas de transformação da sociedade são atribuídas aos jovens, onde pensar o futuro dessa Igreja em sua opção pelos pobres estava ligada a essa característica dinamizadora e de sensibilidade social, como podemos observar na citação abaixo, presente nas conclusões do documento de *Puebla*.

A juventude é uma fase da vida e uma atitude diante da mesma, se caracteriza por um espírito de risco, aspiração forte de liberdade, sentido de gozo e felicidade, sensibilidade social. Desempenha no corpo social uma função crítica, dinamizadora. Os jovens mostram-se muito sensíveis às hipocrisias sociais, seja através de reações de rejeição até o radicalismo, seja por meio de fugas ou indiferentismo acomodado.
162

Continuando a análise sobre os desafios, obstáculos e problemas enfrentados pelos jovens, no mundo adulto, como as drogas, o “sexualismo”, a civilização do consumo, da “tentação do ateísmo” e de uma pedagogia do instinto, além, da manipulação no campo da política, explicitada abaixo.

1172. Hoje em dia, a juventude é manipulada especialmente na área política e no emprego do “tempo livre”. Uma parte da juventude tem legítimas inquietações políticas e consciência de poder social. Sua falta de formação nesses campos e a ausência de assessoria equilibrada a levam a radicalizações ou frustrações. O jovem ocupa grande parte do seu “tempo livre” com o esporte e uso dos meios de comunicação social. Estes são, para alguns, instrumentos de educação e recreação sadia; para outros, elementos de alienação.

Mais que uma análise geral da juventude, o documento se preocupa em pensar a juventude da América Latina, afinal é uma conferência do clero latino-americano. Assim, podemos encontrar nesse trecho das conclusões, reflexões levando em consideração a diversidade dos jovens do continente, como sua condição social e experiências sócio-políticas. Pensando o item 1176, que podemos ver abaixo, temos uma ideia do que a Igreja está entendendo como diversidade entre os jovens do continente. E é atentando a essa diversidade que a proposta de se criar pastorais que levem em conta o meio social se fez de extrema importância para a nova dinâmica evangelizadora que estava sendo apresentada em *Puebla*.

1176. Se observarmos a situação social, verificamos que, ao lado daqueles que, por sua condição econômica, se desenvolvem normalmente, há muitos jovens indígenas, camponeses, mineiros, pescadores e operários que, por sua pobreza, se vêem obrigados a trabalhar como adultos. Ao lado de jovens que vivem folgadoamente, há estudantes, sobretudo de subúrbios, que já vivem na insegurança dum futuro emprego ou não encontram seu caminho por falta de orientação vocacional.

¹⁶² *Puebla – Conclusões*. São Paulo: Edições Loyola, 1979, p. 313.

No tocante à questão da formação e participação dos jovens e da Igreja, na realização e edificação da “nova civilização do amor e da paz”, o documento requer uma “profunda formação e participação responsável”. Dessa forma, essa formação deve ser pautada em um “verdadeiro processo de educação na fé”, que de acordo com o item 1193, “[...] leva à própria conversão e a um compromisso evangelizador”.

1194. O fundamento desta educação deve ser a apresentação ao jovem de Cristo vivo, Deus e homem, modelo de autenticidade, simplicidade e fraternidade; único que salva, libertando de todo pecado e de suas consequências e que compromete para a libertação ativa dos irmãos por meios não violentos.¹⁶³(Grifo nosso)

A ênfase do comprometimento por uma libertação dos povos por meios não violentos, como grifamos acima, nos faz crer em uma proposta para a diminuição da violência que se abatia sobre a América Latina. Não podemos esquecer que as décadas de 1960 e 1970 foram de intenso acirramento político e promoção da violência, com os inúmeros golpes militares que, desde os anos 1950¹⁶⁴, vem sendo palco de ações bárbaras contra os opositores dos novos regimes implantados.

O fato é que a selvajaria e a bestialidade, no plano político, se ostentam como o que, em última análise, define o perfil dos regimes que dominam a América Latina nos anos 1960 e 1970, embora, no limite, essas formas de ordem política se perpetuem até a década de 1980. Nessa forma de dominação política, a repressão não é um acidente de percurso. Trata-se de um modelo sistemático de conduta. Nesse modelo, a tortura adquire ares de “cientificidade”. (QUEIROZ, 2015, p. 113)

Dos 14 itens, procuramos identificar os que de alguma maneira tocam na questão de uma formação política da juventude, pois é pensando essa proposta de politização dos jovens e conscientização de seu papel enquanto sujeito de sua própria história que se baseia a Pastoral da Juventude do Meio Popular, sendo seu diferencial, como já foi dito anteriormente, uma pastoral que visa uma formação sócio-política, teológica, eclesial que leva o jovem a se engajar nos mecanismos de transformação da sociedade, a partir do seu meio¹⁶⁵. Dito de outro modo, a PJMP é uma pastoral que leva os jovens a assumirem sua classe e a lutarem pelo “fortalecimento do poder popular” na realização do projeto de Jesus Cristo¹⁶⁶.

¹⁶³ Documento Puebla (1979). P.285-286

¹⁶⁴ Lembremos que em 1954, na Guatemala e no Paraguai houve a primeira intervenção direta dos Estados Unidos no continente latino americano com a derrubada de Jacobo Arbenz, presidente da Guatemala. Em 11 de julho, o chefe do Estado-Maior do Paraguai, general Alfredo Stroessner, que comandou um golpe contra o presidente Federico Chávez assumindo o poder paraguaio. Até o fim do ano, 13 das 20 nações da América Latina são dominadas por militares.

¹⁶⁵ PJMP Semente do Novo na luta do Povo. Acervo da Pastoral da Juventude do Meio Popular. s/d, pg. 13.

¹⁶⁶ O projeto de Jesus Cristo, anúncio da Boa Nova, assim como é explicado no subsídio “PJMP Semente do Novo na luta do Povo” e, descrito no texto de Isaías (4, 18 e 19): “O Espírito do Senhor está comigo, me envia a anunciar notícias boas aos pobres, dar a libertação aos presos, fazer com que os cegos vejam, restituir a liberdade

1185. Assumindo as atitudes de Cristo, o jovem promove e defende a dignidade da pessoa humana. Em virtude do batismo, é filho do único Pai, irmão de todos os homens e contribui para a edificação da Igreja. Sente-se cada vez mais “cidadão universal” instrumento na construção da comunidade latino-americana e universal.¹⁶⁷

Quando analisamos esse tópico específico, que define o que seria a “opção preferencial pelos jovens” no documento de *Puebla*, podemos identificar o sentido dado a proposta de uma form(ação) política para a juventude que estivesse de acordo com as mudanças estabelecidas com o Vaticano II e a “opção preferencial pelos pobres”. Esse sentido passava pela necessidade de “[...] ajudar também a formar os jovens de maneira gradual para a ação sociopolítica e para as mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja”¹⁶⁸ e, principalmente, deveria afastar o jovem da manipulação das ideologias que são contrárias a Igreja, como a liberal capitalista e a marxista.¹⁶⁹

Se continuarmos a análise do documento nas aplicações concretas a IC vai propor essa formação crítica dos jovens levando em consideração a comunhão e o compromisso deste a fim de construir e edificar a paz e justiça, com a chamada “civilização do amor”. Para isso, seria necessária a ação das pastorais e dos movimentos juvenis empenhando-se para que o “[...] jovem cresça numa espiritualidade autêntica e apostólica, fundada no espírito de oração e no conhecimento da Palavra de Deus e no amor filial a Maria Santíssima que, unindo-o a Cristo, o torne solidário com seus irmãos”. Porém, para cumprir com a missão cada pastoral e movimento juvenil deve desenvolver suas estratégias, como afirma a citação abaixo, deve-se estimular a criatividade dos jovens seja por meio de retiros, jornadas, encontros, cursilhos, convivências etc.

1199. Estimule-se a capacidade criadora dos jovens, para que eles mesmos imaginem e descubram os meios mais diversos e aptos para tornar presente, de forma construtiva, a missão que exercem na sociedade e na Igreja. Para isso, lhes sejam facilitados os meios e áreas onde ponham em prática o seu compromisso. Recomenda-se a presença missionária dos jovens em lugares especialmente necessitados.¹⁷⁰

O que podemos inferir fazendo uma reflexão acerca desse documento é que, em grande parte, este vai sustentar o discurso de *Medellín* sobre a descoberta do mundo dos pobres, esse mundo novo capaz de impulsionar e ser força de transformação social e libertação integral dos oprimidos. É um discurso novo, que desde o final de década de 1960, vem sendo gestado

aos oprimidos e proclamar a chegada de tempos novos”. Analisaremos o projeto de Jesus Cristo em relação a práxis dos jovens da PJMP no capítulo 3.

¹⁶⁷Documento Puebla (1979). P. 284

¹⁶⁸Documento Puebla (1979). 1196, p. 286

¹⁶⁹Documento Puebla (1979). P. 286

¹⁷⁰ Documento Puebla (1979). P. 319

nas reflexões dos teólogos da Libertação baseadas nas experiências das lutas populares latino-americanas. Como afirma Leonardo Boff (1986, p. 13)

Os anos de 1960-1970 se caracterizam pela mobilização popular e pela emergência de uma poderosa vontade de mudança social. Não bastavam as reformas. Queria-se uma libertação das opressões históricas que as grandes maiorias secularmente sofreram. Muitos cristãos, inspirados pelo Evangelho, comprometeram-se em meios pobres num processo de conscientização e de prática que criava os primeiros acenos de uma sociedade alternativa possível. Sobre todos os que se empenhavam por sacudir as antigas amarras, abateu-se feroz repressão por parte do Estado de Segurança Nacional e de seus aliados. A palavra libertação fora oficialmente banida dos meios de comunicação social por efeito de um decreto do ministério da justiça.

No entanto, atendendo a essa ideia da qual os jovens podem ser manipulados por ideologias outras, como as citadas no documento, percebemos que o discurso apresentado pelo documento de *Puebla*, em relação a formação e participação dos jovens no processo de evangelização e na construção do Reino de Deus, ainda não se aproxima ao tom combativo e radical do qual é fundamentada a formação e ação evangélica da PJMP, que observamos na fala de Leonardo Boff acima. Por radical entendemos a ênfase dada a conscientização do jovem a sua classe social, como podemos ver no trecho abaixo, retirado do subsídio *PJMP presença na luta do povo*, de 1988, p. 32.

[...] Por isso, é urgente adquirirmos uma CONSCIÊNCIA DE CLASSE, a CONSCIÊNCIA DE NOSSA CLASSE, DE PERTENCERMOS À CLASSE TRABALHADORA. Somos da classe trabalhadora explorada em busca da LIBERTAÇÃO E DE UMA NOVA SOCIEDADE.

Para que possamos compreender qual a importância dessa urgência de identificar-se com a classe trabalhadora, com a classe popular, precisamos perscrutar o caminho percorrido pelos jovens participantes dos primeiros movimentos de encontro que virão na especificação do meio e na identificação com o meio popular o nascimento da PJMP, pastoral que ao descobrir-se como classe explorada movimentou-se em devir-revolucionário.

3.3.2 “Pré-história da PJ”: nascimento da Pastoral da Juventude do Brasil.

Quando falamos de Movimentos de Encontro o que nos vem em mente são formações simplistas de grupos de jovens, ainda que de maneira frágil, mas organizada, na medida do possível, dentro das possibilidades da comunidade e da própria estrutura das paróquias. Como já citamos, a partir dos estudos de Flávio Sofiati (2012) sobre a Juventude Católica, este afirma que os Movimentos de Encontro “[...] estavam comprometidos com a resolução dos problemas psicoafetivos dos jovens”. Desses movimentos, ainda de acordo com

o autor¹⁷¹, são os principais: Treinamento de Liderança Cristã (Jesuítas); Encontros de Juventude (Salesianos); Encontros de Jovens com Cristo (Redentoristas); Escola de Líderes Cristãos (Lassalistas); Curso de Líderes Jovens; Emaús; Cenáculo; Schalon; Escalada; Amigos de Cristo; Onda; Vigília; Nazaré e Catecumenato¹⁷².

No acervo de documentos da Pastoral da Juventude do Meio Popular, encontramos um subsídio intitulado “Pré-História da PJ”, pelas características informativas do texto, arriscamos defini-lo como material de estudo para os ingressantes e iniciantes da PJMP, pois traçar a trajetória do nascimento da PJMP nos encontros, locais ou regionais, faz parte do momento inicial desses encontros. Não que estabeleçam uma linha de progresso em sua história, mas traçam as dificuldades enfrentadas ao longo de sua existência. A ideia é demonstrar que o movimento não surgiu do zero, mas que já existiram outros grupos e outras formas de organização de jovens católicos. Nesse texto, são destacadas as Congregações Marianas (Associação cristã de Moças, Filhas de Maria e Legião de Maria) e a Juventude Vicentina como exemplos de juventudes cristãs até 1930, a partir daí, de 1932 a 1950, é a vez da Ação Católica Geral e de 1950 a 1966¹⁷³ a Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC). São apresentadas essas outras juventudes ligadas à Igreja Católica, porém com poucas informações sobre suas atividades e seus projetos para os jovens dificultando uma comparação entre os grupos.

Ainda nesse material são apresentadas as características da Ação Católica e dos Movimentos de Encontro. Vamos focar nessas segundas, pois que já analisamos a Ação Católica e seus desdobramentos no tópico anterior.

Uma das primeiras características desses “Movimentos de Encontro” seria o impacto emocional: “gostou... chorou... ficou”, como é chamado no texto. Outro ponto que pode lançar luz à diferença que existe entre esses movimentos e a futura Pastoral da Juventude

¹⁷¹ Sofiati, em seu texto, traz a lista desses movimentos em nota de rodapé, porém o detalhamento das ligações com as ordens pude encontrar no documento disponível no acervo da PJMP, intitulado “Pré-História da PJ”.

¹⁷² Essa lista, com suas respectivas ordens estão no documento “Pré-história da PJ”. Supomos que foi produzido pelo Padre Zé Teixeira, pois ao final do texto seu nome aparece como se fosse o assinante do material. Acreditamos que sua produção se deveu para servir de subsídio para o estudo da Pastoral da Juventude do Brasil pelos jovens ingressantes da PJMP. Nesse documento, também nos é apresentada uma lista de movimentos de juventude internacional como: o Movimento Nova Geração (Focolaris); Movimento da Juventude de Schoenstatt; Comunhão e Libertação; Renovação Carismática Católica (que nasce em 1967, em Pittsburgh, Pensilvânia, EUA e só chega ao Brasil na década de 1970); Juventude Franciscana; Juventude Operária Católica (que continuou existindo fora do país).

¹⁷³ Em 8.11.1966, a CNBB faz saber que o “secretariado nacional do apostolado dos leigos comunica a dissolução das equipes de JEC, JUC e JIC. A decisão se toma apesar dos esforços das duas partes para manter o diálogo. O que está em jogo é a noção de AC e, sobretudo, sua dependência da hierarquia”. (DICK, 1992, p.43)

do Meio Popular é a pouca ou inexistente abordagem dos problemas econômicos e sócio-políticos nos debates a serem desenvolvidos com os jovens. Nesses grupos os problemas dos jovens eram tratados como problemas individuais, como afirma o documento, “[...] de caráter afetivo, psicológico, espiritual e moral”.

Assuntos mais comuns dos encontros: O MUNDO (mau e perigoso); CRISTO (Bom, Amigão); IGREJA (mãe e salvadora do mundo); PECADO (Sexo); CONFISSÃO (dos pecados do sexo); MISSA (do jovem convertido, confessado, na Igreja). Grupo da Igreja para a Igreja. Os jovens aprendem a rezar e a fazer as coisas que o padre ou a freira quer e como ele ou ela fazem [...] ¹⁷⁴

Essas características ainda são encontradas nos movimentos que sobreviveram até dos dias de hoje, por exemplo, quando analisamos o manual recente da TLC (Treinamento de Liderança Cristã) ¹⁷⁵, não encontramos em todo o material nenhum tipo de possibilidade de discussões que pensem para além da conversão do jovem nesses aspectos tratados no trecho acima. Podemos citar como exemplo, o debate acerca da sexualidade dos jovens. No material, quando se achar necessária a conversa sobre sexo a ideia a ser trabalhada é a construção do “verdadeiro sentido do amor”.

Amizade. Namoro. Verdadeiro sentido do amor. Esses assuntos devem ser tratados com sensatez e delicadeza. É preciso, antes de mais nada, fazer compreender o que é verdadeiramente o amor. Quanto à parte sexual, recomenda-se que não se entre em pôr-menores, e nem é ocasião para isso. Vivendo no mundo de hoje, o adolescente já está, até pôr demais, esclarecido sobre o sexo. O que é preciso é dar-lhes noções positivas e elevadas, sem realçar indevidamente a parte física, e sim, a parte espiritual, que dá ao amor toda a sua nobreza. [...] ¹⁷⁶

Assim, esse era projeto de juventude proposto por esses movimentos que tinham como metodologia o Cursilho de Cristandade, a grande maioria e, aqui incluímos o TLC, tinham como objetivo estimular “[...] o jovem a colaborar nos projetos de promoção humana, cívica, social, espiritual e ecumênica de sua cidade e de todo Brasil, como um meio de servir a Cristo

¹⁷⁴ “Pré-história da PJ”. Acervo da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, sem data. P. 2

¹⁷⁵ O Treinamento de Lideranças Cristãs (TLC) é um Movimento da Igreja Católica direcionado para a juventude. Nasceu em Campinas - SP, em 1967, com Pe Haroldo Rahm, jesuíta americano nascido no Texas e hoje naturalizado brasileiro, que se uniu a uma equipe de leigos jovens e adultos. Esse movimento tem como proposta inicial atrair o jovem para o seio da Igreja e fazê-lo refletir sobre sua conduta e postura em casa, no trabalho, em seus estudos e na sociedade, julgar suas atitudes e posteriormente aceitar ou não o convite para uma mudança de vida cada vez mais voltada para os ensinamentos de Jesus Cristo. De acordo com o site oficial do TLC, durante a ditadura civil-militar teve suas atividades suspensas por conta da repressão feita pelo regime autoritário e, posteriormente, com a ascensão da Teologia da Libertação “[...] que erroneamente, viam em movimentos de juventude uma forma alienante de encarar a realidade”. Esse trecho que fala sobre a TL, entendemos como os conflitos acerca da interpretação dos documentos remanescentes do Concílio do Vaticano II. As duas vertentes cristãs possuem formas diferentes de interpretação das orientações. Cf. <https://tlc.org.br/quem-somos/#historia> Último acesso em: 12.01.2020

¹⁷⁶ Manual do Treinamento de Lideranças Cristãs, p. 66-67.

em seus irmãos.”¹⁷⁷ O que podemos perceber, em comparação aos jovens da PJMP, é que esse projeto de juventude não possibilita uma reflexão sobre as injustiças sociais. Nas colocações de alguns materiais produzidos pela PJMP, a Renovação Carismática “[...] realiza uma espiritualidade espontânea e emocional, enfocando os dons do Espírito Santo. [...] Ela não exige que enfrentemos as injustiças”. E complementa afirmando que é um espaço que [...] reforça a ideia que é só Deus que nos liberta, de maneira quase mágica. Há vivente limites de alienação sócio-política”.¹⁷⁸

Sabemos que os materiais são de épocas diferentes e feitos para jovens diferentes, mas fazendo uma comparação com as características listadas pelo Pe. Zé Teixeira, produtor do material da PJMP, com o manual utilizado pelos membros da TLC, não identificamos mudanças nas propostas apresentadas desde sua fundação.

Ainda de acordo com o autor do documento sobre a “Pré-História da PJ”, Pe. Zé Teixeira, os movimentos de encontro,

[...] visam levar o jovem a um equilíbrio na vida moral, sobretudo na sexualidade, na prática religiosa e na eucaristia. A dimensão espiritual é o pressuposto de todo o encontro. Característica de sua espiritualidade é a relação pessoal com Cristo. A dimensão teológica não parte dos problemas experienciais do jovem, mas da doutrina que ele deve saber para viver moralmente bem.¹⁷⁹

Após trazer essas informações acerca dos Movimentos de Encontro, o documento continua com sua proposta de linha do tempo da PJ. Assim, de 1973 a 1983, o texto traz como a “fase de articulação”. Podemos ter mais detalhes dessa fase, a partir dos estudos de Flávio Sofiati, que em sua dissertação de mestrado, defendida em 2004, no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade de São Carlos (UFSCAR), desenvolve um estudo sobre “o método de formação utilizado pelas Pastorais de Juventude do Brasil (PJB) junto aos grupos da Igreja Católica (IC)”. (SOFIATI, 2012, p.17)

Conforme a pesquisa de Sofiati, em 1973, a CNBB vai organizar o 1º Encontro Nacional de Pastoral da Juventude e, em 1976, ocorre o segundo encontro no Rio de Janeiro. Esses dois eventos, de acordo com o autor, “[...] reuniram agentes de pastoral engajados no trabalho com juventude e viam na proposta de organização nacional uma perspectiva de desenvolvimento de suas experiências”. (2012, p. 68) Em 1978, acontece o 3º Encontro

¹⁷⁷ Manual do Treinamento de Lideranças Cristãs, p. 5.

¹⁷⁸ PJMP. Do meio popular um canto Jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

¹⁷⁹ “Pré-história da PJ”. Acervo da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, sem data. P. 2

Nacional da Pastoral de Juventude em Brasília. Conforme o documento produzido pela PJMP, que viemos analisando até aqui, são definidos alguns princípios a serem desenvolvidos e que vão reger a Pastoral de Juventude do Brasil. São eles:

Pastoral de Juventude Orgânica coordenada e integrada na Pastoral de Conjunto.
Partir das necessidades sentidas pelos jovens;
Atingir a massa jovem a partir de pequenos grupos;
Atuando no meio específico;
Para transformar a realidade;
Utilizar o método Ver-Julgar-Agir.¹⁸⁰

Encontramos no texto do Pe. José Lino Hack, no subsídio *A Pastoral da Juventude e o Meio Social*, outros princípios norteadores, para além desses citados no documento analisado. São destacados 14 princípios, dos quais destacaremos alguns para um melhor entendimento do que seria e qual o sentido da PJ.

Primeiramente, há um destaque para o protagonismo juvenil, ou seja, a ideia é que a PJ seja assumida e coordenada pelos próprios jovens cristãos. A presença dos adultos deve se ater à animação, ou seja, dar vida aos grupos e a proporcionar uma formação proposta aos jovens.

‘A Pastoral da Juventude deve privilegiar as experiências que vêm sendo coordenadas e assumidas pelos próprios jovens’ (Doc. CNBB 15,16), visto que os jovens querem ser hoje, mais do que nunca, os protagonistas de sua própria história. (HACK, 1982, p. 26-27)
[...] O ADULTO DEVE SER UMA PRESENÇA ANIMADORA NOS GRUPOS DE JOVENS E TER UMA FORMAÇÃO ADEQUADA, por isso ‘deve-se procurar formar com prioridade animadores juvenis qualificados (sacerdotes, religiosos e leigos) que sejam guias e amigos da juventude, conservando sua própria identidade e prestando este serviço com maturidade humana e cristã (DP 1203). (HACK, 1982, p. 31)

Outras duas características importantes são: a linha da Evangelização, que o autor afirma que deve ser “Cristocêntrica e Eclesial” e, no tocante à pedagogia a ser seguida pela PJ, esta deve ser uma pedagogia progressiva e libertadora. Dito de outro modo, a PJ deve “ser um verdadeiro processo de educação na fé” e centrada “na pessoa de Cristo Libertador de toda forma de opressão”, como afirmam os Documentos conclusivos do CELAM de *Puebla e Talca* e, que mostre aos jovens uma pedagogia que “[...] anuncie o evangelho pedindo a conversão, inicie na fé e leve a um compromisso”, que “[...] parta das situações da vida e de uma ação no meio ambiente com vistas a transformá-lo” e, por fim, que proponha “[...] aos jovens instrumentos de formação e de ação conforme as etapas em que se encontram [...]”. (HACK, 1982, P. 31)

¹⁸⁰ “Pré-história da PJ”. Acervo da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, sem data. P. 3

Nesse contexto em que se fala de transformação social, não se pode esquecer que a PJ deve ser “[...] diferenciada e levar em conta o meio social específico em que vivem os jovens [...]”, citando novamente, o documento de *Puebla* (1189).

[...] considerando-lhes a situação concreta: estudantes secundários, universitários, operários, camponeses, que têm direcionamentos próprios e exigências diferentes face ao processo evangelizador e que, por isso, pedem uma pastoral específica.

Dos princípios citados nos dois documentos, atentamos para a característica que nos vai interessar para este estudo: a atuação no meio específico. Através da fala de D. Marcelo Carvalheira e Domingos Corcione, retirada da apresentação das conclusões do 3º Encontro de Agentes de PJ do Nordeste, citada por Hilário Dick em texto também presente no subsídio sobre as pastorais e o meio social, podemos observar o cuidado com que foi pensada a atuação dos jovens em seus meios específicos para a realização da práxis evangelizadora proposta pelos documentos conclusivos de *Medellín e Puebla*.

Precisamos levar até as últimas consequências a distinção dos meios para que se passe de uma PJ genérica, vaga e indefinida para uma PJ específica de cada meio social, definida pelas características peculiares de cada meio e marcada pela ótica do Oprimido. Levar até as últimas consequências a distinção dos meios específicos exigirá uma pedagogia apropriada a cada meio social, uma articulação e estruturação específica aos grupos de cada meio social. Para isso é preciso que os próprios agentes e animadores de PJ aprofundem sua identidade, façam sua opção pela classe explorada e redescubram sua função no meio social em que atuam. Descobrir sua função no meio social em que atuam significa que o agente e o animador precisam assumir o conflito existente entre os meios sociais, ajudar os jovens – com os quais atuam – a assumir a ótica, a vida e os interesses da classe explorada. É preciso não só distinguir, mas também não misturar os meios. Eles têm aspirações, maneiras de proceder e linguagens diferentes. Não podemos, em nome de uma fraternidade superficial, desconhecer a realidade: os interesses diversos e os conflitos latentes. A grande perspectiva do Reino de Deus, horizonte de esperança para uma sociedade igualitária, nem sempre pode ser o ponto de partida para nossas iniciativas de caráter coletivo. O amor cristão, como o de Jesus no seu tempo, não desconhece o conflito da história humana. Assume-o propondo uma superação pelo afrontamento real, aceitando – na luta o desafio e o julgamento da história. Esta é a lição da vida, paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, realizador do designo do Pai, em meio à história concreta dos homens: ‘A luz veio ao mundo, mas as trevas não compreenderam’. Tudo isso requer em cada diocese haja agentes e animadores que se dediquem somente ao trabalho pastoral de um único meio social. É preciso, afinal, que dentro de uma PJ orgânica cada meio social tenha sua estrutura própria, seus recursos próprios e seus próprios animadores (unidos numa mesma ótica e numa mesma linha de ação). Será ainda necessário um longo processo para que isso se realize. Mas é fundamental que desde já façamos nossos esforços neste sentido”. (1982, p.43-44)

Pensando ainda acerca de uma divisão, só que agora refletindo sobre as fases de cada grupo de PJ, Sofiati (2012, p. 69), em seu texto, cita Jorge Boran (1983), em obra conjunta com Frei Hilário Dick, concordando com a caracterização dada por eles para a PJB desse período. De acordo com os autores, a PJB estaria dividida em três grupos, um tradicionalista, formados pelos grupos: a) individualistas e moralistas (a exemplo da TCL que citamos

anteriormente), b) outro que seria uma passagem para o engajamento real dos jovens, formados por grupos que já colocavam em discussão os problemas sociais, mas que, de acordo com os autores, “ainda tinham medo de assumir um compromisso real com seu meio específico” e c) um terceiro, de engajamento real, este que traziam os jovens que já naquela época tinham um engajamento “transformador no espaço em que viviam”. Ainda de acordo com Jorge Boran, Sofiati (p. 69) afirma que

[...] a maior parte dos grupos espalhados pelo Brasil pertencia ao segundo grupo, que ainda estava amadurecendo sua consciência crítica. Esses dados mostram que todo o processo desencadeado pelo Cristianismo da Libertação, passando pelo Vaticano II, Medellín e pela elaboração da TL, teve repercussão na PJB apenas por volta de 1978, quando ocorre o 3º Encontro Nacional, que reflete em suas definições, as experiências desse movimento no interior da IC.

De acordo com Hilário Dick (1992), a partir de 1975 até 1980, o Brasil vai ver o crescimento do debate acerca da necessidade de uma Pastoral de Juventude, em oposição aos grupos que tinham como metodologia o Cursilho de Cristandade¹⁸¹, como citamos alguns parágrafos acima.

Outro ponto importante que precisamos compreender, acerca da PJ, são os objetivos e seus princípios norteadores, pois entendendo-os teremos mais facilidade para diferenciar o papel e o lugar social que se encontra a PJ e as demais Pastorais de Juventude, incluído nosso objeto de estudo, a Pastoral da Juventude do Meio Popular.

Segundo a definição dada por Hack (1982, p. 24), a PJ é

[...] ação da Igreja-comunidade para ajudar os jovens a descobrirem e seguirem Cristo dentro das comunidades concretas até atingirem aquela maturidade que os torne capazes de optarem vocacionalmente por um dos 3 estados da vida (leigo-religioso-sacerdotal) e comprometer-se historicamente na libertação integral do homem na sociedade, levando uma vida de comunhão e participação.

Refletindo acerca dessa definição, o autor traça os objetivos específicos da PJ, conforme o direcionamento dado pelo documento de *Puebla*, onde afirma-se a necessidade de “[...] favorecer experiências de grupo e desenvolvê-las na direção de experiências de

¹⁸¹ Essa metodologia surgiu na Espanha, por meio de um grupo de jovens pertencentes à juventude de Ação Católica espanhola (JACE), da Diocese de Palma de Maiorca, em 1948. Esse método veio para o Brasil em 1962, em Valinhos, na Diocese de Campinas. Essa metodologia consiste em encontros, de finais de semana, é baseado no método querigmático – vivencial. De acordo com o site oficial do Cursilho “O Cursilho tem método próprio (querigmático – vivencial) facilita a vivência do Fundamental Cristão, na conversão aos valores do Reino de Deus, ajudando a descobrir e a realizar a vocação pessoal, respeitando-a e criando Núcleos Ambientais Cristãos. Estes núcleos são pequenas comunidades eclesiais criados para que as pessoas fermentem de Evangelho os seus ambientes (familiar, profissional, social, político, religioso...) através de seu testemunho e da palavra, e que pratiquem os valores do Reino de Deus, anunciados por Jesus Cristo”. Cf. <http://cursilho-brasil.com.br/o-que-o-cursilho-de-cristandade/> Último acesso: 12.01.2020.

comunidades cristãs co-responsáveis e comprometidas na ‘participação ativa da Igreja e na transformação da sociedade’”. (HACK, 1982, p. 25)

Objetivos específicos da PASTORAL DA JUVENTUDE

- Proporcionar aos jovens a oportunidade de fazerem uma experiência de vida comunitária;
- Oferecer condições aos jovens para que eles se organizem em grupos, de acordo com seus interesses, suas aspirações, sua idade e seu meio social;
- Fortificar os laços de amizade através da convivência, da reflexão, da oração e do serviço comunitário;
- Desenvolver progressivamente a capacidade crítica face às situações individuais e coletivas de injustiça;
- Amadurecer na disponibilidade para a participação e para a ação, desenvolvendo a consciência da própria responsabilidade nos processos coletivos;
- Favorecer o engajamento comunitário, incentivando a participação do grupo para assumir tarefas que envolvam todo o grupo;
- Valorizar atividades que favoreçam a coesão do grupo;
- Desmassificar o trabalho pastoral realizado com os jovens, através da formação e animação de grupos;
- Incentivar a oração, reflexão, engajamento e o aprofundamento cristão;
- Criar condições para que os jovens possam elaborar seu projeto de vida inspirados nos Evangelho;
- Provocar Encontros intergrupais para que os jovens possam relatar e avaliar experiências de grupo. (HACK, 1982, p. 25-26)

Nas palavras de Dick (1992): “Neste debate alienaram-se, de alguma forma, os que vinham da experiência da Ação Católica [...]”. Pois, se analisarmos alguns grupos de jovens da ACB, como a JEC, JOC e JUC, já podíamos encontrar um direcionamento para a necessidade de uma formação política dos jovens.

3.3.3 PJMP: Pastoral combativa, de luta e de militância.

Ileaô, Ileaô,

A Juventude é a bandeira do amor.

Com o coração, com as duas mãos,

Com todo o povo a gente faz

Um mundo novo.

Pelos campos, cidades, nas vilas, no trabalho ou então desempregado, nas caatingas, nas fábricas, nas filas, com muita raça e vontade de lutar. É a Juventude do Meio Popular. Somos filhos de trabalhadores / A nossa classe é a classe popular / Mas temos sonhos e também muitos amores. Também queremos trabalhar, participar / É a juventude do Meio Popular.¹⁸² (grifos nossos)

O trecho acima foi retirado do Hino Nacional da PJMP¹⁸³, no trecho sublinhado podemos identificar quem são e quais lugares pertencem esses sujeitos ligados a PJMP.

¹⁸² “Ileaô” - Hino Nacional da PJMP. Retirado do panfleto de comemoração dos 10 anos da PJMP no Ceará. 1991. Acervo da PJMP – Regional Nordeste I.

¹⁸³ Letra: Roberto Malvezzi e Produção coletiva - Música: Roberto Malvezzi - Interpretação: Ceicinha - Vocal: Elaine e Pe. Murilo - Teclado: Geraldo Marcelino - Sax e violino: Kefrém Lemoel - Trombone: Marcos Aragão -

Lembremos que um hino, além de representar um cântico religioso, ele também celebra e glorifica os valores e heróis em honra de uma nação. Em nosso caso, não é diferente, a letra inteira é marcada pela defesa e promoção dos seus ideais.

Esses jovens, como é mostrado na letra do hino, se percebem como sujeitos da “classe popular”, entendemos que essa percepção de classe ou meio popular é semelhante a definição de Caliman (1982), que compreende que o termo “meio popular” está intrinsecamente ligado à “opção pelos pobres” assumida pela Igreja Católica em *Medellín* (1968), visto que se trata da realidade social dos jovens da América Latina.

[...] Medellín significa a descoberta do fato escandaloso e anti-evangélico da pobreza coletiva, produzida por um sistema de exploração do homem pelo homem, concretamente pelo liberalismo capitalista. Puebla, por sua vez, sintetiza a riqueza da experiência eclesial dos anos 70, na tentativa de articular de forma coerente uma nova **estratégia pastoral**, baseada não mais na velha e superada relação da Igreja com as classes dominantes, mas na nova realidade de uma Igreja que renova sua fidelidade à missão evangelizadora no mundo dos pobres. (CALIMAN, 1982, p. 328) (grifo do autor)

Ainda, de acordo com o autor, precisamos compreender e estar atentos ao processo histórico de exploração pelo qual a América Latina foi alvo, durante séculos, assim seremos capazes de entender o desejo de se criar uma pastoral de juventude que leve em conta o meio popular.

[...] c) Concluindo, não se pode deixar de considerar, ao organizar a PJ, que a juventude nos países periféricos do sistema capitalista está dividida como a sociedade de classes. Enquanto a juventude das classes populares luta pela sua sobrevivência, sujeitando-se às condições humanas do mercado de trabalho, a juventude das classes abastadas goza dos privilégios que o sistema prodigamente lhe reserva. (CALIMAN, 1982, p. 344)

Assim, como vimos anteriormente, desde a extinção da Ação Católica Brasileira e de seus movimentos de juventude durante a década de 1960, em pleno governo autoritário brasileiro, os grupos de jovens ligados à Igreja Católica não estacionaram suas ações evangélicas. Alguns desses jovens não encontrando uma alternativa democrática de ação resistente optaram por ligarem-se a grupos guerrilheiros ou outras organizações que buscavam o fim do regime por meio da resistência armada ou não como, por exemplo, a Ação Popular.¹⁸⁴

Trumpete: Minreís. Informações disponíveis no site nacional da PJMP. Disponível em: <http://pjmp.org/letras-do-cd-ileao> último acesso em: 01/02/2020.

¹⁸⁴A Ação Popular foi “[...] Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem ‘participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo’”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap> Último acesso em 01/02/2020.

Outros jovens buscaram nos Cursilhos de Cristandade e nos chamados “Movimentos de Encontro” uma forma de continuarem sua formação religiosa, mesmo que preocupadas inicialmente com os problemas individuais da juventude, do tipo afetivo, psicológico e moral, como vimos anteriormente. É a partir desses encontros, como podemos observar em alguns documentos da PJMP¹⁸⁵, que muitos desses grupos vão questionar além dos seus problemas de foro íntimo, dando conta que a missão evangélica está, também, na problematização da realidade, no que tocam as questões sociais, econômicas, culturais e políticas que a classe empobrecida da América Latina e, por conseguinte, a brasileira enfrenta diariamente.

A PJMP, foi criada em julho de 1978, e ela nasce das reflexões feitas no primeiro encontro de animadores do grupo de jovens do meio popular, em Recife – PE, em um período, destacado pela Pastoral, como sendo marcado pelo empobrecimento do Nordeste brasileiro¹⁸⁶, momento de rearticulação dos movimentos sociais, à luz da Teologia da Libertação, da Igreja dos Pobres. Como já citamos alguns parágrafos acima, a PJMP nasce com uma proposta de união dos jovens empobrecidos na luta cotidiana contra a opressão da classe dominante, da estrutura capitalista, por um mundo novo, o Reino de Deus.

É nesta realidade que nasce a PJMP. Os poderosos podem até destruir organizações; mas, ficam os sonhos, as esperanças. As sementes lançadas um dia voltam a brotar! Foi o que aconteceu com o nascimento da PJMP. A JOC do Recife, apesar de desarticulada pela ditadura lançou sementes, sonhos, esperanças que ficaram. Em 9 de julho de 1978 animadores dos grupos de jovens do meio popular do Recife, remanescentes da JOC, realizaram o primeiro encontro diocesano de jovens do meio popular. Define-se, pois, este 9 de julho de 1978 como data da criação do que hoje é a PJMP.

Em todos os subsídios pesquisados podemos encontrar menção sobre a experiência dos remanescentes jocistas, como semente para o florescimento da PJMP, pois que a militância enquanto Juventude Operária Católica oficial foi encerrada por conta da pressão exercida pelo governo militar¹⁸⁷ à CNBB e, como já citamos, resolveu encerrar as atividades da ACB e seus

¹⁸⁵ Encontramos nos documentos que buscam fazer um apanhado histórico da criação da PJMP na Diocese de Sobral – Ce uma espécie de trajetória da identificação dos jovens com os problemas sociais, com os problemas enfrentados por eles mesmos diante da exploração e do empobrecimento da população brasileira.

¹⁸⁶ Em 1976, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a proporção de domicílios extremamente pobres na Região Nordeste era de 29,89%, já em 1978 esse percentual aumenta para 39,66%. No mesmo intervalo temporal, respectivamente, cerca de 12.172.085 – 14.079.426 pessoas se encontravam á baixo da Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas. Em 1970, cerca de 87,85% da população do Nordeste eram de pessoas pobres e 53,92% eram analfabetas (15 anos ou mais). Mais informações no site do IPEADATA: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Último acesso 18.06.2020.

¹⁸⁷ De acordo com Scott Mainwaring (1983, p. 59), imediatamente após do golpe de 1964, vários jocistas foram detidos ou presos por serem líderes ou estarem ligados aos movimentos populares.

grupos. Ainda relacionado a esse período de militância da JOC, em vários subsídios da PJMP, a pastoral afirma que seu nascedouro foi fruto desse momento de engajamento político da JOC e, da virada progressista dada na década de 1970 pela CNBB. Conforme Scott Mainwaring (1983, p. 59),

[...] houve nas bases um número cada vez maior de agentes pastorais engajados nos movimentos de Igreja popular e justiça social. Nasceram as primeiras comunidades de base e pela primeira vez foi a pastoral operária objeto de uma reflexão sistemática. Uma nova teologia exclusivamente latino-americana começava a manifestar-se, desenvolvendo muitos temas discutidos na JOC: fé e política, fé e libertação, opção preferencial de Jesus pelos pobres.

Se formos comparar os materiais de formação de assessores e de militância, produzidos pela PJMP, encontraremos muitos temas dos quais o autor cita como debatidos pelos jocistas, afinal, a PJMP tem como base teológica a Teologia da Libertação que prega exatamente esse ideal da potência dos pobres frente à opressão¹⁸⁸ e, pela construção do projeto de Jesus Cristo, como podemos observar em uma das muitas definições de si da PJMP.

A Pastoral da Juventude do Meio Popular é uma forma dos jovens empobrecidos da cidade e do campo serem Igreja e, ao mesmo tempo, se engajarem nos organismos intermediários para contribuir na transformação da sociedade à luz do projeto libertador de Jesus Cristo, na fidelidade à classe oprimida.¹⁸⁹ (Grifo nosso)

Quando vamos aos subsídios produzidos pela PJMP, como é de se esperar de um material de formação, encontramos detalhados os objetivos da pastoral, a metodologia, a estrutura organizacional dentre outros conteúdos que dependendo da temática são variados. Ao ressaltarmos na citação acima, o incentivo ao engajamento em outras organizações que também contribuiriam para a mudança da sociedade, queremos destacar uma das características que vão diferenciar a PJMP de um mero núcleo de Pastoral de Juventude. Pois que, de acordo com objetivos estabelecidos pela pastoral, esta deve contribuir para a transformação da Igreja e da Sociedade, sua prática libertadora deve ser posta a serviço da comunidade em diversos níveis. Assim, os militantes são incentivados a estarem presentes nos diversos movimentos sociais. Dito de outro modo, por mais que as duas pastorais tenham como objetivo final o coletivo, a PJMP pensa este coletivo, em relação à dimensão política e social, principalmente, os sujeitos empobrecidos pelo sistema capitalista. Ou seja, conforme as fontes analisadas, principalmente na fala dos jovens militantes, a PJMP toma um lado, o lado dos explorados. Por isso, na maioria

¹⁸⁸ Em todo o livro, *A força histórica dos pobres*, de Gustavo Gutiérrez, publicado em 1981, encontramos esse sentimento de potência dos sujeitos empobrecidos frente a dominação. O texto, nos parece, um chamado a ação desses indivíduos para a construção do Reino de Deus, conforme o Projeto de Jesus Cristo.

¹⁸⁹ PJMP Semente do novo na luta do povo. s/d. p. 9

dos documentos, encontramos temáticas sobre os sindicatos, as associações de moradores e os partidos políticos.¹⁹⁰

[...] Despertando nos jovens a necessidade de se organizarem com todas as pessoas que vivem a mesma realidade, e participar ativamente nas organizações que contribuem para a transformação da sociedade, proporcionando um crescimento pessoal e comunitário encarnados na vida.¹⁹¹

A PJMP defende essa distinção em relação as outras pastorais de juventude¹⁹² conforme “[...] reconhece que a transformação da sociedade acontece a partir da classe oprimida e prioriza a sua organização a partir dessa classe.”¹⁹³ Ainda pensando nas características da PJMP, encontramos a “[...] solidariedade aos empobrecidos, a fidelidade ao Reino de Deus revelado e praticado por Jesus de Nazaré, a participação na Igreja Libertadora da América Latina [...]” e, como vimos, a “[...] militância nos organismos de transformação da sociedade [...]”¹⁹⁴.

[...]13. Como organização de jovens cristãos empobrecidos, a PJMP está situada nas classes populares, nos movimentos populares, nas igrejas populares. 14. Por isso a PJMP trabalha e colabora com todas as organizações populares, igrejas cristãs e outras religiões que têm prática libertadora e transformadora da sociedade.

Quando falamos do processo de iniciação dos jovens, assim como a metodologia da Ação Católica era pautada na nucleação, a PJMP também se baseia nesse método para inserir o jovem na militância. De acordo com o subsídio *PJMP Semente no novo na Luta do povo*, é dito que o processo de nucleação se dá através da identificação cultural e da amizade. Ou seja, num primeiro momento é por meio das afinidades culturais e das relações de amizade que os grupos vão sendo formados. Ainda conforme a cartilha, há várias formas de nucleação como, por exemplo, alguns jovens por iniciativa particular ou ligados a coordenações de PJMP de outras comunidades vão articular em outras localidades grupos de PJMP. Ou ainda, jovens que saem da Pastoral de Juventude Geral para se organizarem como PJMP, a partir da vivência e na organização de grupos paroquiais e das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs).

¹⁹⁰ Por exemplo, o subsídio *PJMP – presença na luta do povo*, do Regional Sul II, datado de 1988, que traz as temáticas dos sindicatos, dos partidos políticos, das associações de moradores incentivando o engajamento dos jovens nessas organizações. Acervo Pessoal.

¹⁹¹ PJMP Semente do novo na luta do povo. S/d, p. 10. Acervo da PJMP Regional NE I.

¹⁹² Estão ligadas a Pastoral da Juventude Genérica (PJG) as seguintes pastorais: Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Pastoral Universitária (PU), esta esteve ligada a PJG até 1993, pois ficou entendido que essa pastoral deveria abranger todos os sujeitos que estavam envolvidos no meio universitário.

¹⁹³ PJMP Semente do novo na luta do povo. S/d, p. 11. Acervo da PJMP Regional NE I.

¹⁹⁴ Texto de estudo e aprofundamento da VIII Assembleia da PJMP – *PJMP caminho novo com os jovens do povo*. S/d. s/p. Acervo da PJMP Regional NE I.

[...] uma das formas também utilizadas pela Pastoral da Juventude do Meio Popular para atingir os jovens do meio popular, são as atividades culturais (festivais, teatro) e outras expressões de arte, que, em alguns lugares tem contribuído para o aumento do quadro de militantes da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Na verdade grande número de jovens começam a participar; porém, poucos são os que se engajam.

Uma preocupação da PJMP é que a pastoral possa atingir “[...] a massa de jovens mais lascados tanto no meio urbano como no meio rural [...]”. Mas quem são esses jovens “mais lascados” que são alvos da PJMP? Podemos identificar esses sujeitos a partir do relato de uma jovem que participou do programa “TV Juventude”, do núcleo de PJMP em Belém – PA, do final dos anos 1980¹⁹⁵. Esse “programa”, conta com o relato de vários jovens que participam da PJMP sobre os problemas enfrentados por eles em seu cotidiano.

Relato 1: [...] Uma situação assim de extrema pobreza, sabe?! Por que a juventude hoje, no meio popular, é uma realidade sofrimento, toda a juventude. A maioria dos jovens, hoje no meio Popular, eles vivem na baixada né?! Moram na baixada. Alguns não trabalham e a maioria das vezes aquelas pessoas que estudam, né, elas têm que deixar de estudar. Então a juventude hoje não tem nem a liberdade, não tem nem a... a opção de escolher o seu próprio emprego, de escolher o seu próprio ... escola. porque as condições que hoje é passada aqui, hoje é dada para ela não tem nenhuma condição né?! Eles não trabalho, né?! A maioria é desempregada, a maioria também não estuda e a maioria, também, ela ainda não conseguiram nem concluir o segundo grau, né?! Maioria dos jovens só tem o primeiro grau, aí tem que parar para trabalhar em serviço de biscateiro, né?! Sempre assim. Então a gente vive nessa situação, né?!¹⁹⁶

Notemos que a fala em destaque compõe uma série de relatos expostos no programa, que foi produzido atrelado a um roteiro, com interesses e para um público específico, os jovens empobrecidos ligados ou não a pastoral. Se nos atentarmos aos discursos trazidos no vídeo percebemos que são de membros da PJMP, não são falas de pessoas aleatórias, mas são narrativas que conseguem expressar o discurso militante, um discurso que busca o engajamento.

¹⁹⁵ De acordo com o folder informativo sobre a TV Juventude, esse projeto tem como público-alvo os jovens das classes populares e “[...] nasceu com a pretensão de ser um instrumento de ação nesta área de formação e informação da juventude, quer prestar um serviço a todos aqueles que por acreditarem na força transformadora da juventude, dedicam grande parte do seu tempo e empenho no esforço de ajudá-la a ser de fato o primeiro sujeito de sua história.” Ainda conforme o folder, havia uma infraestrutura de produção disponível para a realização dos programas com ilha de edição, microcomputadores e estúdio para a produção de áudio. E para a produção de programas com maior nível de sofisticação na pós-produção o CEDIB recorreria a outras entidades em cooperação. O projeto não tinha uma fonte externa de recursos, dessa forma, para manter-se em funcionamento prestava serviços para outras entidades populares, por um preço alternativo e, no caso de serviços particulares, cobrava o preço de mercado. Além disso, veicularia propagandas e comerciais de outras publicações populares nas fitas com as cópias do programa.

¹⁹⁶ No vídeo não é possível identificar quem faz as perguntas e nem quem responde, pois não estão identificadas algumas pessoas, por exemplo, a moça que faz esse relato do início do vídeo. Porém, conseguimos identificar outros sujeitos como o Pe. Zé Teixeira, dessa forma, pudemos ter uma noção também da data de produção deste programa, pois que sabemos de sua nomeação como Assessor Nacional da PJMP no ano de 1987. Assim, supomos que o vídeo foi feito entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990. O vídeo está disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=yPJysAHBRo&t=2s> último acesso em 01/02/2020.

Assim, esses relatos e compartilhamento de experiências servem para que novos jovens possam se identificar com o discurso apresentado no programa. E, dessa forma, consigam trilhar a caminhada da iniciação à militância formando uma consciência crítica durante o percurso de luta. Dessa forma, são necessárias uma pedagogia e uma metodologia que possa proporcionar as reflexões acerca do empobrecimento da população, das explorações sintomáticas do sistema capitalista, é preciso uma pedagogia libertadora. Os jovens devem experimentar a divisão das tarefas dentro do grupo, uma rotatividade nos cargos de coordenação, dar importância às avaliações das ações coletivas e, em alguns casos, organizarem-se em grupos menores de base para uma melhor formação de seus membros. Além disso, não menos importante, mais fundamental para desenvolver os trabalhos evangélicos é o método Ver-Julgar-Agir, oriundo da Ação Católica, que na PJMP ganha mais quatro etapas: Planejar, Avaliar, Celebrar e Festejar.¹⁹⁷

Outra questão que não podemos deixar escapar das nossas análises, para que possamos entender a complexidade presente no processo de formação dos grupos de PJMP, é o trabalho pastoral com jovens não católicos, pois como podemos observar em vários materiais e na saudação feita pelo grupo que traz elementos do catolicismo (Amém), das religiões de matriz africanas (Axé), de matriz indígena (Awere) e Aleluia!, a PJMP procura ter uma prática ecumênica¹⁹⁸ e um diálogo inter-religioso¹⁹⁹, dessa forma, incentivando os jovens ao respeito às manifestações e expressões dos jovens de outras religiões “[...] criando espaços para o trabalho conjunto, entrosamento e lazer para além do espaço eclesial.” Essa diversidade encontra-se também em muitas imagens, são desenhos, charges e fotografias, em diferentes subsídios da pastoral, nos cânticos como, por exemplo, na letra da canção *Negra Mariama*.

Negra Mariama chama para enfeitar
 O andor porta estandarte para ostentar
 A imagem Aparecida em nossa escravidão
 Com o rosto dos pequenos, cor de quem é irmão
 Negra Mariama!
 Negra Mariama chama! (REFRÃO)

¹⁹⁷ Trataremos com maior profundidade sobre a metodologia utilizada pela PJMP em tópico específico.

¹⁹⁸ De acordo com Elias Wolff (2011, p. 404), a partir do Concílio do Vaticano II “[...] o ecumenismo tem lugar, seja como causa, seja como consequência da renovação”, por meio do decreto *Unitatis Redintegratio*, que dispõe sobre o ecumenismo. Assim, “[...] o que permite afirmar que somente onde o Concílio foi assumido de modo efetivo é que o ecumenismo ganhou espaço no jeito de a Igreja católica ser e agir.”

¹⁹⁹ O termo diálogo inter-religioso não aparece nos documentos da PJMP analisados nas décadas de 1980 e 1990, o que aparece é ecumenismo, termos que são diferentes. A diferença entre ecumenismo e diálogo inter-religioso se dá pelo fato de que no ecumenismo existe a proposta de diálogo entre as igrejas cristãs, já o diálogo inter-religioso busca uma relação de diálogo e respeito entre religiões e grupos religiosos. Porém, quando os documentos trazem o termo “ecumênico” faz referência ao diálogo entre as diferentes religiões, pois o meio popular é diverso.

Negra Mariama chama pra cantar
 Que Deus uniu os fracos pra se libertar
 E derrubou dos tronos os latifundiários
 Que escravizavam pra se regalar
 REFRAO
 Negra Mariama chama pra dançar
 Saravá esperança até o sol raiar
 No samba está presente o sangue derramado
 O grito e o silêncio dos martirizados
 REFRAO
 Negra Mariama chama pra lutar
 Em nossos movimentos sem desanimar
 Levanta a cabeça dos espoliados
 Nossa companheira chama pra avançar²⁰⁰.

A logo oficial da PJMP, que destacamos abaixo, traz estampada a imagem de um negro, um indígena, de Jesus Cristo, o mapa do Brasil, algumas casas, a natureza e o mandacaru. Cada elemento é parte da identidade da Pastoral. O negro e o indígena representam nossas raízes éticas, além de serem grupos que historicamente foram/são oprimidos socialmente. A natureza nos lembra a questão da sustentabilidade e preservação dos recursos naturais frente à destruição imposta pelo sistema explorador capitalista. Por fim, supomos que o mandacaru e as casas que vão ao encontro da figura de Jesus Cristo fazem referência a região nordeste onde a pastoral teve seu nascedouro.

Figura 02 - Logo oficial da Pastoral da Juventude do Meio Popular.



Fonte: Logo da PJMP

Em outros subsídios, como a cartilha *Presença na luta do povo*, produzido em 1988, pelo Regional Sul, a logo trouxe outros personagens, como o militante dos partidos políticos,

²⁰⁰ Álbum *Fazendo Pastoral*. Composição PJ e Raiz. 2012.

os sindicalistas, as associações de moradores, sendo representada por uma mulher, e os movimentos populares. Todos representando sujeitos da classe popular e participantes dos organismos das lutas sociais intermediários.

Figura 03 - Logo da Pastoral da Juventude do Meio Popular impresso no subsídio do Regional Sul 2, produzido em agosto de 1988.



Fonte: Subsídio do Regional Sul 2, produzido em agosto de 1988.

É importante destacar a ênfase dada, pelos subsídios, para a diversidade que constitui a PJMP, pois que ao expressá-la, a pastoral demarca seu lugar de atuação e propõe agregar a todos e todas nas lutas populares. Assim, ao assumir a identidade dos empobrecidos, a PJMP pode apropriar-se dos diferentes valores culturais e das manifestações da religiosidade que emanam do povo para legitimar sua atuação junto ao meio popular.

Queremos resgatar e levar em consideração os valores culturais do povo (terço, procissões, novenas etc.), introduzindo elementos populares significativos (Bíblia, símbolos, reflexões, debates), durante a caminhada, sem queimar etapas, para que essas manifestações de religiosidade popular levem a uma transformação. Ao mesmo tempo queremos respeitar outras culturas ou formas de religiosidade (como congado, candomblé e outras).²⁰¹

A PJMP entende que esses elementos, como a religiosidade popular expressa nessas outras formas de acessar ao sagrado, são maneiras outras de resistência “[...] contra uma religião conservadora ligada e instrumentalizada pela ideologia da classe dominante.”²⁰² Assim, a PJMP entende a importância e a legitimidade das outras religiões, como os pentecostais e de matriz africana, pois a ideia defendida é que “somos filhos do mesmo pai”, defendendo o ecumenismo

²⁰¹ PJMP Semente do novo na luta do povo. S/d, p. 41. Acervo da PJMP Regional NE I

²⁰² PJMP Semente do novo na luta do povo. S/d, p. 42. Acervo da PJMP Regional NE I

com outras religiões, pois “É comum ver-se sem-terras e sem-casas de várias religiões lutando e orando juntos ao mesmo Deus, Olorum, Zumbi, o Libertador dos oprimidos”.²⁰³

A ideia de uma pastoral que se identificasse com o meio popular e, principalmente, pensasse sua formação e atuação cotidiana por um viés de classe foi e, segue sendo, o principal objetivo da PJMP nesses mais de 40 anos de militância evangélica. Assim, não basta sabermos como se iniciou a caminhada da PJMP para entendermos a complexidade de sua proposta libertadora. Continuaremos nossa análise, no próximo capítulo que será dedicado à formação política desses jovens. Formação que perpassa suas práticas de leitura, a sociabilidade estabelecida nos encontros de formação militante e, principalmente, refletir acerca da mística, metodologia e pedagogia libertadora que fomentou um devir-revolucionário em cada jovem.

²⁰³ PJMP. Do meio popular um canto jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

4 UNINDO FÉ E VIDA: MÉTODO, MÍSTICA E PEDAGOGIA DOS JOVENS DO MEIO POPULAR

4.1 “Nosso jeito de caminhar”: metodologia da AÇÃO - VER, JULGAR e AGIR do Meio Popular

“[...] a revisão de vida não se restringe a analisar a vida passada, uma vez que está aberta ao futuro, pretendendo abrir os horizontes da vida a uma visão nova da existência.”²⁰⁴

Em busca da transformação da sociedade e da Igreja, os jovens da PJMP encontraram na metodologia do VER-JULGAR-AGIR uma maneira de caminhar e desenvolver uma formação crítica para a juventude do meio popular tendo como farol o projeto de Jesus Cristo, uma sociedade igualitária e fraterna. É por meio dessa experiência de compromisso social e fé, à luz do evangelho, que esses jovens são impulsionados à ação transformadora.

Neste tópico, propomos analisar, essa metodologia que sobreviveu as mudanças ocorridas nos movimentos leigos da Igreja Católica, ao longo do século XX. Nossa proposta é que possamos entender a formação desses jovens militantes da PJMP, refletindo sobre o processo de conscientização política que está ancorado no método VJA, ideia de trabalho que surgiu ainda na década de 1920, com o padre Joseph Cardijn, na Bélgica, em sua experiência com os jovens operários.

4.1.1PJMP: Como caminhamos?

“Revisão de Vida é buscar os apelos de Deus em fatos concretos. É uma maneira de ligar a vida ao Evangelho. É partir da vida para chegar ao Evangelho. É um instrumento importante e popular de evangelização transformadora para militantes cristãos.”²⁰⁵

A tão aclamada ligação entre Fé e Vida que está presente em todos os documentos, falas e práticas da Pastoral da Juventude do Meio Popular parte do princípio-base do método de Revisão de Vida.

Para esta análise, diante de um vasto material de apoio aos jovens produzidos pela pastoral, selecionamos quatro subsídios: o primeiro desses é uma síntese de uma apostila publicada por Luís Mosconi em 1994, sob o título *Em busca de uma leitura fiel da Bíblia*²⁰⁶. Já

²⁰⁴ CASTELHANO, 2017, p. 45.

²⁰⁵ Cartilha PJMP Ceará, *Revisão de Vida*, síntese da apostila de Luís Mosconi, *Em busca de uma leitura fiel da Bíblia*, 1994. Acervo da Secretaria Regional PJMP, Regional I, Ceará.

²⁰⁶ O nome correto da obra é *Para uma leitura fiel da Bíblia*, de Luigi Mosconi (Luís Mosconi), publicada pela editora Loyola, em 1994.

o segundo, intitulado *PJMP – Projeto de vida e Ação Pastoral*, datado do ano de 1987, os dois materiais tem a assinatura do Pe. Zé Teixeira. Já o terceiro material, foi produzido, também, pelo bloco Nordeste, porém ele foi pensado para ser o suporte para o IV curso inter-regional sobre a *Metodologia do trabalho popular*, que ocorreu em Recife – PE, de 9 a 12 de fevereiro de 1989. E, por fim, analisaremos o texto de Adailton Altoé, *Metodologia e método uma contribuição à Pastoral da Juventude*, publicado pela primeira vez em 1988 e, tendo como segunda edição, a que tivemos acesso, em 1989. Nossa escolha se baseou pelo fato desses materiais possuírem um formato de manual para a realização do método VJA, principalmente, os dois últimos que eram mais específicos, um produzido para ser subsídio de um curso focado na metodologia e o outro que abre margem para refletir sobre outras metodologias (dominadora, paternalista, liberal e libertadora), além de propor uma revisão e reelaboração do método VJA. Dessa forma, seriam documentos de iniciação, onde o jovem poderia aprender, passo a passo, como agir nas diferentes etapas da ação evangélica.

Ao analisarmos nossa primeira fonte, de início podemos observar que sua produção é menos artesanal, em comparação a outros subsídios produzidos pela PJMP que trazem desenhos e o conteúdo datilografado ou escrito a punho. Neste material, que tem formato de livreto e possui 8 páginas contando com a capa e contracapa, podemos perceber que há o uso do computador em sua feitura, pois identificamos que seu conteúdo foi impresso e não datilografado ou escrito manualmente. A própria capa traz elementos gráficos e as letras personalizadas nos remetem a imagens e tipos presentes nos editores de texto dos computadores.

Essa síntese, organizada pelo Pe. Zé Teixeira apresenta de maneira mais prática como os jovens podem desenvolver o método básico da revisão de vida nas reuniões dos núcleos de PJMP. Assim, a linguagem é mais técnica, porém não se distanciando da realidade dos jovens. Como podemos perceber na explicação sobre em que consiste à RV.

RV não é exame de consciência. No exame de consciência geralmente parte-se dos propósitos feitos e procura-se ver se foram colocados em prática ou não. Se sim, experimentamos sentimentos de vitória e satisfação; se não surgem sentimentos de frustração e culpa. RV não é cobrança de trabalho. [...] É antes de tudo uma experiência comunitária da nossa fé. É olhar os fatos da vida com os olhos da fé, com o mesmo olhar de Jesus.²⁰⁷

²⁰⁷ Revisão de Vida, 1994, p. 3

Partindo da ideia de “Ver sem julgar, julgar sem condenar e agir sem coagir” os jovens são orientados a identificar os fatos e suas consequências para adiante “tomar posição frente ao fato”. O julgar é atravessado de critérios (justiça, bem, ver etc) que têm como referência Jesus. Dito de outro modo, o julgar tem valor educativo e não punitivo. O jovem “[...] chamado a tomar posição frente aos acontecimentos. Isso exige de mim [do jovem] responsabilidade e maturidade”.

JULGAR NÃO SIGNIFICA CONDENAR e sim encontrar critérios capazes de clarear e fazer avançar. RV é **olhar daqui para frente**. Condenar bloqueia as pessoas. Pessoa que se sente condenada tende a criar mecanismos de defesa. RV é despertar energias novas. Tudo deve ser orientado pela pergunta: **O que fazer daqui para a frente?** (grifos do autor)

Como afirma o material, toda a revisão de vida deve levar ao AGIR. Ou seja, as reflexões devem fazer o jovem transbordar ao ponto de movimentar-se para a libertação. Nesse momento é necessário que os sujeitos assumam pessoalmente, coletivamente e conscientemente a mudança.

O agir visa um processo de transformação na linha da libertação, tanto das pessoas como das estruturas. **Há um agir existencial** que é despertar em nós uma nova mentalidade, uma nova visão das coisas, um novo coração, novos olhos. **Há um agir ético** que é a concretização do agir existencial; são as decisões concretas.

No segundo momento do subsídio, o material passa as orientações mais objetivas, seria o como fazer, nos é apresentado detalhadamente e tecnicamente cada momento do processo. O próprio título, *Técnica da Revisão de Vida*, nos remete a ideia de que é um texto técnico, sua separação em tópicos com as etapas específicas a serem desenvolvidas em cada momento nos ajudam também a confirmar a natureza de manual desse documento. Para podermos construir uma reflexão sobre a dinâmica do método escolhemos analisar algumas das propostas temáticas trazidas em outros subsídios que podem dar uma maior dimensão da utilização da metodologia da pastoral. Utilizaremos como fonte o texto “Jovens do campo lutando por um mundo novo”, produzido pela PJMP Regional Nordeste II e publicado pelas Edições Paulinas.

Nesse caderno, como é chamado, a proposta é dar um norte para os jovens do campo de como preparar e realizar as reuniões de formação. Dessa forma, são propostos alguns temas para as primeiras reflexões, como por exemplo, a temática do sindicato. A ideia é que os jovens possam pensar por si sós em temas que estão mais próximos a sua realidade, sendo os temas propostos pelo material os primeiros passos.

Um dos temas propostos por esse subsídio é sobre o direito dos jovens do campo à Educação.

Como é característico dos subsídios da PJMP, sempre trazendo ilustrações e/ou tirinhas sobre a temática, identifiquei essa característica essencial para um maior desenvolvimento na formação dos sujeitos, pois que muitas dessas imagens são pensadas e produzidas pelos próprios jovens e retratam seu cotidiano e experiência.

Figura 04 – Subsídio Jovens do campo lutando por um mundo novo



Fonte: Subsídio PJMP *Jovens do Campo lutando por um mundo novo*”

Os animadores reúnem o grupo e questionam os jovens quais deles estudam, como é a escola, se fica perto ou longe da comunidade e se todas as crianças e jovens tem acesso a escola. Depois as questões giram em relação aos professores, se estes são da comunidade ou de fora, como é a relação entre a professora e os educandos e como é o seu jeito de ensinar. Outros questionamentos também são levantados, como por exemplo: e os jovens que não estudam, por que pararam de estudar? Se querem voltar a escola, sobre o acesso à educação do restante das famílias. Para essa temática, a sugestão é que seja mais de uma reunião, pois a ideia é que os jovens reflitam sobre as questões para além de suas experiências pessoais, que possam ter uma dimensão maior do problema, pensando de maneira comunitária. Ou seja, de uma perspectiva social que transcende o indivíduo.

Esse primeiro encontro é encerrado com uma oração, assim como os demais encontros propostos por esse material.

Para a próxima reunião, o material propõe a questão: A escola prepara para a vida? Partindo desse problema e da pesquisa feita com as famílias da comunidade, que foi proposto no encontro anterior e produzido durante a semana, os jovens vão compartilhar com o grupo seus resultados de pesquisa enquanto os animadores propõem outros questionamentos.

Vamos aprofundar essa realidade

Na reunião da semana passada e na de hoje descobrimos que muitas pessoas estudam e muitas outras não estudam. Foram também apresentadas várias dificuldades. Perguntamos:

1. De onde vêm as dificuldades que encontramos para estudar?
2. A escola, do jeito que funciona hoje, prepara-nos para viver como irmãos? Por quê?
3. A escola nos ajuda a conhecer o jeito como nossa comunidade está organizada? Por quê?

Todo esse momento está relacionado ao VER, pois as indagações e observações compartilhadas nessa fase darão subsídios para que os jovens possam identificar os problemas que afetam a si e a comunidade. Assim, podem seguir adiante com a reflexão partindo da leitura popular da bíblia.

Figura 05 - Subsídio Jovens do campo lutando por um mundo novo.



Fonte: Subsídio PJMP *Jovens do Campo lutando por um mundo novo*

Agora entramos na fase do JULGAR, onde se questiona o que a palavra de Deus tem a dizer. É nesse momento em que o problema identificado na fase anterior é interpretado e analisado a luz do evangelho. Nesse caso específico que analisamos, é a partir de um trecho do Evangelho de Lucas (2,52) que diz: "Jesus crescia tanto no corpo como em sabedoria e tinha a aprovação de Deus e dos homens", que os jovens vão “julgar sem condenar” os fatos identificados anteriormente. Aqui são dadas algumas questões para ajudar na conversa sobre o trecho do evangelho: “O que entendemos por crescer em sabedoria? A partir do Evangelho, qual a

sabedoria aprovada por Deus e pelos homens? As escolas de hoje nos ajudam a descobrir essa sabedoria?”

Por fim, chegamos ao fim do processo. O AGIR vai se pautar nas conclusões que os jovens chegarão sobre os fatos levantados. Em nosso caso específico, o material nos traz conclusões que os jovens chegariam ao fim da reflexão. E, é a partir delas (a dificuldade ao acesso à educação dos jovens e crianças da comunidade) que vai se pensar sobre o que fazer para mudar essa realidade.

Esse programa, assim como os demais manuais para estudo, produzido para auxiliar nas reuniões dos grupos de jovens seguem o mesmo roteiro, pois estão baseados no VJA. Cada um traz uma forma de abordar as temáticas, uns trazem um texto mais completo com informações e dados estatísticos²⁰⁸ outros são mais simples como este que analisamos, mas todos seguem o mesmo fio de desenvolvimento.

Já o segundo subsídio, que analisaremos nesse tópico, podemos observar um conteúdo mais pontual sobre a proposta de atuação e o sentido da ação pastoral, assim, trazendo cada Ação/Verbo da metodologia com um maior detalhamento. O texto tem um tom de chamamento, ou seja, convida os jovens a práxis.

PROPOSTA, desafio e convite aos jovens sofridos e cristãos do Ceará para se fazerem sujeitos, protagonistas e organizadores da própria PJMP e, através dela, assumirem o compromisso de jovens cristãos agentes de transformação social, econômica, política, cultural, ética e eclesial.

No tocante a metodologia, o “nosso jeito de caminhar” da PJMP, o que nos chama mais atenção é que esta não se restringe apenas aos três verbos principais herdados da JOC, mesmo que em alguns subsídios se foquem nos três momentos base, este acrescenta mais algumas ações necessárias para seu processo de form(ação) enquanto protagonista da ação pastoral juvenil. São eles: PLANEJAR, AVALIAR, CELEBRAR, AMAR E FESTEJAR.

Quando focamos nossa análise no VJA podemos identificar um movimento bem linear, onde nenhuma das fases pode ser sobreposta a outra. Porém, essa proposta de caminhada apresentada pela PJMP tem suas particularidades, afinal, criar um jeito novo de ser Igreja é

²⁰⁸ Um exemplo disso é a cartilha PJMP presença na luta do povo, subsídio produzido pela Regional Sul. Nele os temas propostos para as reuniões de estudo vêm com um pequeno texto com dados estatísticos que são coletados em documentos que a própria Igreja Católica produz para orientação como as encíclicas e produções da CNBB que trazem esses dados. O uso dos dados somado a experiência cotidiana promove uma maior legitimidade e confiabilidade nos problemas que não são apenas apresentados, mas são vividos.

assumir-se força transformadora da sociedade ao lado dos oprimidos sem esquecer que ser jovem é também celebrar e amar a vida.

Dessa maneira, para cumprir com esse projeto transformador é necessário PLANEJAR, os jovens devem estar atentos na definição dos objetivos e critérios para que a ação tenha uma maior eficácia. Esse é o momento em que os núcleos de PJMP organizam, programam e distribuem as tarefas entre todos, conforme nos mostra Pe. Zé Teixeira “[...] educando e exercitando para a democracia e corresponsabilidade para desde agora, se tornarem ‘sujeitos’ de sua própria história e mais tarde responsáveis por maiores encargos políticos, sociais e eclesiais”.

Quando analisamos os vídeos produzidos pela PJMP do Ceará, filmagens de encontros e eventos regionais e nacionais que ficaram como memória audiovisual, podemos encontrar cada fase desse caminhar dos jovens na pastoral. Ao final de cada encontro, podemos observar os momentos de avaliação, no geral, que se dá a cada término dos momentos de reflexão. AVALIAR está muito mais próximo de uma identificação e animação para a ação dos jovens do que apenas cobranças de resultados, o que não deixa de ser necessário ao longo da caminhada.

Encontramos, em uma dessas filmagens, esse momento de avaliação, os jovens após dividirem-se em grupos de trabalho e traçarem as dificuldades de organização e atuação, são feitos cartazes com itens que resumem os pontos que foram discutidos nos grupos de trabalho.

Esses momentos de reflexão sobre a atuação dos militantes da PJMP são espaços de diálogo, oração e música. A música está presente em todos os momentos de celebração e formação política. Como afirma Pe. Zé Teixeira, “a fé também tem o seu ritmo, os seus símbolos (Sacramentos), momentos profundos e explícitos de experiência com Deus”. Dessa forma, o ato de CELEBRAR está em todos os campos da vida e nessa caminhada de conscientização social, os jovens da PJMP, não estão alheios a estes instantes festivos e de celebração da amizade e fé.

A gente sente que Deus está na vida da gente, que está presente nas ações, lutas, vitórias, fracassos e esperanças. Vale a pena pensar, meditar, contemplar, louvar e pedir a esse Deus que caminhe com a gente. Em síntese: Celebrar a caminhada de Deus com o povo e a amizade gostosa entre nós.

Para animar esses momentos de celebração a música é fonte de inspiração e reflexão, principalmente as composições²⁰⁹ de Zé Vicente²¹⁰. As letras e melodias impulsionam a motivação desses jovens que estão experienciando momentos de contemplação e celebração da fé e da vida. Esses momentos criativos, que podemos observar reclamados nos grifos abaixo, são por nós, entendidos como influência direta da experiência estética, defendida por Paulo Freire, em conjunto com o compromisso ético frente ao processo educacional.

Frente ao sofrimento, a fome, a doença, a angústia, ao analfabetismo, ao desemprego, numa palavra – à morte, não ficamos parados, mas animados pelo espírito libertador do companheiro Jesus de Nazaré, procuramos vencer a dor, sem desesperrar. Continuamos acreditando na força dos pequenos e marginalizados, quando são capazes de se organizar. Não queremos parar no sofrimento, por isso mesmo, somos criativos com muita música, dança, teatro, romarias, congressos, celebrações, festas, folclore... e resistimos. Mas não só por resistir. Queremos curtir as belezas que Deus nos oferece de graça e por graça.²¹¹

Então, como o jovem pode celebrar a vida e a sua fé sem trazer para a prática a temática do amor? AMAR um verbo tão expressivo para os que propõe a construção do Reino de Deus é tomado pela PJMP como ação transformadora da sociedade. Porém, essa ação extrapola o ideal do amor religioso trazendo o debate sobre a afetividade, as relações sexuais presente na realidade do jovem buscando uma compreensão do ser jovem e de suas partilhas com o outro e com a sua fé.

“[...] Sorrir, descontraír, brincar, jogar, cantar, dançar, beber, nadar, meditar, contemplar, abraçar, beijar... tornam o corpo mais leve, o semblante mais alegre e o espírito liberto – Viva a liberdade!”²¹²

A PJMP ao não restringir ou fazer da sociabilidade do jovem um tabu, como alguns ramos de juventude da Igreja Católica reforçam, defende que a juventude do meio popular

²⁰⁹ Analisaremos as letras das canções de Zé Vicente quando estivermos tratando da mística da ação.

²¹⁰ De acordo com o site da Editora Paulinas, Zé Vicente é natural de Orós, Ceará. Canta e compõe desde 1981, fazendo de suas composições e voz instrumentos não só para o povo brasileiro, mas também para toda a América Latina. Porque os países do nosso continente têm muitas histórias em comum, principalmente o sofrimento e a luta por existência mais digna e alegre. Esse é o tipo de poesia que acontece na obra de Zé Vicente, uma poesia que só acontece no coração de quem sabe o que é o sofrimento, mas já experimentou a alegria do encontro com Cristo. Zé Vicente, em seus CDs canta a esperança acima de todas as aparências de desespero que andam por aí. A aceitação é tão grande que países por onde Zé Vicente nem passou ainda solicitam suas músicas em versões para o espanhol, como Colômbia, México e Venezuela. Apesar de só ter visitado Nicarágua, Panamá e Chile. Dessas solicitações surgiu o disco Presente, versão em espanhol, com a participação de Míriam Mirah e Turcão, ex-componentes da formação original do grupo Tarancón. Apesar de sua incursão pelo espanhol, sua marca registrada são as músicas com forte influência dos ritmos nordestinos, cheios de energia e contagiantes. Eles estão na medida para um músico que se volta para as emoções das pessoas, seja para fazer dançar ou chorar. Além disso, Zé Vicente é reconhecido pela beleza e profundidade com que resgata a mística popular nas suas letras, mesmo que seja sob a ótica do cotidiano nos setores menos favorecidos da população. Cf. [Portal Paulinas](#) último acesso: 17/08/2021

²¹¹ PJMP. Do meio popular um canto jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

²¹² PJMP – Projeto de Vida e Ação Pastoral Popular – Acervo da Secretaria PJMP Regional Nordeste I.

também necessita FESTEJAR as vitórias e conquistas, as tristezas e alegrias da caminhada, a união e organização do grupo, as angústias e esperanças. Os verbos andam juntos, pois como se apresentam nas cartilhas, é celebrando e festejando que os jovens reconhecem a presença do Deus Libertador. E aqui retomamos a experiência estética proposta por Freire em sua Pedagogia da Autonomia.

O material produzido por Adailton Altoé, como já citamos, tem duas edições, uma publicada em 1988 e outra em 1989. Este apresenta-se um material mais complexo e robusto sobre a temática do método e metodologia da ação da pastoral da juventude. Esse subsídio não se restringe a PJMP, ele tem como objetivo abarcar o debate frente a Pastoral da Juventude, sem uma maior especificação.

Na apresentação já se sinaliza que existe uma dificuldade, desde 1980, em sistematizar o método, pois a pastoral cresceu e desenvolveu novas experiências de trabalho. A proposta do texto é estimular todos os jovens participantes da PJ sendo um farol “[...] que ilumina o como fazer caminho para alcançar a meta sonhada do Reino, que é de Deus, mas também nosso”.²¹³

Sobre a circulação desse subsídio podemos encontrar algumas informações na sessão *Porque nova edição?* Aqui o autor afirma que a primeira edição (1988) alcançou toda área nacional e, que também, chegou em outros países. E que houve uma recepção positiva o que proporcionou a nova edição. Além da boa recepção, o autor afirma também que existia a necessidade de uma maior circulação do material, pois que “Observando a realidade de nossas Dioceses, nos damos conta de que a maioria dos jovens e/ou agentes de pastoral ainda não tem conhecimento do método Ver-Julgar-Agir-Rever-Celebrar de modo prático.”

O texto é dividido em duas partes, sendo primeira uma discussão sobre as diferentes metodologias que existem, como por exemplo, a metodologia vertical e dominadora, que o autor define como sendo como um exercício do poder de forma autoritária, ou seja, nesse tipo de metodologia dificilmente há a participação livre das pessoas, o planejamento é imposto de cima para baixo, não há diálogo e as tentativas de participação dos sujeitos é reprimida. E a metodologia Participativa e Libertadora que prega o contrário da anterior. Nela todos participam de forma livre e fazem a ação libertadora no diálogo e na partilha. Na explicação,

²¹³ ALTOÉ, Adailton. Metodologia e método – uma contribuição à Pastoral da Juventude. Belo Horizonte: ISJB – Salesianos, 1989. p. 02 Exemplar disponível no acervo da secretaria regional nordeste I da PJMP – CE.

são usadas, assim como em outros subsídios charges e desenhos que buscam imprimir visualmente sobre o tema abordado.

As imagens abaixo, estão presentes no material produzido por Adailton Altoé, *Metodologia e método – contribuição à Pastoral da Juventude* e, representam respectivamente a metodologia vertical e dominadora frente ao método Libertador.

Figuras 06 e 07 – Diferenciação das metodologias existentes: vertical, dominadora e libertadora.



Fonte: *Metodologia e método – contribuição à Pastoral da Juventude*.

Na primeira, podemos observar a perpetuação da dominação e autoritarismo no cotidiano, há a presença da lógica da hierarquia e da ordem, também podemos notar que essa lógica da opressão gera uma reação em cadeia, que se começa no ambiente de trabalho e chega

no seio familiar e que extrapola o ambiente doméstico com a criança maltratando o cão e o cão ao gato. Já na segunda, não poderíamos esperar outra forma de representar a metodologia participativa e libertadora sem a figura de Jesus Cristo, em comunhão com o grupo e em uma demonstração de um horizonte igualitário, pois que é o método que deve ser utilizado pela PJ.

Seguir a metodologia participativa num trabalho pastoral é ser fiel ao projeto inicial da Igreja, isto é, libertar as pessoas de tudo que impede o crescimento do ser e leva a uma plena comunhão e participação. [...] Caminhar participativamente é caminhar em constante conflito, conflito conosco mesmos e com os outros. Conosco, por que precisamos vencer barreiras em nós, que foram colocadas pela sociedade que nos gerou. Com os outros e com as estruturas, porque continuam exigindo de nós atitudes individualistas enquanto buscamos o bem maior para todos.

Seguindo o manual, ainda na primeira parte, são tratadas as temáticas de formação dos grupos de base na PJ, onde se estabelece a importância da metodologia de pequenos grupos para a formação de lideranças jovens que multiplicarão os conhecimentos e atuarão nas comunidades eclesiais de base. No acompanhamento pastoral do jovem que se divide em: Educação: integração teoria e prática, Pastoral e Militância, Relacionamento na pastoral e, por fim, o jovem em sua pastoral é enfatizado como deve funcionar a dinâmica do jovem dentro da pastoral e, em relação ao trabalho pastoral.

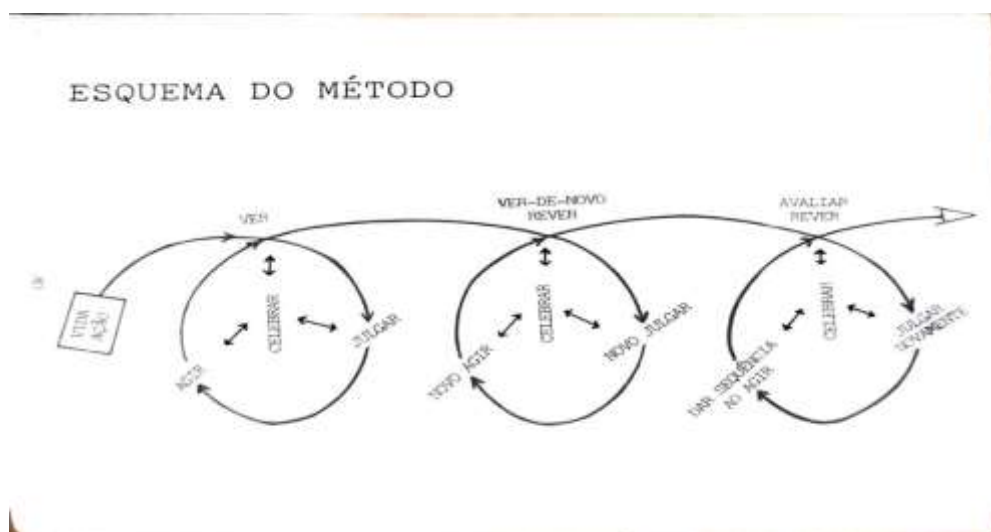
Quando analisamos sobre o relacionamento na Pastoral, podemos observar que já são abordados os conflitos que podem surgir dentro do grupo e que devem ser trabalhados e resolvidos em diálogo aberto e sincero. Ao se trabalhar com o jovem em sua pastoral, o autor, posiciona o jovem no seu meio, pois que a juventude é uma categoria heterogênea e, por isso, o jovem deve se identificar com o seu meio e atuar nele. Outra questão que aparece é sobre a faixa etária. Já que a juventude é entendida como um período de transição com tempo determinado, características e problemas específicos, deve-se pensar na preparação de líderes que vão atuar dentro da Igreja e em outros organismos intermediários e movimentos sociais. Assim, conforme observamos em vários materiais e em algumas falas de militantes da PJMP²¹⁴ uma das propostas principais da pastoral é a formação dos jovens em suas várias dimensões, a chamada formação integral. Dessa forma, o jovem ao chegar na sua fase adulta estará apto a

²¹⁴No vídeo *Vida e Luta da PJMP no Ceará – Romaria de Sobral 1991*, observamos na fala de uma militante essa preocupação com a formação integral do jovem pela PJMP. Nesse vídeo, com características de documentário, produzido pela PJMP, regional Nordeste I – Ceará. Nele encontramos diversos relatos sobre a participação, objetivos e experiências dos militantes cearenses. Para além dessas falas, o vídeo traz alguns momentos do evento que celebrou os 10 anos de PJMP no Ceará, a Romaria de Sobral, que ocorreu em 1º de dezembro de 1991. O vídeo encontra-se disponível no canal da CARAVÍDEO produções no link: https://www.youtube.com/watch?v=qnlcVdtNb2Q&t=384s&ab_channel=CARAVÍDEOProdu%C3%A7%C3%B5es Último acesso em 13/07/2022

enfrentar as adversidades seja no trabalho, nos relacionamentos afetivos e familiares e em outras organizações de luta social.

Já na segunda parte do subsídio, o autor vai desenvolver um estudo aprofundado sobre o método Ver-Julgar-Agir-Rever-Celebrar. Na imagem abaixo, podemos observar um esquema de funcionamento do método reproduzido no material.

Figura 08 – Esquema do Método Ver-Julgar-Agir-Rever-Celebrar.



Fonte: *Metodologia e método – contribuição à Pastoral da Juventude*

Por fim, o material ainda traz algumas observações práticas sobre o método, sugestões para a apresentação da metodologia e sugestões de referências bíblicas que podem ser utilizadas nas reuniões.²¹⁵ Como já citamos, esse material tem como objetivo ser um manual mais aprofundado, com mais complexidade, servindo de base para a construção de outros subsídios metodológicos mais específicos. Dessa forma, podemos compreender, ao analisar os materiais produzidos pela PJMP, um foco maior nas questões do meio popular. Não que os demais subsídios produzidos pela PJ não tratem de aspectos políticos e sociais, mas estes buscam trazer uma generalidade para as questões e uma objetividade no desenvolvimento teórico.

Quando trabalhamos cartilhas produzidas especificamente para cursos ou formações cotidianas da PJMP, em sua grande maioria, para não cairmos em generalizações,

²¹⁵ Colocamos, no Anexo C deste trabalho, um exemplo de um tema estudado através do método que o material traz para os jovens.

essa ideia de identificação com a classe oprimida, com as raízes populares são bem mais exploradas, ou seja, observamos uma linguagem que aproxima e que promove o sentimento de irmandade à condição de sujeito do meio popular. Podemos tomar como exemplo, um trecho da introdução do subsídio *Metodologia do Trabalho Popular* resultado do IV Curso Inter-regional, do bloco Nordeste, da PJMP.

Somos jovens do meio popular, nossas raízes estão na classe oprimida. Vivemos nas periferias das grandes cidades e nos sítios do interior. Fazemos parte do povo sofrido e oprimido do Nordeste. Mas a nossa prática..., a nossa militância..., o nosso dia a dia..., tem metodologia popular. Como estamos agindo e refletindo?

Como podemos ver, no trecho acima, o verbo conjugado na terceira pessoa do plural faz toda a diferença quando se trata de identificação e experiência no coletivo. O “somos” tem muito mais força do que o “são”, que encontramos em alguns dos subsídios mais direcionados à PJG. Nesta cartilha, em específico, que como já citamos, foi produzido como relatório do curso que aconteceu entre os dias 9 e 12 de fevereiro, de 1989, em Recife, além de colocar no papel como se materializou o curso também trouxe sugestões, partindo das experiências trocadas no encontro, de como trabalhar o VJA com o povo do meio popular. É importante destacar que esse material foi destinado tanto aos jovens da PJMP quanto a assessores, animadores do meio popular, agentes pastorais e jovens engajados. Sendo assim, é um curso que pretende formar para atuar nas comunidades.

Assim, podemos inferir que a metodologia do meio popular, especificamente o método desenvolvido pela PJMP, com seus verbos a mais, pode trazer um diferencial nas reflexões e ações desenvolvidas pelos jovens da pastoral do meio popular, pois que ao trazer elementos que dinamizam e aproximam os jovens às suas experiências de vida e luta atualizam suas maneiras de entendimento de si e de sua atuação no mundo como sujeito.

No próximo tópico analisaremos a *Mística* e a *Espiritualidade* desenvolvidas e experienciadas pelos jovens da PJMP. Buscamos compreender como esses elementos ligados à religiosidade enriquecem o processo de formação dessa juventude e, como os próprios afirmam, são instrumentos de “motivação de vida”.

4.2 “Mística - motivação da vida”: A mística e espiritualidade no processo de form(ação) política da PJMP.

Mística não é uma doutrina de difícil acesso e sim uma experiência de algo que toca as raízes mais profundas d nosso ser. Está na base das nossas grandes opções. Desperta energias, conduz para a luta, coloca pé/fé na caminhada. Mística é algo “vital”, aquilo que dá sentido à vida. São as “motivações” profundas e claras que provocam “opções vitais” que “orientam” a nossa existência, sustentam a nossa caminhada.²¹⁶

Em 2019, tive a oportunidade de participar de um encontro regional da Pastoral da Juventude do Meio Popular, em Fortaleza. Nesse dia, ao chegar na escola que seria sede daquele encontro, no bairro Jardim Fluminense, periferia de Fortaleza, fui recebida pelo então secretário regional da PJMP Ítalo Moraes e alguns jovens que estavam na organização do evento. Logo que entrei no pátio da escola, me deparei com um grande painel, que com uma observação mais atenta pude identificar como sendo uma grande bandeira com recados de militantes da PJMP que participaram do V Congresso Nacional da pastoral. Além desse painel, também vimos alguns objetos que simbolizam o Nordeste e a Igreja libertadora, por exemplo, um triângulo, instrumento musical presente no forró, as quartinhas que guardam a água, símbolo da vida, uma Bíblia e a imagem de Dom Oscar Romero, mártir latino-americano²¹⁷.

²¹⁶ Cartilha *PJMP Ceará – Mística e Espiritualidade*. O material contém 12 páginas e foi produzido pelo Pe. Zé Teixeira, em 1995, após sua participação no retiro do clero da Arquidiocese de Fortaleza, que teve como tema *A espiritualidade Missionária do Presbítero*, com a participação de Luís Mosconi, do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) – Belém (PA). Encontramos um exemplar no acervo da PJMP Ceará.

²¹⁷ Óscar Arnulfo Romero Galdámez, nasceu em Ciudad Barrios, um povoado a 156 quilômetros de San Salvador, no dia 15 de agosto de 1917. Foi ordenado padre em 1942 e arcebispo de El Salvador em 1977. Dom Oscar Romero em suas homilias dominicais, as numerosas violações de direitos humanos em El Salvador e manifestou publicamente sua solidariedade com as vítimas da violência política, no contexto da Guerra Civil de El Salvador. Dentro da Igreja Católica, defendia a "*opção preferencial pelos pobres*". Em 1977, após afirmar que “A missão da Igreja é identificar-se com os pobres. Assim a Igreja encontra sua Salvação” e se pronunciar contundentemente a respeito da repressão, em 24 de março de 1980, enquanto celebrava a missa, foi assassinado por um atirado de elite do exército. Sua morte provocou vários protestos em todo o mundo. Em 2015, Dom Oscar Romero foi beatificado. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93scar_Romero Último acesso em: 08.10.2023.

Figura 09 – Elementos que fizeram parte da mística de abertura do Encontro Regional da PJMP Ceará, 2019.



Fonte: Imagens produzidas pela autora

Nos primeiros momentos do encontro, houve um resgate da história da pastoral, alguns militantes mais antigos falaram sobre suas experiências e cantos foram entoados para lembrar a trajetória de luta do movimento. Enquanto tentava entender o que acontecia, Ítalo me explicou que no início de cada encontro, geralmente, acontecia o momento de mística. Foi participando daquele momento, em comunhão com a militância da PJMP, que pude compreender o que é a mística e espiritualidade da pastoral. E, assim, como Pe. Zé Teixeira afirma na citação que destaquei no início deste tópico, a mística é uma experiência que toca nossas raízes. Foi naquele momento que compreendi que a mística é esse instrumento de “motivação de vida”, que impulsiona através dos relatos de fé, das reflexões feitas sobre o texto bíblico e das experiências cotidianas de luta dos sujeitos a continuar a caminhada sem desanimar frente as dificuldades.

Dedicamos este tópico à reflexão sobre o que seria a mística e a espiritualidade vividos dentro da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Ficaremos restritos a analisar subsídios, textos e algumas falas que possam contribuir para a compreensão dessa experiência que incita e motiva os jovens do meio popular a continuarem sua luta diante das adversidades

cotidianas. Nas palavras de Irmã Iolanda²¹⁸, “Aqui não tem pessoas que não lembram de alguma coisa gostosa que viveu na PJMP. Essas vivências têm que fazer a gente ter que ter força pra ir pra frente!” Podemos observar que pensar sobre a mística e a espiritualidade é construir uma reflexão no campo das sensações, dos afetos, não da razão. Dessa forma, refletir acerca da mística e espiritualidade dentro do movimento de jovens da PJMP é centrar nossa análise na experiência e vivência consigo mesmo e em comunidade para com Deus e seu projeto de reino.

A mística, sendo essa vivência de valores e convicções que envolve sua postura pessoal e, em comunidade, para com o Deus-Trindade, nas pessoas do Pai, Filho e Espírito Santo. Essa relação, que envolve o sentir e agir dos jovens nos é apresentada em vários subsídios e textos que trazem um estudo sobre a temática na caminhada dessa juventude empobrecida.

A mística motiva, impulsiona, dá sentido e unidade à vida. A mística da PJMP está concentrada no Deus-Trindade, comunidade perfeita, explicitada sobretudo na força libertadora de Jesus Cristo, amigo dos jovens do Meio Popular. É uma experiência que fazemos na relação que cada um tem consigo mesmo (relação eu-eu), na relação que estabelecemos com os outros (relação nós-outros), e na relação com Deus (relação nós-Deus).²¹⁹

Neste tópico, inicialmente, traremos uma discussão sobre o entendimento de mística e espiritualidade, tendo como fio condutor os estudos de Frei Betto e Leonardo Boff, em seu livro intitulado *Mística e Espiritualidade*, obra que foi publicada pela editora Rocco, em 1996, dentro da coleção *Arco do Tempo*. Tomamos esses autores como base para esta análise, pois estes estão intimamente ligados às comunidades eclesiais de base (CEBs) e as Pastorais Sociais e seus estudos políticos-teológicos são fruto da vivência e reflexões sobre estes movimentos populares. Além disso, é nas CEBs e nas Pastorais Sociais onde se encontram a maioria dos jovens que fazem parte da PJMP. Após essa introdução, nossa proposta é analisarmos alguns textos e subsídios produzidos pela PJMP e por colaboradores sobre a temática e suas formas de vivenciar essa experiência que, conforme os jovens, é instrumento de “motivação da vida”.

A ideia de mística e espiritualidade expressas e experienciadas por esses sujeitos está diretamente ligada a transformação em que a Igreja Católica Apostólica Romana passou

²¹⁸ O vídeo foi gravado em 2017, no encontro da PJMP Sempre, do Ceará. Irmã Iolanda, nasceu em 1937, no início dos anos 1980, juntamente com outros assessores, esteve presente desde os primeiros momentos de articulação da PJMP no Ceará. Não tivemos a oportunidade de entrevistá-la, pois que com a pandemia de COVID-19, por questões sanitárias não conseguimos marcar um encontro e, em 29 de dezembro de 2021, Irmã Iolanda fez sua passagem.

²¹⁹ Subsídio do Congresso de 20 anos da PJMP. *PJMP no mundo dos excluídos, resistindo e confirmando nossa história*. Natal, setembro de 1998. (Acervo – Pastoral da Juventude do Meio Popular), p. 14.

durante os anos 1960. Como já apresentamos, a proposta de uma nova Igreja, voltada aos empobrecidos, firmada, diante todos e todas, durante o Concílio do Vaticano II (1965-1968) e reafirmada em Puebla (1968), Medellín (1969) e em tantos outros documentos, a opção preferencial pelos pobres e, a partir disso, como afirma Gustavo Gutiérrez, a irrupção dos pobres como sujeitos da História.

Creio que, na História latino-americana, e também, portanto, na da comunidade cristã e na das Igrejas presentes neste Continente, opera-se uma entrada, eu diria forte, enérgica, quase violenta, do pobre no processo histórico latino-americano onde, por muito tempo, os pobres e oprimidos foram os grandes ausentes da História, ausentes da História escrita, ausentes da memória de um povo, mas certamente presentes em sua História concreta e diária. Contudo, hoje, esses pobres estão ocupando, parece-me, o centro da cena histórica, social, política, na América Latina. Também na Igreja, e também na reflexão teológica que tenta acompanhar essa prática, essa presença dos que antes foram ausentes na História latino-americana e também na própria Igreja latino-americana, creio que essa irrupção do pobre é o fato mais importante, e penso que irreversível, da História de nossos países, e também do processo de nossas comunidades cristãs.²²⁰

Assim, a partir dessa inserção dos pobres como sujeitos de sua própria história, a mística e espiritualidade que anima essa vivência não poderia estar distante da realidade experienciada pelos jovens que estavam, naquele momento, em busca da construção da *Utopia do reino*.²²¹

Os jovens empobrecidos sonham com a liberdade, uma vida mais digna, o bem estar, a igualdade, um bom emprego, uma casa própria, saúde, lazer e cultura. É preciso ouvir, conhecer e sentir sua realidade, alegrias, angústias, ações, protestos, revoltas e desesperos. Eles buscam a amizade, o místico e as expressões culturais e religiosas.

Essa busca de um mundo sem injustiças e opressões, onde a fraternidade e o amor sejam as palavras de ordem, um mundo que não está no além e sim que deve se materializar no aqui e agora, através da luta desses sujeitos, é que se faz necessário a compreensão do que eles entendem por mística e espiritualidade, o que animam esses jovens e os acompanha, fomentando a luta cotidiana, no processo de sua formação e atuação política, enquanto sujeito de si e em coletivo.

Estes grupos que estão organizados e caminhando em prol dessa sociedade utópica, que não deve ser associada ao impossível, de acordo com Leonardo Boff (1996), são fenômenos

²²⁰ Trecho da fala de Gustavo Gutiérrez, em 21 de fevereiro de 1980, no curso *A Igreja na América Latina*, oferecido pelo Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizado no Teatro da Universidade Católica, entre os dias 21 de fevereiro a 1º de março de 1980. O Material desse curso, incluindo essa fala de Gutiérrez, foi publicado pela editora Brasiliense, ainda em 1980 e organizado por José J. Queiroz.

²²¹ Esse termo, assim como “Boa nova”, “Reino de Deus” e “Projeto de Jesus Cristo” são algumas formas para se referir à nova sociedade em processo de construção pelo “novo homem e pela nova mulher”, partindo da perspectiva dessa nova Igreja e sua opção pelos pobres.

originais da sociedade latino-americana, chamados de movimentos sociais. A PJMP está incluída nesse rol de movimentações. Estes grupos, ainda nas palavras de Boff estão a séculos enfrentando processos de dominação, são sujeitos que “[...] testemunham a dramaticidade da luta, pois colhem sucessivos fracassos, veem seus movimentos ameaçados, quando não até desmantelados pela repressão policial ou pelas forças oligárquicas”. Diante dessas perdas e derrotas, as questões que surgem para o autor são: “Qual a força secreta que sustenta todos estes grupos? Onde haurem esperança para continuar a sonhar, a resistir e a querer uma sociedade mais humana e feliz para eles e seus filhos e filhas?” (BOFF, 1996, p. 10)

É diante destes questionamentos que podemos iniciar nossa caminhada para a compreensão da mística e espiritualidade desses grupos, pois que são elas que animam e alimentam estes sujeitos para continuar a lutar.

Falar então de mística não significa despistar a resposta às questões formuladas, nem mistificar a realidade, mas colher seu lado mais luminoso, aquela dimensão que alimenta as energias vitais para além do princípio de interesse, dos fracassos e sucessos. Espiritualidade e mística pertencem à vida em sua integralidade e em sua sacralidade. Daí nascem o dinamismo da resistência e a permanente vontade de libertação. (BOFF, 1996, p. 11)

Quando falamos sobre espiritualidade logo à relacionamos com o sobrenatural, com o divino. Leonardo Boff ao citar Dalai Lama, entende a Espiritualidade, em um sentido mais amplo, como “[...] aquilo que produz dentro de nós uma mudança”. Então, para ele a espiritualidade está para além do sentido religioso. Ao observarmos outros autores como Dacoregio, Rosa e Favarin (2007), em texto publicado na revista *Encontros Teológicos*, de 2007, a ideia de espiritualidade também estará para além do sobrenatural. Para eles “A busca de felicidade para si e para os outros tem a ver com espiritualidade. Mesmo que se apresente como único meio de satisfação dessa busca o consumismo e acúmulo de bens materiais”. Nesta mesma reflexão os autores afirmam que “[...] a espiritualidade genuinamente cristã traz consigo um compromisso social [...]”, compromisso este assumido, pela Igreja Católica, mediante a “opção preferencial pelos pobres” a partir dos anos 1960, como já citamos. Dito isso, para as pastorais sociais, em nosso caso a PJMP, o compromisso com a formação de um novo homem e uma nova mulher, em busca da libertação é o que anima e motiva a ação dos jovens.

A espiritualidade cristã é libertadora, porque Jesus assumiu a causa da libertação (Lc 4, 14-21). A essência dessa espiritualidade baseia-se no seguimento de Jesus Cristo, na força do Espírito Santo, impulsionados pelo amor do Pai, no aqui e agora. A *espiritualidade libertadora* é fonte e sustento da caminhada dos cristãos e cristãs. Por ela os cristãos deixam-se interpelar, simultaneamente, pelo clamor dos oprimidos e oprimidas, que vem do chão, e pelo chamado de Deus que, em nosso íntimo, convida

a uma ação libertadora no sentido de participar na construção de um mundo novo, o Reino de Deus. (DACOREGIO; ROSA; FAVARIN, 2007, p.)

É partindo dessa ideia de que a espiritualidade cristã deve ser um compromisso social, presente no discurso da PJMP, que podemos iniciar nossa reflexão sobre a mística em seus sentidos religioso, cristão e sociopolítico. Essas três dimensões trabalhadas por Leonardo Boff em sua participação no seminário organizado pelo Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae* (CEPIS), em São Paulo, nos possibilitou refletir sobre o entendimento desses dois conceitos, Mística e Espiritualidade, dentro do movimento pastoral de jovens do meio popular. Esses textos e outros, incluindo falas de Frei Betto, foram organizadas e publicadas pela editora Rocco, sob o título *Espiritualidade e Mística*, como citamos no início desse tópico.

Conforme Leonardo Boff, quando se trata de mística, seria inevitável não falar sobre mistério, pois que é algo que se relaciona ao oculto, que se experencia. E, é a partir desse entendimento do que seria mística para Boff, que propomos começar nossa análise sobre os sentidos e significados da mística e espiritualidade desenvolvida pelas pastorais sociais, em especial a PJMP.

Ainda segundo Leonardo Boff (1996, p. 12), a palavra mistério tem muitos sentidos, porém, pensando em sua origem grega, *mysterion*²²² esta “[...] não possui um conteúdo teórico, mas está ligada à experiência religiosa, nos ritos de iniciação.” O mistério, ainda nas palavras de Boff, está ligado à vivência/experiência globalizante²²³.

Quando as pessoas personalizam a experiência do mistério, sentem-se como que habitadas por ele e convidadas ao diálogo, à oração e a cair de joelhos diante de sua sacralidade, então surgem as religiões. Na raiz de cada religião está uma experiência do mistério. (BOFF, 1996, p. 17)

Diante deste entendimento, Boff (1996, p. 17) afirma que os que experimentam o mistério são os místicos, porém, essa experiência não é exclusiva e está no cotidiano, ela não é um privilégio de alguns, mas “[...] uma dimensão da vida humana à qual todos têm acesso

²²² Ao fazermos uma consulta rápida ao *Google*, sobre a origem da palavra *Mysterion*, encontramos várias possibilidades de entendimento, como a ideia de um “rito ou doutrina secreta”, “uma pessoa iniciada em segredos”. Porém, ao aprofundarmos e buscarmos sua relação com a Igreja Católica, esta fez uma associação a palavra *Sacramento*, assim, *Mysterion* não tem a conotação de mistério, no sentido de misterioso ou segredo, mas traz o sentido de oculto, inefável, grandioso e incompreensível, dando a ideia de que é algo que se experencia. Informações disponíveis em: <https://www.veritatis.com.br/introducao-a-doutrina-sobre-os-sacramentos/> Último acesso em: 06.10.2023

²²³ “A pessoa é levada a experimentar, por meio de celebrações, cânticos, danças, dramatizações e realização de gestos rituais, uma revelação ou uma iluminação conservada por um grupo determinado e fechado”. (BOFF, 1996, p. 12)

quando descem a um nível mais profundo de si mesmos; [...]”. Assim, de acordo com o autor, todos nós somos seres místicos e damos nomes ao mistério, damos nomes ao inominável. A experiência do mistério seria a experiência de Deus, sendo a fé a expressão do encontro com Deus. Partindo dessa ideia, podemos entender que esse saber/ser místico e a espiritualidade se faz na experiência. Dito de outro modo, é a “espiritualidade pé no chão”.²²⁴

A mística cristã está particularmente, conforme Boff, ligada a história dos oprimidos, desde a luta dos oprimidos do Egito e dos cativos da Babilônia. Trazendo para a experiência do Novo Testamento, o autor afirma que essa experiência de Deus se radicaliza e aprofunda com a vinda de Jesus Cristo.

O novo testamento prolonga e radicaliza a mesma linha da experiência de Deus na história. Afirma que Deus entrou totalmente na realidade humana, pois humanizou-se no judeu Jesus de Nazaré. A partir de agora, o lugar de encontro com Deus será preferentemente na vida humana, particularmente na vida dos crucificados. (BOFF, 1996, 21)

Dessa forma, a mística cristã é a experiência do encontro com Deus, uma experiência de libertação, sendo ela tomada como compromisso de solidariedade com os pobres e oprimidos, é a centelha que ilumina e impulsiona a luta da PJMP, como podemos observar no trecho abaixo, retirado do livro *Do meio popular, um canto jovem*.

Assim, a nossa mística, é a mesma de Jesus de Nazaré, que desde pequeno se preocupava com "as coisas do Pai", quando crescido, sente que o Espírito de Deus o, envia para os pobres (Lc 2,49 e 4,18) e a Paixão que tem pelo Projeto do Pai (Jo 10,30; 14,9; 6,38) se revela quando diz: "eu e o Pai somos um", "quem me ver, ver o Pai" faço a vontade do Pai". O Pai lhe dá coragem para assumir a missão até o assassinato na cruz. [...] Morre acreditando que Deus liberta seu povo com poder criador que vence a morte. E no terceiro dia, o Pai o ressuscitou. (PJMP, 1998, p. 52)

É desse entendimento, de que a mística cristã é uma mística política-libertadora e contemplativa, que tem um compromisso político-social, que os jovens da PJMP, assim como as demais pastorais sociais, experimentam a mística, mística de Jesus de Nazaré, e traçam seus caminhos na recusa das situações de opressão, em movimento sempre, pois que essa mística é força geradora, é o mistério que os faz viver.²²⁵

Mística significa, então, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam pessoas e movimentos na vontade de mudanças, inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança

²²⁴ Mística, espiritualidade e identidade pejeiteira. Texto escrito pelo Teólogo, poeta, catequista e agente de pastoral vinculado as CEBs, Emerson Sbardelotti, publicado no site <https://amerindiaenlared.org/conteudo/11652/mistica-espiritualidade-e-identidade-pejeiteira/> em 2017.

²²⁵ Mística, espiritualidade e identidade pejeiteira. Texto escrito pelo Teólogo, poeta, catequista e agente de pastoral vinculado as CEBs, Emerson Sbardelotti, publicado no site <https://amerindiaenlared.org/conteudo/11652/mistica-espiritualidade-e-identidade-pejeiteira/> em 2017.

face aos fracassos históricos. [...] A mística é, pois, o motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas na monotonia das tarefas cotidianas e, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. (BOFF, 1996, p. 24-25)

Diante disso procuramos identificar nos materiais produzidos pela PJMP, principalmente, nos que estão voltados para a formação dos jovens e nos subsídios que tem uma proposta de manual para as reuniões das células, como são trabalhados na teoria e na prática esses dois conceitos. Lembrando sempre que é através da experiência/vivência que se manifestam a mística e a espiritualidade desses sujeitos. Dessa forma, dividimos esses materiais em duas categorias para melhor analisá-los. No primeiro grupo, identificamos os subsídios que trazem a temática como foco. São textos que trabalham diretamente o que é mística e espiritualidade da PJMP. Já o segundo grupo, são subsídios para a formação nas células, assembleias e reuniões cotidianas dos grupos. Nestes são sugestões práticas para o desenvolvimento dos momentos de mística presentes nas reuniões. Como podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 10 - 1º Encontro de Formação da PJMP, Regional Norte 01, Manaus – AM (2007)



Fonte: Imagens disponíveis no site da PJMP Nacional

Figura 11 - Seminário Nacional de Militantes, Salvador – BA (2012).



Fonte: Imagens disponíveis no site da PJMP Nacional

Nestas imagens podemos identificar alguns objetos, como o mapa do Brasil, artesanatos que representam as localidades, os elementos da natureza, bandeiras, imagens dos mártires entre outros que fazem referências aos jovens, sobre a luta, sobre as situações de opressão, do jeito que encontramos descritos em alguns materiais que explicam como devem se iniciar as reuniões e encontros de formação. A ideia é que possa ser preparado o ambiente com os símbolos que lembrem a caminhada da PJMP, como por exemplo, sandálias, terra, flores, velas, bíblias, ferramentas de trabalhos, camisetas, bandeiras e fotos de eventos já realizados. Também, como podemos observar nas duas imagens, objetos que representem a cultura do lugar: a vitória régia como símbolo que faz referência a floresta, o barco, os cestos, as “quartinhas” de barro.

A mística é o momento de reafirmar o compromisso com os ideais de uma concepção, de difundi-la socialmente, fortalecê-la politicamente, de consolidá-la e legitimá-la ideologicamente e uma forma de concretizá-la, aqui e agora. A mística irriga, pela paixão, a razão e nos ajuda a ser mais humanos, dispostos, e a desafiar coletivamente nossos limites; nos impulsiona a ir além do esperado, alimenta os valores e nos faz sentir parte de uma grande família. Desenvolver a mística não pode se confundir com um culto ao passado que lembre os momentos trágicos da história e crie o sentimento da dor e morte sempre presentes, para estimular a cultura de resistência entre sujeitos de semblantes pesados, sorrisos tristes e punhos cerrados.²²⁶(Grifo nosso)

²²⁶ Animação e mística. Roteiro para debate em plenário. - PJMP, p. 2. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/mistica_misticismo_misticacao_mauro_kano.doc último acesso em: 22.03.2022.

No trecho destacado acima, somos lembrados que a mística não deve ser um momento em que se cultue um passado de sofrimento, de rememoração de “momentos trágicos” que crie um ambiente “de dor e morte”, mas isso não impede que esses momentos não sejam lembrados, como por exemplo, a referência aos mártires como podemos ver na figura 09, a imagem de Dom Oscar Romero em meio a outros símbolos, essa lembrança é tomada como uma forma de impulsionar o sentimento de união e resistência à opressão. Outro ponto que podemos observar, na preparação desse ambiente uma forma de acolhimento e celebração que possibilita a imersão dos jovens. É neste meio, de oração e festa, em comunhão que há a possibilidade de experimentar a mística. Dito isto, encontramos um material produzido pela PJMP, que traz algumas indicações para que a experiência coletiva desse momento possa ser concretizada plenamente.

De início, fala-se sobre a postura pessoal, afirmando que a mística é, sobretudo, “[...] a vivência de valores e convicções” das pessoas, que pode se manifestar na vida e nas atitudes pessoais. São citados alguns exemplos de como a mística pode se manifestar: “[...] a) no amor pelo povo; b) na solidariedade; c) no espírito de humildade; d) no espírito de superação, iniciativa e ousadia; e) no espírito de sacrifício; f) no companheirismo; g) na pedagogia do exemplo.”

Depois de exemplificar a manifestação no íntimo, o texto apresenta como a mística pode se concretizar na celebração coletiva, deixando claro que cada movimento tem formas particulares de expressar os valores, princípios e a sua caminhada. Abaixo citamos os critérios que são apresentados para a manifestação pública da mística.

a) Deve ser uma atividade onde as pessoas participam com o corpo, mente e sentimento; b) não é show para ser assistido, as pessoas devem ser envolvidas (quando se usa poesia ou canção, deve-se providenciar texto para todas as pessoas e alguém que saiba tocar); c) Não tem essa de preparar surpresas, de causar impacto, de provocar sensação; d) A celebração da mística deve ser bonita, dentro do tema da reunião, criativa, breve, com certa solenidade, simples e bem feita; e) É bom usar símbolos, gestos e incorporar expressões culturais, testemunhos pessoais... mas, sempre evitar que vire mera apresentação teatral; f) A mística pode ser expressa no começo - ajuda a concentrar a atenção e a recordar o espírito que une o grupo, mas pode e deve ser feita a qualquer momento – um canto, um grito de guerra, uma declamação, um silêncio.

Nesse texto, também encontramos o que não fazer nesses momentos, pois como podemos ver no fragmento acima, não se deve desvirtuar a experiência. É necessário que todas as ferramentas usadas para envolver os jovens como as expressões culturais, em geral, desenvolvam o fortalecimento da união entre fé e vida.

Algumas atitudes devem ser evitadas: Achar que mística é apenas motivação, abertura, enfeite, emoção: “bem, feita a mística, vamos agora ao que interessa”; Virar tarefa de especialistas, embora tenha gente com mais sensibilidade/criatividade que outras; Passar de parte para o todo: não participei do encontro porque estava preparando a mística; Não pode virar competição: a mística de fulano foi melhor que a de cicrana; Repetir no Nordeste um jeito que deu certo no Sul - fica manjado, fora do contexto e, por isso, cansativo, formal e burocrático; evitar a improvisação, mas sem virar tormento para quem coordena.

Como vimos, a experiência da mística na PJMP é vivência, simbolismo, celebração, oração e comprometimento com a construção do Reino.

Saindo dessa análise mais teórica, fomentada pelos textos e subsídios, partimos para refletir sobre a prática desses jovens. Buscamos identificar, em algumas falas de militantes o que estes entendem por mística e como a vivenciam, sejam no íntimo e no coletivo. Utilizaremos para essa análise, algumas gravações, em vídeo, feitas em alguns encontros e congressos nacionais e regionais da PJMP. Este material, em conjunto com outros momentos da Pastoral que foram registrados em *VHS*, durante os eventos, foram digitalizados e estão disponíveis no *Youtube*²²⁷.

Os momentos de mística, geralmente, ocorrem no início dos encontros e reuniões, pois como já vimos, esses momentos ajudam na concentração e recorda ao grupo o espírito que os une. São nesses momentos, onde há um compartilhamento de experiências vividas, que podem ser expressos através de imagens, objetos, poemas, danças e teatros. Ao assistirmos o vídeo que salvaguardou alguns momentos do XIII Encontro Regional da PJMP no Ceará, em 1991, conseguimos identificar vários trechos onde os jovens se utilizavam da dimensão da arte para compartilhar sua experiência como jovem do meio popular. Selecionamos alguns *frames* do vídeo, onde mostra um momento de mística dos jovens durante o encontro de 1991.

Nas imagens, abaixo, podemos ver no chão a sigla da PJMP e a identificação dos 10 anos da pastoral, feitos com pedras, ao redor os jovens dançam e cantam a música *Negro Nagô*²²⁸, outros jovens juntam pétalas de rosas e, é nesse ambiente de música e alegria que são compartilhados os sentimentos de união e irmandade que dão força para continuar a caminhada.

²²⁷ Estes vídeos encontram-se disponíveis no canal CARAVÍDEO Produções. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/CARAVÍDEOProdu%C3%A7%C3%B5es> Último acesso: 21/05/2022

²²⁸ Analisaremos a letra dessa e de outras canções, neste tópico, quando fizermos a reflexão sobre o ecumenismo e diversidade dentro da pastoral.

Figuras 12 e 13 – Jovens dançando e cantando “Negro Nagô”, no XIII Encontro Regional da PJMP, 1991.



Fonte: Imagens coletadas no vídeo do XIII Encontro Regional da PJMP, 1991.

Vemos que mística e espiritualidade são a afirmação de uma experiência que é movimento e construção da utopia do reino, do Projeto de Jesus Cristo. Vivê-las é estar em constante movimentação, é sentir, é celebrar a vida e a luta pela construção do caminho da libertação do povo pobre e oprimido. Mística e espiritualidade é ação que move e motiva os jovens. E quando falamos sobre espiritualidade do pobre, uma espiritualidade popular, Leonardo Boff (1996) afirma que ela não é doutrinária e nem institucional, ela é animista e incorpora outras tradições religiosas. Dessa forma, essa aproximação, que também podemos entendê-la como ecumenismo, é tratada pela PJMP como experiência da religiosidade popular,

e é tomada como forma de “[...] resistência ao secularismo moderno e ao imperialismo norte-americano.”²²⁹

A Igreja Libertadora pratica o ECUMENISMO com as outras Igrejas e religiões. Exemplos desse ecumenismo popular são as romarias da terra, dos trabalhadores, as celebrações ecumênicas na ocasião do dia do trabalhador, da mulher, da denúncia do racismo, etc. A Igreja libertadora trabalhou pouco a dimensão pessoal, afetiva, íntima, festiva... Contudo, ela vive novamente o testemunho de heroísmo dos primeiros cristãos e está resgatando todas as dimensões da vida. Muita gente já deu a vida pela fé em Jesus Cristo, pela luta contra o ídolo do capitalismo opressor. Eles são, para nós, os mártires de hoje que nos dão o exemplo e oram por nós, que continuamos na terra esta caminhada.²³⁰

Como já citamos, a PJMP nasce em um contexto em que a Igreja havia professado a “opção preferencial pelos pobres”. Assim, podemos nos questionar: Quem eram os pobres e oprimidos do campo e da cidade, em fins da década de 1970? Quem eram os sujeitos que sofriam com a realidade política e econômica brasileira? Uma parte do país estava imersa nas lutas contra o regime ditatorial, em prol da reforma agrária, busca por respeito aos direitos dos negros e indígenas, das mulheres, dos LGBT, por moradia digna etc. É por isso que, também, há uma proximidade da PJMP com as tradições afro-indígenas.

A PJMP entende a importância e a legitimidade das outras religiões, como os pentecostais, de matriz africana e indígena, pois a ideia defendida é que “somos filhos do mesmo pai”, defendendo o ecumenismo com outras religiões, pois “É comum ver-se sem-terras e sem-casas de várias religiões lutando e orando juntos ao mesmo Deus, Olorum, Zumbi, o Libertador dos oprimidos”.²³¹

Assim, se observarmos com atenção a logo da PJMP²³², que analisamos anteriormente, podemos encontrar essa característica do ecumenismo presente na religiosidade popular²³³, nele estão representados o negro e o indígena junto a Jesus e a paisagem do nordeste (em uma alusão ao sertanejo, ao messianismo e catolicismo popular ligado ao medieval, à cultura europeia), representando o povo pobre e oprimido.

²²⁹ PJMP. Do meio popular um canto jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

²³⁰ PJMP. Do meio popular um canto jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020p. 39

²³¹ PJMP. Do meio popular um canto jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

²³² Imagem encontra-se na página 112.

²³³ A religiosidade popular é vivida pelos jovens da PJMP e das demais pastorais sociais através das Romarias da terra, dos trabalhadores, das missas participativas, das novenas de natal, da Quaresma, da Via Sacra, Campanha da Fraternidade, etc.

Conforme afirma Enildo Luiz Gouveia²³⁴, assessor regional da PJMP-regional nordeste II,

[...] houve uma maior aproximação com a realidade negra e indígena no país. Introduziram-se saudações como o Axé e danças como o Toré, além dos atabaques, pandeiros e formas específicas de celebração popular fortemente marcada pela Cultura e aliada com as simbologias trazidas da Europa. O sincretismo religioso passa a ser visto de forma mais tolerante.²³⁵

Em sua reflexão sobre a presença da cultura afro-indígena na mística e espiritualidade da PJMP, o autor fala da identidade da pastoral como sendo uma “síntese da contradição, da mistura, da riqueza que é o povo brasileiro.” Assim, a forma de vivenciar e celebrar essa espiritualidade e mística está nas aproximações com a cultura popular e a realidade local. Conforme explana o autor,

Promovemos momentos celebrativos que são fontes de alimentação onde a realidade afro-indígena-brasileira encontra relação de semelhança e complementaridade com os símbolos majoritariamente europeus da Igreja. Aliás, ao contrário de muitas concepções, acreditamos (com forte embasamento histórico e antropológico) que Deus não tem cor e muito menos Jesus foi branco de olhos azuis. Jesus assim como nós, foi do ponto de vista de sua humanidade, fruto de uma miscigenação, pois a área em que ele viveu, era uma importante rota de comércio e conseqüentemente, de encontro de vários povos.

Mediante o encontro desses vários povos, o branco, o indígena e o negro, miscigenação que é tomada como elemento que identifica a riqueza do tecido social do Brasil, os jovens da PJMP experenciam uma mística e espiritualidade que carrega traços da espiritualidade africana e indígena, nas formas de entender como sagrados os elementos da natureza, da qual também fazemos parte, que se manifesta em nossa humanidade, nas palavras de Enildo Gouveia. E, por fim, na ideia de martírio, morte e ressurreição traço da espiritualidade católica.

Queremos resgatar e levar em consideração os valores culturais do povo (terço, procissões, novenas etc.), introduzindo elementos populares significativos (Bíblia, símbolos, reflexões, debates), durante a caminhada, sem queimar etapas, para que

²³⁴ Doutorado em Geografia (UFPB, 2017) Mestrado em Geografia (UFPB, 2010). Especialista em Metodologia do Ensino da Geografia (FABEJA/SEDUC, 2007), Especialização em Filosofia (Estácio, 2018), Licenciatura Plena em Geografia (UFPE, 2000), Bacharelado em Teologia Católica (Uninter 2021). Professor do IFPE - Campi Recife onde leciona nos cursos técnicos integrados e na Licenciatura em Geografia (Hidrogeografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Cartografia). Membro da Academia Cabense de Letras. É Assessor da Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Hidrogeografia (recursos hídricos), Meio Ambiente e Ensino. Reflete ainda sobre Cultura e Política além de ser poeta e compositor. Informações coletadas na plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7752449979408502> Último Acesso em: 21/05/2022.

²³⁵ Celebração e Mística no Meio Popular: as influências afro-indígena-brasileiras na espiritualidade da PJMP. Texto de Enildo Luiz Gouveia, assessor regional da PJMP NE II/PE e Prof.º Ms. em Geografia, poeta, compositor. Disponível para consulta no site da pastoral. http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/celebracao_e_mistica_no_meio_popular.doc

essas manifestações de religiosidade popular levem a uma transformação. Ao mesmo tempo queremos respeitar outras culturas ou formas de religiosidade (como congado, candomblé e outras).²³⁶

Essa diversidade, expressa na miscigenação do povo brasileiro, é percebida em muitas imagens, em diferentes subsídios da pastoral, e, principalmente, nas músicas. Afinal, festejar e celebrar também é chama mística que motiva e anima a juventude da PJMP.

Assim, muitas das canções que encontramos fazem alusão a essa diversidade, são usadas nos momentos de mística dos encontros, como o próprio hino da PJMP, o Ileaô, que significa na língua Iorubá, lugar de música, da dança, da alegria, do entusiasmo, do êxtase, sentimentos que impulsionam a experiência mística desses jovens. Podemos trazer inúmeras outras canções que trabalham com a construção da identidade popular da PJMP, como a canção *Negro Nagô* que traz uma reflexão sobre escravidão e direito dos negros, como podemos observar nos versos abaixo.

Negro Nagô
 Eu vou tocar minha viola, eu sou um negro cantador.
 O negro canta deita e rola, lá na senzala do Senhor.
 Dança aí negro nagô!
Tem que acabar com esta história de negro ser inferior.
O negro é gente e quer escola, quer dançar samba e ser doutor.
 Dança aí negro nagô!
O negro mora em palafita, não é culpa dele não senhor.
A culpa é da abolição que veio e não o libertou.
 Dança aí negro nagô!
 Vou botar fogo no engenho aonde o negro apanhou.
O negro é gente como o outro, quer ter carinho e ter amor.
Nós somos negros assumidos, não temos medo em dizer que temos nosso
compromisso de ser PJMP. (Grifos nosso).²³⁷

A PJMP entende que a religiosidade popular, expressa nessas outras formas de acessar ao sagrado, de vivenciar a mística e espiritualidade são maneiras outras de resistência “[...] contra uma religião conservadora ligada e instrumentalizada pela ideologia da classe dominante.”²³⁸ Assim, a PJMP compreende que é de extrema importância as trocas com as outras religiões, como os pentecostais e de matriz africana, pois que a pastoral defende a ideia de que “somos filhos do mesmo pai”, vivenciando o ecumenismo. Como citamos anteriormente, é comum que encontremos os diferentes sujeitos engajados nas lutas sociais, caminhando e lutando juntos “[...] ao mesmo Deus, Olorum, Zumbi, o Libertador dos oprimidos”.²³⁹

²³⁶ PJMP Semente do novo na luta do povo. S/d, p. 41. Acervo da PJMP Regional NE I

²³⁷ Álbum Fazendo Pastoral. Composição PJ e Raiz. 2012. A letra da canção Negro Nagô está disponível completa no site da PJMP. Link: <https://pjmp.org/negro-nago> Último acesso: 21/05/2022

²³⁸ PJMP Semente do novo na luta do povo. S/d, p. 42. Acervo da PJMP Regional NE I

²³⁹ PJMP. Do meio popular um canto jovem – versão digitalizada disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Último acesso em: 16/04/2020

Outra letra que podemos analisar, ainda pensando a questão da diversidade do meio popular e que faz referência a essa ideia da mística e espiritualidade como motivação de vida e luta é o “Baião das comunidades”, onde o compositor faz um convite aos grupos oprimidos para a luta. Abaixo, selecionamos alguns trechos da canção, que fazem referência as situações concretas e faz o chamamento dos sujeitos do meio popular para celebrarem a fé e as esperanças e integrarem as lutas.

Vou convidar os meus irmãos trabalhadores
Operários, lavradores, biscateiros e outros mais
 E juntos vamos celebrar a confiança
 Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz, ê, ê
 Vamos chamar os índios que ainda resistem
 As tribos que ainda insistem no direito de viver
E juntos vamos reunidos na memória
Celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê, ê
Convido os negros, irmãos no sangue e na sina
 Seu gingado nos ensina a dança da redenção
 De braços dados, no terreiro da irmandade
 Vamos sambar de verdade enquanto chega a razão, ê, ê
Vamos chamar Oneide, Rosa, Ana e Maria
 A mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor
 E reunidas no altar da liberdade
 Vamos cantar de verdade, vamos pisar sobre a dor, ê, ê
You convidar a criançada e a juventude
 Tocadores, me ajudem, vamos cantar por aí
 O nosso canto vai encher todo o país
Velho vai dançar feliz, quem chorou vai ter que rir, ê, ê
Desempregados, pescadores, desprezados
E os marginalizados, venham todos se ajuntar
 A nossa marcha pra nova sociedade
 Quem nos ama de verdade pode vir, tem um lugar, ê, ê²⁴⁰ (Grifos nosso)

Assim, a pastoral entende que as canções não são, apenas, uma ferramenta em um momento de entretenimento, mas são instrumentos que aquecem os encontros coletivos e/ou momentos íntimos de vivência da mística e da espiritualidade dos jovens trazendo ânimo para a continuidade da luta. As canções integram um ritual. Sua performance ultrapassa a dimensão musical. Une, via gestos e sons, história, memória e resistência. Ao foliar os livros de cânticos podemos encontrar composições que não foram produzidas para serem hinos religiosos, mas as letras vão sendo apropriadas e significadas pelos próprios jovens e, assim, apontam e iluminam novas trilhas e possibilidades que se devem traçar para a construção da utopia do Reino.

Nos vídeos que analisamos e nos depoimentos dos jovens, podemos observar que quando são evocadas, entoadas, essas canções flutuam num território híbrido, nem puramente

²⁴⁰ Suprimimos o refrão da música e frisamos os versos que interessam para a análise. Letra completa disponível em: <https://www.lettras.mus.br/ze-vice/905011/> Último acesso em: 21/05/2022

religioso, nem plenamente laico; mas sempre com um sentido de sonho, luta, desejo e transformação.

Como vimos, ao longo deste tópico, cada verso, cada leitura da Bíblia, cada elemento de identificação, dos diferentes grupos que compõem a juventude do meio popular, que são incorporados nos momentos de celebração do projeto de libertação são um chamamento à luta para a construção de uma sociedade justa e fraterna.

No próximo tópico, analisaremos como a PJMP se apropriou da pedagogia freiriana, uma pedagogia libertadora, para fundamentar seu projeto de formação para a libertação dos jovens das classes populares.

4.3 Pedagogia das classes populares: uma educação libertadora

[...] aquela [pedagogia do oprimido] que tem que ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade, Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fara e refará. (FREIRE, 2002, p. 32)

Assim como nos aponta Paulo Freire, em toda a sua obra, mais especificamente na *Pedagogia do Oprimido*²⁴¹, a ideia de uma educação libertadora se faz a partir dos “condenados da terra”. Foi por meio da análise das situações concretas de marginalização do povo que o autor pode produzir sua reflexão e, será também sob a inspiração da obra freiriana que os jovens do meio popular, em sua form(ação) na PJMP, vão desenvolver seu próprio método de uma pedagogia libertadora com e para os jovens empobrecidos.

Neste tópico desenvolveremos uma reflexão acerca da proposta de uma educação popular, forma rebelde, nas palavras de Eduardo Wanderley (1981, p. 63), entendida como “[...] aquela produzida pelas classes populares, ou para as classes populares em função de seus interesses de classes”. Nossa ideia central é que a partir do entendimento e dos debates acerca do que seria uma educação popular, pudéssemos compreender as relações de confluência com a proposta de uma educação cristã, apresentada, mais profundamente, pelos documentos de *Medellín* e *Puebla* e a pedagogia freiriana, nas principais obras de Paulo Freire citadas nos subsídios produzidos pela PJMP, assim, buscando desenvolver uma pedagogia libertadora para e com os seus militantes.

²⁴¹ Neste trabalho utilizaremos a 33ª edição do livro publicado em 1987, pela Editora Paz e Terra.

Utilizaremos como fonte principal para esta análise o livro intitulado *Em busca de uma pedagogia libertadora*, publicado pela Edições Paulinas, escrito por Domingos Corcione. A obra, de 1984, foi direcionada aos animadores adultos que atuavam no meio popular. Devemos nos atentar a especificação do público do material, pois que por mais que a PJMP tenha como premissa a autonomia dos jovens frente a organização e construção da linha de atuação da pastoral, a juventude é uma fase e muitos desses sujeitos, que não integram a faixa etária compreendida como juventude, permanecem na PJMP como os animadores e assessores. Abaixo selecionamos um trecho que destaca a importância da presença dos adultos na organização da pastoral.

A experiência demonstra que onde há falta de **Assessores capacitados**, a Pastoral de Juventude não cresce em **organização, consciência e compromisso**. Ainda que o jovem deva ser o principal protagonista da Pastoral de Juventude em todos os níveis, o acompanhamento e auxílio do adulto, sobretudo nos momentos de desânimo e conflito, podem ser muito valiosos. Cabe ao Assessor despertar lideranças, proporcionar o apoio necessário para amadurecer os jovens, ser pólo desafiador e de confronto, evitando paternalismo e autoritarismo.²⁴²(Grifos do autor)

Então, entre os variados subsídios produzidos pela pastoral encontramos alguns direcionados para esse público que lida diretamente com os jovens. Dessa forma, o texto aparentemente foi desenvolvido para servir como base à formação dos animadores adultos da PJMP, não que seu uso seja uma exclusividade daquela pastoral, mas podemos supor o direcionamento à PJMP por alguns elementos encontrados no texto como, por exemplo, a apresentação feita por Dom Marcelo Pinto Carvalheira²⁴³, que no ano de publicação era bispo responsável pela Pastoral da Juventude do Meio Popular do Regional Nordeste II da CNBB.

²⁴² Trecho foi retirado do subsídio *Assessor da PJMP*, o material data do ano de 1988 e foi produzido pelo Pe. Zé Teixeira, encontra-se digitalizado na página oficial da PJMP.

²⁴³ Nascido em Recife – PE, a 1º de maio de 1928, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, monge beneditino, entrou no seminário Arquidiocesano de Olinda em 1944. Em 1946, foi estudar filosofia e teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Foi ordenado padre em 28 de fevereiro de 1953, em Roma. Atuou como professor de Teologia no Seminário de Olinda; Diretor Espiritual do Seminário; primeiro reitor do Seminário Regional do Nordeste Olinda; Assistente Eclesiástico da Ação Católica e Subsecretário do Regional Nordeste II da CNBB. Sua ação evangélica no episcopado inicia-se em 1975, sendo ordenado bispo em 27 de dezembro de 1975, pelas mãos de Dom Hélder Pessoa Câmara, Dom Aloísio Lorscheider e Dom José Maria Pires. Sua proximidade com as caudas populares, foi um colaborador importante de Dom Hélder Câmara, defendendo vários líderes católicos perseguidos durante o regime militar brasileiro, sendo preso e torturado pelo estado autoritário. Como bispo e arcebispo, foi membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB Nacional (1987-1991 e 1995-1998), responsável pelo setor Leigos e CEBs; Vice-Presidente da CNBB Nacional (1998 a 2004). Participou do Sínodo dos Bispos sobre os Leigos e da Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano], em Santo Domingo. Foi delegado à Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América por eleição da Assembleia da CNBB e confirmado pelo Papa João Paulo II (1997). Em 9 de novembro de 1981, aos 53 anos, foi designado bispo da recém criada Diocese de Guarabira, na Paraíba. Em 29 de novembro de 1995 foi designado para ser Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, múnus que exerceu até 5 de maio de 2004. Faleceu em 25 de março de 2017. Cf. <https://santuariodefatima.org.br/morre-dom-carvalheira-ex-vice-presidente-da-cnbb.html> Último acesso em 07/04/2020.

Primeiramente, devemos orientar o leitor sobre o que entendemos como Educação Popular e, principalmente, o que significa para os sujeitos idealizadores dessa educação uma Educação Libertadora. Como já citamos no início deste tópico, nossa compreensão de educação popular está expressa na ideia de uma educação feita em conjunto com as classes populares e em função de seus interesses. Deixar exposta essa conceituação se faz necessário, pois como nos alerta Lígia Nóbrega (1988, p. 13), somente “A destinação para as classes populares não basta para uma genuína educação do povo”. Um exemplo, para entendermos esta afirmação, foi o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, durante a presidência do Gal. Arthur da Costa e Silva, movimento que visava promover a alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 anos ou mais, por meio de cursos especiais, com duração prevista de nove meses. Mas conforme cita Eduardo Wanderley (1981, p. 74) “[...] ao tentarem imprimir-lhes caráter despolitizado e desvinculado da história dessas classes e da estrutura social, transformaram-nos em instrumentos acobertadores e conservadores”.

De acordo com Carlos Brandão (2006), “[...] a *educação popular* não é uma variante ou um desdobramento da *educação de adultos*”. Para o autor,

A educação de adultos tem sido uma das práticas sociais onde com mais insistência o exercício do trabalho “junto ao povo” menos realiza objetivos teoricamente propostos. Compensatória e ineficaz, ela não forma, não prepara e, muito menos, não transforma aqueles que, excluídos antes da escola, são excluídos, através da educação de adultos, de serem um dia educados. Ela não é precária e compensatória porque lhe faltam recursos: mas, porque precisa ser apenas precária e compensatória, vive de não ter recursos. Não nos iludamos, a sua falta é a sua suficiência. (BRANDÃO, 2006, p. 43)

Já, em seu entendimento “[...] a *educação popular* emerge como um *movimento* de trabalho político com as classes populares através da educação”. Carlos Brandão (2006) destaca ainda que a emergência das primeiras experiências de educação com as classes populares surgida no Brasil, no começo da década de 1960, só foi possível pela “[...] conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares.” Como explica Francisco C. Weffort, em seu texto presente na 14ª edição, do livro *Educação como prática de liberdade*, de Paulo Freire.

Os políticos populistas nem sempre compreenderam claramente a mobilização que eles próprios estimulavam. No caso do movimento de educação popular, nunca puderam compreender plenamente as relações entre alfabetização e conscientização. Preocupados apenas com um dos resultados, o aumento do eleitorado, seu apoio efetivo a esta forma de mobilização sempre foi muito precário do ponto de vista político. (WEFFORT, 2011, p. 35-36)

Assim, quando Carlos Brandão (2006, p. 49) afirma que a *educação popular* é um processo, um momento de passagem de uma educação para as classes populares para uma educação que é criada pelas classes populares, entendemos a ideia desenvolvida por Paulo Freire (2011, p. 52) sobre a “Educação para um homem-objeto ou educação para o homem-sujeito.”

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser, também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. (FREIRE, 2011, p. 52)

Para Paulo Freire, na *Pedagogia do Oprimido*, mais especificamente, a Educação é um ato de libertação. Segundo o autor existe um processo de desumanização, onde tanto o Opressor quanto o Oprimido são desumanizados²⁴⁴, situação essa que só pode ser superada a partir da luta dos Oprimidos em busca de sua vocação por *ser mais*. O autor significa essa vocação por *ser mais* como um movimento de permanente busca. E, a distorção dessa busca acaba por nos desumanizar. Dito de outro modo, é somente com a vontade dos oprimidos em restaurar sua humanidade, seu lugar de sujeito no mundo, que tanto a ele quanto ao opressor pode ser devolvida a sua humanidade. O autor afirma que, quando o opressor “pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos”, na sua maioria das vezes, essa vontade se expressa através de uma falsa generosidade. Pois que, não há, realmente, uma proposta de mudança acerca daquela situação de opressão, a ideia é que se perpetue aquela ordem injusta já presente na sociedade. E qualquer fonte que pregue a transformação no *status quo* dessa realidade é perigosa, é subversiva.

Daí o desespero desta “generosidade” diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não pode jamais entender esta “generosidade” que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos “condenados da terra”, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira. (FREIRE, 2002, p. 30)

²⁴⁴ Paulo Freire afirma que a violência exercida pelo Opressor contra o Oprimido desumaniza os dois sujeitos. Pois que “A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm a humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*”. (p. 30),

Dessa forma, pensar e movimentar-se na construção de uma pedagogia do oprimido, de acordo com Paulo Freire, é desenvolver uma pedagogia em que os homens são instigados a empenharem-se na luta por sua libertação. Ainda de acordo com o autor, a pedagogia do oprimido nunca pode ser pensada e nem colocada em prática pelo opressor. Pois retomando a ideia da falsa generosidade, seria contraditória a defesa e a prática de uma educação libertadora pelo sujeito que pratica a violência.

Assim, pensar uma educação libertadora, ou como Paulo Freire nos ensina, uma “educação como prática de liberdade” é propor:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. (FREIRE, 2011, p. 118-119)

Encontramos essa proposta de uma educação problematizadora e revolucionária que seja capaz de fomentar nas camadas populares sua força transformadora em vários subsídios produzidos pela Pastoral da Juventude do Meio Popular. Como já citamos no início deste tópico, a PJMP tem como base para o desenvolvimento de sua formação um dos princípios utilizados pela pedagogia freiriana, no tocante de trazer para o centro da reflexão a experiência dos sujeitos. É a partir das situações concretas dos indivíduos que são desenvolvidas as temáticas nas reuniões de formação de militantes e de animadores adultos.

Durante a fase inicial da pesquisa, antes de conseguirmos reunir uma grande quantidade de material produzido pela PJMP, pudemos analisar alguns subsídios e, compreendendo sua proximidade com a Teologia da Libertação, já imaginávamos que a obra de Paulo Freire estaria presente na metodologia utilizada pela pastoral em suas formações, principalmente, por destacar a questão dos sujeitos histórica e socialmente situados e condicionados, e seu entendimento do que seria uma educação pensada para a libertação. Pois, como veremos neste tópico, desenvolver em comunhão uma educ(ação) libertadora, para a PJMP, também faz parte do processo de realização do Reino de Deus.

Agora, centraremos nossa análise nos subsídios produzidos pela PJMP e, tentemos compreender como a pedagogia libertadora de Paulo Freire auxiliou estes jovens em sua busca por *ser mais*.

Num primeiro momento, a ideia é que possamos nos ater a formação dos animadores jovens e adultos da Pastoral. Assim, nossa fonte principal é o livro de Domingos Corcione, intitulado *Em busca de uma pedagogia libertadora*. Após entendermos como ocorria essa primeira etapa formativa, voltada para os responsáveis pela organização, escuta e desenvolvimento da consciência crítica dos jovens integrantes dos grupos de PJMP das comunidades, partimos para a prática dessa experiência formativa analisando como exemplo uma das cartilhas feita pela PJMP, usada na condução das reuniões temáticas com os jovens tanto iniciantes como os militantes. Atentemos para a importância do papel dos animadores adultos, pois que este, preservando a autonomia juvenil, deve acompanhar e auxiliar na formação dos jovens.”²⁴⁵.

Para a segunda etapa da análise, pensando sobre a apropriação das reflexões feitas por Paulo Freire, em sua *pedagogia do oprimido*, selecionamos um subsídio pastoral intitulado *Jovem e constituinte – Nossos pitacos*, que se dedica às reflexões sobre o processo da Constituinte na década de 1980, principalmente, por se tratar de um texto que pretende demonstrar a importância do entendimento e participação crítica desses jovens nesse momento ímpar na história brasileira. Outro motivo para a escolha dessa cartilha, em detrimento aos demais materiais coletados, durante a fase inicial desta pesquisa, se deu por conta da importância dos movimentos populares, incluindo as pastorais sociais da Igreja Católica, como a PJMP, nos debates e na construção de um novo pacto político-social para o Brasil. Conforme registram Zulmar Fachin e Alexandre Pagliarini (2018, p. 152), os movimentos sociais atuaram não só no processo em andamento, mas também nos debates anteriores a convocação da Assembleia Constituinte e, de suas mobilizações coletivas “[...] foram sugeridas 61.020 propostas de textos constitucionais e apresentadas 122 emendas populares, algumas delas com mais de um milhão de assinaturas”.

4.3.1 Por uma pedagogia libertadora para o jovem empobrecido.

De início, ao analisarmos o subsídio pastoral produzido por Domingos Corcione em colaboração com o núcleo de PJMP do Regional Ne II da CNBB, resolvemos dividi-lo em seis questionamentos-eixo, já que o próprio material é desenvolvido a partir de questionamentos, como por exemplo, a primeira parte do livro busca desenvolver uma reflexão

²⁴⁵ Cf. PJMP – Assessor da PJMP. 1988. Acervo documental da Pastoral da Juventude do Meio Popular – Fortaleza, Ce.

por meio das seguintes questões: “Estamos fazendo uma opção pelos jovens do meio popular? Estamos ajudando a criar um clima de escuta, de compreensão e de diálogo entre as pessoas?”

O material é destinado à formação dos animadores adultos da PJMP, utilizamos o verbo no presente, pois que ainda é utilizado para o mesmo fim. Conforme Corcione, são animadores adultos aqueles sujeitos que fizeram a opção por evangelizar os jovens operários, os que moram nas periferias das grandes cidades, em sua maioria, os jovens que, tanto no meio urbano quanto no meio rural, acabam por deixar os estudos para auxiliar a família e, que na maioria das vezes precisam viver de biscates.²⁴⁶

Então é a partir do lugar social desses jovens, das questões por eles experienciadas cotidianamente, que o subsídio de Corcione propõe uma avaliação do processo de tomada de uma consciência crítica dos jovens, por meio de uma pedagogia que se propunha libertadora.

Dessa forma, são desenvolvidas problematizações sobre a estrutura, os métodos, a articulação dos grupos de jovens, o engajamento nos movimentos populares como as associações de bairros²⁴⁷ e os partidos políticos²⁴⁸, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores²⁴⁹ que tem como sua base fundadora militantes de oposição à Ditadura Militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação. A ideia central do livrinho, nas palavras de Dom Marcelo Carvalheira, é que este possa ser um roteiro para uma avaliação da atividade pastoral, como traz em sua descrição: “Trata-se, pois de um legítimo subsídio pastoral que tem como meta última o Reino de Deus”.

²⁴⁶ Trecho do texto de apresentação de Dom Marcelo Pinto Carvalheira. p. 5. CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

²⁴⁷ As décadas de 1970 e 1980 são de intensa organização dos movimentos populares, principalmente a organização de associações de moradores nos bairros periféricos de vários estados do Brasil. No Ceará, mais especificamente em Fortaleza, podemos citar a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF) e União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF). Os bairros do Pirambu, Bom Jardim, Conjunto Ceará, Serviluz, Conjunto Palmeiras, dentre outros, são exemplos de comunidades que possuem associações de moradores com histórico de luta. Cf. BRAGA, E. M. F. Os Labirintos da habitação popular: conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

²⁴⁸ Lembremos que com a aprovação da Lei Federal n° 6.767, de 20 de dezembro de 1979, o Brasil volta ao pluripartidarismo depois de 17 anos sob a égide do bipartidarismo imposto pelo governo ditatorial militar. Dessa forma, a partir desta data a antiga divisão partidária entre ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) vão dar origem aos seguintes partidos: Partido Democrático Social (PDS) herdeiro do ARENA e, os herdeiros do MDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Popular (PP). Já o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), foram mantidos na ilegalidade e atuaram dentro do PMDB até o final da ditadura. Cf. <http://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos/> último acesso em: 18.04.2020.

²⁴⁹ MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - *Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. Disponível em: <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>*

No trabalho pastoral, a avaliação ocupa lugar privilegiado, pois permite rever constantemente os erros e os acertos. Este livro tem o objetivo de sugerir um roteiro de avaliação a quantos se dispõem a uma revisão de sua atividade pastoral entre os jovens do meio popular. Todos os pontos aqui comentados estão intimamente relacionados e interligados entre si.

Entre eles, não há uma relação cronológica,
como se tivesse de acontecer
antes o primeiro,
depois o segundo,
e assim por diante.

Entre eles,
há uma relação dialética,
isto é: estão de tal maneira
ligados uns aos outros,
que um não se dá plenamente
sem o outro...

Todos eles juntos revelam, claramente, que a libertação é um longo processo educativo. Revelam, também, que a libertação será autêntica e total somente na medida em que o processo for sério, profundo e transformador — ao mesmo tempo — de estruturas e de consciência.²⁵⁰

A primeira questão a ser levantada pelo livro de Corcione é referente a opção pelos jovens pobres. Aqui voltamos a identificar o discurso, que estará sempre presente, sobre a força história dos pobres, desenvolvido por Gustavo Gutiérrez (1981), onde a verdadeira opção pelos pobres, em nosso caso do jovem empobrecido, se dá no momento de crença na sua força de transformação da realidade, das situações de injustiça. Mas não só isso, essa opção se manifesta na dedicação dos animadores e na convivência com os jovens, ajudando-os a organizarem-se entre si e com o povo em busca da libertação. Pois que os jovens, de acordo com o material como podemos ver nos discursos sobre a juventude, ocupam um lugar importante no processo de mudança, pois são “[...] forças vivas, novas e criativas. Eles podem fortalecer ainda mais a garantia da vitória final dos pobres na História dos homens”.²⁵¹

No tópico seguinte, o debate é direcionado a questão de um clima de escuta que deve ser proporcionado nos encontros de jovens e animadores. Partindo da afirmação de Paulo Freire: “[...] ninguém educa ninguém, nem a si mesmo; os homens se educam em comunhão”, é debatida a postura na qual o animador popular deve se mostrar perante a comunidade. A proposta é que essa relação seja permeada por uma atitude de escuta, assim, “[...] vai-se criando entre todos — agentes de pastoral e jovens — um relacionamento rico de calor humano, suscitador de amizades profundas”.²⁵²

²⁵⁰ Trecho do texto de apresentação de Dom Marcelo Pinto Carvalheira. p. 6. CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

²⁵¹ CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p. 12

²⁵² CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p.14.

A atitude de escuta tem o caráter de compreensão do universo em que aquele jovem está inserido. Dito de outro modo, é uma tentativa de descobrir os valores e contravalores presentes no universo dos jovens do meio popular. É, ainda, uma ferramenta de compreensão de como se dá o enfrentamento da opressão das classes dominantes, buscando nos sujeitos empobrecidos novas táticas e estratégias de ação.

Em todos os pontos trabalhados nesse material, feito para os animadores adultos, são propostas atividades para serem colocadas em prática, tanto no momento de sua formação, enquanto animador do movimento, quanto no encontro com os jovens da comunidade. São questões que buscam aprofundar o tema debatido ou apresentar alguma ideia para ser desenvolvida com os jovens. Por exemplo, a atividade proposta para a produção desse clima de escuta é uma sugestão de pesquisa feita pelos jovens em sua comunidade ou na própria escola.

1. Fazer, com os jovens, uma pesquisa para descobrir tudo aquilo que permite à ideologia dominante infiltrar-se no meio do povo: as novelas, os discos, a propaganda... De que maneira tudo isso se reflete no dia-a-dia da família, do bairro, da escola, do trabalho?
 2. Realizar, com os jovens, uma avaliação do ano, para que eles nos critiquem, apontando sugestões que nos ajudem a melhorar.
 3. Fazer, com o grupo de jovens, uma pesquisa, para saber o que o povo está pensando e dizendo a respeito do grupo.
- Depois, arrumar o resultado da pesquisa e avaliá-lo numa reunião semanal.²⁵³

A partir dessa sugestão de atividade com os jovens, o material chega a trazer um modelo de ficha para a pesquisa²⁵⁴, é debatida a questão de como esse método pode ser instrumento de educação, conscientização e mobilização. Entendemos que a estratégia encontrada na ferramenta da pesquisa feita pelos jovens é o que Paulo Freire (2002, p. 53) chama atenção sobre a questão da práxis. Dito de outro modo, sem o reconhecimento de sua situação de opressão, por uma reflexão verdadeira, nas palavras do autor, não é possível o engajamento na luta, na ação direta pela transformação da realidade opressora.

É necessário que a liderança revolucionária descubra esta obviedade: que seu convencimento da necessidade de lutar, que constitui uma dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doado por ninguém, se é autêntico. Chegou a este saber, que não é algo parado ou possível de ser transformado em conteúdo a ser depositado nos outros, por um ato total, de reflexão e de ação. Foi a sua inserção lúcida na realidade, na situação histórica, que a levou à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la. (FREIRE, 2002, p. 54)

Mais que uma forma de empreender a reflexão e a ação em comunhão entre os animadores adultos e os jovens da PJMP, a busca por uma educação para a libertação foi a

²⁵³ CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p. 15.

²⁵⁴ Modelo de ficha no anexo.

grande questão levantada pelo subsídio produzido pela PJMP, no caso o desenvolvimento de uma educação libertadora, levando em conta todos os aspectos da vida do jovem, pois “[...] Uma caminhada libertadora não visa apenas transformar as estruturas injustas: ela tem o objetivo de transformar também a consciência dos homens.”²⁵⁵ Aqui, neste material analisado, são trabalhados os diferentes espaços e situações vividos pelos jovens, como a sexualidade, as questões socioeconômicas, as relações na escola, com a família, as questões políticas, o lazer e a religião. Esses espaços e relações nas quais os jovens empobrecidos estão imersos, podem acabar levando-os, no caso do não acesso a uma educação libertadora, a introjeção da imagem do opressor.

Pegemos o exemplo dado nas relações familiares. O texto trata das desigualdades na criação entre os jovens, entre meninos e meninas, o autoritarismo e restrições na criação das meninas e todas as liberdades aos meninos, que pode gerar uma educação de cunho “machista”, nos termos usados pelo material, que vai refletir na sua imposição de ser no mundo. Essa introjeção da sombra do opressor, que Paulo Freire vai tratar na sua *pedagogia do oprimido*, deve ser, nas palavras do autor, expulsa. Pois, que ao momento de sua expulsão exige do sujeito que preencha esse “vazio” e, nesse vazio por meio da conscientização da possibilidade do *ser mais* será preenchido por sua autonomia.

É na busca por essa autonomia e sua vocação por *ser mais*, que nos parece tratar com mais intensidade, as relações de exploração, no material da PJMP, é quando o debate parte para a ideia da tomada de consciência de classe²⁵⁶ e do engajamento dos jovens nos diferentes setores do movimento popular e na militância político-partidária, como podemos observar no trecho abaixo:

Despertar nos jovens, com os quais trabalhamos, uma consciência de classe significa ajudá-los a descobrir tudo isso, a partir da prática deles. Não será fácil para eles descobrir que, sendo do meio popular, fazem parte daquela massa de pessoas que estão embaixo. Não será fácil para eles descobrir que a solução não é fugir do conflito, mas enfrentá-lo. Jesus não fugiu do conflito: sua morte foi o resultado do conflito entre ele e os poderosos da época. Ele pregou uma mensagem pela qual muitas vezes os grandes se sentiram ameaçados. Daí a condenação. Não será fácil para eles descobrir que as aspirações, as atitudes e os interesses dos que vivem em cima são diferentes e, muitas vezes, opostos às aspirações, atitudes e interesses dos que vivem embaixo. Não será fácil para eles descobrir que a maneira de agir e de pensar dos que vivem em cima vai infiltrando-se cada vez mais na escola, no trabalho, no sexo, na política, na diversão, na Igreja... Não será fácil para eles, enfim, descobrir que o sistema poderá mudar

²⁵⁵ CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p. 27

²⁵⁶ Paulo Freire, na *Pedagogia do Oprimido* cita Francisco Weffort, que no prefácio do livro *Educação como prática de liberdade*, afirma que “A tomada de consciência abre caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão”.

somente na medida em que as classes populares se unirem e se organizarem. Toda descoberta será fruto de uma longa caminhada.²⁵⁷

A reflexão trazida neste tópico é base para desenvolver as sugestões de trabalho com os jovens e sua organização como sujeitos conscientes da desumanização pela qual são impostos e, para que ao reconhecerem-se como força de transformação dessas desigualdades sociais e, mais especificamente, como os únicos sujeitos capazes de buscar sua humanidade poder engajar-se em várias frentes de luta, seja no trabalho, na escola, na associação de moradores da comunidade a que pertencem e nos partidos políticos.²⁵⁸

Assim, é a partir do “autorreconhecimento” como jovens destruídos, nos termos de Paulo Freire, na tomada de consciência da opressão, que as possibilidades de engajamento nas lutas sociais vão se tornando viáveis. Domingos Corcione afirma que, por exemplo, o interesse em juntar-se a luta sindical é fundamental para os jovens trabalhadores. O autor observa que muitos dos jovens do meio popular tanto estudam quanto trabalham e, na maioria das vezes, são obrigados a abandonar os estudos por conta do choque entre as duas atividades. Encontramos essa realidade apresentada na fala de uma jovem paraense para o programa produzido pelo núcleo de PJMP no estado do Pará²⁵⁹.

Entrevistada: Trabalho durante o dia todo. Ai quando eu chego em casa as seis horas [18 horas] aí tenho que tomar banho ainda. Tudo as carreira pra poder trocar de roupa e ir pra aula. Aí eu acho um pouco de dificuldade.

Repórter: Dificulta, um pouco sim, nas provas?

Entrevistada: Dificulta porque tipo de prova eu só tenho tempo pra estudar das onze a uma [23 horas a 1 hora da manhã].²⁶⁰

²⁵⁷ CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p. 47-48.

²⁵⁸ “Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte. Os oprimidos que se “formam” no amor à morte, que caracteriza o clima da opressão, devem encontrar, na sua luta, o caminho do amor à vida, que não está apenas no comer mais, se bem que implique também nele e dele não possa prescindir. É como homens que os oprimidos têm de lutar e não como “coisas”. É precisamente porque reduzidos a quase “coisas”, na relação de opressão em que estão, que se encontram destruídos. Para reconstruir-se é importante que ultrapassem o estado de quase “coisas”. Não podem comparecer à luta como quase “coisas”, para depois ser homens. É radical esta exigência. A ultrapassagem deste estado, em que se destroem, para o de homens, em que se reconstroem, não é “a posteriori”. A luta por esta reconstrução começa no autorreconhecimento de homens destruídos.” (FREIRE, 2011, p. 55)

²⁵⁹ Programa da TV Juventude, produzido pelo Núcleo de PJMP da cidade de Belém – PA. Vídeo disponível no Youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=yPJysAHBRo&t=2s> Último acesso em: 08/04/2020.

²⁶⁰ Trecho da entrevista feita pelos jovens da PJMP do núcleo da cidade de Belém – PA. Nesse vídeo não conseguimos identificar algumas pessoas, por exemplo, estes sujeitos que reproduzimos a fala na citação. Sabemos que são militantes da PJMP, mas não sabemos mais informações. Identificamos que a produção foi feita no fim da década de 1980, pois há uma entrevista com o Padre Zé Teixeira e, é citado, que este é assessor nacional da PJMP. Dessa forma, analisando a sua biografia podemos ter um parâmetro de quando esse vídeo foi produzido.

Partindo dessas situações concretas de opressão, como podemos observar no trecho acima citado, o material produzido por Domingos Corcione, propõem essas reflexões sobre o cotidiano dos jovens empobrecidos para que na formação dos animadores adultos, estes possam compreender qual a melhor forma de auxiliar os jovens no seu processo de conscientização e engajamento. Da mesma forma que é ressaltada a importância da participação dos jovens em cada meio de convivência, o texto de Corcione dá o devido destaque à militância nos partidos políticos, pois este também é uma ferramenta necessária para a transformação da realidade e, além disso, é na política partidária, de acordo com o documento de *Puebla* (1979), o lugar de atuação dos leigos.

Faz parte integrante de nosso trabalho de animadores adultos, portanto, estimular os jovens para a militância político-partidária. Trata-se de um campo de ação bem complexo: exige um conhecimento profundo de partidos legais e ilegais, como também das diversas ideologias que existem em nosso País. O animador adulto é chamado a colaborar ao máximo na busca desses dados que não são de fácil acesso para os jovens do meio popular.²⁶¹

Porém, da mesma maneira que o autor destaca a importância da militância partidária, presente também no documento final da Conferência do Episcopado Latino-americano (CELAM)²⁶², faz um alerta para as questões ideológicas, afinal, lembremos que estamos falando de uma pastoral ligada à Igreja Católica, que mesmo com todo o seu perfil revolucionário, herdado da sua proximidade à Teologia da Libertação, carrega em seu interior a Doutrina Social da Igreja.

As ideologias são necessárias, mas correm um perigo: o perigo de achar que são as donas absolutas da verdade. Precisamos alertar os jovens para esse perigo. Também a militância político-partidária deverá ser frequentemente avaliada. Essas avaliações mostrarão os caminhos concretos para superar as naturais dificuldades que surgem na relação entre a ação político-partidária e a ação pastoral. Sem essa avaliação, os jovens poderão ser facilmente instrumentalizados por partidos e ideologias sem ter a menor consciência das consequências disso.²⁶³

Lembremos que este material produzido por Corcione em conjunto com membros da PJMP da cidade de Recife – PE é apenas um texto-base, assim como outros materiais de formação que são produto das reflexões de jovens e/ou adultos, leigos e/ou clérigos militantes

²⁶¹ CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p.55

²⁶² Na página 103 das conclusões da III Conferência do CELAM podemos encontrar a seguinte passagem: “A política partidária é o campo próprio dos leigos (GS 43). Corresponde à sua condição leiga constituir e organizar partidos políticos, com ideologia e estratégia adequada. para alcançar seus legítimos fins.” Esse trecho faz eco as conclusões do Concílio do Vaticano II, mas especificamente no documento constituição pastoral *Gadium et spes*, referente ao lugar da Igreja no mundo

²⁶³ CORCIONE, D. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. p. 55-56.

da PJMP. Assim, é tomado como um elemento gerador para estes e outros debates, nesse caso em específico, voltado para a formação dos animadores adultos da pastoral do meio popular.

Após analisarmos este material voltado para os animadores adultos membros da PJMP, podemos inferir algumas reflexões acerca da proposta de uma educação libertadora nos materiais voltados para o trabalho em específico com os jovens, nos espaços de formação, de comunhão entre os jovens da pastoral.

Intitulado *Jovem e Constituição - Nossos Pitacos* foi um subsídio produzido pelo núcleo de PJMP da Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, não datada, mas por conta da temática e dos debates propostos pelo material podemos inferir que foi feita ainda no ano de 1986.²⁶⁴ O texto é rico em informações coletadas em bases de dados e estatísticos como o Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE). A cartilha é cheia de desenhos, feitos pelos próprios membros da pastoral. As imagens, quase sempre acompanhadas por diálogos, formam uma ferramenta de provocação para uma reflexão mais profunda sobre a temática tratada e como ela está inserida no cotidiano desses jovens. Em muitas das cartilhas produzidas pela PJMP, como o material que analisaremos adiante, são trazidas tirinhas com situações cotidianas de opressão (falta de merenda escolar, os baixos salários dos professores, o desemprego ou subempregos, discriminação etc.), estas com simplicidade nos traços, diálogos curtos e diretos, como podemos observar na imagem abaixo, retirada da cartilha *Nossos Pitacos*.

²⁶⁴ Além desses detalhes sobre o ano de produção e publicização dessa cartilha, em seu corpo textual, mais especificamente nas primeiras páginas encontramos uma nota de atenção para que seu uso seja feito mesmo após as eleições gerais de 15 de novembro de 1986.

Figura 14 – “Educação está Fraca”



Fonte: Cartilha *Constituição e Constituinte - Nossos Pitacos*

Entendemos estas imagens como ferramenta de catarse no processo de tomada de uma consciência crítica juntamente com as questões que são colocadas ao final de cada temática, como podemos ver abaixo:

E AGORA... QUE SUGESTÕES APRESENTAMOS PARA NOVAS LEIS SOBRE A EDUCAÇÃO NESTA CONSTITUIÇÃO QUE SERÁ FEITA?
 -O QUE DEVE MUDAR NO ATUAL SISTEMA DE ENSINO?
 -COMO É A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS?
 -DISCUTA ALGUMAS REIVINDICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES: concurso público, melhores Salários, salários equiparados (iguais em todo o país), melhoria das condições de ensino, eleição das diretorias (ou você acha que é o governador que deve nomear?) ANOTE TODOS OS RESULTADOS DAS DISCUSSÕES.²⁶⁵

É importante destacar que tivemos acesso a muitas cartilhas produzidas pela PJMP no país, cerca de 40, a grande maioria dessas produções circularam pelo Brasil inteiro, os jovens faziam trocas de materiais durante os eventos regionais e nacionais e, além disso, tinham os exemplares enviados através das malas-diretas. Porém, outras cartilhas só chegaram até nós pelo formato digital, como a *Nossos Pitacos*²⁶⁶. Dessa forma, não podemos ter certeza das dimensões em que o material foi impresso, mas se levarmos em conta as outras cartilhas e

²⁶⁵ Jovem e Constituinte – Nossos Pitacos. Subsídio produzido pela PJMP e Arquidiocese de Natal – RN, 1986. p. 12.

²⁶⁶ Essa versão digitalizada traz as seguintes dimensões (A5 - 210 x 148mm Série A).

livretos de eventos já produzidas pela PJMP, que tivemos acesso ao original, supomos que esta seria semelhante as demais, tendo o formato de livreto (15 x 21 cm) e nas cores preto e branco na sua materialidade, já que a maioria das imagens foram desenhadas direto no original sendo as demais fotocopiadas.

Nas mais de 30 páginas, são detalhadas as temáticas a serem abordadas nas reuniões que versam sobre o processo constituinte do país, refletindo sobre os problemas nos setores da educação, saúde, na distribuição das terras, nos direitos humanos e, mais precisamente, dos trabalhadores. Por ser um texto-base com o objetivo de fermentar os debates e encaminhar atividades de reflexão com os jovens, a cartilha também traz um pequeno glossário, como podemos ver abaixo, para apresentar alguns termos do universo político que serão usados durante as reuniões que, de alguma forma, poderiam ser desconhecidos pelos jovens.

LATIFUNDIÁRIO: É o rico proprietário de terra.

LIBERTAÇÃO: Movimento contrário a toda forma de opressão individual ou de grupo. Às vezes a libertação acontece pela revolução. Em todo caso se dá pela conscientização das várias opressões e pela organização.

LIBERDADE: É a gente poder fazer alguma coisa sem prejudicar os outros. Inclui também os meios de poder fazer o que a gente gostaria. Ex.: Não tenho liberdade de viajar se me falta o dinheiro da passagem.

LUCRO: É o ganho de qualquer negócio depois de descontadas as despesas. No capitalismo, o lucro é obtido pela exploração do trabalhador e fica nas mãos dos patrões. O socialismo acha que o lucro deve ser repartido com os trabalhadores.

LUTA DE CLASSES: É o esforço de cada classe (numa sociedade de classes contrárias) de manter o seu domínio ou conseguir permanecer no poder econômico e político.

MEIOS DE PRODUÇÃO: É o conjunto de materiais necessários para se produzir alguma coisa (exs. Matéria prima, máquinas, terras, etc.). Eles podem ser privados, quando pertencem só a um ou a alguns ou coletivos, quando pertencem a todos que estão ligados com a produção.²⁶⁷

Alguns desses termos vêm acompanhado de uma imagem que podia ilustrar seu significado ou uma situação cotidiana. Um exemplo desse uso da imagem como ferramenta da pedagogia libertadora usada pela PJMP é o termo *Pelego*²⁶⁸. Na imagem abaixo, podemos observar no movimento e imposição dos corpos que os operários discutem com o líder sindical sobre este não os representar diante dos patrões. O líder sindical diante da discussão se encontra

²⁶⁷ Jovem e Constituinte – Nossos Pitacos. Subsídio produzido pela PJMP e Arquidiocese de Natal – RN, 1986. p. 28-29

²⁶⁸ No Brasil, a palavra Pelego é um termo usado para se referir a pele do cordeiro que fica com a lã, quando esta é retirada do animal. Como gíria, pelego significa o mesmo que capacho, ou seja, uma pessoa que é dominada por outra, sendo persuadida a fazer determinada coisa sem a sua vontade. Durante a Ditadura civil-militar, o conceito de pelego ganhou uma nova interpretação, que é a que a imagem representa. Pelego eram aqueles membros e líderes dos sindicatos que atuavam em prol do governo e não dos direitos dos trabalhistas. Assim, pelego passou a ser visto como um traidor, um covarde e oportunista. Cf. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/pelego> Último acesso em 19/04/2020.

passivo. As roupas são diferentes, o pelego encontra-se trajado conforme os patrões, os empregados fardados. Os patrões, caricaturados como homens gordos, carecas e velhos com seus ternos e com o saco de dinheiro nas mãos, posicionados acima observando o resultado da corrupção do presidente do sindicato.

Figura 15 – Tirinha que explica ao leitor o significado de “Pelego”.

-30-

PELEGO:



Fonte: Cartilha *Constituição e Constituinte - Nossos Pitacos*

Destarte, as imagens analisadas nesta cartilha, como já afirmamos, são utilizadas para dar uma amplitude aos problemas enfrentados pelos sujeitos a que elas representam, ou seja, as imagens são representações das situações de opressão das classes populares. Como podemos observar, são imagens que passam a mensagem de forma simples e direta. Como sabemos o uso das imagens como representação, “como exibição de uma presença, como representação pública de algo ou de alguém”, de acordo com Chartier (1989, p.20), num primeiro momento, “[...] é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”. Assim, para o objetivo que é proposto a utilização dessas imagens pelo material de formação, as imagens vão funcionar como elemento catártico para a animação do debate como para identificar, com mais propriedade, o significado dos conceitos que possam surgir durante as reuniões e, que o próprio material traz em seu glossário.

Como todo material de formação, a cartilha traz um breve texto de apresentação que detalha os objetivos pelos quais esse material foi produzido. Nesse *Início de conversa*, podemos identificar alguns incômodos que permeiam a construção do processo constituinte, pois este não estaria sendo conduzido de maneira democrática, afinal, “[...] Somos um país de desigualdades”. Logo em seguida, é dito que para que o processo constituinte fosse realmente democrático seria necessária a participação do povo.

Achamos que o processo constituinte seria democrático se abrisse a participação a todas as camadas sociais em igualdade de condições. O partido não é o único canal de representação da população. Há outros canais como o sindicato, as associações de moradores que por serem supra partidários têm condições de fazer leis mais apropriadas para todos. (sic)

Para os militantes, nada mais justo que todas as camadas sociais pudessem dar seus “pitacos” na construção da legislação primeira do país. E para que essa participação fosse efetivada seria necessário, em conjunto, compreender a importância desse momento para a reorganização do Estado democrático brasileiro e, conseqüentemente, a inserção das classes populares nesse processo, em nosso caso específico, dos jovens cristãos do meio popular.

Diante deste momento Histórico que vivemos, este livro quer ser um instrumento de estudo e debate num auxílio nas reflexões um estímulo a organização dos jovens do Meio Popular que procuram descobrir sua identidade e conquistar a terra prometida.²⁶⁹

Como afirma Paulo Freire (2002, p. 86), a tomada de consciência do povo oprimido deve partir da situação presente, na concretude existencial, só assim, a reflexão exigirá uma resposta, “[...] não só a nível intelectual, mas a nível da ação”. Por isso, o próprio material alerta que o tema da reunião pode ser escolhido de acordo com o interesse do grupo. Não sendo preciso seguir a seqüência das reuniões propostas pelo subsídio.

O que a nossa classe trabalhadora deve fazer? É organizar. se eleger o maior número de deputados e senadores **que** defendam nossos interesses. Afinal os trabalhadores somos a classe mais numerosa do país. Nós da Juventude do meio popular, trabalhadores e desempregados também precisamos entender as ramanhas (sic) da classe dominante e assumir com nossos pais a luta por uma constituinte popular.²⁷⁰

A princípio, a cartilha parte do básico para fazer pensar a construção do conceito de constituição. Tendo como questionamento-eixo “Constituinte e Constituição, o que é?” É apresentado aos jovens, uma situação hipotética, no caso uma construção e, a partir dela são

²⁶⁹ Jovem e Constituinte – Nossos Pitacos. Subsídio produzido pela PJMP e Arquidiocese de Natal – RN, 1986. p. 5

²⁷⁰ Jovem e Constituinte – Nossos Pitacos. Subsídio produzido pela PJMP e Arquidiocese de Natal – RN, 1986. p. 6

destacadas algumas palavras que, conforme sua semântica, vão ajudar a desenvolver o entendimento da questão. Entendemos que as palavras em destaques constituem uma rede de significados que auxiliaram os jovens na compreensão da temática a ser debatida no material. Observemos abaixo, como essas palavras em rede traçam o caminho para o significado do conceito a ser discutido.

Quando a gente vê uma construção, logo percebe pela estrutura de cimento como será o prédio. A estrutura constitui o prédio, um clube, um sindicato, uma associação ... toda organização enfim, tem um estatuto, ou seja, normas para determinar a finalidade, tarefas, direitos e deveres de cada sócio, etc... O estatuto constitui a associação. um país é também uma grande construção, uma grande associação, que tem uma estrutura, A estrutura, o estatuto constituem o país. É a constituição do país (que leva também de CARTA MAGNA).²⁷¹

Como falamos anteriormente, essa cartilha teve como objetivo principal orientar o debate acerca da temática do processo constituinte, situação concreta vivida pelo país durante a segunda metade da década de 1980. Dessa forma, após fazer a abertura para o debate da constituinte, falando sobre como estava sendo levando o processo, o porquê da preocupação com uma constituição, o que deve conter numa constituição, se o país já teve outras constituições etc., o material vai partir para o aprofundamento do diálogo sobre os problemas sociais enfrentados pelas classes populares, como a precariedade do sistema educacional no Brasil, do sistema de saúde, as liberdades (nos meios de comunicação, social, de informação, de defender a cultura, etc.), o acesso à terra, o direito dos trabalhadores.

Como já havíamos citado, as imagens utilizadas pelo material, devem ser colocadas em destaque, pois que ao trazer em forma de quadrinho as situações que recorrentemente são vivenciadas pelos jovens das classes populares, este formado de discurso tanto pode ser usado como meio de exemplificar um problema já apresentado no texto escrito ou como ferramenta de catarse no processo de tomada de consciência, como podemos observar, na imagem abaixo, que vai citar alguns problemas enfrentados pelos profissionais da Educação como os baixos salários, as estruturas de ensino precárias, o déficit nos orçamentos que podem levar a falta de merenda escolar, de material básico para o ensino e funcionamento da própria escola.

²⁷¹ Jovem e Constituinte – Nossos Pitacos. Subsídio produzido pela PJMP e Arquidiocese de Natal – RN, 1986. p. 7

Figura 16 – Situação da Educação



Fonte: Cartilha *Constituição e Constituinte - Nossos Pitacos*

Além das imagens com situações do cotidiano dos jovens, que como afirmamos acima, entendemos como instrumentos catárticos, os assuntos abordados pela cartilha buscam outras formas de dar visibilidade e legitimar os problemas levantados pelo tema abordado com o uso de dados estatísticos produzidos pelo IBGE, como também de pesquisas realizadas pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tomando como referência as necessidades percebidas pelos jovens em seu meio. Dessa forma, podemos inferir que a produção desses materiais ao trazerem esses dados, além da credibilidade do conteúdo exposto, consegue dar acesso à informações que não estariam de forma tão acessível para essa camada da população.

A todo momento, o jovem é chamado a participar sugerindo soluções para os problemas percebidos e apresentados no seio do debate. Como podemos observar, no tocante ao sistema educacional.

E AGORA... QUE SUGESTÕES APRESENTAMOS PARA NOVAS LEIS SOBRE A EDUCAÇÃO NESTA CONSTITUIÇÃO QUE SERÁ FEITA? - O QUE DEVE MUDAR NO ATUAL SISTEMA DE ENSINO? - COMO É A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS? - DISCUTA ALGUMAS REIVINDICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES: concurso público, melhores Salários, salários equiparados (iguais em todo o país), melhoria das condições de ensino, eleição das diretorias (ou você acha que é o governador que deve nomear?).²⁷²

Como todos os textos base para as reuniões de formação da PJMP, a ideia é que seja feita uma reflexão sobre as situações de opressão sofridas não só pelos jovens do meio popular, mais no geral, pelas classes populares. Essa reflexão deve partir de sua experiência cotidiana e, em conjunto com a leitura das passagens bíblicas, sejam construídas interpretações que ajudem no processo de tomada de consciência desses sujeitos e que levem ao engajamento da luta pela libertação. Caminho semelhante, com suas particularidades, proposto pelo Educador Paulo Freire na sua *Pedagogia do Oprimido*. A busca pela libertação, por *ser mais*, pela consciência libertadora deve movimentar os jovens do meio popular para o agir, para a transformação da realidade, para que não seja mais uma pedagogia do oprimido, mas uma “[...] pedagogia dos homens em processo permanente de libertação”, como afirma Paulo Freire (2002, p. 41)

Como pudemos observar, até aqui, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, através de sua compreensão do que seria uma educação libertadora, pautada no projeto libertador de Jesus Cristo e, tendo como importante figura norteadora o educador Paulo Freire, pôde desenvolver sua própria maneira de estimular nos jovens empobrecidos a sua tomada de consciência e seu engajamento para a transformação da realidade. Assim como Paulo Freire (2013, p.50) acreditava que “A libertação é possibilidade; não sina, nem destino, nem fado” e, uma constante na busca de humanizar-se, por *ser mais* na transformação do mundo.

Se uma fé bem-comportada e vigorosa pode nascer autenticamente entre os ofendidos, é menos fácil florescer entre os arrogantes. Para que os arrogantes possam ser tocados pela fé precisam, primeiro, esvaziar-se do poder que os faz arrogantes e todo-poderosos. Da mesma forma, para que humilhados e ofendidos vivifiquem verdadeira fé, necessitam de, sem perder a humildade, assumir-se sem humilhação, mesmo fracos e sem poder. É por isso, que a *salvação* implica a *libertação* ou o engajamento na luta por ela. (FREIRE, 2013, p. 151)

Quando fazemos uma comparação entre a proposta de uma educação libertadora, que tem como principal eixo a reflexão a partir das situações de concretude, em nosso caso específico, a partir das experiências vividas pelos jovens, logo associamos ao método do VER-

²⁷² Jovem e Constituinte – Nossos Pitacos. Subsídio produzido pela PJMP e Arquidiocese de Natal – RN, 1986. p. 12

JULGAR-AGIR que serviu como base para os movimentos leigos católicos desde a fundação da Ação Católica, ainda na década de 1920. Podemos definir esse método, de forma resumida, através da observação do contexto a ser trabalhado, depois o julgamento do que os ensinamentos bíblicos poderiam nortear uma ação para superar aquela situação.

5 “EVANGELIZAR, ANUNCIAR O NOVO, PARA LIBERTAR O POVO”: FÉ E POLÍTICA

5.1 “Faz-se uma leitura da Bíblia a partir dos pobres de ontem, de hoje e de sua realidade”: uma leitura orante e popular da bíblia, unindo fé e vida

“[...] Isso porque nossa leitura bíblica quer ser uma leitura popular da Bíblia. Ou seja, uma leitura bíblica que ajude o movimento popular nas suas lutas, tanto nas suas vitórias e conquistas, quanto nas suas derrotas.”²⁷³

Ao incentivar uma leitura popular da Bíblia, ou seja, “a partir dos pobres de ontem, de hoje e de sua realidade”²⁷⁴ a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) vem unir-se aos demais movimentos leigos católicos, ligados a Teologia da Libertação, que propõem uma leitura “orante e popular” dos textos bíblicos. A PJMP propõe aos jovens uma reflexão da “[...] palavra de Deus a partir da situação sofrida do povo, ligando fé e vida”.

Nesse tópico, propomos uma reflexão sobre o uso dessa forma de interpretar a Bíblia, vinda das Comunidades Eclesiais de Base²⁷⁵ e incorporada pelos jovens da PJMP. Entendemos que ao oferecer outras maneiras de dar sentido ao texto bíblico, valorizando a

²⁷³ Trecho da fala de Francisco Orofino, retirado de uma entrevista dada à Revista Humanitas Unisinos em outubro de 2012. Francisco Orofino é biblista e educador popular. Atualmente assessora grupos populares e comunidades de base nos municípios da Baixada Fluminense. O autor publicou vários livros e leciona em Institutos de Teologia voltados para a formação de leigos. Fez doutorado em Teologia Bíblica na PUC-Rio (2000). É professor de Teologia Bíblica no Instituto Paulo VI, na diocese de Nova Iguaçu, RJ.

²⁷⁴ Trecho retirado do Livro *Do meio popular um canto jovem*. Este material foi atualizado e publicado pela Comissão Nacional da PJMP e Comissão Nacional de Assessores da PJMP, em 2006. Essa atualização foi uma demanda dos jovens que reunidos na IX Assembleia Nacional da PJMP, realizada em Porto Alegre, de 16 a 22 de janeiro de 1994. Este subsídio encontra-se disponível para *download* na página da Pastoral. Disponível em: http://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/CantoJovem.pdf Acesso: 01/05/2019.

²⁷⁵ De acordo com Frei Betto, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) “[...] são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB’s podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome e comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. De base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares)” (BETTO, 1985:16-17).

experiência dos/das jovens em seu dia a dia, são criadas formas de resistência à situação de opressão cotidiana, pois trata-se da “Bíblia nas mãos do povo”²⁷⁶.

Conforme Christopher Hill, na obra *A Bíblia inglesa e as Revoluções do século XVII*, “A Bíblia teve um papel central em toda a vida da sociedade: nós nos arriscamos ao ignorá-la”. (HILL, 2003, p. 24) Ao analisar as apropriações do texto sagrado para a Revolução Inglesa (1640 - 1688), Hill mostra que a leitura e o uso da Bíblia foram centrais para determinar os rumos e a formação dos grupos que estavam em disputa. Dessa forma, supomos que essa proposta de leitura popular que parte do cotidiano, da vivência do povo pobre tem o poder de ser ferramenta para a reflexão de sua condição, em nosso caso específico, enquanto jovem empobrecido, no mundo e, dessa maneira, ser base para uma ação de mudança. Sendo feita, assim, uma leitura revolucionária da Bíblia²⁷⁷.

A Bíblia deu confiança e segurança aos homens e mulheres que desesperadamente necessitavam dela. Sua época encontrava-se inteiramente de ponta-cabeça; coisas nunca vistas estavam acontecendo em seu mundo e em sua vida, aparentemente fora do controle humano.” (HILL, 2003, p. 62)

Ao nos apropriarmos das reflexões feitas por Christopher Hill (2003) temos que a chamada leitura revolucionária da Bíblia nos aproxima das reflexões que propomos neste tópico. Pois que a leitura popular identificada por Carlos Mesters nos Círculos Bíblicos, na medida do possível, parece nos aproximar do que significou para a Inglaterra do século XVII, a popularização à interpretação do texto sagrado, a utilização das Escrituras para dar sentido aos acontecimentos e ao ser/estar no mundo. Mesmo diante de períodos e inimigos diferentes, no primeiro caso a opressão do poder monárquico absolutista e no segundo o capitalismo sistema econômico de viés exploratório, a leitura de Hill pode nos ajudar a entender a importância dos usos da Bíblia, pensando esse lugar de poder do livro e, principalmente, de quem possui o poder de interpretação. No caso da sociedade inglesa “A tradução da Bíblia para

²⁷⁶ Essa ideia da Bíblia nas mãos do povo, proferida por Francisco Orofino em entrevista à Revista Humanitas Unisinos (2012), por parte da Igreja Católica, parte dos debates feitos no Concílio do Vaticano II, finalizado em 1965. Anteriormente, não era visto com bons olhos que os textos sagrados fossem interpretados por qualquer sujeito que não fosse clérigo, em alguns períodos chegou-se até a proibir essa possibilidade. De acordo com Silva (2006, p. 37) “Não se tratou de uma proibição absoluta do contato individual com a Escritura, mas restringiu-se o uso da Bíblia só para quem sabia latim. Embora não faltasse por completo o contato do povo com a Escritura, só em 1757 foi novamente autorizada a edição da Bíblia em vernáculo, desde que aprovada pelas autoridades competentes e provida de notas”. Para mais informações sobre o documento que traz a ideia da disponibilidade da leitura da Bíblia pelo povo Cf. Constituição Dogmática *Dei Verbum*, publicada em 18 de novembro de 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html

²⁷⁷ HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 641 p.

o inglês tornou-a acessível a grupos novos e mais amplos, incluindo artesãos e mulheres, que liam sobre seus próprios problemas e possíveis soluções no texto sagrado”. (HILL, 2003, p. 25) Já, nossos sujeitos, tomam para si a possibilidade de uma interpretação partindo de suas vivências, da experiência do meio popular para que a Bíblia possa ser a luz que ilumine sua caminhada na construção do novo Reino de Jesus Cristo. Assim, como afirma Silva (2013, p. 85), “No final dos anos 1960 a Bíblia volta a ser revolucionária na América Latina [...]”.

A Bíblia é tomada como instrumento de libertação e não como meio, a ação deve partir do sujeito. Como afirma P. Bourdieu a Bíblia é um dos exemplos de livros que por excelência são cartadas de luta, pois ainda conforme o autor “O poder sobre o livro é o poder sobre o poder que exerce o livro”. (CHARTIER, 2011, p. 242-243). A Bíblia que por séculos foi usado como instrumento de poder opressor pela Igreja, através do monopólio da leitura, seja por conta da própria linguagem inacessível dos textos ou pela proibição a livre interpretação, pode ter outras apropriações com a advento das traduções e, no caso específico das pastorais sociais, o método da leitura popular da Bíblia, que propõe que os textos sagrados sejam instrumentos para a libertação dos oprimidos, a partir da própria interpretação dos sujeitos com base na sua vivência.

Se o modelo da luta entre o padre *lector* e o profeta *auctor*, que evoquei no começo, se transpõe tão facilmente, é porque, entre outras razões, uma das apostas da luta é a de se apropriar do monopólio da leitura legítima: sou eu que lhes digo o que está dito no livro ou nos livros que merecem ser lidos em oposição aos livros que não o merecem. [...] Em seguida, tendo definido o que merece ser lido, trata-se de impor a boa leitura, isto é, o bom modo de apropriação, e o proprietário do livro é aquele que detém e impõe o modo de apropriação. Desde que o livro, como disse antes, é um poder, o poder sobre o livro é evidentemente um poder. (CHARTIER, 2011, p. 242-243)

Encontramos a metáfora da Bíblia como fonte de iluminação em muitos textos referentes a sua leitura popular, como podemos observar na imagem abaixo, capa da adaptação do Evangelho segundo Marcos, produzida pela PJMP, traz uma ilustração que mostra uma Bíblia aberta, acima de uma paisagem rural, fazendo analogia a luz do Sol que auxilia na iluminação da vida dos cristãos, entendemos que essa imagem faz o papel de uma prescrição de leitura, onde anunciaria e conduziria os caminhos da leitura.

Figura 17 – Evangelho Segundo São Marcos (PJMP) – Capa



Fonte: Capa *O Evangelho Segundo Marcos*

Para essa análise utilizaremos como fontes alguns subsídios e cartilhas de formação produzidos pela Pastoral da Juventude do Meio Popular, como por exemplo, *O Evangelho segundo Marcos*, texto que propõe uma imersão no processo de escrita do Evangelho de Marcos, refletindo sobre a vida das comunidades primitivas cristãs, pois que estes, conforme explica a equipe de assessoria da PJMP NE-II, responsável pela apresentação do texto, também encontraram “uma grande barreira para viver a utopia de um mundo de irmãos” fazendo uma associação da opressão aos primeiros cristãos com a opressão do sistema capitalista que empobrece os sujeitos.

Os subsídios, assim como as cartilhas, são ferramentas ou instrumentos que procuram dar elementos que possibilitem a reflexão dos jovens sobre as temáticas a serem trabalhadas, são fermento para a discussão. Dessa forma, a ideia é que possamos identificar nestes materiais o uso do método da leitura popular da Bíblia e como a partir dele os jovens empobrecidos do campo e da cidade podem desenvolver suas reflexões e ações partindo de seu meio específico. Entendemos que ao proporem esta forma de leitura, que não se resume apenas

na relação com o texto bíblico, mas com a proposta de ação da Pastoral, os Assessores/Animadores responsáveis pela confecção desses subsídios, além de

“[...] acompanhar e ajudar os jovens através de questionamentos, ideias e testemunho de vida, valendo-se de maior preparo em termos de espiritualidade, teologia e metodologia, e de maior disponibilidade de tempo para estudar e refletir sobre a prática da Pastoral de Juventude. Não é papel do assessor coordenar a Pastoral de Juventude em seus diversos níveis; isto compete aos próprios jovens.”²⁷⁸

Estes também buscam oferecer um caminho através de uma pedagogia evangélica que seja progressista e libertadora. Há uma ênfase no estudo, por mais que a leitura da Bíblia tenha, segundo o método, de partir da experiência dos sujeitos, existe uma pedagogia a ser seguida. Conforme José Lino Hack (1982, p. 31) ao optar por uma pedagogia evangélica progressista e libertadora as Pastorais de Juventude entendem por Evangélica: “que anuncie o evangelho pedindo a conversão, inicie na fé e leve a um compromisso”; Libertadora: “que parta das situações da vida e de uma ação no meio ambiente com vistas a transformá-lo”; Progressista: “propondo aos jovens instrumentos de formação e de ação conforme as etapas em que se encontram”. (PASTORAL DA JUVENTUDE E MEIO SOCIAL, 1982)

De início, ao refletimos acerca da materialidade da produção bibliográfica das Pastorais Sociais, mais especificamente em nosso caso a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), identificamos, em sua grande maioria, a confecção de subsídios e cartilhas, em formato de livretos ou panfletos que traziam imagens e situações de opressão apresentadas em tirinhas. Eram materiais de formação para serem usados nas reuniões semanais ou nos encontros de zonais e/ou nacionais. Partindo dessa informação, supomos que a escolha pela produção desse tipo de material se deveu pelo fato de seu caráter pedagógico, já que de acordo com alguns dos estudos referentes ao uso de cartilhas no processo de alfabetização no Brasil²⁷⁹, a utilização de

²⁷⁸ Diretrizes e orientações para a PJ, CNBB regional Sul I, p. 21 e 22.

²⁷⁹ Cf. BELMIRO, Célia Abicalil. Um estudo sobre relações entre imagens e textos verbais em cartilhas de alfabetização e livros de literatura infantil. 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; LANA, Priscila Maria. Imagens em livros escolares denominados cartilhas. In: Congresso Brasileiro De História Da Educação – CBHE, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/329.pdf>> Acesso em: 28.09.2019; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. In: **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v.6, n.11, p. 147-168, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30604/pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019; MORTATTI, Maria Rosário Longo. Método analítico, cartilhas e escritores didáticos: ensino da leitura em São Paulo (1890-1920). In: **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n.5, p. 123-140, abril, 1999. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/gphellb/publicacoes/artigos-em-periodicos/>. Acesso em: 28 set. 2019.

cartas, cartinhas ou cartilhas data do final do século XVI, sendo as primeiras vindas de Portugal. (MACIEL, 2002, p. 149)

Ao relacionarmos as cartilhas de formação e evangelização²⁸⁰ produzidas pela PJMP para os jovens do meio popular com as cartilhas de alfabetização utilizadas no Brasil para o ensino de leitura e escrita, mesmo as produzidas no século XX, temos que observar os limites de cada proposta. Entendemos que a aproximação das duas se faz ao nível da formação, porém as produzidas pelas pastorais sociais, as CEBs e outros movimentos populares têm objetivos formadores muito além da escolarização, que tomamos nesta pesquisa como formação política para um devir revolucionário. O conceito de *Devir* desenvolvido por Gilles Deleuze (1997, p.122) é expresso como “[...] o processo do desejo”. Assim,

“[...] a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos de se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em via de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. (DELEUZE, 1997, p.122)

Dessa forma, envoltos nesse processo do desejo de mudança da sociedade entendemos o processo de formação da PJMP como um *Devir-revolucionário*, pois que sendo a constituição de múltiplas possibilidades de “[...] forjar novos modos de luta, intervenções e mobilizações através do discurso criativo e outros modos de fazer política, tendo em vista ações libertárias no (do) presente”. (SANTIAGO, 2019, p. 26)

Assim, tomamos como primeiro movimento para o entendimento desta formação política dos/das jovens da PJMP a utilização de uma leitura popular e orante da Bíblia. Essa proposta de interpretação dos textos bíblicos teve sua origem nas CEBs, como já citamos, pelo Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)²⁸¹, nas figuras de Frei Carlos Mesters²⁸² e Francisco Orofino. Refletir sobre o ato de ler, nesse caso a Escritura Sagrada, nos parece de extrema

²⁸⁰ “Evangelizar os jovens da classe popular no meio em que eles vivem e atuam, anunciando a pessoa e o projeto de Jesus Cristo Libertador com vista a uma prática libertadora na Igreja, na sociedade, na família e em todos os momentos de sua vida.” Trecho retirado do subsídio “PJMP Semente do novo na luta do povo”, produzido pela PJMP Regional II, Recife – PE. Composto e impresso na Escola Dom Bosco de Artes e ofícios, Recife – PE. S/d.

²⁸¹ Fundado em 20 de julho de 1979, com o intuito de fomentar o novo método de leitura da Bíblia, partindo da realidade do povo pobre e oprimido, o “O CEBI constitui uma associação ecumênica sem fins lucrativos, formada por mulheres e homens de diversas denominações cristãs, reunidos pelo propósito de captar e fortalecer esse jeito de ler a Bíblia”. Trecho retirado do site do CEBI. Disponível em: <https://cebi.org.br/historia/> Acesso: 28.05.2019

²⁸² **Carlos Mesters** é frade Carmelita, doutor em Teologia Bíblica. Nascido em 20 de outubro de 1931, em Bunde (Limburgo), Países Baixos. É ligado à caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, ajudou a criar o CEBI (Centro de Estudos Bíblicos). É autor de vários livros, entre eles, **Esperança de um povo que luta** (São Paulo: Paulus, 1983), **Círculos bíblicos** (São Paulo: Paulus, 2001), **Paulo apóstolo: um trabalhador que anuncia o evangelho** (São Paulo: Paulus, 2002), **Bíblia: livro feito em mutirão** (São Paulo: Paulus, 2002), e **Por trás das palavras** (Petrópolis: Vozes, 2003). No ano de 2008, assessorou um dos bispos brasileiros na XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que ocorreu de 5 a 26 de outubro de 2008, no Vaticano.

importância na caminhada formativa dos jovens do meio popular já que é a partir de suas inflexões sobre o texto bíblico e as situações cotidianas que estes vão construir sua ação na comunidade.

Em entrevista para a Revista Humanitas Unisinos, Frei Carlos Mesters e Francisco Orofino vão apresentar como identificaram a existência de uma forma diferenciada de leitura da Bíblia vinda das CEBs. De acordo com os dois ao programarem um curso, de um mês, com o enfoque de 28 temas da Bíblia, ao chegarem na comunidade encontraram um diálogo completamente diferente do que seria proposto. Segundo Carlos Mesters e Francisco Orofino,

“Havia um grupo de padres, leigos, homens, mulheres, católicos, metodistas e luteranos que se reuniam umas duas vezes ao ano e falavam que a leitura que o povo estava fazendo era importante. Contudo, percebiam que era preciso se articular mais para ajudar o povo. Era, então, o ano de 1979. Decidiu-se fazer três tipos de encontros de formação: em nível nacional, com duração de um mês, em nível regional, de dez dias, e outros em nível local, nos finais de semana”.²⁸³

Conforme relatam com a chegada dos participantes, a ideia inicial caiu por terra, “Quando os 20 participantes chegaram e apresentamos o programa, disseram que não queriam aquilo. Pediram para refletir suas problemáticas à luz da Bíblia”.²⁸⁴

Em outras falas de Carlos Mesters podemos ter uma ideia de quem seriam esses sujeitos, associamos a partir de suas experiências missionárias que estes sujeitos sejam moradores das Comunidades Eclesiais de Base, já que o autor afirma que foi dentro das CEBs na América Latina que ele pode identificar essa forma de ler a Bíblia, “[...] a partir do único critério de que dispunham, a saber, a sua vida de fé, vivida em comunidade, e a sua vida sofrida de povo oprimido”.²⁸⁵ Mesmo sem afirmar categoricamente quem eram esses personagens podemos supor que eram homens e mulheres pobres, residentes das comunidades de base.

Este povo, na sua grande maioria, é pobre, ou melhor, é empobrecido pelo sistema opressor capitalista: agricultores, operários, gente das periferias das grandes cidades, peões, ‘bóias-frias’, biscateiros, retirantes, empregadas domésticas, lavadeiras, posseiros, etc. (1986, p. 31.)

²⁸³Entrevista de Carlos Mesters e Francisco Orofino para a Revista Humanitas Unisinos. Edição 412, de 18 de dezembro de 2012. Cf.

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4840&secao=412

²⁸⁴ “A Bíblia é o grande instrumento de libertação dos leigos”. Entrevista com Francisco Orofino”. Revista Humanitas do Instituto Unisinos, notícia publicada dia 1º de setembro de 2016. Cf. http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559582-a-biblia-e-o-grande-instrumento-de-libertacao-dos-leigos-entrevista-com-francisco-orofino&sa=U&ved=2ahUKEwi7yfyMutTkAhVEJrkGHVe_BpgQFjACegQICRAC&usq=AOvVaw3yfPpBQW_oikVnkNXDBXu42

²⁸⁵ “Sobre a Leitura Popular da Bíblia parte I”. Disponível no site do Centro de Estudos Bíblicos. Link: <https://cebi.org.br/reflexoes/sobre-leitura-popular-da-biblia-parte-i/> Acesso em 28 set. 2019

Esse percalço inicial não pôs fim ao curso em si, apenas houve uma modificação no plano primeiro das temáticas e abordagens. Nos contam, Mesters e Orofino, que a partir da recusa ao programa o grupo maior dividiu-se em quatro grupos menores de cinco pessoas, escolheram seus representantes e começaram a “[...] a programar quais as dificuldades que havia em sua leitura e como isso seria respondido”.

Todas as noites havia uma reunião sobre as atividades daquele dia e um planejamento para o próximo dia. O método de partir das dificuldades concretas da vida das pessoas e então ir para a Bíblia trouxe luz aos encontros. Esse foi o método que Jesus usou. Quando Jesus encontrou aquele pessoal na estrada de Emaús, ele não deu aulas de Bíblia. Ele perguntou qual era o problema, por que estavam tristes. A dimensão comunitária é que abriu os olhos das pessoas. Assim, voltam para Jerusalém, superam o medo e a divisão. O diferencial na metodologia do CEBI é que a Bíblia não é a coisa mais importante. O mais importante é a vida, e o que você faz dela.²⁸⁶

A partir dessa experiência, de uma leitura em que a Bíblia não é o centro da reflexão e sim a vida das pessoas, os autores afirmam que houve uma compreensão de que não se tratava de uma leitura individual, mas comunitária. E que

A Bíblia entra por uma outra porta na vida do povo: não pela porta da imposição autoritária, mas sim pela porta da experiência pessoal e comunitária. Ela se faz presente não como um livro que impõe uma doutrina de cima para baixo, mas como uma Boa Nova que revela a presença libertadora de Deus na vida e na luta do povo.²⁸⁷

É partindo dessa experiência coletiva que se estabelece uma rede de evangelização, onde o “[...] importante [é] que as pessoas se sintam em relação, em rede, e não isoladas”.

Perscrutando as obras que tratam sobre como surgiu e se fez uma leitura popular da Bíblia nas CEBs, trataremos uma análise mais específica do método partindo da obra *Flor sem defesa – uma explicação da Bíblia a partir do povo*²⁸⁸, de Frei Carlos Mesters, publicado pela primeira vez em 1983, pela Editora Vozes. Ao buscarmos particularidades editoriais do livro podemos encontrar informações sobre uma publicação em inglês, sob o título *Defenseless*

²⁸⁶ “A Bíblia é o grande instrumento de libertação dos leigos”. Entrevista com Francisco Orofino”. Revista Humanitas do Instituto Unisinos, notícia publicada dia 1º de setembro de 2016. Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559582-a-biblia-e-o-grande-instrumento-de-libertacao-dos-leigos-entrevista-com-francisco-orofino&sa=U&ved=2ahUKEwi7yfyMutTkAhVEJrkGHVe BpgQFjACegQICRAC&usg=AOvVaw3yfPpBQW oikVnkNXDBXu42>

²⁸⁷ “Sobre a Leitura Popular da Bíblia parte I”. Disponível no site do Centro de Estudos Bíblicos. Link: <https://cebi.org.br/reflexoes/sobre-leitura-popular-da-biblia-parte-i/> Acesso em 28 set. 2019

²⁸⁸ Entramos em contato com a Editora Vozes e, conforme a editora, o livro de Mesters teve na sua primeira edição, em 1983, 5 mil exemplares produzidos. Ao todo foram cinco edições (1983, 1984, 1986, 1991 e 1999) que somadas somam 13 mil exemplares. Ainda sobre a obra, a responsável pela pasta editorial da revista, eles estão produzindo uma edição comemorativa para o ano de 2020.

Flower - A new reading the Bible, de 1989, feita pela Editora *Orbis Books*, de Ossining, Nova York, EUA.

O livro *Flor sem defesa – uma explicação da Bíblia a partir do povo* é um compilado de textos feitos pelo autor que vão tratar da utilização da Palavra Sagrada pelo povo empobrecido, mais especificamente o povo reunido nas Comunidades Eclesiais de Base na América Latina. Numa leitura rápida, já podemos distinguir textos mais teóricos e outros sendo relatos de experiência ou de pesquisa. Por exemplo, o próprio artigo *Flor sem defesa* que dá título ao livro, traz uma reflexão feita através dos relatórios de pesquisa tendo como fio condutor da análise a questão: *Como a Bíblia está, de fato, contribuindo para a libertação do povo?*

Dessa problemática proposta por Mesters desenvolveremos nossa reflexão sobre o uso da Bíblia e sua interpretação pelos/pelas jovens da PJMP.

No texto *Interpretação da Bíblia em algumas Comunidades Eclesiais de Base no Brasil*, o autor afirma que há uma dificuldade para a leitura de alguns textos da Bíblia e usa como exemplo o texto de Marcos 6, 45-56, que se refere a passagem na qual Jesus Cristo anda sobre a água²⁸⁹. Para Mesters (1986, p. 30) essa dificuldade varia de continente pra continente e da cultura que cada povo possui, pois “[...] se é com um povo secularizado que tem graves objeções contra tais textos e já não aceita que alguém possa caminhar sobre as águas ou acalmar ventos [...]” a interpretação permanece presa a letra, a narrativa simples do relato. Já a leitura feita pelo povo da América Latina, que vive uma experiência de exploração e de *não-homem* e, que permanece crente e profundamente religioso, essa leitura sai do âmbito da letra tendo a possibilidade de tornar-se “[...] ponto de apoio e de partida para descobrir aí dentro um sentido ulterior que tenha a ver com a sua vida hoje e com a situação em que ele vive”. (1986, p. 31)

A Bíblia surgiu da caminhada de um povo oprimido que, apoiado na promessa de Deus, buscava a sua libertação. A sua interpretação deve ser feita a partir do povo crente e oprimido que hoje busca a sua libertação. A interpretação da Bíblia não pode ser neutra, nem pode ser separada da vida e da história do nosso povo. Ela deve ser o fermento de Deus neste processo de “conversão” e de mudança da morte para a vida, do medo para a coragem, do desespero para a esperança, da opressão para a liberdade, que hoje marca a vida das nossas comunidades. (MESTERS, 1986, p. 28)

Assim, seguindo com a apresentação do método, o autor nos apresenta os grupos de leitura, que são os locais onde o “[...] povo começa a ‘ler o Evangelho na Vida’ [...]”. Estes grupos recebem nomes variados (grupo de reflexão, círculos bíblicos, círculos familiares,

²⁸⁹ Cf. A BÍBLIA. Jesus caminha sobre as águas. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. Novo Testamento.

celebrações domésticas, grupos bíblicos, reuniões de grupo, encontros bíblicos, movimentos ou simples reuniões)²⁹⁰, surgem por motivos variados, sejam novenas de Natal, reuniões da Campanha da Fraternidade, preparação para a Semana Santa, etc., alguns possuem uma periodicidade quinzenal outros semanal. Segundo o autor não existe um modelo fixo para iniciar a leitura, porém, ele mesmo percebe um esquema básico que orienta o encontro, há “[...] um fato ou situação da vida, [que é] confrontada com uma leitura da Bíblia, junto com algumas perguntas de orientação para a reflexão comum”. (MESTERS, 1986, p. 91)

O método da leitura popular da Bíblia com base na metodologia do VER-JULGAR-AGIR, já por nós analisada, propõe a tríade *pré-texto*, *con-texto* e *texto* (respectivamente, realidade, comunidade e Bíblia). Com isso, o autor está querendo dizer que “[...] o texto deve ser lido e interpretado a partir do *pré-texto* da realidade e dentro do *con-texto* da fé da comunidade”. (MESTERS, 1986, p. 141-142) No trecho abaixo, podemos observar, através do relato de alguns sujeitos como se dá na prática.

[...] Num encontro bíblico de agricultores, realizado em Goiás, o povo discutia quem poderia ter sido o anjo que libertou Pedro da prisão (cf. At 12, 1-17). Duas interpretações foram apresentadas. A primeira foi do senhor José. Ele disse: “Eu estava doente e me dizia: ‘Não é possível que esta doença me vá impedir de participar do encontro de Bíblia!’ A doença era para mim uma prisão que me segurava na cama. Mas veja só: a doença me ajudou a ver quanto as pessoas me querem bem, pois eu nunca vi tanta gente lá na minha casa. Também havia muita gente na casa de S. Pedro. Até o padre Henrique me veio a visitar. Ele chegou e conversou comigo. Quando ele saiu, eu comecei a ficar bom, me levantei e vim para o encontro. Ora, se fosse no tempo da Bíblia, o povo diria: foi um anjo de Deus que me libertou da doença. E foi mesmo!” (MESTERS, 1986, p. 32)

Quando refletimos acerca do *con-texto*, a vivência da fé em comunidade, conforme Mesters, a Bíblia não é mais o objeto central da reflexão, já que é a vida do povo que dá sentido à Palavra, como podemos observar no trecho acima. No artigo intitulado *Brisa leve uma nova leitura da Bíblia*, o autor ainda nos fala que poucos foram momentos que se falou da Bíblia, no III Encontro Intereclesial de Comunidades de Base, ocorrido em João Pessoa, na Paraíba, em 1978. Mas que em várias ocasiões “[...] a Palavra de Deus aparecia como sendo o motor escondido de tudo, e ficava evidente como a fé em Cristo aprofundava o compromisso deles com o povo oprimido, e como fé e vida estavam misturadas numa unidade, estando a fé a serviço da vida”. (MESTERS, 1986, p. 44)

²⁹⁰ Porém, esses grupos, que leem o Evangelho a partir da vida, vão ser chamados de círculos bíblicos apenas por grupos que utilizam um determinado roteiro preparado por outras pessoas. (MESTERS, 1986, p. 92-93)

Na reflexão sobre o *con-texto*, Mesters traz a fala de um operário, que partiu da experiência vivida ali (no próprio encontro) para refletir sobre a leitura do texto de São Thiago, que foi feita na missa de encerramento, na qual se falava sobre a questão do julgamento pela aparência.

[...] um operário do sul chamou uma senhora do Maranhão, que sofre as conseqüências de uma paralisia infantil, ficou com ela no meio da roda e disse: “Quando cheguei aqui, me perguntaram se eu era padre, se era assessor, se era bispo. Perguntaram até se eu era do Dops. Gente, sou apenas operário!” Depois, apontou para a senhora do Maranhão e perguntou: “E quem não fez um julgamento errado sobre dona Maria?” Terminou dizendo: “Não julgar pelas aparências!” Mas do que isso não falou. Para ele, as coisas da Bíblia não são coisas do passado; elas existem misturadas na vida e hoje.

A fala do operário, para o religioso, em nenhum momento explicou a passagem bíblica, porém por meio da leitura daquele trecho ele pode “iluminar” a situação vivida.

Com o entendimento do *pré-texto* e do *con-texto*, o autor afirma que podemos identificar o lugar no qual, o povo presente no encontro, lia e interpretava a Bíblia. Esse lugar, para o autor, tem algumas características: 1) Situação de “cativeiro”; 2) Caminhada e luta de libertação; 3) Vida e fé misturados numa unidade; 4) Fé a serviço da vida que se liberta; 5) A Bíblia lida para alimentar está fé que é serviço. (MESTERS, 1986, p. 45)

Para Mesters, com o novo lugar de onde se lê e interpreta a Palavra houve um deslocamento do centro de poder interpretativo dos textos bíblicos, que em muitos momentos legitimaram a opressão dos pobres pelos poderosos daqueles tempos. O *texto*, agora, é descoberto e apropriado pelos “de baixo”, o povo passa a ter a Bíblia como “seu livro” (MESTERS, 1986, p. 48), assim compreendem que por meio de uma leitura onde a Palavra serve à vida, onde há união entre fé e vida “[...] que não é a Bíblia que confirma os outros no saber, no poder e na posse do dinheiro com que controlam a vida do povo”. Mas, justamente, o contrário.

Em outras palavras, a Igreja não é mais o centro da história. A história do povo tornou-se independente e segue seu caminho, mesmo sem a Igreja. Mesmo assim, a Igreja está sendo convidada, insistentemente, a entrar na história do povo e prestar-lhe o seu serviço. É um convite do próprio Deus, Senhor da história, o Criador do povo, que fala não só pela Bíblia, mas também pelos fatos da história.

Em *O método do povo no uso da Bíblia*, são apresentadas as características que são base para uma leitura popular da Bíblia. A primeira delas, uma característica mais geral, já citada em nosso texto, é *Ler o Evangelho na Vida*. Ou seja, alguma situação coletiva ocorrida no cotidiano daquele grupo, seja na cidade, no trabalho, nos bairros, na escola ou na família é

tomado como ponto de partida. São feitos questionamentos para que o grupo possa perceber que aquele fato é comum e quais são as causas que geraram aquela situação. Depois faz-se a leitura de um texto da Bíblia e são lançadas novas perguntas para que as pessoas possam relacionar o trecho lido com a situação vivida. (MESTERS, 1986, p. 123)

A segunda característica é: *Todos aprendizes da vida e do Evangelho*. Aqui a ideia é que todos estão aprendendo e ensinando ao mesmo tempo. O debate é feito de maneira igualitária, os sujeitos que possuem maior conhecimento são convidados fazerem uma troca de saberes sem uma hierarquização.

A reflexão da realidade e a ação a serem desenvolvidas são pensadas no *Antes, durante e depois*. A *análise da realidade* se dá no confronto entre o ideal evangélico e a realidade que contradiz, oferecendo o clima e elementos para que se possa fazer uma análise a luz desse ideal da realidade opressora em que estão imersos os sujeitos.

No que consiste a *Atitude de Pesquisa* a ideia é que o povo possa pesquisar sobre a sua realidade e a partir desse conhecimento ter subsídios para a discussão dos problemas e elaboração do plano de ação. (MESTERS, 1986, p. 125)

A sexta característica tem a ver com o *Bom senso e sabedoria natural do povo*. Segundo Mesters (1986, p. 125) “Os relatórios estão cheios de frases do povo em que transparece a facilidade com que ele compara as coisas do Evangelho com as coisas da vida”. Supomos que esse último traço, que Mesters identifica como o uso do “bom senso” e “sabedoria natural do povo” se aproxima da proposta pedagógica de Paulo Freire (2001), o “saber de experiência feito”, onde há a valorização desse saber imediato, que nasce das experiências do dia a dia dos sujeitos. Como nos diz Freire:

[...] uma coisa continua em mim, como pessoa e como educador, quer pensando a prática educativa quer fazendo a prática educativa, é um profundo respeito à figura do educando, ao gosto do educando e à formação do educando. [...] E um grande respeito, também, pelo saber “só de experiências feito”, como diz Camões, que é exatamente o saber do senso comum. Discordo dos pensadores que menosprezam o senso comum, como se o mundo tivesse partido da rigurosidade do conhecimento científico. De jeito nenhum! A rigurosidade chegou depois (FREIRE, 2001, p. 232).

Nas três últimas características *A união faz a força, Independência progressiva e Interpretação transformadora*, podemos identificar o momento de ação após a reflexão, pois que unindo-se para compreender e pôr em prática o Evangelho, percebem-se como sujeitos de sua própria história, sendo cada vez menos manipulados. Que podem, independentemente da

Diocese, organizar suas próprias reuniões municipais, regionais e diocesanas e já se identificam como Igreja, nas palavras de um dos interlocutores de Mesters, ““Nós passamos a entender que a Igreja somos nós mesmos [...]””. Por fim, não é apenas ouvir a palavra de Deus, mas pôr em prática. É transformar a sua realidade de acordo com a proposta do Evangelho. E, segundo o autor, é nesse ponto que se diferencia a interpretação popular da tradicional.

5.1.2 “[...] Descobrir onde bate o coração do texto”: leitura popular da Bíblia pelos olhos da juventude do meio popular

“Essa versão deseja superar o mais possível uma leitura fundamentalista, aérea, alienante. Convida para uma leitura espiritual, militante, orante comprometida desde os pobres, com os pobres e para os pobres [...]”.²⁹¹

Dentre as cartilhas, subsídios e livretos que conseguimos catalogar no decorrer da pesquisa²⁹² identificamos que em sua grande maioria, as que não se destinavam a explicações do que é/foi a PJMP, pudemos encontrar as características da utilização dos textos bíblicos pela perspectiva de uma leitura popular, vinda da experiência do povo, em específico dos problemas e opressões sofridos pelos/pelas jovens empobrecidos/das do campo e da cidade.

Neste momento procuramos analisar dois tipos de impressos nos quais identificamos o uso do método da leitura popular da Bíblia. Seleccionamos o texto intitulado *O Evangelho segundo Marcos*²⁹³, que foi produzido pelo padre Luís Mosconi²⁹⁴, responsável pela formação de agentes pastorais em Belém do Pará e, que atualmente trabalha pelas Santas

²⁹¹ “O Evangelho segundo Marcos”. Subsídio da Pastoral da Juventude do Meio Popular, Regional Nordeste II, s/d. p. 7

²⁹² Identificamos cartilhas que contém uma temática específica, como por exemplo, o subsídio produzido para discutir o processo da constituinte de 1988, “Nossos Pitacos”. Também encontramos cartilhas ou livros explicativos das funções de cada membro e dos setores da PJMP, estas em específico trazem trechos de documentos produzidos pela Igreja que determinam o objetivo de cada cargo dentro da PJ. Um exemplo é a cartilha feita para os Assessores e animadores da Pastoral de Juventude. Outra produção são os livretos para as romarias, roteiros para reuniões etc.

²⁹³ Informações editoriais: Composto e impresso nas oficinas gráficas da Fundação Casa das crianças de Olinda – Av. Dom Bonifácio Jansen, 744. Bonsucesso, Olinda – PE.

²⁹⁴ Luís Mosconi é padre diocesano, nasceu e se formou na Itália. Reside no Brasil desde o ano de 1967. Trabalhou por 15 anos em diferentes paróquias auxiliando na formação de pequenas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Passou alguns anos, também, em missão formadora de líderes (Assessores e Agentes Pastorais) na região Norte do País. Desde os anos 1990 tem se dedicado às Santas Missões Populares. Escreveu Comentários bíblicos, Santas Missões Populares, Atos dos Apóstolos e As duas cartas de Pedro. Além deste vasto material publicado viaja pelos país dando formações em encontros e retiros de preparação das SMP em diversas Paróquias e Dioceses do Brasil e da América Latina. Pequena biografia disponível em: https://www.paulinas.org.br/editora/?system=autores_ilustradores&action=detalhes&autor=105721 e <https://santasmissoespopulares.org/padre-luis-mosconi/>

Acesso:29 set.2019

Missões Populares²⁹⁵. A impressão contém 76 páginas e traz poucas ilustrações se tomarmos como referência as demais produções da PJMP, pois nestas 76 páginas só podemos encontrar sete imagens se não contarmos com a presente na capa. Ao final do texto, como nos demais materiais, são listados outros subsídios, com suas respectivas sínteses, que estavam à disposição a serem adquiridos para auxiliar nos encontros e/ou reuniões dos grupos de jovens. Lembremos que a circulação desses materiais se dava via correios reembolsando apenas o valor da postagem e, também por meio de trocas nos encontros nacionais e/ou regionais. Além desses subsídios que constam na lista são citados alguns documentos importantes sobre a PJMP e a Pastoral de Juventude²⁹⁶, tendo um pequeno resumo do conteúdo, assim como na listagem dos subsídios. De acordo com a equipe de assessoria, na apresentação do texto de Mosconi, surge da experiência que o autor acumulou em seu trabalho junto com o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI).²⁹⁷ A escolha dos subsídios foi feita com base em sua diversidade temática, além, de nos proporcionar um exemplo de material que poderia ser trabalhado em grupo ou numa leitura e reflexão individual. Entendemos, também, que a escolha de produção de uma versão do Evangelho de Marcos se deu pelo fato deste propor responder a pergunta: *Quem é Jesus?* Lendo a introdução²⁹⁸ do livro de Marcos, o comentador afirma que este livro é o *começo da Boa notícia*, o que se relaciona diretamente com a ideia de construção da promessa do Reino, ao qual, apresenta a Teologia da Libertação. Outro ponto importante é que neste evangelho, Marcos retrata toda a atividade de Jesus e, principalmente, propõe que o próprio leitor possa chegar à conclusão de que “Jesus é o Messias, o Filho de Deus”.²⁹⁹

Toda atividade de Jesus é o anúncio e a concretização da vinda do Reino de Deus (Mc 1,15). E isso se manifesta pela transformação radical das relações humanas: o poder é substituído pelo serviço (campo político), o comércio pela partilha (campo econômico), a alienação pela capacidade de ver e ouvir a realidade (campo ideológico). Trata-se de proposta alternativa de sociedade, que leva ao nivelamento fraterno das pessoas. Isso provoca a oposição acirrada das autoridades e dos

²⁹⁵ As Santas Missões Populares, têm como objetivo “[...] servir, ajudar as comunidades eclesiais, as paróquias, as Dioceses, e também a sociedade em geral, especialmente os pobres e desamparados”. Descrição disponível no site das Santas Missões Populares: <https://santasmissoespopulares.org/sobre-a-asmpp/> Acesso em: 29 set. 2019

²⁹⁶ Na listagem encontram-se os documentos: “PJMP – semente do novo na luta do povo”, “Três prioridades para a Pastoral de Juventude”, “Aspectos da Pastoral de Juventude”, “Processo de Formação” e “Processo de formação na Pastoral de Juventude (versão popular).” (p. 76)

²⁹⁷ Na edição não conseguimos datar precisamente de que ano é a publicação, porém se nos basearmos pela datação que acompanha a apresentação, 1989, supomos que tenha sido publicada ao final da década de 1980. Primeiramente tivemos acesso apenas ao material digitalizado, disponível no sítio eletrônico da PJMP nacional. Porém, a digitalização foi feita através de um programa que não deu conta integralmente do documento, por exemplo, na digitalização faltavam imagens ou encontravam-se deslocadas na diagramação original, tendo dificultado uma análise mais precisa da estrutura textual. Alguns meses depois conseguimos ter acesso a um original e a partir dele pudemos analisar a sua materialidade e diagramação.

²⁹⁸ Quem fez as introduções, traduções e notas na edição pastoral da Bíblia Sagrada foram Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin.

²⁹⁹ Bíblia Sagrada. Edição Pastoral. Ed. Paulinas, 2000. p. 1280.

privilegiados, que fazem de Jerusalém e do Templo sede do seu poder e riqueza. O resultado do conflito é a paixão e morte de Jesus. Mas Jesus não permanece morto. Ele ressuscita e sai Ressureição é a sentença condenatória do sistema que o matou.³⁰⁰

O outro texto ao qual nos debruçamos em análise é um livreto produzido pelo Regional Sul II sob o título *PJMP – Presença na luta do Povo*³⁰¹, com data de publicação de 1988. Nele podemos encontrar vários motes (o que é partido político? O que é Movimento Popular? O que são os Sindicatos? O que é Associação de Moradores? etc.) para o desenvolvimento dos debates propostos nas reuniões semanais ou mensais³⁰² com os grupos de jovens militantes da pastoral. Desse material selecionamos alguns tópicos para nos aprofundar sobre como eram tratados os temas e como se fazia o uso do texto bíblico partindo de um roteiro já programado.

Em *O Evangelho segundo Marcos*, ainda na apresentação, a equipe de assessores³⁰³ afirma que o objetivo da obra é “[...] despertar em todos os seus leitores um interesse de conhecer o texto e o contexto que nasceu e foi feito o Evangelho de Marcos”³⁰⁴. Observamos que a escrita do texto é permeada por uma linguagem menos formal, mais próxima aos jovens que fazem parte do meio popular, diferentemente da escrita da Bíblia que é carregada de palavras da língua culta, que muitas vezes dificultam o entendimento dos leitores e provocam um sentimento de não pertencimento daquela obra a sua realidade. Lembramos aqui da fala de um galês, Arise Evans, na Londres de 1629, trazida por Christopher Hill (2003, p.61), que afirma esse sentimento de que as Escrituras também o pertence.³⁰⁵ Mesma sensação trazida no texto de Carlos Mesters, por mais que sejam falas que partem de lugares distintos, nos soam bem próximas.

Aos poucos, a Bíblia já não é para eles um livro estranho que pertence aos “outros”, ao “padre”, ao “doutor”, ao “patrão”. É o livro deles, e eles o lêem com a mesma convicção de São Paulo: “Aquilo foi escrito para nós que tocamos o fim dos tempos!” Este olhar é *novo!* (MESTERS, 1983, p.36)

³⁰⁰ Bíblia Sagrada Edição Pastoral, Ed. Paulinas, 2000, p. 1280.

³⁰¹ Informações editoriais: Imprensa Evangraf. Rua Waldomiro Schapke, 77. Porto Alegre – RS.

³⁰² Em nenhum dos subsídios que analisamos encontramos referência de uma periodicidade para as reuniões dos núcleos de PJMP, supomos que estes definiam a regularidade de suas reuniões de maneira autônoma, afinal, a autonomia e protagonismo do jovem é uma das características da PJMP.

³⁰³ Na equipe de assessoria assinam: Lourdes, Marival, Jessé, Murilo e Félix, supomos que sejam assessores da PJMP Regional Ne II.

³⁰⁴ *Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, 1989, s. p.

³⁰⁵ A fala a qual me refiro é esta: “Eu olhava as Escrituras como se elas fossem uma história de coisas ocorridas em outros países que diziam respeito a outras pessoas; mas agora eu pude vê-la como um mistério a ser decifrado neste momento, que também nos pertence”.

É importante lembrar que a PJMP é uma juventude heterogênea, pois ao mesmo tempo que existiam membros que frequentavam as universidades outros tinham pouco ou nenhum grau de estudo formal. Como já citamos algumas páginas acima, sabemos que os teólogos por muitos séculos tiveram o monopólio da interpretação da escritura e, que a ideia de uma relação menos exclusiva e restritiva da interpretação do texto sagrado veio com o Concílio do Vaticano II, na constituição dogmática *Dei Verbum*. Dessa forma, produzir um subsídio que possa ser entendido e capturado por um número variado de sujeitos é uma escolha política da pastoral, afinal muitos dos subsídios circulavam entre outros núcleos de PJMP pelo país e em outras pastorais. Sendo assim, o autor se utiliza da simplicidade de uma conversa com os leitores, os acontecimentos são narrados pelos primeiros cristãos de uma forma que sujeitos temporalmente tão distintos se identifiquem e sintam-se em união.

Convidamos vocês a ler esse livrinho inspirado por Deus. Leiam em comunidade, em clima de acolhida aos apelos de Deus, com os pés no chão do Reino de Deus e dos pobres da terra. Nosso desejo é que o livrinho ajude a sermos discípulos de Jesus Cristo, apóstolos e profeta do seu Reino, que queremos seja também o nosso.³⁰⁶

O livrinho não é uma obra exclusiva para o uso dos grupos de PJMP. Muitos desses materiais circulavam³⁰⁷ entre as demais pastorais sociais. Entendemos que essa circulação foi de extrema importância para a consolidação das ideias defendidas pela PJMP, além disso, possibilitou que mais jovens pudessem conhecer e, de alguma forma, sentirem-se tocados para constituir um núcleo de PJMP em sua Paróquia. No caso dessa cartilha, o autor afirma que ela é destinada tanto aos jovens do meio popular quanto aos animadores adultos, militantes e nas Comunidades Eclesiais de Base. Dessa forma, podemos observar que a formação dos jovens da PJMP se dava de forma bem plural, já que não era restrita e sim, que havia a participação de outras pastorais sociais faziam parte desse *Mutirão*³⁰⁸.

Que os jovens do Meio Popular, os Animadores Adultos, os militantes, as Comunidades Eclesiais de Base, e todos que se sentirem interessados em penetrar na sabedoria das primeiras comunidades a partir deste texto, possam se banhar da riqueza que flui da Palavra de Deus, como o nosso corpo se alimenta não só da comida, mas também de um banho saudável na água fria e limpa.³⁰⁹

³⁰⁶ *Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 72

³⁰⁷ Podemos inferir que essa circulação de dava por meio dos pedidos pelo correio, pois em muitas cartilhas nas últimas páginas quando trazem alguns exemplos de subsídios necessários para a leitura são disponibilizados endereços para fazerem os pedidos das publicações que geram interesse. Além disso, há também a troca de materiais durante os encontros nacionais que possibilitavam a socialização dos diferentes núcleos de PJMP do país.

³⁰⁸ Quando nos referimos a formação em mutirão, trazemos esse conceito que é muito utilizado nas cartilhas e documentos que vão retratar a união, a mobilização coletiva por um ideal. Neste caso, a construção do Reino de Deus.

³⁰⁹ *Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d. Apresentação. Na referência a publicação encontramos a seguinte inscrição: PJMP - NE II, Pentecoste, Recife, 89. Acreditamos que a referência

Como nos propõe o método da leitura popular da Bíblia, já explanado anteriormente, a cartilha traz a ideia de que seu uso se dá de maneira coletiva. A proposta é que a leitura dos textos bíblicos possa proporcionar aos sujeitos o encontro/estar junto, a reflexão em conjunto, pois é a partir daí que “[...] um dando forças ao outro, e estudar a Palavra de Deus, que vai se tornando também oração”³¹⁰.

No mesmo itinerário emerge outra grande - e antiga - novidade da leitura popular da Bíblia: ela é essencialmente *comunitária*. A Bíblia foi escrita por muitos e, por trás de cada autor, é toda uma comunidade que fala. Portanto, o leitor da Bíblia também deve ser um sujeito comunitário, uma comunidade reunida em torno da Palavra de Deus e onde cada um está ligado aos demais pelos laços de uma mesma fé. Assim, o pequeno grupo que hoje lê a Bíblia em equipe de base está profundamente unido tanto ao Povo de Deus do passado, que registrou sua história na Sagrada Escritura, como à Igreja que prolonga essa mesma história no mundo de hoje. A comunidade de fé é o contexto adequado onde se dá a ligação entre vida e Bíblia. Como o solo revolvido pelo arado, a pequena comunidade, sacudida e trabalhada pelas dificuldades, alegrias e sofrimentos de cada dia, e regada pela oração, torna-se a terra fértil e propícia para a semeadura da Palavra. (CAVALCANTI, 2007, p. 88)

Como já afirmamos, para se fazer uma leitura popular da Bíblia é necessário que os sujeitos possam identificar quais os obstáculos que, em seu cotidiano, os impedem de viver a “utopia de um mundo de irmãos”, ou seja, a promessa da Boa Nova. Assim, para finalizar a apresentação da cartilha, a equipe de Assessoria, do núcleo de PJMP – NE II, faz uma pequena reflexão sobre os obstáculos que os primeiros cristãos enfrentavam naqueles tempos, que será narrado no desenvolver da cartilha, e os que na atualidade (final da década de 1980) são enfrentados pelo povo pobre: “[...] o dragão chamado sistema capitalista, que se expressa no latifúndio, no salário baixo, no desemprego, na falta de moradia, na falta de escola, etc.”³¹¹ Dessa forma, ao citar esses problemas que são barreiras para o povo do meio popular já se lançam alguns pontos de partida para subsidiar a leitura da cartilha.

No tópico, *Prá começo de conversa*, são elencados alguns pontos para que se possa iniciar a leitura silenciosa, afinal, não que precise de um guia, mas o autor pensou ser pertinente dar dicas para auxiliar na reflexão do texto, contexto e pré-texto já que são a base do método da leitura popular da Bíblia. Dito de outro modo, a ideia é que se faça a leitura respeitando as características do texto, por exemplo, quando se pede que haja um entendimento sobre os quatro

a Pentecoste seja uma indicação a data dessa publicação, que conforme as celebrações da Igreja Católica, faz lembrança a aparição do Espírito Santo para os apóstolos, 50 dias depois da Páscoa.

³¹⁰ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, 1989, s. p.

³¹¹ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 7

evangelhos (Matheus, Marcos³¹², Lucas e João)³¹³, pois cada um foi escrito por um indivíduo, com suas próprias experiências e em contextos diferentes, contando a mesma história.

Para uma compreensão a mais fiel possível do texto, é fundamental situá-lo no contexto em que surgiu. Todo texto nasce de um contexto. O contexto marca o texto e o texto é posicionamento frente ao contexto. Não são por acaso as diferenças significativas entre os quatro evangelhos. Nasceram em contextos diferentes.³¹⁴

Lembremos que os subsídios da PJMP podiam ou não serem usados em reuniões com os vários membros do grupo ou, como a fonte que estamos analisando, poderia ser um material para a leitura e reflexão individual. Quando analisamos essas duas formas do ato de ler, uma silenciosa e outra oral, precisamos compreender o que cada uma traz para a compreensão do texto em si, afinal uma leitura solitária exige que o sujeito seja alfabetizado e traz uma nova possibilidade ao leitor, como “[...] novas devoções que modificam radicalmente as relações do homem com a divindade”. (CHARTIER, 2011, p. 119) Leitura que quando mediada poderia trazer uma compreensão *a priori* ou um controle da interpretação do texto, nesse caso, do texto sagrado. Ainda segundo Chartier (2011) a leitura solitária ou silenciosa antes praticada apenas por religiosos preponderantemente do sexo masculino ao passar a ser a prática de todos os sujeitos alfabetizados de longa data e familiarizados com a escrita, a partir do século XV, possibilitou uma leitura sem mediação, assim, “[...] subtrai aos controles do grupo, autoriza o recolhimento”. (CHARTIER, 2011, p. 119)

Já no caso de uma leitura oral, em comunidade, prática que o método da leitura popular da Bíblia se utiliza, principalmente nos Círculos Bíblicos e, que a própria PJMP utiliza em suas reuniões e encontros pretende desenvolver a reflexão coletiva, para além do texto em si, pretende uma reflexão a partir das experiências dos sujeitos, em comunhão. É importante frisar que aqui a mediação, mesmo sendo detentora de um saber e um método e, que como

³¹² São Marcos Evangelista, foi discípulo de São Pedro, autor do Evangelho de Marcos e fundador da Igreja de Alexandria. Depois de várias perseguições e dois anos ausente da cidade, ao retornar foi perseguido pelos pagãos que estavam ressentidos com a propagação da religião cristã. Ao prendê-lo, colocaram uma corda em seu pescoço e o arrastaram pelas ruas da cidade até sua morte. São Marcos era de origem hebraica, da tribo de Levi. Cf. https://www.ebiografia.com/sao_marcos/#:~:text=S%C3%A3o%20Marcos%20Evangelista%2C%20foi%20um,hebraica%2C%20da%20tribo%20de%20Levi Último acesso em: 08.10.2023

³¹³ Os quatro evangelhos citados só foram incluídos como parte integral dos 27 textos que constituem o Novo Testamento, sendo cânones, ao fim do século 4 d. C. Supomos que a transformação do Evangelho de Marcos em subsídio para os jovens da pastoral tenha se dado por acreditar-se que este seja o primeiro evangelho, escrito entre 65 e 75 d.C. O Evangelho de Mateus enfatiza a descendência nobre de Jesus e a remonta a Abraão. Já os evangelhos de Lucas e Mateus se basearam no texto de Marcos. O evangelho de Lucas foi escrito para convertidos não judeus e rastreia a genealogia de Jesus até Adão. Cf. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160325_evangelhos_perdidos_jesus_cristo_rb#:~:text=Ao%20fim%20do%20s%C3%A9culo%204,c%C3%A2none%20das%20escrituras%20crist%C3%A3s%20sagradas. Último acesso em: 18.03.2023

³¹⁴ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 7

afirma Chartier, possa trazer uma “compreensão *a priori*”, o método de Mesters não pretende ser uma forma de controle da interpretação do texto, mas fornece chaves de leitura.

No trecho sublinhado abaixo, podemos observar que o material não pretende ser uma leitura final, mas uma proposta com algumas indicações ou marcações de leitura (chaves de leitura) que proporcione uma maior curiosidade para o aprofundamento ao texto original, ou seja, ao Evangelho em si. Deixando, inclusive, um aviso de que essa versão não substitui a leitura da Bíblia, mas que elas se cruzam.

Essa versão é só uma tentativa, uma maneira de aproximar-se do texto com mais vida. Quer sintonizar-se melhor com o texto e o contexto. Ela traz consigo alguns limites. É o risco de toda leitura da Bíblia. Daí a importância de uma permanente leitura da Palavra de Deus, em comunidade, em oração, em abertura ao Espírito Santo, numa atitude de busca sincera, humilde e corajosa. É fundamental, porém partir sempre do lugar social dos pobres, porque foi aí que se revelou a Palavra de Deus. 10. Essa versão quer oferecer algumas chaves de leitura para uma melhor compreensão do texto. Ela remete ao texto, não substitui o texto. É instrumento. Quer abrir o apetite para saborear com mais gosto e com mais compromisso o texto sagrado.³¹⁵ (Grifo nosso)

Na apresentação do texto, o autor afirma que a cartilha “[...] nasceu provocada pela caminhada evangélica e libertadora das Comunidades Eclesiais de Base e é, sobretudo para elas, para cristãos militantes e agentes de pastoral que se destina”³¹⁶. Ou seja, os assessores promovem a ideia da necessidade de criação desta versão para dar ênfase no livro de Marcos, que como já citamos, traz reflexões que casam ou aproximam-se da proposta da PJMP, que é a transformação da sociedade opressora, na construção da utopia do Reino, pensando e refletindo as ações de Jesus Cristo. Os assessores, ainda afirmam, que a intenção por trás da publicação é fazer com que os leitores possam “[...] resgatar o rosto vivo de Jesus Cristo, assim como ele foi vivido e testemunhado pelas primeiras comunidades cristãs de Roma, [...]”³¹⁷.

Observamos, também, que o autor se preocupa em datar a escrita do evangelho de Marcos, demonstrando que essa preocupação se relaciona com a legitimação do texto frente aos leitores. A escrita dos textos bíblicos é permeada pela tradição oral e está inscrita em um tempo e espaço, sendo necessário situar historicamente os fatos, já que não há uma especificação no texto em si. Além disso, como pudemos compreender sobre o uso do método explicitado por Frei Carlos Mesters é primordial identificar o caráter histórico presente nos textos bíblicos, pois não se pode refletir sobre a realidade fora da História. A ideia é de que não se pode separar a letra do espírito.

³¹⁵ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 8

³¹⁶ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 7

³¹⁷ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p.7

Assim, são textos que devem ir além dos fatos, que devem provocar a reflexão espiritual, de acordo com Tereza Cavalcanti.

[...] é preciso voltar para o instrumental científico e para o método histórico-crítico que permite o acesso ao sentido literal e original do texto bíblico. É necessário tornar a abrir a “porta” dos exegetas acadêmicos que desvendam o “por trás das palavras” daquele tempo, quando foram escritas e, mais ainda, quando foram vividas, antes de serem registradas em textos. Pois muitas vezes a leitura popular encontra dificuldades no texto ou arrisca-se a fazer justaposições indevidas entre a Bíblia e a realidade de hoje. O pobre que interpreta também está sujeito a ideologizações, conclusões apressadas, incertezas e ambivalências que os mais preparados podem sanar. Esta volta à exegese científica, porém, já vem carregada de outros “olhos”. (CAVALCANTI, 2007, p.89)

Supomos que esse não apartamento é justamente a chave para que os fatos narrados possam dar sentido, proximidade e identificação com situações de opressão vividas pelos leitores.

Este tipo de interpretação que considera a Bíblia não só como *história* mas também como *espelho*, em que o cristão encontra algo de si mesmo, da sua vivência e do seu ideal, não é fruto só da força da inteligência aplicada ao texto. Mas é, antes de tudo, um acontecimento, uma descoberta, uma *revelação*, no sentido exato da palavra: tirar o véu que encobre o sentido. Não é fruto só de cálculos e de estudos, mas é também um dom recebido da fé na ressurreição. Não nasce só do texto, mas também do Espírito que atua nos olhos de quem lê o texto. (MESTERS, 1986, p. 59)

Sobre essa questão de considerar a Bíblia como fonte histórica ou inferir um caráter histórico, como Mesters propõe, lembremos que existem muitas discussões que levantam esse caráter histórico das narrativas bíblicas. Marcelo Rede, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), afirma que a Bíblia é um conjunto

[...] extremamente diversificado e mesmo incoerente; sua unificação é fruto de um processo longo e mal conhecido; sua redação e, sobretudo, sua forma canônica final são tardias, em geral separadas por séculos dos contextos a que se referem. Para complicar ainda mais, materialmente falando, o texto que conhecemos hoje deriva de manuscritos medievais que datam de por volta do ano 1000 (depois de Cristo!). Entre esses códices medievais e os manuscritos “originais” (do qual não temos sequer um exemplar) há um vácuo quase total, preenchido de modo apenas parcial pelos Manuscritos do Mar Morto e por pouquíssimos outros fragmentos esparsos.³¹⁸

Mediante este dilema, devemos tratar a Bíblia como um documento “normal”, nas palavras de Mario Liverani, citadas por Rede. Afinal, “Inserir a Bíblia na história implica, portanto, inserir a história na Bíblia, reconhecendo nela um fenômeno cultural, fabricado por sociedades humanas em uma série de contextos sociais concretos.” E, esse entendimento, nos

³¹⁸ REDE, Marcelo. A Bíblia pode ser considerada um documento histórico? Jornal da USP, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-biblia-pode-ser-considerada-um-documento-historico/> Acesso em: 04.03.2023

parece não excluir ou deslegitimar a proposta de leitura da Bíblia, afinal, a discussão que está posta não é sobre a veracidade dos fatos narrados, mas a identificação deles pelos leitores atuais e a possibilidade de refletir sobre seu cotidiano e, assim, intensificar a vontade de transformação da sociedade.

Outra preocupação de Carlos Mesters foi de ressaltar a experiência do povo empobrecido, pois que trazer a experiência ou no caso a memória de outros tempos e sujeitos para a evangelização foi usado pela Igreja Católica desde sua fundação, o diferencial é pôr em evidência os sujeitos explorados não como personagens dignos de pena ou caridade, mas como povo que luta e está em busca da construção do Reino de Deus na Terra. Essa relação com a tradição oral e com a memória já foi pensada por Jacques Le Goff (2012) quando o autor afirma que tanto o cristianismo quanto o judaísmo são religiões da recordação, mesmo sendo religiões distintas. Entendemos esse “dever da recordação” para o cristianismo é um elemento fundador de uma identidade. Ou seja, lembrar a opressão sofrida na antiguidade como, por exemplo, a perseguição aos cristãos por Roma possibilita uma aproximação ou identificação com os sofrimentos e perseguições do presente e, partindo disso, pode tornar-se inspiração para uma ação resistente.

Assim, a reflexão sobre a memória do povo explorado e oprimido, transposta na escritura sagrada, possibilita uma ação que descola este sujeito da passividade para o protagonismo de sua própria história. Dessa forma, quando o autor declara que, “Dentro e por trás de evangelho de Marcos, como em todos os livros da Bíblia, tem vida, tem gente, tem situações concretas, tem gritos, perguntas, conflitos.”³¹⁹, a ideia é que o leitor possa fazer com que haja um diálogo entre o texto e o contexto, que ele possa “[...] escutar a vida, as situações que aparecem para descobrir aí com clareza a Palavra e Deus viva e eficaz”³²⁰.

Após a breve apresentação trazida ao leitor, passamos à análise do texto. No tópico *Quem somos, porque e como escrevemos o livrinho da boa notícia de Jesus*, a ideia, como em toda a obra, foi desenvolver uma conversa com o leitor, como se as primeiras comunidades cristãs narrassem o processo de escrita do Evangelho, como podemos observar abaixo:

Somos alguns membros das primeiras comunidades cristãs de Roma. Pelo ano 71 depois de Cristo participamos ativamente da redação final do “evangelho de Jesus, o messias, o Filho de Deus” (1,1). Com essa conversa queremos contar pra vocês como foi mesmo surgindo esse livrinho. Para entender bem a mensagem do livrinho,

³¹⁹ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p.7

³²⁰ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 7

achamos importante que vocês estejam bem por dentro de onde nasceu o livrinho, quais as situações, os motivos e a finalidade que nos levaram a escrever esse livrinho.³²¹

Partindo desse trecho que pretende localizar espacialmente e temporalmente o leitor, é narrado o ambiente social e político no qual viviam as primeiras comunidades cristãs. Em todas as partes do texto é deixado explícito que a escrita não surgiu do nada, que foi produzido de forma coletiva, através de fontes orais (tradições faladas) e de “folhas e apostilas em uso nas comunidades”. Compreendemos essa preocupação em frisar a autenticidade da produção escrita como uma forma de dar legitimidade ao texto, pois dessa maneira, o evangelho torna-se legítimo sob duas formas: humana e divina. A humana baseada na ciência histórica (confirmada pelos documentos e fontes que chegaram até nós da antiguidade e pela memória transcrita dos sujeitos):

[...] A exigência de atender à sociologia da inspiração foi preparada com os *testemunhos escritos do antigo Próximo Oriente através das escavações arqueológicas* desde o fim do séc. XIX. Eles possibilitavam o conhecimento do “mundo bíblico”, em que escreveram os autores inspirados. Pelo confronto dos textos bíblicos com os extrabíblicos dos povos circunvizinhos contemporâneos a Bíblia deixava aparecer como um livro caído do céu e apresentava as mesmas características humanas de outros escritos religiosos, alguns dos quais se dizem “palavra” dum deus ao seu autor, inspirada por ele. Esta verificação obrigava a reformular o conceito de inspiração divina da Bíblia. (VAZ, 1998, p. 61)

E uma inspiração divina (por ser um escrito inspirado pelo Espírito Santo). Sobre essa inspiração divina, Vaz (1998) afirma que, houve alguns fatores, principalmente a partir do Concílio do Vaticano II que trouxe como tema a Igreja como “Povo de Deus”, que possibilitaram uma mudança no que se entendia como inspiração divina na questão da escrita dos textos bíblicos. Anteriormente ao Concílio a ideia era que os textos eram de autoria divina, ou seja, “Concebiam-se como uma acção exercida pelo Espírito Santo nos escritores bíblicos, movendo-os directa e imediatamente como instrumentos seus, ‘para conceberem rectamente com a inteligência e quererem escrever fielmente com a vontade tudo aquilo e só aquilo que o Espírito Santo lhes mandasse’. A tríplice influência na inteligência, na vontade e nas faculdades executivas dos hagiógrafos era exigida pelo facto de se ver Deus na origem dos livros sagrados como sua causa principal e seu ‘autor’ literário”. (VAZ, 1998, p. 59) Dos fatores citados pelo autor, tomamos a introdução da crítica histórico-literária na pesquisa bíblica, desde o séc. XVII, como um dos mais importantes motivos para essa mudança. De acordo com Vaz (1998, p. 61-62), “Com a filologia das línguas do antigo Próximo Oriente, com a história das religiões, com

³²¹ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p.10

a crítica e a história literárias, analisou-se a Bíblia como qualquer texto das antigas literaturas orientais. Tomava-se a sério o facto de que ‘Deus falou por meio dos homens à maneira de homens’ e de que os escritores bíblicos são os ‘verdadeiros autores’ (DV, 11.12)”.

Outra ideia bastante frisada no texto é que a preocupação dos sujeitos que estavam à frente da escrita seria a manutenção da memória da vida de Jesus, pois que essa memória serviria de orientação para a caminhada da comunidade. E, também, mostrando a exploração e opressão pelas quais esses sujeitos experienciavam., sempre buscando uma aproximação entre a vida dos primeiros cristãos com o público leitor.

A situação dura e conflitiva das nossas comunidades marcaram profundamente toda a composição do livrinho. Aliás, esta era também a situação concreta vivida por cada um de nós do grupo redator. Perseguições, ameaças, calúnias, suspeitas eram o nosso pão de cada dia. Não foi fácil achar tempo e lugar para a redação do livrinho. Ele foi escrito aos poucos, a pedido das comunidades. Foi escrito com os pés no chão das comunidades, em clima de muita abertura à presença do Espírito de Jesus e de escuta aos chamados de Deus. (Grifo nosso)

Essa afirmação que destacamos na citação acima corrobora com as inúmeras observações que constam nos escritos de Frei Carlos Mesters, já que tanto Mesters e Pe. Luís Masconi estão ligados diretamente ao Centro de Estudos Bíblicos, principal órgão de difusão dessa proposta de interpretação bíblica voltada “[...] Espalhar e divulgar, entre os pobres, esse jeito comprometido de ler a Bíblia e, assim, devolver ao povo o que nasceu do povo, a Palavra de Deus, a Palavra da Bíblia”.³²²

Após discorrerem sobre o como e por que da escrita do “livrinho”, os narradores vão descrever a situação social e política na qual estiveram imersos durante a escrita do texto. Assim, são citados os temas da expansão e domínio do Império Romano, a escravidão, algumas revoltas como a ocorrida em 66 d.C., quando eclodiu a primeira guerra Judaico-Romana.³²³

É importante destacarmos o uso do termo “livrinho” para identificar a escritura sagrada, pois pode dar a entender uma desimportância ao texto, porém compreendemos que ao reduzirem um evangelho a categoria de livrinho, Masconi busco através do diminutivo aproximar o leitor do documento sagrado.

³²² Trecho retirado do sítio eletrônico, na aba Objetivos, do Centro de Estudos Bíblicos. Disponível em: <https://cebi.org.br/objetivos/> Acesso em: 29 set. 2019.

³²³ Para mais informações sobre as guerras Judaico-romana ou Grande Revolta Judaica Cf. JOSEFO, Flávio. Seleções de Flávio Josefo. São Paulo: Edameris, 1974, p. 209-319.

A proposta trazida nessa parte do “livrinho”, onde podemos encontrar vários aspectos da vida em Roma, contribui para que o leitor possa ter uma noção da vida de um cidadão romano o filho das famílias nobres e dos demais que não possuíam a vida luxuosa que estes privilegiados podiam usufruir. Abaixo podemos observar um trecho dessa narrativa do contexto social, político e cultural em Roma no período de escrita do evangelho de Marcos.

Apesar de tudo, Roma oferecia e oferece grandes vantagens para as famílias nobres e seus afilhados e para os que eram livres e tinham cidadania romana. Há grandes edifícios públicos decorados com muita elegância. Praças, parques, fontes, jardins públicos, ruas largas e calçadas, escolas, mercados, lojas marcam a vida da cidade. Teatros, circos, museus, bibliotecas públicas, luxuosas piscinas públicas com campos de atletismo, clubes, restaurantes fazem alegre a vida da cidade. Vilas ricas, galerias de estátuas, monumentos, templos e o palácio dos imperadores criam a admiração em mais gente. O sonho de muitos é morar em Roma. A polícia imperial garante a ordem pública. Sete corpos de bombeiros cuidam das situações de emergência. Funcionários especiais fiscalizam os aquedutos, os esgotos e a conservação dos edifícios. Tudo isso, porém às custas de pesados impostos cobrados no império inteiro. Massas imensas de escravos vivem em total dependência dos seus senhores. A falta de emprego e a pobreza em nossa época eram tanta que 200.000 pessoas eram mantidas pelo Estado. Quando faltava alimento, havia revoltas. Saques, agitações. A polícia reprimia duramente. É esse ambiente em que nós vivemos e de onde escrevemos o livrinho da Boa Notícia de Jesus.³²⁴

A partir desse primeiro relato do contexto vivido, os autores vão narrando o crescimento das comunidades, as atividades desenvolvidas por homens e mulheres, as tensões existentes no seio comunitário, a passagem dos apóstolos Paulo e Pedro na comunidade, as ameaças, perseguições e conflitos que eram perpetrados pelo Estado romano, como podemos observar no trecho a seguir.

A situação em Roma estava cada vez mais difícil do nosso lado. A nossa proposta de vida, baseada no Evangelho de Jesus, era totalmente oposta ao império. Suspeitas, ameaças, desconfianças se levantavam contra nós. No ano 64 o imperador Nero, para se desculpar de vários seus crimes, entre os quais um incêndio provocado por ele num grande bairro popular de Roma, declarou perseguição aberta contra nós cristãos. Foram momentos muito duros. Era proibido ser cristão. Ser discípulo de Jesus significava ser candidato ao martírio.³²⁵

No tópico *Panfletos, folhetos, apostilas* podemos identificar, novamente, características da leitura popular da Bíblia, quando os narradores vão desenvolver como foram surgindo estes materiais que continham testemunhos da vida de Jesus.

A realidade, os conflitos, os desafios que apareciam ao longo da caminhada foram provocando reflexões. Tudo era visto à luz da pessoa de Jesus e da sua prática. A memória de Jesus era atualizada nas situações que nossos grupos iam encontrando. Como fruto disso foram aparecendo panfletos e pequenos folhetos para gravar melhor a vida de Jesus. Estes folhetos se tornaram como esteios na caminhada. Circulavam

³²⁴ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 17 - 18.

³²⁵ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p.23

nas comunidades. Eles não foram todos produzidos pelo mesmo grupo ou no mesmo tempo. Muitos contribuíram na composição desses folhetos: grupos, homens, mulheres, crianças, escravos, livres, responsáveis de comunidades, simples participantes. Em todos, porém havia uma mesma preocupação: buscar inspiração, luzes e força na vida e na prática de Jesus. Quando se juntavam dois ou mais folhetos, aí se faziam apostilas mais elaboradas. Uns juntavam ditos de Jesus, outros os milagres de Jesus, outros ainda elaboraram uma apostila sobre a paixão, morte e ressurreição de Jesus.³²⁶ (Grifo nosso)

Como podemos ver, a proposta é que o leitor possa perceber, na leitura do evangelho, a multiplicidade dos sujeitos, onde todos importam e estavam dispostos agir. Ou seja, a ligação entre Fé e Vida.

B. Em Roma, com uma certa frequência (sic), por causa da insensibilidade das autoridades, faltavam alimentos para o povo. Às vezes os alimentos ficavam armazenados devido à ganância de uma minoria. O povo, empurrado pela fome, saqueava armazéns públicos e mercados. Isso dava muita repercussão. Muitas das nossas comunidades metiam-se também nos saques. Outros, porém não estavam muitos de acordo. Como tirar as dúvidas?

Foi bom aí alguém lembrar o fato de Jesus, quando apoiou os discípulos colhendo espigas num campo de trigo em dia de sábado, por causa da fome. Jesus defendeu os discípulos da acusação dos fariseus, dizendo bem claro: a vida das pessoas é mais importante de que qualquer lei (2,27)³²⁷.

Se analisarmos o exemplo, podemos identificar o uso do método da leitura popular da Bíblia bem explícito. Na passagem, no primeiro momento, existe uma situação de opressão, a ação por impulso e a dúvida sobre como agir corretamente. Aí vem, em seguida, a reflexão a luz das palavras e ações de Jesus. Exatamente como é descrita a proposta da leitura popular da Bíblia. Essa aproximação justifica a afirmação de que esse modo de ler e interpretar a Bíblia é fruto dos primeiros cristãos, do povo oprimido dos tempos de Jesus. Assim, tanto pode-se fazer um elo entre os sujeitos e as experiências sofridas dos cristãos.

Dessa maneira, esses testemunhos iam sendo difundidos entre as comunidades e, como afirma o texto, os mais estudados iam transcrevendo, ou seja, documentando essas passagens. Com esses inúmeros documentos, e a situação das comunidades cada vez mais difícil por conta da perseguição romana, foi sentida a necessidade de unir esses escritos, como é dito na cartilha, “Nasceu assim a sugestão de formar um pequeno grupo para fazer uma avaliação detalhada da caminhada, para ver melhor os desafios e os apelos de Deus e quais passos dar”. É nesse momento que a figura de Marcos entra na história, contando com sua experiência próxima tanto à Jesus quanto aos apóstolos Pedro e Paulo.

³²⁶ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p.23

³²⁷ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p. 29

A redação do “livrinho” aparece em meio a conflitos internos e externos das comunidades e o Estado romano. São detalhados alguns exemplos, mas o que nos chama atenção na narrativa é alguns sujeitos que ganham destaque na cartilha. Um exemplo é a presença das mulheres como sujeitos ativos nessa caminhada. A ideia de igualdade e dignidade entre os sexos é trazida na cartilha pelo exemplo do papel da mulher na sociedade pagã. É mostrado que para as comunidades cristãs as mulheres tinham um papel importante, “[...] graças à novidade do Evangelho de Jesus, [...]” que mostrava as mulheres como sujeitos fortes e corajosos, dava exemplo de mulheres que foram apóstolas.

Os mesmos apóstolos contavam que houve um grupo de mulheres que se tornaram discípulas de Jesus e o seguiam juntas com eles. Outra coisa que nos tocava bastante era saber que na hora da paixão e da agonia de Jesus, somente elas tiveram a coragem de acompanhá-lo (15/40-41; 15>47). E foram ainda elas as primeiras testemunhas da ressurreição de Jesus (16,1-11). Então — diziam as mulheres das comunidades — porque essa discriminação agora? Isso não combina com o projeto de Jesus. Foi muito importante a participação ativa das mulheres nesse assunto. Ajudou a denunciar preconceitos e a vencer o desprezo sobre a mulher, tão comum na sociedade em que vivíamos.³²⁸

Diante de todo esse esforço de reflexão acerca do contexto de produção do Evangelho, os narradores vão apresentar os objetivos que estavam presentes para servirem de fios condutores para a redação final do “livrinho”.

Os dois questionamentos base são: “Quem é Jesus? Qual mesmo a sua vida Concreta? Qual o seu projeto?” e “que quer dizer acreditar em Jesus Cristo, aqui, em Roma, no meio de tantas dificuldades e perseguições?”. Através da reflexão acerca desses problemas o livrinho vai tomando forma, trazendo referências do texto bíblico original no corpo do texto, assim auxiliando o jovem em uma possível consulta à Bíblia. Dessa forma, a cartilha não era tomada como substituta da Bíblia em si, as referências são utilizadas para que a leitura possa ser intercalada com os trechos citados.

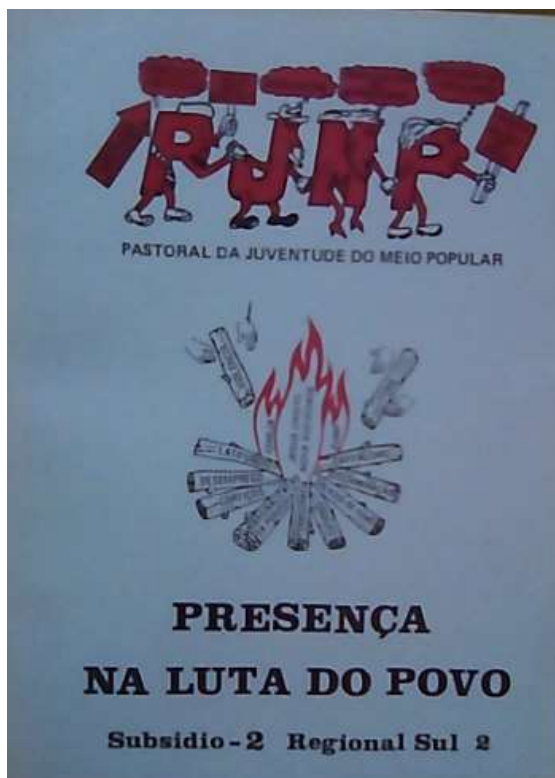
Ao continuar descrevendo a redação final do Evangelho são feitos variados questionamentos que podem ser utilizados nas reuniões dos jovens, digo reuniões, pois que não podemos esquecer que o estudo, usando as cartilhas como material de reflexão, é pensado para mais de uma reunião, visto a extensão de muitas delas, como a do *Evangelho segundo Marcos*, que conta com 70 páginas digitalizadas.

³²⁸ *O Evangelho segundo Marcos*, publicação PJMP Regional Nordeste II, Recife, s/d, p.36

Por fim, os narradores fazem um convite aos leitores para que estes possam fazer uso do “livrinho”, no caso do Evangelho segundo Marcos, ou da própria cartilha, “[...] em comunidade, em clima de acolhida aos apelos de Deus, com os pés no chão do Reino de Deus e dos pobres da terra”.

Em *PJMP – presença na luta do povo*, tivemos acesso logo de início o subsídio impresso. Este contém 155 páginas e estruturalmente é composto por tópicos que trazem textos sucintos sobre as temáticas relacionadas as lutas populares. Também podemos observar propostas de cânticos, orações, questionamentos e reflexões que poderiam ser utilizados como roteiro nas reuniões dos grupos de jovens. Este, diferentemente do anterior, conta com inúmeros desenhos e quadrinhos³²⁹. Uma inovação desse material, frente ao anterior, é que ele traz consigo um glossário para consulta ao final dos vinte tópicos propostos para reflexão e debate.

Figura 18 – Capa *PJMP – Presença na Luta do Povo*.



Fonte: capa da cartilha PJMP Presença na luta do povo

Para esse momento da análise escolhemos alguns temas que foram abordados pelo impresso para que partindo da temática proposta possamos identificar como os elementos o

³²⁹ Analisaremos com mais profundidade o uso das imagens nos subsídios da PJMP mais adiante no texto.

texto bíblico partindo é apropriado por esse outro tipo de estrutura, que sai do âmbito da narrativa da escrita da Bíblia em si, pois que as temáticas já são de alguma forma dadas pela cartilha e os trechos da Escritura também já são selecionados previamente.

No índice do material podemos identificar as seguintes temáticas: Proposta de Deus para os oprimidos; O que é Meio Popular e como se dá sua marginalização; O que é Associação de moradores e Sindicatos? O que é Movimento Popular? Sexualidade na Militância; O que é Partido Político? Espiritualidade, vocação, quais ideais evangélicos? Etc. Nossa proposta, nesse momento, não é tema por tema, mas identificar as características do método da leitura popular da Bíblia presente nos roteiros mediadores das reuniões/encontros. Dessa forma, vamos dar ênfase em como os textos bíblicos vão aparecer e como serão utilizados pelos assessores/coordenadores e jovens da PJMP.

No texto introdutório do material, Alberto Panichella, fala sobre a produção do subsídio dando créditos ao trabalho, em equipe, da Comissão Regional Sul II, Equipe de Assessoria da PJMP, militantes, todos em comunhão para a Pastoral de Juventude do Paraná e para o resto do Brasil. Os roteiros (no plural, pois este afirma que esse subsídio é o segundo produzido por eles), de acordo com Panichella, podem ser usados tanto em reuniões como encontros de um dia, porém, propõe que a reflexão seria de maior proveito em encontros mais prolongados devido a profundidade do material. Ainda sobre uma possível metodologia do encontro, Panichella, sugere que em cada encontro a Bíblia esteja presente nas mãos de cada jovem, pois para ele é importante que os/as jovens possam “[...] constatar os fatos que o texto solicita”.

Outro conselho para um melhor manuseio e aproveitamento do subsídio se faz na lembrança da preparação dos coordenadores e assessores antecipadamente aos encontros.

Por fim, é dito que se espera do leitor contribuições (sugestões e críticas) ao material para que sejam discutidas e incorporadas ou não em reedições do texto. Pois,

Preocupamo-nos constantemente com nossa fé nos compromissos eclesiais e sociais de jovens do meio popular que somos. Contamos com as observações e contribuições de todos e pedimos a Jesus Libertador e Maria, mãe da caminhada, façam crescer em justiça e santidade a PJ, a Igreja e a Humanidade.³³⁰

³³⁰ PJMP – *Presença na luta do povo*. Subsídio 2, Regional Sul II. Evangraf: Paraná – Agosto de 1988. P. 1

O tópico *Qual a proposta de Deus para os excluídos?* Está desenvolvido em duas páginas e meia (a primeira traz um desenho que retrata a caminhada dos jovens da PJMP em busca da “Terra Prometida”) iniciando com uma oração, que traz as boas-vindas ao grupo e pede que nesses encontros possa haver o entendimento da mensagem trazida pelo Espírito Santo, o amadurecimento da fé e o compromisso do grupo que está ali reunido com a comunidade, a Igreja e a Sociedade.

Logo após a oração e o canto de abertura é exposta a ideia de que o estudo da Bíblia os mostrará a caminhada conjunta de Deus e seu povo e, que a Escritura conduz à liberdade plena, propondo-lhes a Libertação. Para dar legitimidade ao que foi dito são citadas passagens do Êxodo³³¹, que narram a aliança feita por Deus e o grupo de escravos libertados do Egito. Nas linhas que se seguem o tema central do debate, ideia de Libertação, é trazida pela aliança firmada com Deus, a partir dos Dez Mandamentos. E, essa Libertação vem por meio de uma longa caminhada, “um longo processo de luta penosa”.

Com esse mote, o roteiro começa a introduzir os questionamentos sobre a a opressão ao meio popular e, mais especificamente, ao jovem do meio popular. Os assessores/coordenadores que estiverem mediando o encontro, ao lançarem perguntas como: O que é a opressão e quem são os oprimidos? Nós, jovens do meio popular, somos oprimidos? Como? Qual a imagem que temos de Deus? Qual a atitude de Deus em relação à opressão? proporcionam aos jovens um momento de pôr em questão sua realidade. Ou seja, as questões são estímulos para a identificação e compreensão das opressões vividas pelos jovens no dia a dia.

Após esse momento, nos tópicos *Reflexão* e *A Bíblia nos fala*, os jovens são chamados a voltarem à Bíblia para aprofundar, partindo de outros exemplos, seu entendimento do que seria e como se daria a luta por essa Libertação proposta por Deus.

Se percebermos a situação hoje, veremos que ainda existe uma necessidade muito grande de libertação do povo. A opressão continua acontecendo em todas as esferas da sociedade. O homem ainda não conseguiu a sua libertação integral, mas a proposta de libertação que Deus fez, continua muito viva para todos os cristãos. Através da Igreja, Deus continua a nos convidar para lutarmos por justiça e fraternidade. [...].³³²

Logo após a reafirmação da proposta libertadora de Deus para o povo, é pedido que se leia mais um texto presente na Bíblia, dessa vez, Lucas 7, 18-23 e são sugeridas outras

³³¹ Ex. 19,4

³³² PJMP – *Presença na luta do povo*. Subsídio 2, Regional Sul II. Evangraf: Paraná – Agosto de 1988. p. 6

questões para dar mais elementos para o aprofundamento do tema. Nesse trecho, Jesus cura enfermidades, males e espíritos maus na frente dos discípulos de João Batista para que dessa forma estes pudessem voltar com a resposta da indagação de João: “És tu aquele que havia de vir, ou esperamos outro?”. Depois da leitura, as questões que são propostas vêm para, como afirma o material, “confrontar a palavra de Deus com a nossa realidade”.

Jesus nos traz a proposta do Reino. Quis são os sinais que anunciam este reino? Quais são as categorias de pessoas que Jesus prioriza no texto que acabamos de ler? Quando Jesus fala: “os cegos veem, os coxos andam, os leprosos são curados, é só no sentido físico ou também para despertar a consciência do povo sofrido? Hoje, pela obra de Deus, o que significa: “os cegos veem, os coxos andam e principalmente, os mortos ressuscitam (sic)?”

Como já afirmamos acima, entendemos que os questionamentos são necessários para ascender o debate entre os jovens. O texto bíblico, assim como é pensado no método da Leitura Popular, é a luz que ilumina a realidade vivida por esses jovens. Ilumina para o descobrimento da opressão e dá sentido à luta por justiça e libertação.

Quando passamos para o próximo tópico: *Qual é a realidade da nossa juventude das periferias do Paraná?* Percebemos que os temas são interligados. Num primeiro momento, a ideia é uma formação que traz a reflexão do que é libertação e opressão, depois disso passamos a analisar a realidade mais específica dos jovens que confeccionaram a cartilha, a PJMP do Paraná, seguindo com a identificação de quem é o opressor, como ocorre a opressão e assim, por fim, depois de entender todos os lugares em que o jovem pode se engajar para lutar contra essa realidade opressiva, traz na PJMP um desses lugares de acolhimento e resistência.

Assim, podemos inferir que a utilização da Bíblia nas reuniões da PJMP, sob a leitura popular do texto bíblico, se faz como uma leitura revolucionária. Afinal, os escritos sagrados são utilizados como fonte de inspiração, entendimento e fermento para a formação do sujeito que resiste. Em todas as propostas de leitura da Bíblia encontramos as questões que direcionam para a identificação da situação vivida pelos primeiros cristãos e de como aquele acontecimento se aproxima com as situações vividas no dia a dia dos jovens. Como podemos ver abaixo.

PALAVRA DE DEUS:

O povo de Deus vivia numa situação parecida com a nossa. Vamos ouvir este relato lá do Egito, 1250 anos antes da vinda de Jesus.

1ª Leitura: do livro do Êxodo. Ex. 1, 8-16.

2ª Leitura: do livro do Êxodo.

No decurso desse longo período, morreu o rei do Egito. Os filhos de Israel, gemendo sob o peso da escravidão, puseram-se a clamar. E do meio da escravidão seu grito de socorro subiu até o céu. E DEUS ESCUTOU SUAS QUEIXAS E SE LEMBROU DA

ALINAÇAQUE TINH FEITO COM ABRAÃO, ISAAC E JACÓ. Deus olhou para os filhos de Israel e deu-se a conhecer a eles. (Ex. 2, 23-25)

VAMOS REFLETIR:

- 1 – O que Deus sente perante a situação do povo de Israel explorado e oprimido no Egito?
- 2 – O que Deus sente perante nós, seu povo, explorado e oprimido hoje?

Nas temáticas que são mais específicas sobre os problemas da juventude empobrecida, o material procurou contextualizar, através de uma breve história do nascimento dos sindicatos e dos partidos políticos, no Brasil e no mundo, a importância e a legitimidade daqueles lugares de luta. Como podemos observar no trecho abaixo, onde a reflexão é feita com a aproximação da memória dos primeiros cristãos, narrada na Bíblia, com a vivência das comunidades e a organização delas para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Nós, como jovens pobres e cristãos, temos que buscar a união se queremos a nova sociedade justa e igualitária. Os primeiros cristãos viviam na prática esta igualdade. Vamos ler o texto dos Atos dos Apóstolos 4, 32-35, que serve de exemplo e deveria ser seguido por nós, jovens, para construirmos na prática entre nós esta igualdade. [...]. (PJMP, 1989, p. 67)

Ainda, no tocante a importância da construção e integração nesses espaços pelos jovens, a cartilha evoca, novamente, as passagens bíblicas para legitimar seu engajamento nesses instrumentos de luta popular.

A BÍBLIA NOS FALA:

Os sindicatos são um dos instrumentos de organização dos trabalhadores. Na Bíblia, nós vemos que é o povo dos pobres, o povo trabalhador que unido procura construir o Reino do Amor, onde a justiça, o trabalho e o pão serão para todos. Vemos que Deus não escolhe os sábios ou poderosos para a missão, mas sim os humildes e oprimidos. Vamos ler o texto do Êxodo 4, 10-16.

{Vamos refletir um pouco e conversar no grupo}:

- Por que Deus se irrita com Moisés?
- Quando Deus se irrita conosco hoje?
- O sindicato pode ser um espaço pelo qual podemos colaborar na construção do Reino de Deus? Por quê? (PJMP, 1989, p.76)

Percebemos, que além das reflexões incentivadas pelos assessores da pastoral, o subsídio também entende a importância da fala de outros sujeitos, no caso específico que estamos tratando, os sindicalistas, para dar uma base mais profunda sobre o debate. Assim, nas indicações metodológicas, que o impresso traz, se pede que convide um sindicalista do bairro para que este possa expor as lutas da categoria para os jovens e reforça a legitimidade da filiação e atuação dos jovens trabalhadores nos sindicatos de suas categorias. É importante ressaltar que, nesse período, final da década de 1970 e início dos anos 1980, com o movimento grevista de 12 de maio de 1978, nas fábricas de caminhões da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo – SP, o movimento sindicalista do Brasil, emerge como grande força política. Com o *Novo Sindicalismo*, os operários brasileiros criaram em 1983, a Central única dos Trabalhadores

(CUT) e em 1986 a Confederação Geral dos Trabalhadores. Além de terem constituído as bases para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dessa maneira, como uma das características presentes na PJMP era a militância para além da pastoral, onde os jovens pudessem trazer outras reflexões para dentro da formação da pastoral, como também o incentivo para a atuação em outros movimentos sociais e, assim, agirem em diversas frentes.

Entendemos que a leitura da Bíblia feita pelos jovens, baseados nessa metodologia que surge nas CEBs e, é pensada e apropriada pelo cristianismo da libertação, na forma de um método, a *Leitura Popular da Bíblia*, faz parte do projeto de juventude proposto pela PJMP, projeto esse de movência em prol da construção desse novo Reino de Deus na Terra, do mundo sem opressão, na chave desse *devir revolucionário* presente na esquerda católica³³³, em nosso caso específico na Juventude, da década de 1980. Veremos no próximo tópico, como as cartilhas produzidas pelo clero progressista, identificadas como sendo de orientação política, foram entendidas pelos órgãos de vigilância e repressão do governo ditatorial. Também analisaremos como esses órgãos percebiam e monitoravam a movimentação da Pastoral da Juventude do Meio Popular e sua proximidade e identificação com o clero progressista.

5.2 “O incitamento à luta de classes é permanente”: a PJMP sob o olhar da comunidade de informações.

Mais uma vez fica demonstrada a ampliação das atividades do Clero Progressista, arregimentando, orientando e politizando os jovens para conduzi-los aos interesses daquela ala da Igreja. Politicamente, se bem que de forma um pouco mais discreta, fica evidenciada novamente a opção pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o incentivo às discussões de temas políticos nos encontros de jovens ligados às Pastorais. Convém assinalar que o encontro em apreço não causou repercussão considerável nesta área, porém seus efeitos deverão ser sentidos a partir da reunião prevista para os dias 06 e 07 de Nov 82, em BELO HORIZONTE/MG, e dos outros eventos já programados.³³⁴

Os órgãos de informações do governo autoritário, buscaram de todas as formas estarem atentos a todos os movimentos dos grupos opositores. Dessa forma, a Pastoral da

³³³ De acordo com Marcos Napolitano (2017, p. 264-65), a esquerda católica surge da aproximação da Igreja Católica com os fiéis, a partir dos movimentos laicos, ao longo do século XX, mais precisamente, em sua segunda metade e no meio das juventudes católicas, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Ainda segundo o autor, essa aproximação “[...] acabou por contaminar a instituição dos novos valores políticos surgidos na luta por justiça social e defesa dos interesses populares, consolidando na hierarquia católica o conceito de Igreja como ‘povo de Deus’, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II (1961-1965)”.

³³⁴ Informação nº 137/19 ABH/82, 28 de setembro de 1982, Serviço Nacional de Informações, Agência de Belo Horizonte.

Juventude do Meio Popular, como movimento de jovens empobrecidos ligados à luta contra a exploração do povo de Deus, figurou em dezenas de documentos produzidos pelos espiões da ditadura. O trecho acima, pode nos dar uma pista de como esses sujeitos eram vistos pela comunidade de informações³³⁵, sejam autores de atividades ditas subversivas ou como sendo massa manipulada pelos membros do clero progressista.

Dessa forma, entendemos ser importante compreender como os serviços de espionagem do governo ditatorial percebiam a atuação do clero progressista na formação da juventude católica e, principalmente, na formação dos jovens militantes da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Assim, buscamos no acervo do Sistema Nacional de Informações (SNI), que se encontra digitalizado na plataforma do Serviço de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), documentos da repressão que trouxessem lampejos sobre como era vista a atuação da Pastoral da Juventude do Meio Popular por esses órgãos.

Ao colocarmos Pastoral da Juventude do Meio Popular, no mecanismo de busca do SIAN, encontramos dezenas de documentos que direta ou indiretamente faziam menção à pastoral. Dessa forma, nossa escolha se baseou em documentos que tinham como objetivo relatar eventos, encontros ou material organizados e produzidos sobre a atuação da PJMP. Além de entender como os órgãos de repressão classificavam e percebiam as atividades desenvolvidas pela PJMP, como podemos observar no informe abaixo, que trata sobre um debate, sobre o tema “Juventude Realidade Nordestina”, promovido pela PJMP, da Diocese de Juazeiro da Bahia, em 1983.

³³⁵ De acordo com Paulo César Gomes (2014, p. 98) “Denomina-se ‘comunidade de informações’ o conjunto de órgãos de informações civis e militares então em funcionamento no período da ditadura militar.”

Figuras 19 e 20— Relatório do SNI sobre evento organizado pela Diocese de Juazeiro da Bahia, 01 de dezembro de 1983.


039324 84

CONFIDENCIAL

01/02

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORME Nº 357 /19/AC/83



DATA : 01 Dez

ASSUNTO : DEBATE "JUVENTUDE REALIDADE NORDESTINA".

ORIGEM : ASV/SNI (PRG 24583/83).

AVALIAÇÃO : A-1.

DIFUSÃO : CIE-CISA-CIM-CI/DPF.

1. A Diocese de JUAZEIRO/BA promoveu, no período de 22 a 24 Set 83, na sede da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), naquela cidade, um debate intitulado "Juventude-Realidade Nordestina".

2. O Padre GERVÁSIO FRANCISCO DEZEM (Padre "CHI QUINHO"), "progressista", utilizando o tema "Juventude na Sociedade da AMÉRICA LATINA", pregou a necessidade de uma maior união da juventude, para exigir sua efetiva participação nos destinos do País. Segundo ele, "o poder, na AMÉRICA LATINA, encontra-se nas mãos dos generais", e a "força dos jovens, bem está unida, representa um iminente perigo aos poderosos".

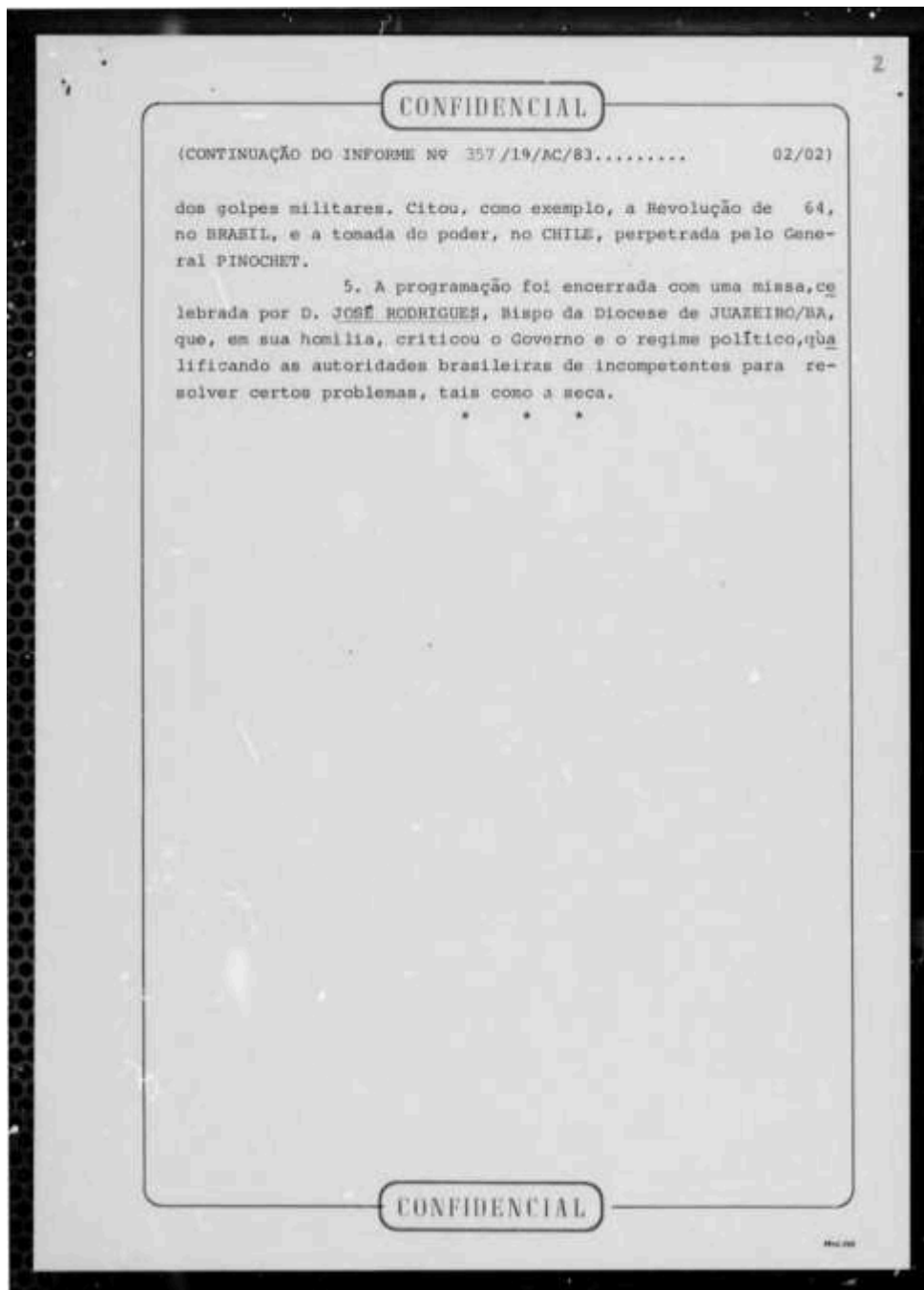
3. O Vereador PAULO CÉSAR ANDRADE DE CARVALHO (PMDB/JUAZEIRO/BA), usando da palavra, na ocasião, declarou: "O atual regime é um totalitarismo falido. As autoridades brasileiras estão perdidas. Os problemas do BRASIL só poderão ser resolvidos com o povo indo às ruas, para uma luta franca e aberta, a exemplo dos 'quebra-quebras' de ônibus ocorridos em SALVADOR e SÃO PAULO".

4. Complementando as idéias de PAULO CÉSAR ANDRADE, o Vereador JOAQUIM FLORENCIO (PMDB/PETROLINA/PE) afirmou que, antes de tudo, é necessário que o povo se organize, para enfrentar organismos, como a Escola Superior de Guerra (ESG), que, nos países latinos, se encarregam de facilitar o desfecho

CONFIDENCIAL

1/2

Mud.20



Fonte: Informe SNI nº357, 1983.

Neste documento de 1983, um informe confidencial produzido pelo SNI, relatou o fato ocorrido, os participantes, trouxe algumas falas críticas ao governo militar, mas, mesmo assim, não propõe uma análise sobre o momento, não esboçando nenhum sentimento frente ao que foi dito. Como poderemos ver em outros documentos no decorrer deste tópico.

Lembremos que mesmo com o inicial apoio dado pela Igreja Católica ao movimento golpista de 1964, o regime ditatorial estava com os olhos bem abertos frente a

atuação dos membros do clero que tivessem uma postura progressista, vide a vigilância sobre Dom Hélder Câmara, desde os primeiros momentos do governo autoritário. (GOMES, 2014, p. 114) Assim, a comunidade de informações, sempre esteve alerta aos comportamentos que pudessem dar margem a críticas ao governo militar, como afirma o historiador Paulo César Gomes (2014, p. 113) “As atividades da espionagem atingiam diversos grupos da sociedade brasileira. Seus agentes viam inimigos por todos os lados e, caso não os encontrassem, inventavam-nos.”

Só a partir de 1970, aproximadamente, a Igreja Católica começaria a ocupar a atenção dos órgãos de informações com mais intensidade. De todo modo, já em meados da década de 1960 é possível encontrar evidências de que alguns bispos estavam sob a vigilância desses órgãos. Contudo eles não eram adversários quaisquer. (GOMES, 2014, p. 113-114)

A comunidade de informações, como já citamos, era formada pelos diversos órgãos de informações, sejam civis ou militares, como por exemplo o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), entre outros³³⁶. Conforme Paulo César Gomes (2014) esses aparatos repressivos, desde a tomada do poder pelos militares, já estavam sendo montados. Além de que, não seria uma prerrogativa apenas da ditadura implantada em 1964, a existência de órgãos de vigilância. Visto que

A existência de órgãos de informações não é uma peculiaridade de regimes autoritários, tampouco é incompatível com os governos democráticos. [...] A ditadura militar contou com um complexo sistema de informações que acabou extrapolando suas funções quando começou a entrar na esfera particular da vida dos cidadãos. Ao se tornar um sistema de espionagem, passou a ser mais uma maneira de “caçar” os inimigos da “revolução”, isto é, mais um dos tentáculos do aparato repressivo. (GOMES, 2014, p. 91)

Dentre as centenas de documentos que tratam sobre a atuação da Igreja Católica, como por exemplo, os dossiês sobre os bispos progressistas, estudados pelo historiador Paulo César Gomes³³⁷, encontramos muitas citações que se referiam a atuação da Pastoral da Juventude do Meio Popular, como o informe do Centro de Informações da Marinha

³³⁶ Conforme Gomes (2014, p. 99-100) “A marinha foi a primeira das Forças Armadas a se preocupar com a área de informações. O centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi criado em 1957 e sua finalidade inicial era suprir os interesses específicos da força. [...] Já o órgão de informações da Aeronáutica foi fundado em 1968, sendo inicialmente denominado N-Sisa. Em 1970, passou a se chamar Cisa. [...] O mais importante foi, porém, o CIE [Centro de Informações do Exército], criado em 1967. Era o serviço que dispunha do maior número de funcionários e o que esteve mais empenhado no combate à luta armada.”

³³⁷ GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

(CENIMAR), sobre a realização da *Semana do Negro em Juazeiro-BA*³³⁸, produzido em 14 de dezembro de 1982 e disseminado para os demais órgãos de informação³³⁹, tendo seu conteúdo classificado como confidencial³⁴⁰.

Nesse informe, que não está identificado seu autor, somente a rubrica de quem foi o responsável pela distribuição para os outros órgãos, podemos observar o detalhamento do evento, um ciclo de palestras em “homenagem a raça negra”, que aconteceu em Juazeiro da Bahia, organizado pela Diocese por meio da Pastoral da Juventude do Meio Popular, com início no dia 20 de novembro e estendendo-se até o dia 29 do mesmo mês, no ano de 1982. No corpo do texto, temos nomes de palestrantes, todos em caixa alta, tema de cada palestra e a identificação de outros grupos que em conjunto com a PJMP deram suporte a concretização do evento, como o Movimento Negro da Bahia. De acordo com o informe, algumas falas foram transmitidas pela Rádio Juazeiro, outras aconteceram no Centro Catequético. O encerramento do evento contou com uma missa celebrada pelo bispo Dom José Rodrigues e conferência com o representante do Movimento Negro da Bahia, Moacir Pinto, no Centro Catequético com a presença de integrantes dos clubes de jovens da cidade.

O documento, diferente de outros por nós analisados e que traremos a seguir, apenas detalha o acontecimento. Não traz, como em outras narrativas, opiniões ou juízos de valor do produtor do texto. Porém, enquadra-se nos padrões de feitura descritos por Paulo César Gomes (2014), de acordo com o historiador, esses relatórios tinham algumas características em comum, ou seja, tinham um padrão a ser seguido.

Os relatórios, em sua maior parte, iniciam-se com um cabeçalho padrão do qual constam o grau de sigilo, a data, o assunto, o órgão onde foram produzidos e a indicação dos locais para onde seriam difundidos, além da lista dos anexos que porventura acompanhem o processo. Normalmente, há na página inicial um carimbo com a frase: “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”, indício de certas contradições do regime no que se refere ao seu entendimento sobre democracia. (p. 107)

³³⁸ Informe nº 1223 – CENIMAR, de 14 de dezembro de 1982. *Semana do Negro em Juazeiro*. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/83030162/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83030162_d0001de0001.pdf último acesso em: 07.04.2023

³³⁹ No informe consta que esse documento foi enviado para a Agência Central do SNI (AC/SNI, o Centro de Informações do Exército (CIE), para o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e para o Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal (CI/DPF).

³⁴⁰ O sigilo dos documentos produzidos pelos órgãos de informação da ditadura militar fora regido pela Lei nº 60.417, de 11 de março de 1967, que aprova o regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Essa lei foi revogada pelo Decreto nº 79.099 de 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d60417.htm último acesso em 07.04.2023

Muitos dos relatórios trazem, em seus anexos, recortes de jornais, panfletos, cartilhas ou outros materiais que fazem referência ao assunto tratado pelo documento. No relatório do CIE, de origem do I Exército, produzido em 05 de março de 1982, tendo como assunto a PJMP, descreve objetivamente do que trata o relatório da PJMP que está em anexo. Na descrição, como podemos observar no trecho destacado abaixo, encontramos um posicionamento, mesmo que sutil, em relação ao clero católico, no geral e, em específico a pastoral.

3. Tal engajamento já é comprovado pela ação das massas em sindicatos, associações de bairros e outras organizações infiltradas por elementos de esquerda bem como pela participação do PMDB e PT.

4. Tal trabalho [de engajamento nas lutas populares], realizado por parte do clero, não pode ser visto em separado daquele que vem sendo realizado, visando a reativação da JOC, em âmbito, também, nacional.³⁴¹

Em outro documento, já nos anos 1990³⁴², temos um relatório³⁴³ sobre a 5ª Romaria da Terra, que aconteceu em Limoeiro do Norte, no Ceará. Sob o tema “Terra e Água, vida do povo”, em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra/Regional Ceará (CPT/CE) a PJMP teve seu nome citado no texto como uma das entidades presentes no evento. Nesse relatório podemos encontrar detalhes do desenvolvimento da romaria, como objetivos³⁴⁴ a serem atingidos com o evento e a programação com horários e locais, como seu ponto de encontro e início das movimentações, que podemos observar na imagem abaixo.

³⁴¹ Informe nº 38, CIE, 05 de março de 1982. Assunto: Pastoral da Juventude do Meio Popular. Anexo relatório “Relatório da Comissão de Articulação Nacional da Pastoral de Juventude do Meio Popular. (16 páginas) Disponível em:

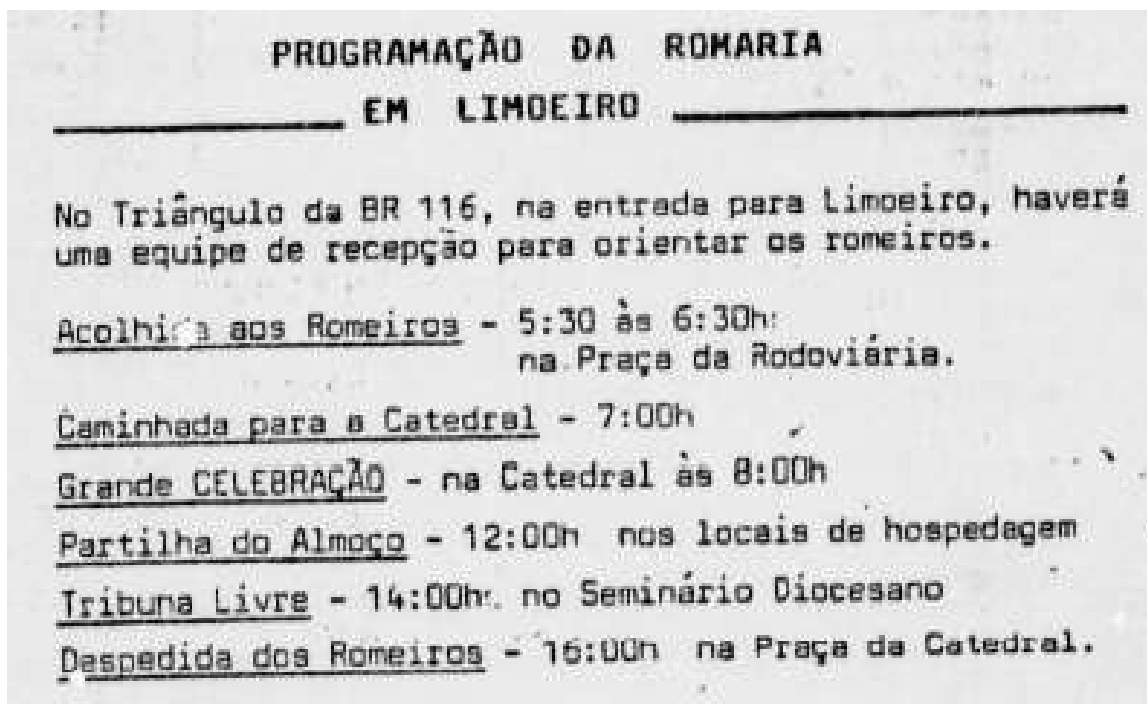
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82005955/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82005955_d0001de0001.pdf último acesso em: 07.04.2023

³⁴² O SNI foi extinto pela medida provisória n. 150, de 1990. Suas atribuições foram delegadas à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e a Polícia Federal. Mais informações sobre no link: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/69-acervo/160-servico-nacional-de-informacoes.html#:~:text=O%20SNI%20foi%20extinto%20pela,Rep%C3%BAblica%20%C3%A0%20Pol%C3%ADcia%20Federal> Último acesso em 25/07/2023

³⁴³ Nesse documento não encontramos muitas informações de origem ou que órgão foi o seu produtor. Podemos inferir que foi produzido em 1990 e que deu entrada na ACE no dia 5 de novembro de 1990, confidencial com nível de sigilo “W” e com o total de 28 páginas, contando com os anexos.

³⁴⁴ “Fazer frente aos projetos de grandes barragens que possam provocar inundações; prestar solidariedade aos trabalhadores atingidos por esses projetos; incentivar uma Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores rurais; repudiar a expulsão constante dos trabalhadores do campo e a concentração de terra e das águas nas mãos dos latifundiários e posicionar os trabalhadores rurais contra a construção de barragens que só visam os interesses de grandes latifundiários.”

Figura 21 – Programação da Romaria em Limoeiro do Norte, Ceará.



Fonte: Informe nº 38, CIE, 05 de março de 1982

Alguns nomes de representantes do clero³⁴⁵ são citados, para além destes, outros sujeitos também são citados no documentão como a deputada federal Maria Luíza Menezes Fontenele³⁴⁶, a candidata a deputada estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB – CE),

³⁴⁵ Dom Benedito Francisco de Albuquerque, Dom Manuel Edmilson da Cruz (Bispo Auxiliar de Fortaleza/ce), Dom Geraldo Nascimento (também Bispo Auxiliar de Fortaleza/CE), Dom Pompeu Bezerra Bessa (Diocese de Limoeiro do Norte/CE) e Dom Adélio Tomazin (Diocese de Quixadá/CE). O documento cita que estavam presentes, além destes bispos, cerca de 32 padres de diferentes dioceses do Estado do Ceará. Ao lado de cada nome, entre parênteses, há uma numeração que suponho que seja das fichas biográficas que estes sujeitos deveriam ter nos órgãos de vigilância do regime ditatorial.

³⁴⁶ “Nascida em 27 de novembro de 1942, na cidade de Quixadá (CE), Maria Luiza foi a primeira prefeita a ser eleita em uma capital do Brasil. Suas origens remetem ao movimento estudantil secundarista e universitário e à juventude católica. Ela participou ativamente da oposição à ditadura no estado do Ceará, bem como do Movimento Feminino pela Anistia aos perseguidos pelo regime militar. Ex-deputada estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reeleita pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Maria foi também uma das fundadoras da União de Mulheres Cearenses (UMC). Quando candidata à prefeitura da cidade de Fortaleza, Maria Luiza já estava filiada ao Partido dos Trabalhadores, legenda na qual ficou até o ano de 1987, quando foi expulsa em meio ao descontentamento popular com sua gestão. Com discurso socialista, a ex-prefeita ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi eleita deputada federal em 1990. Suas lutas estavam vinculadas à defesa da reforma agrária, reforma urbana e da Educação. Em 1993, deixou o PSB e se filiou ao PSTU, partido em que ficou até 1998. Hoje professora aposentada, continua a participar de movimentos sociais no estado do Ceará. Foi fundadora do Crítica Radical, movimento que prega o "não voto". Maria Luíza, atualmente, desacredita da representação política dentro dos moldes do sistema capitalista. A fé na possibilidade de um novo mundo e de novas formas de fazer política levou Maria Luiza em, 2011, a Nova Iorque para seguir de perto o movimento Occupy Wall Street.” Biografia disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-luiza-menezes-fontenele> /Último acesso em: 08.10.2023

Rosa Maria Ferreira da Fonseca³⁴⁷, derrotada nas últimas eleições e Antonio Rodrigues de Amorim³⁴⁸, também candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT/CE).

Nos anexos, vários materiais são apresentados para corroborar com os detalhes dados pelo autor do relatório como as duas folhas, frente e verso, com os cânticos entoados pelos participantes, as frases escritas nos cartazes e nas faixas e a cartilha de preparação para a Romaria, com horários e locais que iriam acontecer as ações programadas pelos organizadores. Por fim, o autor do documento traz os tópicos abordados na carta lida aos romeiros, no

³⁴⁷“Ex-vereadora da capital cearense e ex-presa política, Rosa da Fonsêca começou sua trajetória sendo professora. Ensinava as mais diversas matérias: português, matemática, ciências. Ela era contratada como professora licenciada. Na época, a categoria ficava meses sem receber o salário. Foi aí que, aos 18 anos, participou de sua primeira greve, quando lecionava em Quixadá. Era 1967, e esse seria o começo de uma extensa jornada ao lado do movimento estudantil. Rosa da Fonsêca teve participação na luta estudantil nos anos de ditadura militar no Brasil. Além disso, foi presa e vítima de tortura antes de fundar, em 1973, o grupo Crítica Radical, ao lado de Jorge Paiva, Célia Zanetti, Maria Luiza Fontenele (ex-prefeita de Fortaleza) e outros militantes de esquerda. Rosa também teve grande destaque quando contribuiu para a ação e reorganização dos movimentos sociais nos últimos trinta anos de história política no Brasil. Foi sindicalista e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Ceará.” Biografia disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2022/06/03/quem-foi-rosa-da-fonseca-ex-vereadora-e-militante-de-esquerda-que-morreu-nesta-quarta-1.html> Último acesso em: 08.10.2023

³⁴⁸“ Antônio Rodrigues de Amorim, filho de Agostinho Rodrigues de Oliveira e Josefa Ribeiro Lima, nascido na comunidade de Abóbora, município de Tauá-CE, casado com Iraci Loiola de Sena Amorim. É pai de quatro filhos, Adonai Rodrigues Loiola, Valéria Rodrigues Loiola, Antônio Helder Loiola Amorim e Olga Rodrigues Loiola. Iniciou sua história, como agricultor, em Tauá, em 1978. Como a maioria dos jovens do interior, veio morar em Fortaleza-CE em 1978/79. Na capital, começou trabalhando como garçom. Em 1980, retornou a sua cidade-natal, montando seu próprio empreendimento (um bar), trabalhando também na agricultura. Um ano depois, em 1981, liderou o movimento de oposição sindical, no município de Tauá, vindo a eleger-se, em 1986, presidente deste sindicato. Em 1982, participou do Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Bernardo do Campo-SP, exercendo o mandato de Diretor Nacional da CUT de 1982 a 1988. Criou o primeiro Departamento Rural da CUT em janeiro de 1988. Foi candidato a Deputado Federal Constituinte, em 1986, sendo o candidato mais votado da coligação PT/PSB, com 23.237 votos. Participou de todas as mobilizações das emendas populares, referentes às questões sociais, ao desenvolvimento agrário e à política agrícola, entregando ao Deputado Ulisses Guimarães quatro milhões e novecentas mil assinaturas para as três emendas. Foi diretor da CUT Estadual de 1982 a 1991. Foi Delegado Regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, em Crateús-CE, de 1986 a 1995. Foi Diretor Estadual da FETRAECE de 1992 a 1995. Em 1995, iniciou, em seu município, sua atuação como Técnico em Contabilidade, trabalhando em associações comunitárias, sindicatos e cooperativas. De 1997 a 2000, atuou na equipe técnica de Assessoria Técnica e Extensão Rural- ATEs, no Estado do Piauí, atuando na área de contabilidade e gestão dos agricultores. De 2002 a 2004, atuou como supervisor das equipes técnicas, relacionadas com SEBRAE/INCRA, no Estado do Ceará, trabalhando nas regiões dos Inhamuns, Centro-Sul e Jaguaribe. Em 1994, prestou vestibular, com êxito, para Ciências Contábeis, na Faculdade Metropolitana, em Tauá, concluindo seu curso em junho de 1998. De 1998 até 2007, atuou como Contador e agricultor na área de produção orgânica no município de Tauá. Desde 2007 até 2014, foi secretário adjunto da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. Além disso, cursa especialização em Gestão Empresarial em Cooperativas pela Universidade Federal do Ceará.” Biografia disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/quem-e-quem/> último acesso em: 08.10.2023

encerramento da 5ª Romaria, que contou também com o plantio de uma carnaubeira simbolizando o evento.

Nesta fonte, também não encontramos nenhuma análise do autor do documento que criticasse ou que julgasse o evento, frente aos valores e preceitos individuais ou do regime governamental anterior, mas a riqueza de detalhes sobre o desenrolar do fato nos faz questionar, principalmente por já estarmos em um regime democrático, a necessidade dessa vigilância aos movimentos envolvendo o clero católico e os movimentos sociais.

São muitos documentos, nos arquivos do SNI, que citam a PJMP, pois que a pastoral esteve envolvida, muitas vezes, nas mais variadas manifestações e eventos juntamente com os principais movimentos sociais da época, como a Comissão Pastoral da Terra, as Comunidade Eclesiais de Base (CEB), entre outros que não estavam diretamente ligados à Igreja Católica como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Temos como exemplo, dessas inúmeras parcerias da PJMP com outros movimentos populares, a Manifestação de Trabalhadores Rurais, descrita no ACE nº 003865/87, confidencial, que trata sobre a realização deste evento, em 28 de agosto de 1987, na cidade do Crato/CE, sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE).

A manifestação reuniu cerca de 1000 pessoas e contou com uma passeata pelas ruas da cidade do Crato/CE e um ato público. Além da presença do Padre Francisco Ivan de Sousa, representando a PJMP, estiveram presentes o Vereador Francisco Lopes da Silva (PC do B), o Militante Roberto José Siebra Maia (PC do B), além de representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Inclusive, nesse documento encontramos todos os dados do Padre Francisco Ivan de Souza, como data de nascimento, filiação, estado civil, identidade com expedição e endereço. Não constando, a mesma ficha de dados cadastrais, dos outros envolvidos no evento.

Mas também, encontramos relatórios específicos sobre a PJMP, como o já citado informe do Centro de Investigações do Exército (CIE) e da própria Polícia Militar, que também fornecia informações para a comunidade de informações. Um exemplo de documento que tratava de assuntos diretamente ligados à PJMP foi o relatório da PM da Bahia, que em 1984, produziu o informe nº 920/84-PM/2-1-PMBA, que vai trazer como anexos um manifesto e nota de esclarecimento que a PJMP da Diocese de Barra/BA que fora distribuído junto à

comunidade. Nesse relatório, não há a produção de uma análise sobre o documento anexado, diferente de outros relatórios que traziam mais informações e análises sobre os fatos expostos.

No manifesto, os jovens da PJMP de Barra/BA trazem à comunidade suas insatisfações e preocupações sobre a situação do mercado de trabalho na cidade, trazendo dados de desemprego, más condições de trabalho e desrespeito às leis trabalhistas. É importante frisar, assim como em outros materiais da PJMP, os textos são baseados em estudos, sejam eles feitos pelos órgãos oficiais como o IBGE ou pelos próprios jovens. Esses levantamentos de dados, que encontramos nos subsídios produzidos pela pastoral, são entendidos por nós, como elementos de conhecimento da realidade, pois que não basta olhar: é preciso partir do real, se afastar para analisar de forma contundente o problema. Para além, da seriedade com o trato das informações a serem repassadas para a população, a PJMP busca, a partir dessa exposição de dados, uma maior credibilidade e legitimidade perante suas críticas à exploração das classes populares. Após a exposição dos problemas, os jovens propõem algumas sugestões para promover um debate público e amplo sobre a temática do manifesto.

No relatório ACE nº 003940/87, o órgão de informação faz referência a organização e funcionamento do Clero no Progressista do Estado do Ceará. Esse relatório é uma retransmissão do Informe nº 212/87 – SI/SR/DPF/CE, datado na origem de 09 de novembro de 1987. Em suas 18 folhas, o documento traz uma minuciosa descrição das atividades pastorais da Diocese de Fortaleza, citando a Pastoral da Família, Pastoral Urbana, Pastoral do Matrimônio, Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Pastoral Social e, não para a nossa surpresa, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, com seus objetivos e relação de pessoas que trabalhavam em cada um desses setores, todos ligados a linha progressista. Dentre as descrições, com citação de nomes já conhecidos pelos órgãos de informação como Dom Aluísio Lorscheider, o documento traz também informações sobre órgãos internacionais que cooperavam com o clero progressista cearense, como o *Comite Catholic Contre la faim et pou development*, com endereço e colaboradores. Como já dissemos, a PJMP também é citada neste informe, com destaque a especial atuação do Clero Progressista em seu meio. Em sua descrição, traz os objetivos da pastoral e cita nominalmente o Padre José Teixeira como mentor do planejamento da PJMP, por conta de suas reflexões feitas quando frequentou um curso sobre Pastoral Social, na Colômbia.

No informe nº 012/82, produzido pelo I Exército, 4ª DE – 2ª seção, de Belo Horizonte – MG, tendo como assunto principal a PJMP, faz saber aos demais órgãos da

repressão, a existência de dois tipos de Pastoral de Juventude, a genérica e a do meio popular. Assim, sabendo da necessidade de estabelecer diferenças para poder identificar os sujeitos e as ações desenvolvidas por cada pastoral, define a PJMP como seletiva, pois “[...] só escolhe jovens residentes nas periferias dos centros urbanos e na zona rural, isto é, só os jovens pertencentes às classes mais pobres [...]”. Dessa maneira, o autor do documento, afirma que o fato de escolher apenas os “explorados” e “oprimidos”, a PJMP busca “[...] incutir no jovem a consciência de classe social, comprometendo-se com a classe a que pertence, induzindo-o à militância na luta de sua classe”.

Neste mesmo documento, está, em anexo, um boletim elaborado pela Comissão Interregional do Nordeste da PJMP, que o autor afirma ser um convite à reflexão sobre os dois tipos de pastoral, tendo sido distribuído durante o encontro de coordenadores de grupos da Pastoral da Juventude Popular, no dia 15 de novembro de 1981. Além de dispor do boletim, o informe cita nominalmente os participantes do encontro e relata que houve uma fala, do Padre Antônio Martins Pinheiro, analisando sob sua ótica os partidos políticos. Não contente com a citação indireta sobre o fato, o autor do documento cita diretamente o que foi dito pelo Pe. Pinheiro, nos fazendo supor que houve sua infiltração no encontro. Estratégia frequentemente usada pelos órgãos de vigilância e repressão do regime ditatorial.

Por fim, em relatório produzido pelo Centro de Informações do Exército, em 1988, que ao final de sua longa descrição sobre as atividades do movimento religioso no Brasil, caracterizada pela “[...] intensificação dos esforços sobre o leitor, visando as eleições municipais de 15 de nov.”, por meio da divulgação e formação através de cursos baseados em “[...] cartilhas políticas utilizadas, de claros e incontestes textos socialistas, foram as grandes propagadores da luta de classes e da crítica a todos os partidos políticos, à exceção do Partido dos Trabalhadores (PT)”. Ao final, de uma análise meticulosa de atividades, tabelas com nomes, endereços, filiações e profissões, o Gen. Bda. Tamoyo Pereira das Neves, então chefe do CIE e que assina ao final do relatório, afirma que “[...] os ‘progressistas’ pretendem, no mais curto prazo, chegar ao poder e implantar o ‘socialismo teocrático’ no País.”

Lembremos, que este documento foi produzido em 1988, já estávamos “livres” do regime autoritário há 3 anos, mas os órgãos de informação continuavam a produzir seus relatórios amedrontados pelo fantasma da subversão e do socialismo trabalhando intensamente. Entendemos que todos esses relatórios, dossiês e informes ao serem construídos com riqueza de detalhes e informações precisas como endereços, relação de recursos financeiros recebidos

do exterior³⁴⁹ e, em alguns casos, até a filiação dos sujeitos envolvidos, nos mostra a proporção de conexões e a capilaridade com que a comunidade de informações trabalhou para estar um passo à frente dos movimentos sociais, mesmo após o fim da ditadura.

A PJMP, como partícipe da construção do projeto de libertação do povo oprimido, foi observada de perto pelos agentes da repressão. Suas reuniões, eventos e encontros, do mais simples ao mais elaborado, cartilhas e materiais de estudo estiveram presentes nos relatórios e informes produzidos pela comunidade de informações. Os detalhes com os quais esses documentos foram produzidos nos dizem mais do que os assuntos que eram debatidos ou como se organizavam as romarias e manifestações, mas nos proporcionam o entendimento da importância das movimentações dessa juventude, que ousava lutar por seus ideais, unindo fé e política, gerando apreensão e medo aos poderosos que viam sua organização como um perigo à utopia autoritária desejada pelos golpistas de 1964.

5.3 “É tempo de eleições”: cartilhas de orientação política do clero progressista.

Ultimamente, tem sido uma constante membros da Igreja Católica emitirem opiniões e pareceres em todo e qualquer assunto do governo. No ano de 81, que antecedeu a um ano em que se realizarão eleições, a tônica, em um grande número de Dioceses, foi a elaboração de Cartilhas de Orientação Política.³⁵⁰

Neste tópico, nos propomos analisar as chamadas “Cartilhas de Orientação Política”, materiais produzidos pelos membros do clero progressista em conjunto aos leigos participantes das pastorais sociais e utilizados para a formação e conscientização política dos sujeitos. Como já vimos, os materiais que eram produzidos pelas pastorais circulavam por várias regiões do país, através da troca de subsídios nos encontros nacionais e regionais, por meio dos correios, as estratégias para a divulgação eram as mais diversas. Temos exemplos de cartilhas que eram produzidas no sul do país que vieram parar no Ceará, como a já analisada *PJMP presença na luta do povo – subsídio 1 e 2*, produzidos pela Regional Sul – Paraná. Com isso, supomos que muitas das cartilhas produzidas pela PJMP tinham também como referência os subsídios de outras pastorais.

³⁴⁹ No Informe ° 519, do Centro de Informações do Exército, datado de 1988, podemos encontrar em anexo uma lista contendo detalhes sobre transações financeiras recebidas pelos setores do clero progressista para custear projetos e eventos de promoção da Consciência Crítica. Nesse mesmo informe, temos o detalhamento das atividades da Pastoral da Juventude, com data, local, atividades e seus participantes.

³⁵⁰ Relatório Especial de Informações nº01/82 do Centro de Informações do Exército. Cartilhas de Orientação Política. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/86059521/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86059521_d0001de0001.pdf Último acesso em 07.04.2023

Para pensarmos sobre essas cartilhas, que tinham como objetivo fomentar uma educação política e colocar em discussão a importância da participação dos sujeitos do meio popular nos rumos do país, propomos analisar alguns materiais que encontramos nos relatórios produzidos pelos órgãos de espionagem do estado ditatorial, que traziam além de informações e apreciações sobre essas produções, disponibilizavam cópias dessas cartilhas.

As cartilhas e/ou livretos produzidos pelas pastorais sociais eram um dos diversos subsídios, utilizados para promover a formação dos leigos dentro das pautas dos movimentos. Seu uso didático facilitava a organização e realização das formações e reuniões. Ao iniciarmos a pesquisa para a escrita da tese, tivemos acesso a dezenas de subsídios produzidos especificamente pela PJMP, como outros da Pastoral de Juventude Genérica, entre outros.

Ao prescrutar na plataforma do SIAN documentos que pudessem trazer algumas informações sobre as atividades da Pastoral da Juventude do Meio Popular pudemos encontrar, principalmente nos anexos de alguns relatórios, exemplares completos de algumas cartilhas usadas na formação e orientação dos jovens cristãos sobre a realidade brasileira, suas condições de existência e os problemas enfrentados pelas camadas populares. Chamadas pelos órgãos de espionagem de “Cartilhas de orientação política”, a comunidade de informações estava ciente e preocupada com a produção e circulação desse material, considerado subversivo e que “incitavam à luta de classes.”³⁵¹ Percebemos que a maioria desses relatórios datavam do início da década de 1980 e, que as cartilhas estavam, diretamente ou indiretamente, associadas ao processo eleitoral que aconteceria em 1982 e à própria Assembleia Constituinte. Supomos que esse aumento na produção de materiais que propunham uma educação política, por parte do clero progressista, pretendia dar subsídios aos cristãos para que assumissem seu papel na transformação da sociedade, como podemos perceber na fala de D. Marcelo Carvalheira, bispo de Guarabira.

O bispo de Guarabira fez questão de deixar bem claro que “todo o trabalho de educação política deve ser feito a partir da fé. Assim, as nossas comunidades vão ser educadas politicamente para a preparação da nova Constituição. Haverá caderninhos, cartilhas, mas sempre do ponto de vista da Igreja, que é o da fé”. “A gente quer realizar o projeto de Deus, que é o da fraternidade, de uma sociedade mais igualitária, mais justa. Para se fazer isso no concreto, na vida política, devemos partir da inspiração da fé, nunca de outra perspectiva ideológica ou meramente de agente social ou político. Deus está presente em tu e por isso a Igreja deve participar da vida política também”, [...] “para quem crer, ter fé não é apenas mudar a vida pessoal, mas também trabalhar

³⁵¹ Relatório Especial de Informações nº01/82 do Centro de Informações do Exército. Cartilhas de Orientação Política. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/86059521/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86059521_d0001de0001.pdf Último acesso em 07.04.2023

para mudar a vida social, para fazer uma sociedade diferente, onde sobretudo os pequenos e os pobres, tenham vez, para que a gente se aproxime do ideal de igualdade e de fraternidade, que é o do Evangelho”.³⁵²

Das duas cartilhas escolhidas para esta análise, o primeiro material é de autoria de Lúcia de Sá Barreto, produzida pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos CNBB – Regional Nordeste 2, coleção *Da base para a Base*, publicada pela editora Vozes, sob a coordenação dos Freis Carlos Mesters, Betto, Clodóvis e Leonardo Boff, intitulada *Constituinte e Constituição não são bicho-papão*. Seleccionamos esta cartilha, em específico, pois ela tem muita semelhança ao material produzido pela PJMP sobre a temática da constituição e constituinte. Já a segunda, *O povo de Deus e a Educação Política*, subsídio produzido pela Arquidiocese de Manaus, em 1982. Esses dois materiais, como já citamos acima, conseguimos graças aos anexos presentes nos relatórios dos órgãos de vigilância.

O principal documento, primeiro material que aparece na busca sobre o tema no site do SIAN, que trata sobre as cartilhas de orientação política é o *Relatório Especial de Informações nº 01/82*, produzido pelo CIE. Este relatório teve 143 cópias distribuídas entre os mais diversos setores e departamentos da inteligência das Forças Armadas, como por exemplo, o Gabinete militar da presidência da república, que recebeu dois exemplares e, o setor com mais cópias recebidas foi o III Exército³⁵³ com 18 cópias recebidas. Esses documentos, por serem sigilosos, eram salvaguardados pelo artigo 65 do regulamento para a salvaguarda de assuntos sigilosos, presente no decreto nº 79.099 de 06 de janeiro de 1977. Dessa forma, os destinatários desses documentos estavam autorizados a difundir essas informações às agências que lhes eram subordinadas, seja o documento por completo ou apenas os itens que fossem de interesse dos órgãos.

Das 40 páginas, assinadas pelo Gen. Bda. Mário Orlando Ribeiro Sampaio, chefe do CIE entre novembro de 1981 e novembro de 1983, para corroborar com a tese apresentada,

352 “DECLARAÇÕES DE DOM JOSE MARIA PIRES E DOM MARCELO PINTO CARVALHEIRA EM DEFESA DA PRE CONSTITUINTE A NIVEL MUNICIPAL E DA PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA EDUCAÇÃO POLÍTICA.” Reportagem publicada no semanário paraibano O momento, de 28 de abril a 4 de maio de 1985. O recorte da reportagem estava como anexo do relatório da Agência Central do SNI nº 6816/85. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/85006816/BR_DFANBSB_V_8_MIC_GNC_III_85006816_d0001de0001.pdf Último acesso em 23.04.2023

³⁵³ De acordo com o livro História do *Comando Militar do Sul*, organizado por Cláudio Moreira Bento e Luiz Ernani Caminha Giorgis, “Com a denominação de Zona Militar Sul (ZMS), havia se instalado em Porto Alegre, em 28 de fevereiro de 1953, já com a ideia de transformá-lo em Exército, o que ocorreu em função do Decreto-Lei 39.863 de 28 Ago 1956, quando foi denominado de III Exército, no comando do Gen Ex Edgard do Amaral.” (2018, p.24) Ebook disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/Livro%20Comando%20Militar%20do%20Sul%205%20Nov%2018.pdf>

a “incitação à luta de classes”, são transcritos diversos trechos de algumas cartilhas, como no recorte abaixo, da cartilha “A democracia e os novos partidos políticos”, produzida pela equipe da Pastoral da Paróquia N. S. da Boa Esperança – Perantina/PI, sob a liderança do pároco Pe. Ladislau João Silva.

Na sociedade de hoje, chamada CAPITALISTA, continua existindo uma divisão parecida no trabalho. A maioria da população trabalha, criando uma riqueza que não fica para ela. Fica para uma minoria de pessoas que possui grande quantidade de dinheiro chamado CAPITAL quando usado para EXPLORAR o trabalho de outros. O dono do capital, é quem adquire e controla as FÁBRICAS, as MÁQUINAS, os TRANSPORTES, a TERRA. Aos trabalhadores não tendo mais uma terrinha, não tenho mais ferramentas, meios de produção que fossem seus, são obrigados, para ganhar o sustento, a vender a única coisa que lhe resta: a força do braço. Essa força, chamada de FORÇA DE TRABALHO, é VENDIDA ao capitalista em TROCA de um SALÁRIO. E assim, tudo o que é produzido pelo homem fica para o capitalista, (Grifos e caixa alta presentes no documento)³⁵⁴

O autor do relatório se preocupa em trazer as definições do que é apresentado nos materiais sobre Política. Destacamos o trecho abaixo, pois este, da seleção feita nos pareceu ser inspiração para os demais.

A Política é definida como:

“Tudo que se refere aos laços estabelecidos entre os homens para ORGANIZAR e ADMINISTRAR a vida em comum. [...] Esse Estado sempre fica sob CONTROLE DA CLASSE DOMINANTE e, no fundo, DEFENDE seus INTERESSES DOS DOMINADOS. Nesse mundo dividido a Política é, acima de tudo, a ação dos homens em relação a esse Estado. A gente pode até dizer que existem duas políticas. Uma é a dos que estão por cima, controlam o trabalho dos de baixo, controlam através do Estado a vida da sociedade e querem manter essa situação. A outra é a política dos de baixo do povo trabalhador, que luta por mudar essa situação e sofre a pressão e repressão do Estado. Tudo o que esse povo trabalhador faz para se unir, despertar, clarear as idéias e lutar por mudanças é, portanto, POLÍTICA. Política não é só eleição, voto e candidato.” (Grifos e caixa alta presentes no documento)

Sobre Ideologia, traz destacado o seguinte trecho,

“É o conjunto de IDÉIAS que existem na CABEÇA de homens de uma SOCIEDADE. Sobre um mesmo fato concreto as pessoas podem formar, em suas cabeças, diferentes idéias e explicações. A miséria de uma família, que é um fato concreto, pode ser vista de formas diferentes, conforme a IDEOLOGIA de quem pensa nela. Para a ideologia da CLASSE DOMINANTE a MISÉRIA EXISTE PORQUE A PESSOA NÃO TEVE SORTE, OU NÃO TRABALHOU, OU NÃO SOUBE APROVEITAR AS OPORTUNIDADES QUE TEVE, OU PORQUE É VONTADE DE DEUS. Para quem tem uma ideologia contrária, ESSA MISÉRIA É EXPLICADA COMO RESULTADO DA DOMINAÇÃO, DA DIVISÃO DO MUNDO ENTRE OPRESSORES e OPRIMIDOS; É FRUTO DE UMA SOCIEDADE INJUSTA, OPRESSORA.” (Grifos e caixa alta presentes no documento)

³⁵⁴ Relatório Especial de Informações nº01/82 do Centro de Informações do Exército. Cartilhas de Orientação Política. P.08 Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/86059521/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86059521_d0001de0001.pdf Último acesso em 07.04.2023

Além, de deixar explícito que os produtores desses conteúdos criticam os governos da Revolução e tratam a “Revolução de 64” como “Ditadura Militar”. O autor do documento também transcreve um recorte sobre sua acusação.

Ao referir-se à Revolução de 64, escreve o seguinte:

"No dia 31 de março se comemora em todo o BRASIL o aniversário da "Revolução de 64". Mas o que houve não foi uma revolução, e sim um GOLPE DE ESTADO. Vamos explicar o que significa isso.

PODE-SE DIZER QUE HOUE UMA REVOLUÇÃO, NUM PAÍS, QUANDO TODO O POVO PARTICIPOU DA MUDANÇA DO PODER. Por exemplo, todo mundo viu pela TV ou ouviu pelo rádio, os fatos recentes que aconteceram na NICARÁGUA. Pois bem, naquele País houve realmente uma Revolução. O povo todo saiu às ruas, enfrentou o poder do ditador SOMOZA e de sua Guarda Nacional, e o derrubou. O governo foi mudado; o ditador teve que sair do país; e representantes do povo, dos que tinham lutado contra a ditadura, as sumiram o poder.

Há um GOLPE DE ESTADO quando um pequeno grupo de pessoas, quase sempre por interesses próprios, apoiados pelos militares, tomam o poder POR MEIO DA FORÇA DAS ARMAS, SEM A PARTICIPAÇÃO DO POVO DO PAÍS.

Foi isto que aconteceu no BRASIL em 1964: UM GOLPE DE ESTADO. NÃO FOI UMA REVOLUÇÃO. E este golpe de Estado foi feito para GARANTIR a política de DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE DOS PATRÕES CAPITALISTAS".

"Depois do golpe de Estado, ficou implantada no BRASIL uma DITADURA MILITAR." (Grifos e caixa alta presentes no documento)

E assim, é construído todo o relatório. Há outras passagens, retiradas das cartilhas, que vão tratar sobre o “movimento de 1964”, na mesma linha da citação acima. Como podemos observar, no trecho abaixo, retirado da cartilha *Constituição e constituinte não é bicho-papão*, o governo militar é tratado como ditatorial e golpista.

VAMOS ACORDAR E ARRUMAR NOSSAS IDEIAS

A gente sabe que em 1964

o Brasil sofreu um grande golpe.

Aqui se implantou a ditadura militar.

A ditadura não quer ninguém pensando.

A ditadura não quer ninguém conversando.

O medo tomou conta de nós.

Aí nossas ideias foram dormir...

É MAIS DO QUE TEMPO DA GENTE ACORDAR DO SONO!

A nossa conversa é o melhor meio para acordar e organizar nossas ideias.

Ainda referente ao relatório do CIE, em outros trechos destacados há reflexões sobre os partidos políticos, politicagem, segurança, correntes ideológicas, entre outros temas que envolvem a participação da população na vida política do país.

Em sua conclusão, o relatório do SIAN identifica que por mais que as cartilhas sejam diferentes, elas se baseiam umas nas outras, mas que tiveram como modelo a produzida pela arquidiocese de São Paulo, que afirma ter sido a primeira a ser editada. É importante lembrarmos que com a circulação dessas cartilhas, as paróquias e dioceses as utilizavam para produzir seu próprio material, principalmente para que seu material pudesse estar conforme as

necessidades dos grupos em formação e que, também, pudessem passar informações mais específicas sobre a sua região, pois que em muitas dessas produções, eram utilizados dados da própria comunidade e, assim, aproximar a reflexão proposta às necessidades enfrentadas pelo povo.

É interessante notar que há uma preocupação com a relevância que os materiais dão ao Partido dos Trabalhadores, pois que este é apresentado ao povo como o único que entende os anseios do meio popular.

Como pudemos observar, a tônica da pregação política das cartilhas é o incentivo à luta de classes. Em todas, o Partido dos Trabalhadores é apresentado como sendo o que atende aos anseios dos “pobres”, “oprimidos” e “explorados”. São uma constante os ataques à Revolução Democrática de 64 bem como aos Governos Revolucionários. É de se notar também o apelo à união para que o “slogan” POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO, torne-se uma realidade. Todas as cartilhas que foram confeccionadas por instituições ou dioceses comprometidas com a “Igreja Progressista”.

Por fim, o agente que produziu o documento afirma a ligação entre o clero progressista com o marxismo, além da “[...] sua declarada confrontação com o Governo Brasileiro e, em particular, com os princípios da revolução de Março de 1964 e com as autoridades militares do nosso país.” Destaca também, que as cartilhas estão à revelia das orientações papais, pois que é expresso em outros documentos, que não são citados pelo autor, a orientação proibindo o envolvimento dos religiosos na política partidária. Dessa forma, o relatório afirma que essa contestação as orientações do “Santo Padre” é uma “[...] tentativa de desmoralizar a hierarquia eclesiástica, desvirtuando os princípios da Fé e da Religião.” Assim, ao incitar à luta de classes, essas cartilhas de orientação política, infringem a legislação vigente. Ou seja, os responsáveis deveriam ser penalizados conforme o rigor da lei.

No informe nº 0098/116/ACT/82, produzido pela agência de Curitiba/PR do SNI, em março de 1982, encontramos uma análise da relação dos bispos do Paraná e Santa Catarina com as orientações políticas presentes nas cartilhas. Nesse documento, o autor afirma a parcialidade dos bispos ao recomendarem o voto dos leigos na oposição ao governo. Essa parcialidade, inferida no informe, aparece no trecho que destacamos abaixo.

Atualmente, porém, há dois aspectos novos no discurso político da Igreja. O primeiro é a mudança do “lugar social”. Tradicionalmente o posicionamento do Episcopado era a favor da Ordem e da Autoridade estabelecida. Hoje, ao invés, a Hierarquia Eclesiástica empresta sua voz aos que não têm voz, nem vez e seu discurso soa até como subversivo e contestador aos ouvidos dos detentores do Poder. O segundo elemento novo é o advento das “teologias políticas” que fazem ver a relevância salvífica da práxis social libertária. Substituiu-se o conceito puramente espiritualista e privatista de salvação pelo de “Liberdade integral”.

Com essa mudança no posicionamento político de uma parte da Igreja, entendida como subversiva e contestadora, as cartilhas de orientação política são tidas como um perigo para a ordem constituída, já que buscam desenvolver um pensamento crítico perante a participação das camadas populares na vida política do país. Podemos observar, com maior clareza, a atenção e preocupação despendida pelos órgãos de informação aos materiais produzidos pelo clero progressista no relatório que tem como foco analisar a “influência de religiosos nas eleições municipais”. Esse documento datado de novembro de 1988³⁵⁵, afirma que após a 26ª Assembleia Geral da Conferência dos Bispos do Brasil, a Igreja aprovou o documento intitulado *Igreja: Comunhão e Missão na evangelização dos Povos, no Mundo do Trabalho, da Política e da Cultura*, que traz recomendações que serviriam para nortear o modo de participação da instituição na cena política do Brasil. Com o apoio e incentivo dado, a partir da publicação desse documento, os membros do clero progressista teriam o aval em suas ações, sendo a produção das cartilhas de orientação política um instrumento de propaganda ideológica.

De posse de tais cartilhas, torna-se possível, sem grande esforço, identificar-se a tendência ideológica de seus autores. Enquanto algumas delas revelam-se instrumentos didáticos, úteis e desejáveis pela sua lucidez, ponderação e isenção político-partidária, outras demonstram, claramente, espírito contestados e impulsivo, evidenciando, inclusive, forte conotação ideológica. Nesse segundo grupo de publicações, fica patente a aversão que se procura alimentar contra o período dos Governos militares e tudo que a eles se relacione. Tais colocações já são consideradas, hoje, inclusive por setores de esquerda, como um discurso ultrapassado e que em nada contribui para o avanço político e consolidação democrática do País.³⁵⁶

Ainda segundo a análise presente no relatório, incentivados pela CNBB, as Arquidioceses e dioceses do país elaboram seu próprio material de orientação política, que “[...] muitas vezes, extrapolam as áreas de jurisdição para as quais foram preparadas.”

Basicamente, todas estas cartilhas (Z7) têm por finalidade: ressaltar a necessidade da participação do cidadão, a fim de influir no processo político; oferecer mecanismos de orientação à reflexão e análise de partidos e candidatos, a partir de princípios cristãos; e estabelecer critérios para votação. [...] Apesar de pregarem a democracia e o respeito às posições políticas contrárias, algumas cartilhas recomendam uma opção preferencial pelo socialismo e pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Para corroborar com a afirmação da preferência pelo “Socialismo” e pelo “Partido dos Trabalhadores”, o relatório traz o exemplo de uma das cartilhas que foram analisadas pelo agente produtor do documento, produzida pela Diocese de Barra do Pirá – Volta Redonda/RJ, que ao analisar os diversos partidos se refere ao PT como o único partido que seria verdadeiramente ligado à classe operária. Para além da preferência pelo PT, o relatório diz que

³⁵⁵ ACE nº068874/88. *Influência de religiosos nas eleições municipais*. 10 de novembro de 1988. 4 páginas.

³⁵⁶ ACE nº 068874/88, 21 de dezembro de 1988.

o material também apresenta uma preocupação em “prevenir o leitor” acerca de dar seu voto a “[...] candidatos ligados a determinados grupos, tais como o ‘Centrão’ e a ‘União Democrática Ruralista (UDR)’”, pois ambos eram “[...] acusados de procurar obstruir as conquistas dos trabalhadores na Constituinte, especialmente em relação à Reforma Agrária.”

Os documentos encontrados nos relatórios produzidos pelas agências de informação nos permitem analisar como as cartilhas usavam de abordagens criativas e interessantes os mais diferentes temas como, por exemplo, a participação na Constituinte. A utilização de situações cotidianas transformadas em quadrinhos aparece na grande maioria dos materiais. Dessa forma, os sujeitos podem se identificar e se apropriar do conteúdo que está sendo abordado. Podemos observar abaixo, na imagem retirada da cartilha publicada pela editora vozes, dois personagens, vale frisar dois homens, falam sobre a necessidade de convocar uma assembleia constituinte. Essa tirinha, aparece no primeiro tópico do material onde será explicado aos leitores o que é uma constituição.

Figura 22 – Imagem que ilustra o tópico “O que é Constituição?” na cartilha “Constituinte e constituição não são um bicho papão”.



Fonte: Cartilha *Constituinte e constituição não são um bicho papão*.

Nessa cartilha, diferente de outros materiais que já analisamos, encontramos espaços onde os leitores podem anotar suas impressões, dúvidas e reflexões sobre os temas abordados. Intitulados como “Apanhado da conversa”, “Mais um dedo de prosa”, “O que a

gente não entendeu bem foi” são ferramentas que possibilitam uma maior interação dos leitores com a temática, pois que usam da oralidade e informalidade, para facilitar o diálogo e entendimento entre os animadores e os jovens em formação.

No fim de cada tópico, observamos um espaço dedicado à escolha do próximo animador que trabalhará a lição seguinte. Assim, supomos que esta cartilha tenha sido produzida para fomentar encontros em grupos, onde não deveria haver uma monopolização da fala por apenas um sujeito. Ao animador do próximo encontro há algumas sugestões para o desenvolvimento dos encontros proposto pelos autores da cartilha, como por exemplo, não ter pressa no desenvolvimento do debate, não ficar amarrados nas questões que são apresentadas ao final de cada lição, se preparar antes de ir animar os outros, aguardar as respostas das questões, não forçar ninguém a responder, etc. Sabemos que existem materiais específicos para a formação de animadores, mas supomos que este traga essas sugestões para ajudar aos grupos que estão começando ou que não sejam organizados e que não tenham animadores experientes.

A cartilha está organizada em três partes: Constituição e Constituinte, A Constituição trocada em miúdos e A Constituinte. Em alguns tópicos o povo é representado por animais, supomos que o uso da fábula para exemplificar situações, principalmente as que tratam de opressão como as figuras que trouxemos abaixo, seja proposital para evitar maiores problemas com o regime militar.

Figuras 23, 24 e 25 – imagens retiradas da lição nº 4 “Valentia nem sempre quer dizer força”.





Fonte: Cartilha *Constituinte e constituição não são um bicho papão*.

Em suas 20 lições, os autores propõem, num primeiro momento explicar de forma didática e, com exemplos próximos dos leitores, o que é uma assembleia constituinte e uma constituição, ressaltando a importância dessas leis para a promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos. Outra característica presente na cartilha é o incentivo a participação dos cristãos na construção dessa nova legislação para os rumos do país estejam alinhados ao projeto libertador de Jesus Cristo.

Ao analisarmos os diferentes temas abordados em cada uma dessas lições podemos observar que todas trazem referências aos acontecimentos pós golpe civil-militar, logo na apresentação é apresentado ao leitor que em “[...] em 1964 o Brasil sofreu um grande golpe. Aqui se implantou a ditadura militar.”, dessa forma, já podemos identificar o porquê desse material estar nos arquivos da comunidade de informações.

Depois de expor sobre como a constituição é a ferramenta de proteção do povo, onde está designado os direitos e deveres dos cidadãos, sobre os sujeitos que compõem a

assembleia constituinte e seu processo de escolha, a cartilha deixa para o fim, mas com a devida importância, a necessidade dos cristãos se fazerem presentes nesse momento de mudança e esperança para o país e seus cidadãos.

[...] No que toca mais de perto ao assunto deste livro, ter consciência de que cada um é cidadão ou cidadã, é o mesmo que dizer que HIJE, AQUI NO BRASIL, O CRISTÃO QUE TEM VERGONHA NA CARA, COMO PAULO, TEM QUE SE INTERESSAR E SE METER DE CHEIO NO ASSUNTO DA CONSTITUIÇÃO E DA CONSTITUINTE. Para que a Constituição que vem aí não seja só de nome, para que ela garanta nosso direito de viver com dignidade numa sociedade mais de irmãos. Pra isso o CRISTÃO TEM QUE SABER VOTAR EM CONSTITUINTE QUE NÃO SEJAM INTERESSEIROS PARA ESCREVEREM UMA LEI A FAVOR DO POVO.³⁵⁷

Na segunda cartilha, por nós analisada, *O povo de Deus e a Educação política*, foi produzida pela Arquidiocese de Manaus e lançada no dia 06 de outubro de 1982, de acordo com o relatório da AC/SNI, este material foi produzido para dar “[...] prosseguimento ao programa de orientação política de seus fiéis”. São 27 páginas, que conforme os dados colhidos pelo documento do SNI, “[...] sua elaboração não apresenta características favoráveis a uma boa aceitação popular.”

O agente produtor do relatório afirma que a cartilha faz uma análise “extremamente superficial da missão ‘temporária’ da Revolução (‘sanar a inflação, sanar a corrupção, sanar o Brasil do comunismo’) [...]”, demonstrando o desconforto com a posição adotada pelo texto sobre o governo. Além disso, cita alguns trechos do material que incentivam à reflexão do leitor frente ao questionamento: “Após 18 anos do regime revolucionário, conseguiu-se isso?”.

Em sua conclusão, o agente da investigação afirma que o material não teve muita repercussão, por ter um “aspecto partidário imparcial” e não ser tendenciosa, mas não deixa de tecer “severas críticas à Revolução de 1964”, como podemos observar nesse trecho de sua apreciação.

Apesar de manter esta linha, não deixa de apresentar severas críticas à Revolução de 1964, apresentando versões simplistas do que foi este Movimento, citando as medidas repressivas adotadas no auge do combate à subversão, como tendo sido exercidas sobre toda a população do país e de não ter cumprido a missão saneadora a que se tinha proposto. Através destes comentários pode-se observar uma crítica indireta ao Partido do Governo induzindo, veladamente, os eleitores a poíarem os partidos integrantes da oposição.³⁵⁸

³⁵⁷ BARRETO, Lúcia de Sá. Constituição e constituinte não são bicho-papão. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985. p. 105

³⁵⁸ Informe nº 0054/19/AMA/82 DA AC/SNI, de 20 de outubro de 1982. Assunto: Cartilha “Povo de Deus e Educação Política” – Arquidiocese de Manaus – AM. 35 páginas com o anexo (Cartilha).

É importante notar que, por mais que o agente frise algumas vezes em sua conclusão, a cartilha “pouco influenciará o eleitorado do AMAZONAS”, ela é objeto de apreensão pela comunidade de informações que produziu um parecer preocupado com as críticas expostas ao regime ditatorial e, principalmente, ao incentivo à participação do povo na política.

Saindo das informações presentes no informe do SNI, analisaremos a cartilha em si, para que possamos identificar suas características de produção e desenvolvimento das temáticas trazidas, sem o olhar da ditadura.

Na apresentação, o arcebispo metropolitano de Manaus, Dom Milton Corrêa Pereira, identifica a cartilha como sendo um material que pode auxiliar o povo na escolha de um partido político que seja voltado “prioritariamente para a causa popular”, deixando explícito que não há uma vontade de “[...] concorrer com os Partidos e nem tampouco ser uma terceira via ou ter seu próprio Partido. Mas ela [Igreja] incentiva os cristãos a filiar-se aos Partidos e lutar neles para uma verdadeira transformação da sociedade.” Outro ponto importante, presente na apresentação, é a importância dada a defesa da Democracia.

Ao terminarmos estas palavras, é: nos importante ressaltar que esta Cartilha foi elaborada levando-se [levando-se] em conta uma tomada de posição a partir do povo e da verdadeira DEMOCRACIA, contra todos aqueles que não querem – por palavras ou por atos – mudar a atual situação.

A cartilha, como podemos observar na capa e na apresentação do texto, está em seu segundo número, que trata sobre os partidos políticos. Dessa forma, os tópicos desenvolvidos orbitarão na análise dos partidos e suas características. Num primeiro momento, para se fazer entender o pluripartidarismo, já que não tratamos de apenas dois partidos, como no início do regime militar, o leitor deve ter o mínimo de noção do que é o regime democrático, assim, logo nas primeiras linhas o material traz o conceito de democracia e cita o Cap. I, Art. 1º, § 1º da constituição brasileira, que podemos supor ser anteriores à constituição de 1988, já que a cartilha é datada de 1982.

Depois de uma explicação sobre como funciona a democracia, os três poderes e os partidos políticos, o material faz um apanhado histórico sobre os partidos políticos no Brasil, cita o governo de Getúlio Vargas associando-o com um governo ditatorial, fala da extinção dos partidos em 1937, fala da constituição de 1946, onde o povo pode escolher seus representantes por eleições diretas. Chegando em 1964, define o 31 de março como um golpe dado pelas forças armadas, assim como é identificado no informe do SNI.

A 31 de Março instala-se o Governo Militar um regime baseado na DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL. Por mais que o Governo Revolucionário tenha dado ao povo a esperança de combater a corrupção e a subversão, estas continuam. O elevadíssimo custo de vida e o descontentamento do povo perante essa inexplicável e opressora situação indicam que a corrupção se agravou e que a subversão continua a contar com o campo aberto para a sua penetração: a desilusão do povo.

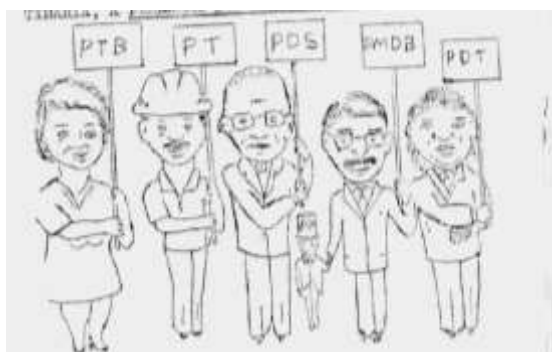
Observemos que no trecho acima, a cartilha critica o governo militar por sua inabilidade em combater o que foi utilizado como motivo que justificou o golpe. O discurso da cartilha não é de todo crítico à ditadura, mas a sua ingerência. Sabemos que a posição da Igreja Católica brasileira não era unânime perante a ditadura militar e, por mais que esse material trouxesse uma reflexão para a mudança de cenário, as críticas mais duras não deveriam estar tão explícitas, correndo o risco da ação do sistema repressor.

Em outro trecho, que citamos abaixo, podemos ver com mais detalhes essa crítica a inabilidade dos militares diante da demanda do país.

Devido ao apoio dado pela burguesia brasileira e pelas multinacionais ao Governo Militar e devido ao aproveitamento de políticos já viciados com o populismo e corrupção, as forças econômicas dominantes influíram na Programação do Comendo Revolucionário, pressionando-o a uma repressão sem medidas e à elaboração e execução de projetos tão grandiosos que, além de absorverem os recursos da Nação, deixaram o povo à parte, sem participação. [...] A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL se vinculou ao processo de intimidação e repressão. Isso tudo se manifestou no achatamento salarial, na repressão ostensiva a trabalhadores, professores, estudantes, Padres e Ministros Religiosos de outras confissões religiosas e Bispos, que tiveram a coragem de denunciar os erros de pessoas ligadas ao Governo Militar, na extinção dos Partidos Políticos, fundando-se apenas dois Partidos para salvar a aparência de democracia: a ARENA, o Partido oficial do governo, e o MDB, como Partido de certa Oposição.

Em seguida, o texto fala sobre a volta do pluripartidarismo que veio com a abertura política. O texto faz uma breve explicação de cada novo partido surgido e ilustra, com podemos observar na imagem abaixo, seus representantes.

Figura 26 – Novos Partidos Políticos pós abertura no governo Geisel.



Fonte: Cartilha *Constituinte e constituição não são um bicho papão*.

Por fim, após apresentar o programa de cada partido, é necessário entender que projeto Deus, no caso sua representante a IC do Brasil, defende. A pergunta que serve de fio condutor da reflexão é: “O projeto de Deus está se realizando?” Assim, a cartilha finaliza trazendo alguns critérios norteadores para a escolha de um partido que defenda a política de transformação da sociedade não conservadora, defende a importância das eleições e dos Partidos Políticos e, principalmente, que não basta ir votar, mas que o povo deve estar consciente de sua escolha e que tem outros meios, além do voto, de se expressar e de fazer política. Aqui, o texto promove o engajamento do povo em outras instâncias de mobilização, os sindicatos, as associações de bairros, movimento de mulheres, comissões de fábricas etc.

As organizações religiosas, sejam católicas ou não, devem formar a mentalidade de seus fiéis para estes saberem participar ativamente nessas associações populares. As organizações religiosas não tomam o lugar das associações populares, mas cooperam com elas formando a consciência reta dos seus fiéis para a promoção do bem comum.

Como já citamos, dentro da IC não havia e, nem há um consenso no tocante a um determinado posicionamento político. Dessa forma, também encontramos materiais da Igreja Católica que incitavam a crença de que haveria uma “Falsificação de Cartilhas de Orientação Pastoral”, pois traziam em seu conteúdo refutações e desconfiança em relação às cartilhas com temáticas políticas. Como é o caso apresentado no relatório, feito pela Agência Central do SNI, do estado do Rio de Janeiro (ACE-RJ), datado do mesmo ano. Nesse relatório, o autor fala sobre a grande quantidade de cartilhas, folhetos e boletins que as mais variadas dioceses do país estão produzindo e colocando em circulação que tratam da temática da participação política, principalmente, o aumento do número desses textos no ano de 1982, pois que estavam próximas as eleições para os cargos de governador, deputados federais, deputados estaduais e senadores. O relatório traz algumas denúncias de falsificação dessas cartilhas, por alguns grupos conservadores, o autor faz uma referência ao grupo *Movimento Nacionalista do Clero*, o qual é apontado como responsável pela falsificação da cartilha elaborada pela Pastoral da Favela da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Essas falsificações procuravam distorcer o texto original, nas palavras de Dom João Batista da Mota Albuquerque, citadas no documento, as adulterações elogiavam o Governo, ironizavam e criticavam a Igreja e os partidos de oposição, ao mesmo tempo em que pediam votos para o Partido Democrático Social (PDS), partido alinhado ao governo ditatorial. Ao fim do informe, foram anexadas cópias de duas dessas cartilhas adulteradas, são exemplares da cartilha “Consciência Política” da arquidiocese de Uberaba/MG e a cartilha “O que eu posso fazer?” da arquidiocese do Rio de Janeiro/RJ.

Ao analisarmos a cartilha “Consciência Política” supomos que o texto foi totalmente adulterado, constando apenas a mensagem de Dom Benedito de Uchoa Viera, como conteúdo original, pois que fazendo uma comparação da letra de sua mensagem ao restante dos textos presentes no material são totalmente diferentes. Outro ponto a ser analisado, ainda referente a mensagem de abertura, existe uma contradição no que ela propõe ao que as demais reflexões apontam, pois que nas palavras de Dom Benedito, aquele texto não promoveria “[...] encaminhamento partidário”, mas a todo instante, se enaltece o governo e os feitos da revolução. Para exemplificarmos, analisaremos o tópico “Como votar”, pois que aqui o autor da “falsificação”, utilizamos as aspas pois não temos informações precisas do que seria ou não falso na cartilha, já que no relatório só há a afirmação e não mostra o que teria sido falseado. Nessa parte do texto, que já podemos observar a que foi datilografado, diferente da mensagem de Dom Sebastião que nos parece ter sido produzida em um editor de textos de algum computador, o autor faz uma breve introdução falando sobre a união dos cristãos e católicos pela fé, na palavra de Deus e na oração, em busca do “BEM COMUM”.

Nossas paróquias, comunidades e movimentos devem entender que o cristão é o homem do amor e da não-violência, do respeito e da dignidade, da confiança e da fé. Aquele pois, que não aceita o ódio, a promessa leviana, a hipocrisia, a luta de classes, a violação da ética ou moral. Muitos vão tentar DIVIDIR, usar a Igreja, tirar vantagem das divisões. É a hora de ficar firme: não se deixar levar na onda do ódio, do cisma. Povo unido na verdadeira Igreja de Cristo. (Grifo nosso)

Nesse trecho que destacamos já podemos notar sua tendência aos valores presente nos movimentos conservadores da Igreja Católica. Porém, é no parágrafo seguinte que podemos observar com mais clareza sua posição frente a escolha de quem merecerá o voto, pois que promove uma série de elogios ao governo por este ser “[...] correto e bom, esforçado e justo, defensor do povo; [...].” Ainda na lógica de defesa do regime, o autor continua “[...] se ele [governo] tem sido enérgico na extirpação do mal; [...] se, apesar das dificuldades, ele está desenvolvendo o Brasil, então vote sem medo, no partido do Governo que é o PDS.”

Já a contrapartida é regada pelos estereótipos dos movimentos anticomunistas, como podemos ver abaixo no trecho que destacamos.

Se porém você acha, tentado pelo demônio, que a Oposição é quem tem razão: Se as críticas maldosas que faz ao Governo são justas; se a situação do país não melhorou, ao contrário do que temos visto; se a Previdência Social que não existia antes de 64 não tem procurado ajuda-lo e ajudará ainda mais; se o que importa é a destruição do sentimento nacional; se mais vale iludir a juventude com falsas verdades, cinicamente inventadas de maldades; se o que vale é a contestação ao regime, então vote em algum dos partidos de Oposição, naquele que você acha que tem mais possibilidade de

entregar o Brasil, o nosso Estado, o nosso Município às garras de um Regime ateu e submisso. São eles: PMDB, PT, PDT e PTB.³⁵⁹

Além desses argumentos ligados a questões cívicas e patrióticas, com o discurso de entregar o Brasil “às garras de um Regime ateu e submisso”, em outras partes da cartilha encontramos alguns critérios que deveriam ser levados em conta na hora da escolha dos candidatos como, por exemplo, “Não vote (caso você seja católico mesmo) em quem apóia os progressistas da Igreja. Muitos o fizeram desenvoltamente. Se você votar em pessoa assim, é sinal que não ama a verdadeira Igreja de Jesus Cristo, que é nossa mãe.”³⁶⁰

Diante dessas falsificações, o informe afirma que estas foram denunciadas a CNBB, mas não houve nenhuma posição da entidade até o momento o fim da feitura do relatório. Já ao analisar a outra cartilha em anexo, podemos supor que esta não seja totalmente uma falsificação, mas uma produção dos movimentos conservadores, visto que em sua apresentação, o grupo intitulado *Movimento Nacionalista do Clero* se revela e afirma que esta publicação visa “[...] despertar a consciência cívica de nossa população, particularmente dos menos favorecidos de recursos materiais.” Esse material, como podemos ver no trecho abaixo, vai muito além de um texto de formação, mas traz o tom imperativo e de correção aos “maus brasileiros”.

O Movimento Nacionalista do Clero, seguindo as tradições eclesiásticas da verdadeira Igreja de Cristo, condena toda e qualquer luta de classes, tão ao gosto de estrangeiros que querem ver nossa Pátria atrelada ao jugo socialista-marxista. Jogar um segmento da sociedade sobre o outro é próprio de maus brasileiros, escudados na ação política para desservir à verdade. [...] Este texto serve também para os padres progressistas, para que tomem conhecimento de suas obrigações, conforme as orientações do Evangelho.

Por fim, podemos inferir que o uso das cartilhas de orientação política, como eram chamadas pelos órgãos de informação, foram instrumentos muito importantes no processo de formação e conscientização de uma parte da população brasileira, conservadoras ou progressistas, estavam sob a mira da comunidade e informações visto sua possibilidade de mobilização social frente ao regime militar ou arregimentando à Ditadura.

A PJMP, assim como as demais pastorais sociais, ligadas ao clero progressista, produziu e utilizou dessas cartilhas em seus processos de formação política da juventude do meio popular. As cartilhas, juntamente com as reuniões, encontros de grupos de bairros e

³⁵⁹ Cartilha *Consciência Política*, 1982. O documento encontra-se em anexo do Informe nº 136/119/ARJ/82, do Serviço Nacional de Informações, agência do Rio de Janeiro. O trecho é um destaque da página 12. No todo a cartilha é composta por 21 páginas.

³⁶⁰ Cartilha *Consciência Política*, 1982. O documento encontra-se em anexo do Informe nº 136/119/ARJ/82, do Serviço Nacional de Informações, agência do Rio de Janeiro. O trecho é um destaque da página 15.

eventos regionais e nacionais, foram ferramentas de conscientização e luta desses jovens que estavam dispostos a enfrentar as mazelas cotidianas, de um sistema opressor e reprodutor de desigualdades, para defender seus ideais de transformação e libertação.

6 “ENTRE ANGÚSTIAS E ESPERANÇAS”: NOVAS DEMANDAS DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR.

6.1 “Falsa moral X Libertinagem”: sexualidade e afetividade dos jovens do meio popular

“A sexualidade, dom de Deus, é uma dimensão constitutiva da pessoa humana, que nos impulsiona para a realização afetiva no relacionamento com o outro. Porém, os jovens vivem, hoje, em um ambiente erotizado em que a sexualidade é, infelizmente, banalizada e frequentemente transformada em meio egoísta de prazer e de manipulação e corrupção das relações mais profundas entre as pessoas. [...]”³⁶¹

Como sabemos, um dos principais objetivos da PJMP é a evangelização do jovem partindo de uma formação integral, ou seja, a construção de um sujeito com consciência crítica, autoestima, engajado na luta de classes e preparado para exercer sua cidadania. Dessa forma, pensar uma formação integral também deveria trazer discussões e formações que abordassem temáticas como, por exemplo: sexualidade, namoro, sexo, celibato, aborto, homossexualidade, entre outros temas tomados como tabus no âmbito social e, principalmente, dentro do universo da Igreja Católica.

Assim, quando falamos sobre esse projeto de formação integral, proposto pela PJMP, a subjetividade dos jovens deveria estar presente nesse processo. Afinal, em várias oportunidades, os jovens da PJMP afirmaram que uma das contribuições de sua atuação na pastoral era a possibilidade de tratar de questionamentos próprios a juventude empobrecida e, a partir deles, contribuir para a construção de uma nova forma de ser Igreja.³⁶²

As relações afetivas e as questões relacionadas com a sexualidade estão dissolvidas em muitas falas e documentos da Igreja Católica, sempre tomados e debatidos pelo viés da moral. O pecado, a erotização (diferente do que se entende por erotismo), a separação entre corpo e alma e condenação do corpo estão sempre permeando os pensamentos relacionados as temáticas do namoro e do sexo. Nossa proposta é identificar como a juventude da PJMP foi apresentada e construiu as discussões referentes a sua afetividade e sexualidade.

³⁶¹ Evangelização da Juventude - Desafios e perspectivas pastorais. Documentos da CNBB nº 85. São Paulo: Edições Paulinas, 2010, p. 67 (5ª Edição)

³⁶² No vídeo que cobre o evento de comemoração dos 10 anos da PJMP no Ceará, ao serem questionados sobre a sua contribuição para a construção de uma nova forma de ser Igreja, os jovens afirmam que ção dos questionamentos próprios da juventude. Esses registros, como já afirmei anteriormente, estão disponíveis no YouTube, este em específico, encontra-se no link https://www.youtube.com/watch?v=qnlcVdtNb2Q&ab_channel=CARAVIDEOProdu%C3%A7%C3%B5es na minutagem: 26:30.

Como podemos observar, na citação que iniciamos esta reflexão, existe a necessidade de falar sobre a sexualidade dos jovens dentro da pastoral, pois que além de ser um “dom de Deus” e “dimensão constitutiva da pessoa humana” é uma demanda que é levantada pela juventude. Tendo sido tratada, em algumas ocasiões, como uma das angústias encontradas na caminhada dos jovens.

Veremos neste tópico, como os temas referentes a subjetividade dos jovens, sua relação com a sexualidade e afetividade, com a família, os amigos e nos relacionamentos amorosos, foram trabalhados no interior da PJMP, partindo da análise de subsídios que eram produzidos exclusivamente para trabalhar o tema ou em outras produções mais abrangentes que orientavam as reuniões e os encontros dos jovens. Selecionamos para esta análise atas de reuniões da PJMP do Regional Nordeste II (1991), da VIII Assembleia Nacional da PJMP (1992), documentos de preparação para o VII Encontro Nacional da PJMP do Regional Nordeste I (1990), relatório do VII Encontro Nacional da PJMP (1990), alguns relatos presentes nos registros audiovisuais do evento que comemorou os 10 anos da pastoral no Ceará, que aconteceu na cidade de Sobral, em 1991. Trazemos para esta análise, além destas falas coletadas nesses registros da memória da pastoral, entrevistas realizadas com alguns ex-militantes da PJMP e com ex-assessores que fizeram parte do movimento a nível nacional e estadual.

Dos materiais utilizados para a formação dos militantes da PJMP, utilizamos os cadernos: Adolescentes caminhando – queremos viver, Nós, jovens do campo, A vida no grupo, o grupo na vida, Roteiros para grupos de jovens iniciantes edição de 1987, da diocese de Santa Maria, Presença na luta do povo – subsídio 2, do regional sul II (1988), Do meio popular um canto jovem (edição revisada pós IX Assembleia Nacional da PJMP - 1994), Caminhando na vida, descobrindo Cristo (1989), Jovens do campo lutando por um mundo novo (s/d), Vem me fala de você – o jovem da PJMP e a PJMP do jovem (1995). Analisaremos, também, alguns documentos da CNBB que trazem alguma reflexão sobre a temática, como o documento nº 85, que trata da evangelização da juventude – desafios e perspectivas pastorais. Este material encontra-se sob os cuidados do atual secretário regional da PJMP no Ceará, Ítalo Morais, e foi cedido a nós para o desenvolvimento da pesquisa. O atual local que ficará responsável pela salvaguarda dessa documentação, durante o período de escrita desse tópico, está em reforma.

Entendemos como necessário aprofundarmos nossa reflexão sobre como a juventude da pastoral traziam suas angústias e questionamentos, colocados pela própria, para

dentro dos debates da PJMP, visto que a preocupação com as lutas sociais e participação política eram o norte que guiou (e, ainda guia) os jovens militantes à ação.

6.1.2 “O que é viver a afetividade e sexualidade em sua plenitude?” as dificuldades em trabalhar com a subjetividade da juventude.

Durante a Assembleia Nacional da PJMP³⁶³, foi produzido um documento sob o título *Síntese dos problemas levantados na Assembleia Nacional da PJMP*. O texto pontua algumas angústias pelas quais os militantes da pastoral enfrentam no dia a dia da caminhada, como por exemplo, os sentimentos de frustração e culpa, as questões sobre idealismo e pessimismo dentro do movimento. São dez pontos que fazem desse documento uma importante fonte para entender quais questionamentos e dificuldades atravessavam a experiência desses jovens. Porém, para esta análise, focaremos na questão: “O que é viver a afetividade e a sexualidade em plenitude?” Pois, havia a demanda de se construir um debate sobre esses temas que envolviam a subjetividade do jovem de outra forma, já que o que se tinha estava sempre baseado em uma perspectiva moral da Igreja, entendida pelos jovens como antiga e tradicional.

Encontramos em muitos relatórios e atas de reuniões/encontros reclamações sobre como estes temas estavam ou não sendo discutidos. Temos, como exemplo dessa problemática, uma questão levantada no documento preparativo para o VII encontro nacional da PJMP, que apontou como sendo um problema sentido pelos jovens a contradição entre a ideia de moral sexual da IC com a ideia de afetividade e sexualidade dos jovens da PJMP.

A ideia de moral sexual da Igreja antiga e tradicional não coincide com a ideia de afetividade e sexualidade dos jovens da PJMP que abrem novos horizontes de carinho, ternura, valorização da corporeidade, novo namoro, nova família, novo homem e nova mulher.³⁶⁴

O documento não traz apenas os problemas, mas também o que está sendo feito pela pastoral para que haja uma resolução efetiva. Sobre o ponto apresentado acima, a solução encontrada, conforme o documento, foi o desenvolvimento de uma relação carinhosa entre juventude e hierarquia para que aos poucos, através da participação de padres e bispos em cursos e formações sobre essa nova maneira de pensar a afetividade e sexualidade da juventude, houvesse a transformação da mentalidade de alguns e a criação de uma nova compreensão e nova prática.

³⁶³ No documento não consta maiores informações sobre sua produção, não há data, assinatura e nem sinaliza em que assembleia foi produzido.

³⁶⁴ “Preparando-se para o Encontro”. 7 páginas. Acervo da Pastoral da Juventude do Meio Popular – Regional I – Ceará.

Em outro documento, este direcionado a formação de assessores, produzido pelo Regional Nordeste II, encontramos diversas referências bibliográficas para se trabalhar com a juventude, nos mais diferentes âmbitos. Sob a identificação psico/afetiva foram selecionados alguns autores que possibilitariam uma base de conhecimento para que os assessores desenvolvessem estas questões com os jovens nas reuniões e encontros regionais e/ou nacionais. São textos de Pierre Weil, Marilena Chauí e Marta Suplicy que trazem discussões sobre a condição da mulher, repressão sexual e a relação entre amar e ser amado.³⁶⁵ Em conversa com Kênia Rios³⁶⁶, ex-militante da PJMP do Ceará e, atualmente, professora do departamento de História da Universidade Federal do Ceará, essas sugestões de livros e textos, na grande maioria das vezes, não chegavam a ser lidos pelos militantes. Pois os custos desses materiais eram elevados e os jovens não tinham condições de comprá-los. Para tentar burlar essas dificuldades, os militantes que possuíam as bibliografias sugeridas emprestavam aos demais, assim algumas leituras eram feitas por meio de rodízio. Mas, como dito acima, os assessores/formadores conseguiam desenvolver essas reflexões com jovens nos encontros e reuniões.

Outra estratégia, utilizada por alguns grupos de PJMP para trabalhar com esses temas polêmicos, foi trazer pessoas qualificadas para guiarem as reuniões e encontros que se propuseram a debater a afetividade e a sexualidade dos jovens. Em sua dissertação de mestrado, Edielson Jean da Silva Nascimento³⁶⁷, ex-militante da PJMP, defendida em 2009, no programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da UFPB, trouxe essa problemática da dificuldade de se debater temas relativos à subjetividade dos jovens. O autor afirma que existia uma pressão para a “[...] autorepressão por ‘viver’ na Igreja Católica [...]”.

No entanto, devido a sua singularidade, a PJMP era um espaço democrático onde os jovens criavam os seus próprios espaços de formação, nem sempre esperando que a Pastoral viesse aplicá-la. Em um grupo de jovens do bairro da Rua do Rio, da área de Cruz das Armas, chamado Grupo de Amigos do Meio Popular (Gamp), os próprios jovens providenciaram um estudo sobre sexualidade, onde um sexólogo foi convidado para tratar dos mais diversos temas que traziam dúvidas aos jovens. (NASCIMENTO, 2009, p. 73-74)

³⁶⁵ Referências completas trazidas no documento: Pierre Weil. Amar e ser amado. Editora Vozes. Marilena Chauí. Repressão sexual – Essa nossa desconhecida – Ed. Brasiliense. Marcos Arruda. Homem novo, Nova mulher – vídeo. Marta Suplicy. A condição da mulher. Mulheres: 10 anos de conquistas e esperança – A mulher e o homem na construção da libertação da Nicarágua. Artigo de Mônica Baltodoano. In: Barricadas Internacional nº12/13 – 1º Aniversário da Revolução.

³⁶⁶ Conversamos em várias ocasiões com a professora Kênia Rios, sobre esse tema nos encontramos do dia 24 de outubro de 2022. A partir dessa conversa, podemos entender com maior profundidade a contribuição do movimento da biodança para a formação afetiva dos jovens da PJMP do Ceará.

³⁶⁷ Atualmente Edielson Jean da Silva Nascimento trabalha na área da educação, sendo secretário adjunto das Faculdades Nova Esperança, instituição paraibana privada de educação superior. Informações obtidas através da plataforma lattes CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5994883252442027> último acesso em: 19/10/2022

Tivemos acesso ao relatório do VII Encontro Nacional da PJMP, que aconteceu entre os dias 09 e 13 de janeiro de 1990, em Pernambuco. Nesse documento pudemos observar que as questões levantadas na reunião de preparação para esse encontro foram efetivamente desenvolvidas pelos grupos de trabalho e discussão em âmbito nacional. Ao propor o debate sobre a militância e a eclesialidade na PJMP constatou-se algumas questões relevantes para se pensar a maneira como os temas da subjetividade dos jovens estavam sendo trabalhados dentro da pastoral. Como por exemplo, foi relatado que muitos jovens sentem que na PJMP há uma priorização político-partidária e um excesso de atividades que acaba afastando o jovem da Igreja. Essa queixa podemos identificar em algumas falas trazidas por Edielson Nascimento (2009). Em seu texto, o autor afirma que muitos jovens consideravam que alguns temas eram relegados a segundo plano. Na fala de Antonio Héilton de Santana³⁶⁸, ex-militante da PJMP, em entrevista realizada pelo autor, a priorização dos assuntos referentes as questões sociais e políticas iam apagando a individualidade. Segue, abaixo, um trecho da entrevista.

[...] a gente via a lacuna e a gente sentia na pele, porque é danado! a gente discutir o tempo todo as questões sociais e parece que você não existe. É. Isso é coisa muito séria. Porque parece que você tem que ocupar o tempo todo com a luta social. Agora, e como fica... a grande questão era: “E como fica a minha identidade? Como fico eu nessa história?” Porque termina num desencontro infeliz, da pessoa nos encontros, né, termina batendo com a cabeça na parede, porque não precisava bater com a cabeça na parede. Mas como a preocupação era exclusivamente com o social, então as pessoas vão ficando fundidos, até que um dia a gente descobre que não aguenta mais. Ou a gente refletia ou então tinha essa história, a pessoa abandona e vai pra outra onde a pessoa se encontra. (HÉLITON, 2009, apud NASCIMENTO, 2009, p.71-72)

Outra questão incômoda, também trazida nas entrevistas realizadas por Edielson Nascimento, referente a auto repressão dos jovens, no que tange à vivência de sua individualidade e sexualidade, era que dentro da própria Igreja não acontecia da mesma forma, pois que se pregava uma castidade que não era efetivamente vivida, como podemos observar na fala de Nena³⁶⁹, que traz essa contradição entre viver a sexualidade e a castidade dentro do ambiente clerical.

[...] o fortalecimento da assessoria foi o quê?, já 90, né, 90, 92... 92 não, mais 90... 91, então as pessoas que estavam na... éramos todos jovens, a gente tava querendo também namorar, viver experiências sexuais, principalmente, e a gente com mais de

³⁶⁸ De acordo com Nascimento (2009, p.26) Antonio Héilton de Santana “[...] é ator, autor e diretor de teatro popular e ex-integrante de grupos de base desde 1973, que mais tarde se ligaram à PJMP, sendo que sua participação em grupos de arte e cultura remonta ao ano de 1968. Além de ex-integrante da PJMP, foi também seu assessor e trabalha até hoje com juventude e arte fora dos quadros da Igreja. Estive em sua casa, em Santa Rita, no dia 23 de maio deste ano [2009].”

³⁶⁹ Maria José Candido Barbosa, conhecida como Nena, conforme nos apresenta Edielson Nascimento (2009, p.25), é natural de João Pessoa, pedagoga, educadora e ex-militante de grupo de base e ex-assessora da PJMP, entre os anos de 1984 e início dos anos 1990. Nena foi entrevistada pelo autor no dia 25 de abril de 2009, em seu apartamento.

20 anos começou a viver, vivenciar experiências sexuais naquele período mesmo, da repressão que a gente via na Igreja, e era muito forte, tá na Igreja, às vezes a gente era mais celibatário do que o próprio clero; era, e eles viviam isso com mais intensidade, inclusive porque não era divulgado... vai colocar isso? [risos]. Por exemplo, pra mim eu ficava muito chocada, „pô! eu aqui fazendo esse voto de castidade “[risos]... eu via estudantes, seminaristas, jesuítas, explicitamente que viviam essa dimensão de uma forma muito tranquila, ou senão tranquila, muito descarada. Então assim, eu vejo que essa dimensão da subjetividade, a gente não pode negar a questão; essa foi uma dimensão muito forte. Demais naquele processo. Então essa dimensão era muito forte. (NENA, 2009 apud NASCIMENTO, 2009, p. 73)

Voltemos ao relatório do VII ENPJMP, em tópico que apresenta os resultados sobre o tema da formação dos jovens é relatado que alguns jovens são levados a deixar a Igreja por conta desse desinteresse em discutir temas mais próximos ao universo individual da juventude.

Existe pouco interesse na formação eclesial, sem fundamentação o jovem é convencido a sair da Igreja; talvez devido à priorização da dimensão política; à insegurança eclesiológica e à contradição que há entre a moral da Igreja e a moral dos jovens.

No momento de refinar ou como é chamado pela fonte, “enriquecimento da síntese dos problemas”, durante a plenária, foram listadas mais questões como a falta de companheirismo entre os militantes, assessoria que não acompanha na militância e, novamente, o problema da afetividade e ética. Nas quinze páginas de documento, a dificuldade de se discutir sobre afetividade é citada apenas 4 vezes, sempre em tópicos sem um maior desenvolvimento e relacionada a dicotomia entre a moral da Igreja e a dos jovens. Neste documento, não encontramos nenhuma outra descrição sobre algum momento em que houvesse um maior aprofundamento da questão, mas não podemos afirmar que as discussões sobre a temática tenham se encerrado em definitivo, pois que ao final, nos encaminhamentos da plenária, o que se tem é uma proposta de um curso sobre afetividade e sexualidade que aconteceria de 08 a 12 de janeiro de 1991, em Goiânia, Belo Horizonte e Brasília.

Analisando outros documentos semelhantes, que vão listar as principais dificuldades impostas aos jovens da PJMP e como estão sendo enfrentados, podemos identificar que esse choque de ideias sobre o tema da afetividade e sexualidade da juventude aparecem na grande maioria dessas fontes, principalmente nos que datam do final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Trazendo essa problemática para os jovens da PJMP do Ceará, estes citam mais do que essa incompatibilidade de ideias que dificulta a relação com a hierarquia, mas que isso gerou o afastamento de muitos jovens da pastoral e a procura por outros movimentos que tivessem uma abertura maior para as questões da subjetividade e do indivíduo como, por exemplo, os movimentos de renovação carismática.

Sáímos do VII ENPJMP com a proposta de um curso sobre afetividade e sexualidade e chegamos ao VIII ENPJMP, porém, não encontramos registros de que tenha acontecido esse curso no relatório do encontro, que ocorreu entre os dias 16 a 22 de fevereiro de 1992.

Analisando o relatório, este contendo onze páginas, pudemos observar um maior número de citações sobre as questões pertinentes aos relacionamentos afetivos. Em praticamente todos os tópicos apresentados para o debate dos grupos de trabalho há citações sobre os problemas relacionados ao corpo, aos sentimentos e as relações afetivas entre os jovens da PJMP.

Temos como exemplo, logo no primeiro momento, sob o tópico *Realidade x Características da PJMP*, os jovens se reuniram em blocos e debateram sobre as seguintes questões: 1. Em que realidade vive a juventude? 2. Quem somos nós, PJMP, no meio da juventude? 3. Onde estamos presentes? Mapeamento, quantos grupos, total de participantes por Diocese/Regional? 4. O que fazemos? 5. Qual a organização que temos (Diocese, Regional, Bloco e Nacional)? Esta organização responde os nossos objetivos? E por fim, a sexta questão: Estamos contentes com o objetivo e os resultados da PJMP? Por quê?

Divididos em três blocos (Leste/Oeste, Sul e Norte/Nordeste), os jovens levantaram vários pontos sobre a realidade que vivem, desenvolvendo o primeiro questionamento. Aqui já temos menção, através da fala do bloco leste/oeste, sobre as dificuldades com os relacionamentos afetivos, prostituição e delinquência, AIDS, “a afetividade e sexualidade como suprimento de necessidades puramente individuais”. É nesse contexto que aparece a ideia de “falsa moral x libertinagem”. O bloco sul traz que os jovens “tem crises afetivas e existenciais”. Notamos que o bloco norte/nordeste não traz em seu levantamento da realidade nenhum ponto relacionado ao tema da afetividade e sexualidade. Este bloco foca nos aspectos sociais, político, econômicos e cultural e ideológico.

Durante a plenária, retoma-se a questão da temática afetividade, pois que, para os jovens, a criação de um novo homem e uma nova mulher deve estar para além do falar e sim pôr em prática. “Falamos muito do homem novo e da mulher nova, da afetividade, mas não conseguimos fazer acontecer esse novo. A gente fala, só que não é e não faz (Ex.: namoro-dominação);”.

Impulsionados pela questão: *Como será a nova pessoa humana?* Pergunta esta modificada, pois o questionamento inicial era: *Como será o novo homem e a nova mulher?* Os jovens já demonstravam a preocupação com inclusão de outras orientações sexuais dentro do movimento. Podemos observar esta afirmação no seguinte trecho: “Enunciamos assim por discordar da expressão ‘mulher nova e homem novo’ que, ao nosso ver, estamos deixando de lado as opções de vida de cada um (homossexuais, bissexuais)”. Para estes jovens, “a nova pessoa humana terá a possibilidade de desenvolver, em plenitude, sua afetividade e sexualidade”.

O relatório traz ainda algumas reflexões feitas pelo assessor Jung Mo Sung³⁷⁰, que ao analisar essa reformulação da questão *Novo homem e nova mulher*, afirma que a preocupação com a inclusão dos homossexuais e bissexuais, levantou outro questionamento: *O homo e bissexuais não são homens e mulheres?* Dessa forma, ele afirma que a “preferência sexual” não determina o sexo. E questiona: *O que é viver a afetividade e sexualidade em plenitude?* Outro ponto tocado por ele, ainda referente aos relacionamentos amorosos, é sobre o controle das paixões e insegurança no relacionamento.

Sobre a temática da orientação sexual encontramos referências em alguns subsídios, em determinados momentos desenvolvendo o debate do preconceito, mas não há uma discussão que cite diretamente a presença desses sujeitos dentro da pastoral e, também, não se fala sobre as questões de gênero. Esses indivíduos são tratados na terceira pessoa, sendo assim, parte da classe oprimida da qual o jovem da PJMP se identifica. Supomos, observando os temas abordados nos materiais de formação, que a temática da sexualidade é uma pauta importante e pertinente para os jovens da pastoral, mas que esbarra nos limites da doutrina da Instituição.

6.1.3 “Como viver a afetividade e sexualidade na militância?”

Quando falamos sobre afetividade dentro da Pastoral da Juventude do Meio Popular, em todos os subsídios que analisamos, encontramos os temas amizade, namoro e sexo. Para refletimos sobre a temática selecionamos alguns livretos e cartilhas, produzidas entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990. São eles: *Grupo de jovens a caminho da libertação (1988)*, *PJMP presença na luta do povo subsídio 1 e 2 (1988)*, *Adolescentes caminhando, queremos viver (1985)*, *Nós, jovens do campo (1985)*, *A vida no grupo, o grupo*

370Jung Mo Sung é um teólogo católico e cientista da religião, coreano radicado no Brasil desde 1966 e naturalizado brasileiro. É professor titular da Universidade Metodista de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Foi assessor da Pastoral da Juventude do Meio Popular entre as décadas de 1980 e 1990.

na vida (1985), Do meio popular um canto Jovem (1994) e O Jovem da PJMP e a PJMP do Jovem (1995).

Como citamos no início do tópico, este material e outros documentos referente a atuação da PJMP no Estado do Ceará, estão sob a posse do secretário regional da pastoral no Ceará, enquanto a reforma do local que servirá para a guarda desse material não finaliza. Lembremos também que estes subsídios circulavam pelos regionais, através da compra individual pelos militantes e pelo serviço postal, dessa forma, os temas são tratados de forma mais generalizada, deixando as especificidades de cada grupo para as reuniões em si.

Começamos nossa análise pelo livreto *Grupo de jovens a caminho da libertação*. Escolhemos começar a reflexão por este subsídio, pois que este é voltado diretamente para os jovens iniciantes no movimento. O caderno está dividido em 16 partes, cada um referente aos aspectos da vida dos jovens, aqui analisaremos apenas os tópicos que vão tratar dos temas da amizade, namoro e sexo.

Ao observarmos a forma com que o subsídio foi produzido, podemos notar que, diferentemente de outros por nós já analisados, houve um maior investimento para a sua produção, vide o trabalho de diagramação e impressão³⁷¹. Podemos supor, já que na própria introdução, é dito que este material “[...] ajudou milhares de grupos da Pastoral da Juventude do Meio Popular na sua caminhada.”, que estas cartilhas mais robustas, que trazem assuntos mais abrangentes e que tem características de manual sejam projetos que contam com um maior dispêndio financeiro, pois que pretendem uma circulação nacional. Dessa forma, supomos que ao utilizarem as xilogravuras, arte que nos remete ao nordeste brasileiro, como ilustração dos temas abordados geraria uma identificação de onde aquele subsídio fora produzido. Vide outros subsídios em que as ilustrações são desenhos autorais ou imagens que não oferecem uma identificação regional.

³⁷¹ Os subsídios analisados neste tópico foram compostos e impressos nas oficinas gráficas da Fundação Casa das Crianças de Olinda – Av. Dom Bonifácio Jansen, 744 – Bonjussucesso – Olinda – Pernambuco – Brasil.

Figura 27: Amizade, força para viver.



Fonte: Cartilha *Grupo de jovens a caminho da libertação*

Esse subsídio, como já foi dito, era voltado para fomentar as reuniões de grupos de PJMP iniciante. Dessa forma, podemos encontrar em cada temática as etapas do método Ver-Julgar-Agir separadas e identificadas literalmente. No caso da PJMP, ainda podemos acrescentar, como vimos no tópico que trabalhamos o método, o verbo *Celebrar*, pois que ao final de cada tema trabalhado há um momento de celebração com cânticos sugeridos. Assim, uma das indicações é que se use em conjunto a este o livro de canções, *Lutando e cantando*.

A temática da amizade vem logo após o debate sobre a família. Na maioria dos subsídios é nesta mesma ordem, afinal, em tese, o núcleo familiar seria o primeiro grupo com que o jovem tem um relacionamento afetivo. O segundo, seriam os amigos e o terceiro está na

esfera romântica. Com o título *Amizade, força para viver*, o debate começa com a ideia de que Deus não criou o homem para estar só, que até quando enviou Jesus Cristo à terra não quis que ele vivesse sozinho.

O encontro inicia-se com uma dinâmica, buscando identificar o problema a ser debatido (VER). Os membros do grupo são divididos em grupos menores, após terem escrito numa folha de papel seu nome e o nome de seus principais amigos, os jovens vão escolher e responder algumas perguntas propostas com o intuito de aprofundar o tema. As questões propostas são: *O que mais ajuda a gente a crescer na amizade? O que a gente acha que mais atrapalha essa amizade? Os meus amigos são só para mim, ou são também para os outros? A gente quer que nossos amigos sejam iguais a gente ou quer que eles sejam eles mesmos? A nossa amizade ajudou algum amigo a se preocupar com os problemas da comunidade onde mora? Conte como foi. Como está sendo vivida a amizade entre nós, no grupo?*

Depois do debate nos grupos, cada um vai colocar as respostas encontradas para a plenária. Assim, ao socializar as respostas pode-se passar para a leitura da Bíblia, onde os jovens farão uma comparação de sua realidade com a apresentada pelo testemunho bíblico (JULGAR). Os textos propostos para auxiliar o momento são: As bodas de Canaã (Jo 2,1-12), Os amigos de Jesus: Lázaro, Marta e Maria (Lc 10, 38-41) e A Transfiguração (Lc 9, 28-36). A seguir à leitura, os jovens são questionados novamente, agora fazendo uma relação entre as amizades de Jesus Cristo e identificando em que são semelhantes ou diferentes. Após a conclusão do animador da reunião, chega o momento de propor ações relevantes para a temática (AGIR). Aqui, também, há questões para auxiliar os jovens a pensar suas próprias ações.

Por fim, há o momento de celebração (CELEBRAR), onde os jovens organizam papéis pelo chão, com as qualidades de seus amigos e, em forma de oração, vão agradecendo a Deus pelas qualidades que “[...] nos ajudam a viver a verdadeira amizade.” Para este tema, o caderno propõe que usem o canto nº 146 do livro *Lutando e cantando, Momento novo*.

Deus chama a gente pra um momento novo

De caminhar junto com o Seu povo
É hora de transformar o que não dá mais
Sozinho, isolado, ninguém é capaz
Não é possível crer que tudo é fácil
Há muita força que produz a morte
Gerando dor, tristeza e desolação
É necessário unir o cordão
Refrão: Por isso vem entra na roda com a gente também
Você é muito importante

A força que hoje faz brotar a vida
 Habita em nós pela sua graça
 É ele quem nos convida pra trabalhar
 O amor repartir e as forças juntar³⁷²

Já o tema do namoro é tratado como algo que é comum a vida do jovem. No pequeno trecho introdutório do tópico *Namoro: um amor que liberta*, é dito que Jesus tem interesse no namoro dos jovens, pois que Ele sabe que existem dois tipos de namoro: o que faz crescer e o que faz regredir. Por isso, a necessidade de se falar sobre o assunto.

Da mesma forma que os outros temas, este começa com a divisão dos jovens em grupos para o aprofundamento da temática, a partir dos seguintes questionamentos: *Quais as coisas boas do namoro que ajudam a gente a crescer? Quais as dificuldades que existem no relacionamento entre dois namorados? (machismo, ciúme...) Como as famílias atrapalham o namoro? O custo de vida, o desemprego, o racismo, a televisão, prejudicam o namoro? Como?* Por meio dessas questões, os jovens podem refletir acerca das mais variadas situações que circundam os relacionamentos, como as desigualdades sociais, o racismo, machismo etc. Porém, os relacionamentos aqui tratados ainda permeiam a heteronormatividade, como podemos ver na própria imagem que abre a temática, um casal hétero, com uma aparência nada jovem e darem a impressão de adultos casados.

Para além da problemática do namoro, existe uma preocupação com os jovens que não namoram, “O que impede a gente de arranjar um namorado ou uma namorada?”. Porém, com outros relacionamentos fora do padrão heteronormativo não há a mesma preocupação, não há sequer menção a existência deles. Não podemos afirmar que não há o debate sobre a homossexualidade (ainda tratada como homossexualismo), mas não dentro de um relacionamento aos moldes pensados pela moral da instituição, mas essa discussão não terá espaço nesse tema. Como já afirmamos, só conseguimos identificar questões relacionadas a homossexualidade envolvendo o combate ao preconceito e o que leva a ser homossexual, mas não estes sujeitos dentro do movimento. Veremos mais sobre isso quando analisarmos a temática do sexo, pois é neste tópico que serão tratados vários temas tabus.

³⁷² De acordo com o portal Luteranos, essa canção foi composta em 1982 por um grupo de músicos: Ernesto Barros Cardoso, Paulo Roberto Garcia, Déa Cristiane Kerr Affini, Eder Soares, Darlene Schutzer e Tercio Junker. Para mais informações acessar: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/ernesto-barros-cardoso-1957-1995> último acesso: 24.09.2022.

Figura 28: Namoro: um amor que liberta.



Fonte: Cartilha *Grupo de jovens a caminho da libertação*

Quando vamos para a leitura da Bíblia, *O que nos diz a palavra de Deus?* o roteiro sugere que pode ser em uma segunda reunião, se o debate acima se estender por um encontro só, o texto indicado é um trecho da carta de São Paulo aos Efésios 5, 21-33. Nesse momento, será utilizada a dinâmica de um tribunal, onde será escolhido um juiz e terão duas equipes, uma de defesa e outra de acusação. Essa dinâmica, me parece, ter sido escolhida por conta do texto selecionado, pois frisa em vários trechos a subserviência da mulher ao marido. Dessa forma, a equipe de defesa, vai argumentar que para São Paulo homem e mulher são iguais. Para auxiliar a defesa é proposta outra leitura de textos bíblicos como Gênesis 1, 26-27, que fala:

“²⁶ E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. ²⁷ E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.”.

E o versículo 2, 21-24, ainda em Gênesis, que diz:

²¹ Então o Senhor Deus fez o homem cair em profundo sono e, enquanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne.

²² Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e a levou até ele.

²³ Disse então o homem: "Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada".

²⁴ Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles se tornarão uma só carne.

No tocante a equipe de acusação, esta vai argumentar com base na superioridade do homem perante a mulher, enfatizando os preceitos da obediência e subserviência feminina.

A partir desse teatro, faz-se a dinâmica do julgamento, porém, este com a sentença pronta, dando a causa como ganha à argumentação da defesa, onde Deus fez o homem e a mulher sua imagem e semelhança, trazendo uma ideia de igualdade entre os gêneros. Assim, conclui-se que nos relacionamentos, em específico o namoro, não pode haver dominação. Onde o namoro vivido em Cristo deve possibilitar a construção do reino onde não haja dominação entre os sujeitos.

As questões sugeridas para fomentar as ações a serem desenvolvidas sobre o tema debatido versam sobre a importância de se debater a temática em outros espaços, como o grupo de jovens pode ajudar no namoro dos jovens, que atitudes podem ser tomadas para excluir o machismo nos relacionamentos e, se não está na hora de revisar as maneiras de viver um namoro. Assim, encerra-se a reunião, quem namora, agradecendo a Deus as qualidades do namorado ou da namorada, faz-se a leitura, bem devagar, da I Carta de São Paulo aos Coríntios 13, 4-8, *A suprema excelência do amor*³⁷³. E, por fim, é proposto o canto nº 134, *É de dar água na boca*.

É de dar água na boca, quando eu olho pra você (2x)
 O meu coração, coitado, fica logo acelerado,
 Fica doido de prazer (2x) (REPETE)
 Tem dó de mim,
 não faz assim que dói de mais
 Você comigo, é muito bom
 O teu amor é sempre mel
 Sou uma estrela precisando do teu céu
 Vem pros meus braços ser feliz
 Vem pro meu colo chamegar
 Me dar um beijo, meu desejo é te amar.³⁷⁴

³⁷³ “O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece. Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal; Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade; Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor nunca falha; mas havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, desaparecerá;”.

³⁷⁴ Música de Nando do Cordel, lançada em 1986, no LP De volta pro aconchego, produzido pela gravadora RCA Vik. Informações disponíveis em: <https://immub.org/album/e-de-dar-agua-na-boca> último acesso: 24.09.2022

Ao tratar o sexo como um dom de Deus, o subsídio busca desassociar o ato de uma coisa vergonhosa e feia, como é comumente atrelado ao pecado. Sendo um assunto de extrema preocupação dos jovens, a pergunta chave é: “Será que Deus tem alguma coisa a nos dizer sobre o sexo?”

Para o aprofundamento do tema, a equipe responsável pela animação do encontro, escreve em cartazes ou no quadro, as seguintes palavras: masturbação, homossexualismo, AIDS, sarro, carícia, zona, cabaré, motel, atração, desejo, sensação, sentimento de culpa, parto e gravidez antes do casamento. É pertinente frisar que essas palavras já vêm pré-selecionadas no material, assim, a escolha do que trabalhar com os jovens é previamente determinada. Após explicar o significado de possíveis palavras não entendidas, os jovens são divididos em pequenos grupos e respondem as questões apresentadas: 1. Quais as palavras que mais correspondem às preocupações dos jovens que a gente encontra? 2. O que leva jovens a ir ao cabaré, masturbar-se, ser homossexual?

Depois de escolherem as palavras, os jovens voltam ao plenário e selecionam as que mais os estão preocupando. O subsídio usa como exemplo a palavra Homossexualismo para demonstrar como continuar a dinâmica. Os animadores escrevem no quadro duas questões e, em pares, os jovens “cochicham” as respostas que são escritas no quadro e, em seguida, estes debatem essas respostas.

Figura 29 – exemplo do quadro a ser construído para a dinâmica.

1. O que a sociedade diz do homossexualismo?	2. O que o homossexualismo diz dele mesmo?

29

É importante notar que, no material, há uma nota de atenção que diz: “Não vamos julgar quem pratica esse ou aquele ato, mas vamos procurar saber por que pratica... Isso vai mudar o nosso comportamento e o comportamento do grupo com as pessoas.” Aqui vemos, diretamente, que os sujeitos homossexuais não são entendidos como membros participantes do grupo em si, como já havíamos comentado. Estes estão fora do movimento, podem estar no meio popular, já que são sujeitos marginalizados, mas não encontramos em nenhum subsídio questões que sugiram a presença dentro da pastoral. Assim, limitando a discussão do tema sob a ótica do preconceito que sofrem pelas mãos da sociedade e, que o acolhimento pela pastoral se deve por meio do não julgamento e pelo respeito.

Em uma segunda reunião, os jovens vão trabalhar a leitura da Bíblia (JULGAR). A sugestão é que um grupo dramatize a partir do Evangelho de João 8, 1-11³⁷⁵ e tente adaptar o trecho bíblico aos dias de hoje. Ao fim da dramatização, ao grupo são lançadas as seguintes perguntas: *Por que esses homens agiram assim com a mulher adúltera? Qual foi a atitude de Jesus? Por que Deus criou a gente com sexo?*

Para encerrar o encontro, os jovens são impelidos a refletir como os debates feitos podem mudar a sua vida e a do grupo e, ainda, como fazer para que a juventude possa cada vez mais refletir sobre a temática. O momento de celebração é feito com a leitura de Co 6,18-20³⁷⁶, orações espontâneas e o canto nº 146.

Percebemos que, a reflexão sobre o sexo gira em torno das práticas aceitáveis aos jovens e as que não são. Sendo algumas destas cabíveis de respeito a quem pratica e, outras condenáveis, como a prática da fornicação, citada na leitura de Coríntios. Em materiais mais

³⁷⁵ Jesus, porém, foi para o Monte das Oliveiras. E pela manhã cedo tornou para o templo, e todo o povo vinha ter com ele, e, assentando-se, os ensinava. E os escribas e fariseus trouxeram-lhe uma mulher apanhada em adultério; E, pondo-a no meio, disseram-lhe: Mestre, esta mulher foi apanhada, no próprio ato, adulterando. E na lei nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes? Isto diziam eles, tentando-o, para que tivessem de que o acusar. Mas Jesus, inclinando-se, escrevia com o dedo na terra. E, como insistissem, perguntando-lhe, endireitou-se e disse-lhes: Aquele que de entre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela. E, tornando a inclinar-se, escrevia na terra. Quando ouviram isto, redarguidos da consciência, saíram um a um, a começar pelos mais velhos até aos últimos; ficou só Jesus e a mulher que estava no meio. E, endireitando-se Jesus, e não vendo ninguém mais do que a mulher, disse-lhe: Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? Ninguém te condenou? E ela disse: Ninguém, Senhor. E disse-lhe Jesus: Nem eu também te condeno; vai-te, e não peques mais. (João 8:1-11)

³⁷⁶ Fugi da fornicação. Todo o pecado que o homem comete é fora do corpo; mas o que fornicava peca contra o seu próprio corpo. Ou não sabeis que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo, e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus. 1 Coríntios 6:18-20

recentes, produzidos pela CNBB³⁷⁷, pudemos ver as mesmas posições referentes aos temas tratados como tabus pela Igreja Católica. Mesmo que haja uma tentativa de maior aproximação, pelos esforços do Papa Francisco³⁷⁸, a Doutrina da Fé da Igreja Católica permanece intocável.

Nas outras publicações que tivemos acesso, os cadernos produzidos pela PJMP – Regional NE II, sob a supervisão do Pe. Antonio Maria, pudemos observar que poucas coisas mudaram acerca de como trabalhar a temática, referente ao primeiro subsídio que analisamos. As propostas de trabalho, sobre a temática, trazidas pelo caderno *A vida do grupo, o grupo na vida* são as mesmas que analisamos anteriormente. Porém, nos dois outros cadernos, *adolescentes caminhando – queremos viver* e *Nós jovens do campo*, por serem voltados a grupos mais específicos, adolescentes e jovens do campo, trazem a problemática do namoro e do sexo com um maior direcionamento para cada público.

Figuras 30, 31 e 32 – Capas dos cadernos produzidos pela Regional Ne II, para o ano internacional da juventude, 1985



³⁷⁷ Tive acesso a segunda edição da Coleção Aos jovens com afeto – Desafios e atualidades. Subsídios Afetividade e Sexualidade. Setor Juventude CNBB, editada em 2014, e os temas que são tratados pelo subsídio são os mesmos, com alguns acréscimos, aos relacionados no tópico do subsídio da PJMP. Sabemos que se trata de temas relacionados à Doutrina da Fé cristã, porém, fica o estranhamento sobre a cristalização de informações que muitas vezes são contrárias as pesquisas científicas. Tomamos como exemplo, quando o subsídio atual ainda atribui à abstinência sexual, para os solteiros, e da fidelidade conjugal aos casados, como único meio eficaz na prevenção de DSTs, deslegitimando o uso do preservativo. “Além de preservar a saúde física e humanizar a pessoa, a castidade dos solteiros e a fidelidade no matrimônio favorecem a saúde mental, emocional e moral do ser humano, ensinando-o a respeitar a si mesmo e ao próximo [...]. Portanto, sabendo que a doença é grave e não tem cura, convém ter sempre em mente que o **preservativo não é a solução** do problema da contaminação de doenças como a AIDS e outras DSTs”.

³⁷⁸ Em 2013, o Papa Francisco proferiu a frase: “Se uma pessoa é gay e procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgar?” Sentença que, por muitos, foi entendida como uma possibilidade de abertura da IC, foi totalmente abortada, com a reiteração da proibição de bênção para casais homossexuais na Igreja, feita pela Congregação para Doutrina da Fé. O que podemos afirmar é, o Papa Francisco busca desenvolver seu pontificado combinando misericórdia e doutrina, assim, esse tema ainda tem um longo caminho a percorrer.



Fonte: Capas das cartilhas: *Adolescentes caminhando queremos viver*, *Nós jovens do campo* e *A vida no grupo, o grupo na vida*.

Quando analisamos o subsídio voltado para os adolescentes, os temas orbitam sobre as mudanças que ocorrem nessa fase, no corpo, na relação com a família e amigos e, principalmente, no que tange ao namoro e sexo. Na introdução do caderno, Pe. Antonio Maria afirma que os adolescentes participantes de grupos de jovens, muitas vezes, se sentem perdidos e, esse material, tem como objetivo ajudar nas reflexões a partir da experiência dos jovens de 12 a 15 anos.

Podemos notar algumas diferenças, na própria escolha dos temas a serem abordados nas reuniões, quando analisamos em paralelo os dois subsídios. No material voltado aos adolescentes podemos identificar algumas reflexões básicas, como por exemplo, a associação do sexo ao amor, a imaturidade acerca da relação sexual e a questão do aborto. Já no texto voltado aos jovens do campo, aqui compreendendo estes sujeitos acima da faixa etária identificada ao grupo anterior, podemos observar uma maior preocupação com a construção mais sólida de uma relação, que extrapola a ideia do relacionamento a dois, mas que deve estar integrada a ação na comunidade. Pois que o namoro não pode ser um empecilho ou motivo de afastamento da dinâmica de luta comunitária.

Sob o título *Sexo também tem valor*, a reflexão a ser construída com os adolescentes, mesmo que em um primeiro momento seja negada que a questão deva ser pautada pelo viés moral, o material faz uma associação da prática do sexo ao sentimento AMOR e a ideia de que a sociedade lucra e deturpa o seu sentido. E isso é mostrado através da história de Marli, uma

moça de 14 anos, que trai seu namorado de 16 anos, Alexandre. No desenvolvimento da narrativa, Marli se encanta com Otávio, rapaz mais velho (22 anos), que possui uma motocicleta. Aqui o material já tece um perfil imoral de Marli, afinal, da forma como ela age, a moça é apresentada como traidora e interesseira, já que ao ver Otávio em sua moto afirma: “Oh! Que tesouro, disse Marli, “e ainda mais tem uma moto. Que charme!”

Continuando a história, ao perceber o interesse da moça em si, Otávio a convida para umas “voltinhas” e a leva ao motel. A moça com medo, sem saber o que fazer, acaba por sucumbir as vontades e trai Alexandre. Depois desse episódio, Marli descobre-se grávida e ao contar a Otávio, este, sugere que faça um aborto. “Se você topa, eu pago o aborto.” Após esse primeiro momento, VER o problema, dois grupos são levados a refletir acerca do que fazer. As questões que serviram como gatilho para as discussões, que tem como foco a moralidade da situação, vão propor uma reflexão sobre o ato sexual, a ida ao Motel e se os sujeitos envolvidos podem aprender a amar. Outra reflexão possível, e que apenas podemos supor, se daria pelo fato da demonstração de interesse pelas condições financeiras apresentadas por Otávio, ter uma moto e se propor a pagar um aborto, que no Brasil é considerado um crime e que apenas pessoas com melhores condições financeiras poderiam arcar com as despesas, surgisse alguma questão sobre as disparidades de classe. Mas podemos apenas supor que o exemplo traria a possibilidade de desenvolver essa reflexão.

Por fim, chega o momento de JULGAR a luz do evangelho, o material vai propor a leitura da passagem da Bíblia que guiará a ação, a cartilha propõe a leitura do evangelho de João (Jo 8, 1-11)³⁷⁹, onde se descreve a atitude de Jesus Cristo frente a mulher adúltera que ao ser acusada por alguns homens na frente de Jesus, este não a condena, a manda ir e não pecar mais. Assim, os jovens poderiam tirar suas conclusões e agir de uma maneira próxima ao exemplo de Cristo, que não condena, mas que não volte a cometer o mesmo erro.

³⁷⁹ Jesus, porém, foi para o Monte das Oliveiras. E pela manhã cedo tornou para o templo, e todo o povo vinha ter com ele, e, assentando-se, os ensinava. E os escribas e fariseus trouxeram-lhe uma mulher apanhada em adultério; E, pondo-a no meio, disseram-lhe: Mestre, esta mulher foi apanhada, no próprio ato, adulterando. E na lei nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes? Isto diziam eles, tentando-o, para que tivessem de que o acusar. Mas Jesus, inclinando-se, escrevia com o dedo na terra. E, como insistissem, perguntando-lhe, endireitou-se e disse-lhes: Aquele que de entre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela. E, tornando a inclinar-se, escrevia na terra. Quando ouviram isto, redarguidos da consciência, saíram um a um, a começar pelos mais velhos até aos últimos; ficou só Jesus e a mulher que estava no meio. E, endireitando-se Jesus, e não vendo ninguém mais do que a mulher, disse-lhe: Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? Ninguém te condenou? E ela disse: Ninguém, Senhor. E disse-lhe Jesus: Nem eu também te condeno; vai-te, e não peques mais. (Jo 8, 1-11)

Já em outro momento, ainda no caderno para os adolescentes, encontramos o tema da deturpação e exploração do sexo na sociedade, propondo um debate acerca de como essa visão do sexo forjada pela sociedade de consumo, nas músicas de duplo sentido, nas propagandas de TV que exploram a sexualização do corpo feminino e em filmes de sexo, afetam a formação da juventude frente a prática sexual e ao respeito ao corpo. Nesse ponto, a leitura indicada para a reflexão é 1 Coríntios 6. 12-20³⁸⁰, passagem que apresenta o que Jesus Cristo pensa a respeito do corpo, do sexo de si e dos outros, resumindo-se na máxima: “[...] Ou não sabeis que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos? [...]” Nesse tópico, a proposta de ação para os adolescentes é que organizem grupos de debates com outros jovens interessados sobre a temática.

Quando voltamos nossa análise ao material produzido para os jovens do campo, podemos encontrar um viés diferente do trabalhado com os adolescentes. Não que esteja excluída da proposta a questão moral, mas a ideia principal é de como o relacionamento dos jovens pode interferir na sua ação comunitária.

Em *Namoro, coração não é brinquedo*, tópico a ser desenvolvido com os jovens do campo, as histórias que serão apresentadas como gatilho para as reflexões estão no campo do compromisso, dos conflitos que podem surgir dentro da família em relação ao relacionamento e da não reciprocidade do sentimento.

Outro exemplo de relacionamento trazido para se pensar sobre que tipo de namoro seria mais edificante para os jovens conta a história de um casal que está tão envolvido com a relação que se afasta da comunidade e, ao ser interpelado pela reflexão feita pelo Padre na festa da padroeira, sobre a utilidade ou inutilidade do sal (Lucas 14, 34-35).

"O sal é uma coisa útil; mas se ele perder o sabor, deixa de ser sal? Não serve nem para o solo nem para adubo; é jogado fora. Aquele que tem ouvidos para ouvir, ouça". (Lucas 14, 34-35) [...] ‘Antigamente a gente participava da comunidade.

³⁸⁰ Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm. Todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma. Os alimentos são para o estômago e o estômago para os alimentos; Deus, porém, aniquilará tanto um como os outros. Mas o corpo não é para a fornicação, senão para o Senhor, e o Senhor para o corpo. Ora, Deus, que também ressuscitou o Senhor, nos ressuscitará a nós pelo seu poder. Não sabeis vós que os vossos corpos são membros de Cristo? Tomarei, pois, os membros de Cristo, e os farei membros de uma meretriz? Não, por certo. Ou não sabeis que o que se ajunta com a meretriz, faz-se um corpo com ela? Porque serão, disse, dois numa só carne. Mas o que se ajunta com o Senhor é um mesmo espírito. Fugi da fornicação. Todo o pecado que o homem comete é fora do corpo; mas o que fornicava peca contra o seu próprio corpo. Ou não sabeis que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo, e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus. 1 Coríntios 6:12-20

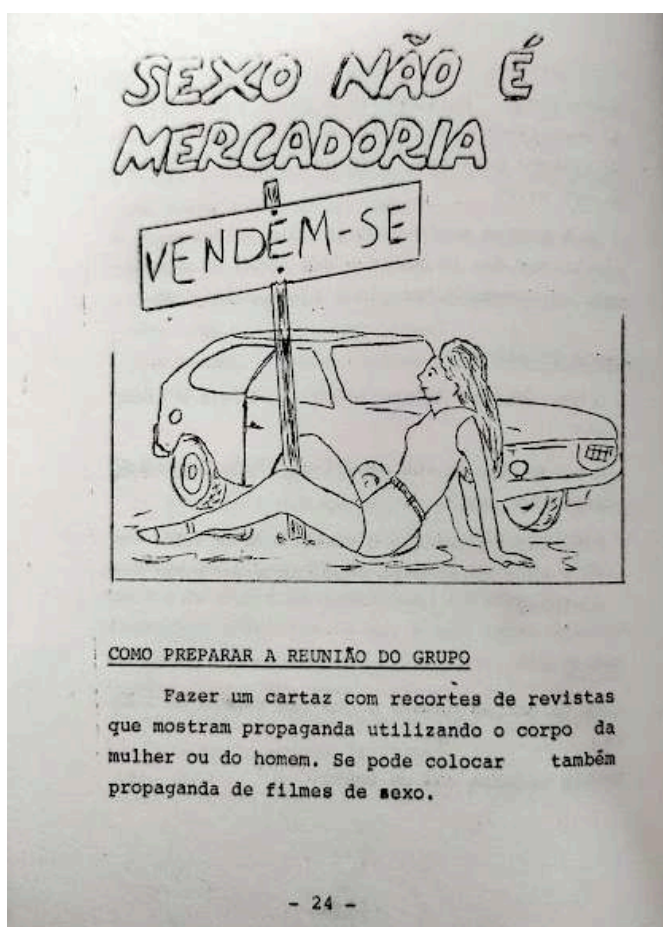
Hoje estamos desligados de tudo. Só vivemos para nós. Será que a gente deixou de ser sal?.

Após essa reflexão, os jovens retomam suas atividades na comunidade. Assim, tornando o namoro deles agradável ao esperado por Deus.

Para encerrar esse momento é sugerido aos jovens que, em oração, digam a Cristo o que esperam de um namoro.

Sobre o tema da mercantilização do sexo e do corpo, algumas questões são levantadas como, por exemplo, “Se pode vender o que é de Deus?” “O corpo, sexo do homem e da mulher têm valor para Deus? Por que?” Como a gente pode usar o corpo, o sexo para a glória de Deus?” “Por que o corpo da mulher é utilizado para as propagandas?” “Quem lucra com essas propagandas?” entre outras.

Figura 33 – Sexo não é mercadoria



Fonte: Subsídio *Adolescentes caminhando queremos viver*

Após a contemplação e discussão fomentada pelas questões propostas para a abertura do tópico, é apresentada a passagem do evangelho que serviria para a iluminação do problema, sendo a mesma utilizada no material para os adolescentes que traz o corpo como templo do Espírito Santo. Para encerrar a reunião, que na maioria das vezes é feita com uma oração e um canto final, dessa vez, o fogo será utilizado como elemento de purificação. Os cartazes com recortes de jornais, feitos no início da reunião, que mostram propagandas que utilizam do corpo masculino e feminino como mercadoria, são incendiados ao som de uma música (dessa vez não houve sugestão) e cada jovem deveria pedir perdão a Deus pela exploração do corpo e do sexo.

Nesse subsídio, pela primeira vez, encontramos uma proposta de reunião que versa sobre a valorização da mulher. Em *A mulher também é gente*, percebemos que a discussão caminha para a promoção da igualdade entre o homem e a mulher, confirmando esse discurso através do versículo que afirma “Deus criou o homem e a mulher a sua imagem” (Gênesis 1,27), dessa forma, não deveria existir diferença entre os direitos dos homens e os direitos das mulheres. A reflexão começa com a fabricação de um cartaz que, dividido em dois, teriam os seguintes dizeres: “Os direitos do Homem” e “Os direitos da Mulher”. A partir de sua confecção, são dadas algumas perguntas ao longo do tópico que vão direcionar a reflexão para o entendimento de que não há diferença entre os sexos, que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos.

Com os cartazes pregados na parede, os jovens vão anotando as respostas das questões: “Quais os direitos que os rapazes do nosso lugar têm?” “Quais os direitos que as moças do nosso lugar têm?” “Que diferenças existem entre os direitos do homem e da mulher?” “O que a gente pensa dessas diferenças?” “Por que as moças não têm os mesmos direitos que os rapazes?” Para depois de identificar a problemática partir para a leitura que vai auxiliar na reflexão sob a luz da fé. Assim, como em outras ocasiões em que são desenvolvidas nas cartilhas o tema da opressão, nesse caso específico a opressão de gênero, as passagens do Gênesis (sobre a criação do homem e da mulher como imagem de Deus) e Efésios (da obediência), são utilizadas para dar suporte ao debate. Por mais avançado que o debate sobre as opressões de gênero, seja o machismo e/ou a homofobia, termo este que foi utilizado pela primeira vez na década de 1970³⁸¹, podemos observar que o discurso oficial,

³⁸¹ Segundo Maria Victória da Silva Soares e Tiago de Oliveira Félix (2020) “O termo homofobia teve sua primeira menção quando usada pelo psicólogo americano George Weinberg em sua obra ‘Sociedade e a Saúde Homossexual’ de 1972 [...]”. Cf. DA SILVA SOARES, M. V.; DE OLIVEIRA FELIX, T. Homofobia: Um

ou seja, este presente nos materiais produzidos pela Igreja ou com supervisão da instituição, vão abordar esses temas, mas de maneira com que não entre em conflito com outras normativas da doutrina. Analisemos a seguir a imagem e o texto que acompanham o encerramento da reunião.

Figura 34 – Representação do machismo



Fonte: Subsídio *Adolescentes caminhando queremos viver*

Na imagem, vemos a mulher prisioneira do homem, porém sem esboçar nenhum tipo de reação contra o aprisionamento. O texto corrobora com essa imagem quando a ação a ser desenvolvida pelos jovens rapazes é pedir perdão a Deus pelo machismo e não perdão às moças e, principalmente, não há propostas de ações coletivas como em outras temáticas, como vimos em outros tópicos, o desenvolvimento de pesquisas ou construção de grupos para o fomento de discussões sobre o tema. Para além disso, as moças também devem pedir perdão a Deus por aceitar o machismo dos homens, em uma demonstração de fraqueza perante a vontade do homem, assim, aprisionada na gaiola sem reação.

Lembremos que não podemos limitar os debates desenvolvidos nos encontros apenas pela análise dos subsídios aqui referenciados, vide que há uma variedade de leituras

para além do texto bíblico e das cartilhas, como por exemplo, as bibliografias que são sugeridas em cursos e oficinas propostos para os encontros regionais e nacionais. Como já citamos, podemos encontrar muitas dessas referências em atas de reuniões e assembleias e em propostas de formação de assessores e militantes. Assim, não podemos tomar como verdades absolutas e nem como fechadas as discussões envolvendo os mais diferentes temas, principalmente as questões sobre afetividade e sexualidade que estiveram e, estarão sempre em evidência, quando falamos de juventude.

Na cartilha produzida pelos jovens do Regional Sul 2, de agosto de 1988, inicia-se com uma charge falando sobre amizade, namoro e tesão. Em todos os documentos que analisei, referente ou não à temática, somente neste, a palavra tesão é utilizada para se referir ao desejo/atração sexual. A grande maioria dos subsídios e, em muitas falas encontradas em documentos produzidos para os encontros, a prática sexual é metaforizada com expressões que tragam pureza e afastem a ideia de pecado, como a ideia do “fazer amor”.

Figura 35 – Charge presente no tópico “Como viver a afetividade e a sexualidade na militância.



Fonte: Subsídio *Adolescentes caminhando queremos viver*

Na charge, quando Chica passa pelos rapazes, Carlos afirma que está “a fim” da moça para seu amigo. Ao ser encorajado a namorar com ela, Carlos se desespera e afirma que não há “Tesão” quando se tem amizade, que com as amigas deve-se ter respeito. Já quando se trata de sexo há uma associação com algo selvagem, animal. Por fim, o colega brinca e chama Chica e comunica que o amigo quer dar um coice nela. Deixando de lado a comicidade da tirinha, o texto que se segue aborda o tema inicialmente pela perspectiva da sociedade de consumo e do capitalismo, onde há uma exposição “industrial” do sexo e da sexualidade. Dessa maneira, essa facilidade que é representada pelo montante de “[...] revistas pornográficas, vídeos pornográficos que estão jogados no mercado, [...]” são tomados como uma falsa liberdade ou liberação sexual.

Essa falsa liberdade ou liberação sexual, está ligada a ideologia capitalista, que é um sistema que prega a posse, a competição, a dominação, a comercialização dos sentimentos e do corpo do outro e da outra. Os laços afetivos muitas vezes são uma relação econômica e possessiva. A gente mesmo que está aí na luta, hoje refletindo no grupo, tem esse espírito de posse inculcado, na nossa maneira de agir e falar. Ex.: “Ele é MEU namorado”, “Ela é mulher DO Pedro”, etc.³⁸²

Inicialmente, há o momento de oração, onde o jovem conversa com Cristo e reflete sobre as relações de amizade, do namoro e da sexualidade, relações que fazem parte da vida de todos os sujeitos e, que juntos, promovem o amor. Amor esse que tem sua culminância em Deus. E que o compromisso firmado com Cristo e com a luta pelo fim da opressão e pelo projeto da utopia do reino não está dissociada da afetividade.

Cristo você viveu uma afetividade muito profunda com seus amigos, amigas e com todo o povo, ilumine os nossos passos para que a gente saiba viver os momentos de afetividade e de verdadeira sexualidade com nosso grupo e com nossos companheiros e companheiras; sem explorar os sentimentos um do outro, sem utilizar o outro ou a outra apenas para satisfazer-se pessoalmente, mas sim que ambos cresçam no relacionamento terno, espiritual e profundo. E também que a gente liberte o coração e os sentimentos e não sejamos insensíveis aos nossos desejos, mas sim saibamos “curtir” os prazeres que a vida, a natureza e nosso corpo podem nos proporcionar, sem cair no genitalismo e no egoísmo.³⁸³

Depois desse primeiro momento de oração, que se encerra com o pedido de um amor que quebre tabus e preconceitos e que deva ser ponto de partida e chegada o matrimônio, passamos para uma conversa, divididos em grupos, sobre o que os jovens sabem e entendem sobre afetividade e sexualidade. O primeiro texto de aprofundamento do tema descreve afetividade como: “[...] o mundo do sentir ou das emoções no relacionamento entre as

³⁸² Cartilha PJMP – Presença na luta do povo, 1988, p. 112. Acervo Histórico da Secretaria da PJMP Regional Ne I, Fortaleza – Ce.

³⁸³ Cartilha PJMP – Presença na luta do povo, 1988, p. 110. Acervo Histórico da Secretaria da PJMP Regional Ne I, Fortaleza – Ce.

peçoas. É um dinamismo, é um mistério, de aventuras e surpresas, de maravilhas e de riscos, de encontros e decepções. [...]”. Já a sexualidade está ligada, conforme o subsídio,

[...] o de mais íntimo que o ser humano tem, é na sexualidade que está a demonstração mais expressiva do amor e, assim como a afetividade, a sexualidade nos impulsiona à busca do outro. Só que um ‘outro’ no relacionamento íntimo e genital; os dois comprometidos para sempre no amor e na justiça se complementam tornando-se um. Esta é então sagrada, celebrada e vivida como sacramento.³⁸⁴

Ao longo do texto, a reflexão se desenvolve seguindo esse fio entre os relacionamentos heteronormativos, o sistema capitalista que oprime e a relação dos corpos como mercadoria. A ideia é que enquanto os relacionamentos afetivos continuam sendo construídos por essa perspectiva econômica a opressão, a dominação e exploração se mantêm na sociedade. Esse raciocínio não é encontrado em outras fontes já analisadas que tratam da temática, a grande maioria sugere, desde o primeiro momento, uma reflexão mais voltada aos preceitos bíblicos. A diferença desse material é que a forma a qual a fase do VER, onde faz-se a identificação do problema, o debate é direcionado para uma questão estrutural, deixando a subjetividade das relações afetivas para segundo plano, onde a mudança do sistema capitalista deve ser radical.

Por isso vemos que para mudar o relacionamento afetivo e sexual, temos que mudar radicalmente o sistema; ou seja, temos que buscar uma nova maneira de mudar as estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e também transformar a vivência da sexualidade e da afetividade.³⁸⁵

As sugestões de questões a serem debatidas saem da linha trabalhada em outros manuais voltadas para o que Jesus faria naquela situação. Antes de fazer uso da passagem bíblica, há mais uma sugestão de leitura, produzida pelo núcleo pastoral do Nordeste, sob o título *Relacionamento sem corpo é feito pau oco*, que trata sobre a relação com o corpo e que não se pode haver uma separação entre corpo e espírito, principalmente no que tange aos relacionamentos afetivos.

O corpo é a referência mais próxima que temos para nos comunicarmos com os outros. É com ele que mantemos o contato com a realidade do mundo. É nele que está gravada nossa experiência de vida. Nós temos um corpo e nem o conhecemos a fim de percebermos o seu valor. [...] Bom se o corpo é referência para nos comunicarmos, não é possível mantermos um relacionamento com alguém, sem que haja uma experiência corporal. Isso não quer dizer que se tenha necessariamente que ter um relacionamento genital. O toque acontece no simples olhar prazeroso, no

³⁸⁴ Cartilha PJMP – Presença na luta do povo, 1988, p. 111. Acervo Histórico da Secretaria da PJMP Regional Ne I, Fortaleza – Ce.

³⁸⁵ Cartilha PJMP – Presença na luta do povo, 1988, p. 113. Acervo Histórico da Secretaria da PJMP Regional Ne I, Fortaleza – Ce.

abraço sem medo de encontrar os corpos, no gesto terno que se dedica a quem se ama.³⁸⁶

O texto bíblico sugerido para essa reunião é Jo. 4, 16-21 que faz referência a ideia de que Deus é amor.

Assim conhecemos o amor que Deus tem por nós e confiamos nesse amor. Deus é amor. Todo aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus nele. Dessa forma o amor está aperfeiçoado entre nós, para que no dia do juízo tenhamos confiança, porque neste mundo somos como ele. No amor não há medo; pelo contrário o perfeito amor expulsa o medo, porque o medo supõe castigo. Aquele que tem medo não está aperfeiçoado no amor. Nós amamos porque ele nos amou primeiro. Se alguém afirmar: "Eu amo a Deus", mas odiar seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê. Ele nos deu este mandamento: Quem ama a Deus, ame também seu irmão.

Dessa forma, a meditação vai girar em torno dessa premissa e o debate sobre tesão e sexo, no material, ficou a cargo da charge do início do tópico. Como já dito, não podemos tomar as sugestões feitas pela cartilha, um texto oficial que se apresente construído pela juventude, mas que está sob a supervisão do representante da instituição, como limitador do encontro. Mas podemos supor que as discussões deviam se aprofundar em outros espaços sem uma maior supervisão. Jairo Umberto Amorin, conforme afirma Nascimento (2009, p. 73) fora militante da PJMP e na época estudante de Psicologia, produziu alguns textos e artigos que discutiam subjetividade e sexualidade para o jovem da pastoral.

Tenho notícias de que em vários lugares a turma tem se encontrado para discutir afetividade e sexualidade. Às minhas mãos tem chegado alguns relatórios e os tenho lido com atenção e verificado que há um nível razoável no levantamento de problemas, só que as discussões acabam muitas vezes em cima do que se pode ou não fazer, em suma, em cima da questão moral. Pode ser que o ambiente da Igreja favoreça esse tipo de comportamento, até como forma de protesto ao tabu com que se trata essa questão na Igreja, no entanto, tenho dúvidas no que isso ajuda as pessoas em suas dificuldades, nem que seja para tomar consciência delas, e saber que estão presente em suas vidas. (NASCIMENTO APUD AMORIM, 1985, p. 03)

Uma vivência compartilhada com os jovens da PJMP da Paraíba, analisada ainda por Nascimento (2009), corrobora esta hipótese. Em suas entrevistas com amigos e ex-companheiros de militância na pastoral, mais especificamente com Antonio Héilton de Santana, ex-integrante de grupos de base durante a década de 1970, o autor reproduz algumas falas que detalham como os jovens tratavam esses assuntos para além das reflexões propostas pelos materiais, muitas vezes limitados aos dogmas e preceitos morais da Igreja Católica, sobre suas experiências de formação sobre a temática. Conforme relata o entrevistado, os

³⁸⁶ Cartilha PJMP – Presença na luta do povo, 1988, p. 114-115. Acervo Histórico da Secretaria da PJMP Regional Ne I, Fortaleza – Ce.

jovens começam a entender que o sexo não é uma coisa pecaminosa e que os sujeitos são integrais, “corpo e espírito é o todo”.

[...] À revelia da Igreja, oficialmente a Igreja não sabia, mas aí começamos a nos encontrar. Tinha jovens e tinha adultos também, tinha gente de toda idade, tinha muitos jovens. A gente disse, não, essa história a Igreja não está cuidando, a Igreja enquanto instituição. Então, se ela não cuida, então nós cuidamos, nós cuidamos de nós. Aí começamos a fazer encontros específicos sobre afetividade e sexualidade, sob responsabilidade da gente, responsabilidade econômica, e a responsabilidade também da formação. Então ficava, quem é que vai estudar isso, quem é que vai estudar aquilo, quem é que pega o material, então era nessa base, e ficava muito claro.³⁸⁷

Ao buscar mais informações de como essas temáticas eram trabalhadas nos grupos de jovens, tentando nos descolar dos materiais ditos oficiais, que seguiam à risca as diretrizes e dogmas da instituição, foi conversando com a professora Kênia Rios, que ouvimos pela primeira vez sobre o movimento da *Biodanza*. Para ela, não se pode falar sobre afetividade e formação afetiva sem lembrar do movimento da Biodança. De acordo com Kênia, em todos os encontros da PJMP, iniciavam-se com um momento de biodança. Essa teoria foi desenvolvida pelo chileno Rolando Toro³⁸⁸ e foi trazida para o Ceará por Cezar Wagner³⁸⁹, que desde a década de 1970 foi professor do curso de psicologia da UFC. Conforme seu criador, Rolando Toro

[...] o termo biodanza foi criado a partir de uma ampla elaboração semântica. Havia nascido uma disciplina com características inéditas, para a qual não existia uma denominação apropriada. Não era uma interdisciplinar de simples convergência com a dança, de conteúdos antropológicos, psicológicos ou filosóficos, para a qual teriam servido os termos “antropodanza”, “sociodanza”, “psicodanza”. Tratava-se de um sistema em que determinados movimentos e situações de encontro, acompanhados por música e canto, induziam vivências capazes de modificar o organismo e a existência humana em diferentes níveis: desde a homeostase orgânica, a estrutura postural, o estilo de vida, até os processos sócio-culturais. Para a síntese semântica do nome, era necessário um conceito profundo e global, relacionado mais com a sabedoria do que com o conhecimento, que incluísse uma concepção sistêmica e holística. A ideia se aproximava claramente do conceito de “dançar a vida” proposto por Roger Garaudy. Era necessário restaurar o conceito original de dança como movimento natural, pleno de significação e de vida, em sua ampla acepção. Não podia, portanto, ser associado ao “ballet” nem a outra forma de dança estruturada. Tampouco poderia ser associada a alguma forma particular de psicoterapia. Inicialmente, utilizei o conceito de

³⁸⁷ HÉLITON. (Antonio Héilton de Santana). [História da PJMP]. Santa Rita, 2009. Entrevista concedida a Edilson Jean da Silva Nascimento em 23 de maio de 2009. A reprodução deste trecho está presente na dissertação do autor, defendida em 2009, no programa de pós-graduação em Ciências da Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O texto completo encontra-se disponível para download no site <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4262> Último acesso em: 19/10/2022.

³⁸⁸ Rolando Toro é poeta, educador, psicólogo, antropólogo e biólogo chileno. Toro é o criador do Sistema Biodanza e da Educação Biocêntrica, nascido no ano de 1924, em Concepción, no Chile.

³⁸⁹ Cezar Wagner de Lima Góis é doutor em psicologia pela universidade de Barcelona e professor aposentado da Universidade Federal do Ceará. É didata em Biodança, educador biocêntrico, formador em Psicologia Comunitária. Atualmente, é presidente da Universidade Biocêntrica. De acordo com seu perfil na plataforma Lattes, com última atualização em 2009, Cezar Wagner foi declarado anistiado político pelo Ministério da Justiça em 2008.

“Psicodanza”, que possui o grave defeito de ser dissociativo. “Psico” provém do grego “Psyche” = Alma: Dança da Alma. Aí estava implícita a dissociação platônica. (TORO, 1991a, p. 4)

Dessa forma, a biodança ao estar ligada à vivência dos sujeitos e na transformação da vida, foi incorporada por alguns núcleos de PJMP. Assim, como em outros estados do país, os jovens desenvolveram estratégias fora dos limites impostos pelos dogmas e moral da Igreja Católica, para buscar uma compreensão sobre si, principalmente no que tange as suas individualidades e desejos.

A partir dos mecanismos de ação da biodança e as linhas de vivência³⁹⁰, a afetividade e a sexualidade, que antes eram trabalhadas pelo viés moral, como vimos em muitos livros e cartilhas que analisamos, passam a ser pensadas por uma perspectiva do carinho, desejo e prazer. Pois, conforme Cezar Wagner (p. 48), na biodança

Tanto a sensualidade como a genitalidade ganham refinamentos estéticos, afetivo e lúdicos, onde não só a reprodução e a perpetuação da espécie estão em jogo, senão o prazer e toda uma possibilidade de amar e ser amado, assim como a continuidade do mundo cultural e a presença do ser no mundo. O padrão biológico sexual da espécie é superado na vivência da própria sexualidade em um mundo cultural.

[...] A afetividade humana, ou vivência da afetividade, surge dessa instância primal, como as demais vivências, para transformar-se em expressão humana de carinho, ternura, amizade, intimidade com o outro, proteção e solidariedade. É a fonte da ética, o caminho pelo qual o ser humano pode construir coletivamente uma sociedade democrática e amorosa – de cidadãos. (GÓIS, 2009, p. 48-49)

Assim, há uma dessensibilização à culpabilidade³⁹¹, sentimento que atravessa os jovens ao serem confrontados com suas experiências de afetividade e sexualidade cotidianas.

Com tudo, conversando com outros ex-participantes da PJMP espalhados pelo estado, como a professora da rede estadual de ensino do Ceará, Maria Aucirene Marques³⁹²,

³⁹⁰ Conforme Cezar Wagner (2009, p. 47) “As linhas são categorias que tentam explicar os próprios canais biológicos de expressão potencial humano, os quais constituem redes somato-psíquicas formadas por círculos biológicos e psicológicos integrados ao longo da filogênese e da ontogênese, capazes de favorecer a combinação, separação e recombinação das matizes vivenciais que surgem do instante vivido”. Assim, existem cinco linhas de vivência desenvolvidas na biodanza. São elas: linha da vitalidade, linha da sexualidade, linha da criatividade, linha da afetividade e linha da transcendência. (GÓIS, 2009, p. 48-50)

³⁹¹ Termo usado por Maria Aparecida Porte Ferreira (2019, p. 74) ao definir o mecanismo de ação da Renovação Sexual. Além dessa dessensibilização à culpabilidade, a autora baseada nas ideias de Toro (1991), fala que esse mecanismo perpassa o desenvolvimento da sensualidade e da genitalidade, técnicas de comunicação e fusão, capacitação para o prazer de viver e do desenvolvimento do *eros* indiferenciado e do *eros* diferenciado.

³⁹² Quando assumi a vaga referente ao concurso da Secretaria de Educação do Estado, fui lotada na vaga de professora de história na cidade de Itarema-Ce, cidade a mais de 200 km da capital cearense. Em uma das escolas que fui lotada, a EEMTI Valdo de Vasconcelos Rios, conheci a professora Maria Aucirene Marques, coordenadora escolar e responsável pela área de ciências humanas. Quando falei sobre a pesquisa que estava desenvolvendo no curso de doutorado, ela nos contou sobre sua formação e participação na PJMP, entre os anos de 1981 e 1988. Dessa forma, pudemos ter muitas conversas sobre sua experiência na pastoral. Em uma dessas conversas a

ex-militante da PJMP do núcleo do Sítio Alegre, em Morrinhos, percebemos que o uso da Biodança estava focado na capital, Fortaleza, pois ao estarem mais próximos ao ambiente da universidade e a trajetória do grupo no meio urbano, essa experiência parece não ter sido acolhida ou conhecida por grupos afastados da dinâmica da capital.

Assim, compreender como se deu e como foram abordadas as reflexões sobre a afetividade e sexualidade, temas que são considerados tabus dentro da Igreja Católica até a atualidade, se fez de extrema importância para identificar como a pastoral desenvolveu seu projeto de formação integral da juventude. Essas temáticas, ligadas a subjetividade dos jovens, foram responsáveis, em alguns momentos, pelo afastamento de alguns jovens da pastoral procurando em outros grupos, como na Renovação Carismática, que mesmo que pautem esses assuntos pelo viés do dogma, ainda assim tratavam de alguma forma.

Dessa forma, em um primeiro momento, a IC percebeu que os jovens demandavam o trabalho com esses temas, porém ainda propunham abordá-los pelo viés moral. Assim, a própria juventude desenvolveu estratégias que pudessem aprofundar e descolar as análises das pautas morais, trazendo especialistas de fora da instituição e fazendo leituras especializadas para desenvolver essa parte tão importante da constituição do sujeito.

6.2 PJMP, 10 anos de caminhada: avaliando e celebrando a união entre Fé e Vida da pastoral da juventude do meio popular.

A “derrota” da Campanha Lula Presidente no Brasil em 1989; a queda do socialismo real na Rússia significara a “derrota” da esperança de todas as forças progressistas. Esses fracassos colocaram em crise o movimento popular organizado, os partidos de esquerda e os setores comprometidos da Igreja, gerando a falta de perspectivas para a caminhada, a grave perda de sentido da luta e a consequente desmobilização dessas organizações. (RELATÓRIO X ASSEMBLEIA NACIONAL DA PJMP, Fortaleza – CE, 1996)

Em 1996, aconteceu em Fortaleza, capital do estado do Ceará, a décima assembleia nacional da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Entre os dias 7 e 12 de janeiro³⁹³, sob o tema “PJMP – Presença no mundo e na Igreja”, os jovens do meio popular de vários lugares do Brasil puderam se reunir para avaliar e celebrar a caminhada ao longo dos dez anos de existência da pastoral.

questionei sobre a Biodança e se no núcleo em que participava tinha conhecido esse movimento. Sua resposta foi negativa.

³⁹³ Na capa do subsídio da X Assembleia Nacional da PJMP, a data que se encontra na capa é dos dias 07 a 13 de janeiro de 1996.

Ao analisarmos os relatórios das assembleias nacionais da PJMP dos anos de 1990, 1992 e 1996, pudemos identificar os principais problemas enfrentados pela juventude empobrecida e pela própria pastoral nesse momento de transformações significativas nos rumos sociais e políticos do país. Afinal, passamos por um processo de redemocratização, construção de uma nova Constituição, ápice da atuação e mobilização dos movimentos sociais e, principalmente, mudanças nos rumos da Igreja Católica com sua virada carismática.

Como já citamos, utilizaremos como principais fontes para esta análise os relatórios e textos preparatórios produzidos nas e para as assembleias nacionais da PJMP, nos anos de 1990, 1992 e 1996. Nesses documentos podemos encontrar os resumos e temas, os quais, foram discutidos nos respectivos eventos. O que nos interessa, neste momento, é compreender que questões e problemas a PJMP esteve enfrentando, pois que esse momento, início da década de 1990, é tomado como um período de crise da pastoral, como podemos observar na epígrafe desse tópico que foi retirada do documento “*Pastoral de Juventude do Meio Popular, Contexto e Novas Perspectivas*”, que analisaremos no decorrer deste texto.

No início dos anos 1980, nos primeiros momentos do pontificado do Papa João Paulo II, conforme Prandi & Pierucci (1996), era amistosa sua relação com a Igreja progressista. Porém, por mais amistosa que fosse, o vaticano já dava indícios do desagrado que era a interação do clero brasileiro com a política e as questões sociais. Como podemos ver na citação abaixo.

Na década de 70, a Igreja Católica brasileira mostrou-se como a mais progressista de toda a América Latina. Foi aqui que as CEBs se tornaram modelo para a Igreja dos países do terceiro mundo. Aqui se formou, sob a tutela da Igreja, toda uma militância política de esquerda. Nos dois primeiros anos do governo de Joao Paulo II houve um relacionamento amistoso do Vaticano com a Igreja popular, depois disso muita coisa mudou. Em carta apostólica endereçada aos bispos brasileiros em dezembro de 1980, prega que “a Igreja não deve se envolver em questões sociais em detrimento de sua missão especificamente religiosa”. (Higuet, 1984) O papa, de fato, tomou muitas medidas contrárias ao movimento da Igreja popular. (PRANDI & PIERUCCI, 1996, p.62)

Com isso, os movimentos ligados a Renovação Carismática começaram a crescer e se espalhar pelo país. A Renovação Carismática Católica, conforme Prandi e Pierucci (1996), nasceu nos EUA, no ano de 1967, espalhando-se pelo mundo e ficando “[...] fortes raízes no Brasil, onde em 1994, o número de seus seguidores atingiu a cifra de 3,8 milhões (Pierucci & Prandi, 1995).”

A Renovação Carismática é um tipo de movimento com novas características no interior da Igreja Católica. Distancia-se, portanto, da experiência de movimentos

leigos que a Igreja conheceu no decorrer deste século [século XX]. Sua organização também difere-se bastante do estilo de organização vivido pelas pastorais. Seguindo um estilo próprios desde o princípio, sua organização central é basicamente laica, mesmo sediando-se em Roma sua direção máxima, onde um escritório internacional funciona como uma agência de missões. (PRANDI & PIERUCCI, 1996, p. 65)

Conforme nos aponta Cleoneide M. do Nascimento (2006, p.50) esse movimento vai “[...] estabelecer ações e discursos religiosos distantes da realidade de pobreza e sofrimento do povo.” Esses discursos voltados às emoções, pensando sobre as necessidades individuais dos sujeitos vão ocupar um lugar vazio ou, em muitos casos, tratados de maneira frágil pelas pastorais sociais.

[...] a RCC enfatiza a redescoberta das emoções na relação com o sagrado, o que se traduz num estilo de culto fervoroso, animado por cantos e danças. Na origem do movimento está o culto ao Espírito Santo, que traz não só o ardor místico como também a ênfase na possibilidade de curas consideradas milagrosas. A vivência religiosa proposta pela RCC está centrada nos carismas do Espírito Santo, tais como o dom de línguas, de cura, de profecia e outros, sendo voltada sobretudo para a subjetividade e mística. Observamos que o Modelo Carismático Católico através de suas práticas religiosas reserva pouco espaço (as vezes nenhum, dependendo da comunidade) as questões sociais, além de uma explícita rejeição a participação política nos moldes propostos pela Teologia da Libertação. (NASCIMENTO, 2006, p. 53)

As problemáticas levantadas pelos jovens da PJMP, na grande maioria dos documentos, como já trabalhado, estavam relacionados a falta de diálogo sobre as questões da afetividade dos jovens. Ou seja, esses temas mais relacionados com o interior, os sentimentos e afetos eram, muitas vezes deixados de lado para tratar das questões sociais, dessa forma, os movimentos que tinham como foco esses assuntos se mostraram mais atrativos para aqueles que já não estavam sentindo-se contemplados na PJMP.

Porém, este não é apenas o único ponto questionado pela juventude do meio popular frente a sua formação, na condição de sujeito integral. Outro problema diagnosticado é a apatia política de uma parte da juventude. Segundo as questões levantadas em plenária “Nossa linguagem não atrai mais os jovens, temos discurso, mas não temos prática.”

Em muitos documentos de avaliação da caminhada da PJMP, que são produzidos ao final das plenárias e encontros regionais e nacionais, esse problema de atração dos jovens para o engajamento nos grupos é retomado. Outro problema que aparecem nessas reflexões coletivas são as relações estabelecidas com a hierarquia, como podemos identificar no documento preparatório para o encontro nacional dos grupos do sul do país, onde os jovens afirmam que “[...] entram em conflito com alguns Bispos e Padres que tem ideias e ideais diferentes. A maior parte da Hierarquia é autoritária, conservadora e defensora dos privilégios

que o capitalismo lhe dá, são politicamente incompetentes.” Logo em seguida, o documento traz outra reclamação sobre a Hierarquia eclesial: “Incoerência da Hierarquia com seus próprios documentos, pois nos documentos dizem que tem que se investir na formação, liberação, assessoria, no entanto não existe a prática”.

Jovens militantes não entendem a necessidade de se ter Hierarquia. O desejo dos jovens militantes seria uma Igreja a parte, libertadora, despojada, radical etc. Muitos acham que a Igreja não é necessária. [...] Jovens militantes que não suportam a Igreja como instituição, estrutura e burocracias.³⁹⁴

Esses conflitos não ficavam apenas na esfera hierárquica, mas conforme apontam alguns documentos e falas de alguns militantes que conversamos informalmente, houve problemas relacionais com a própria Pastoral da Juventude (PJ), como podemos observar no trecho destacado abaixo.

No início uma série de dificuldades se puseram no caminho da PJMP. O risco de se tornar uma pastoral excludente dos jovens de outras classes era apontado quase num clima de desconfiança, às vezes, de queimação de militantes e até assessores da PJMP. Em parte, a dificuldade de se firmar como pastoral trouxe aos militantes uma tarefa árdua, a de propagar a proposta, e isso às vezes foi feito com tanto afinco que gerou nas pessoas uma impressão de radicalismo. Era a força de expressão de quem queria ser visto, acreditado e aderido. Nisso temos a sensação de que não foi quase sempre entendido, carregando a relação da PJMP com a PJ geral ou genérica, de conflitos, alguns momentos até desnecessários.³⁹⁵

Lendo o relatório da décima Assembleia Nacional, que ocorreu em Fortaleza, Ceará, no ano de 1996, ou seja, seis anos após essas reclamações acima, vemos que essas dificuldades vão se arrastando ano a ano. Abaixo separamos os problemas levantados pelo grupo representante do Ceará.

Angústia; desanimo por parte dos movimentos populares; comodismo (e como se não tivesse mais saída); silêncio; intimismo; política centralizadora e autoritária do Vaticano (Novo Catecismo, negação da Teologia da Libertação, silêncio imposto a Ivone Guevara, eleição de D. Lucas...); volta ao sacramentalismo; dificuldade com muitos bispos (pastorais sociais); descoberta e valorização do lúdico, da afetividade (corpo, prazer) pelas pastorais populares, processo de urbanização: Pastorais específicas; voz profética (pastorais sociais); persistência dos sonhos e empolgação. Grifos nossos.

Os jovens afirmam que diante dessa realidade conflituosa com a hierarquia, com a própria PJ geral e outras pastorais de juventude específicas, os militantes adotam três posturas,

³⁹⁴ Documento produzido nos “Seminários Diocesanos” da PJMP para a preparação da participação no 7º CNPJMP, em 1990. Disponível no acervo da Secretaria Regional da PJMP – Nordeste I, Fortaleza Ceará. 7 págs.(Cópia)

³⁹⁵ *Por um debate mais fraterno*. Documento produzido pelos jovens da PJMP – Zonal Nordeste II, em junho de 1992. Este texto tem como objetivo refletir e avaliar a caminhada da PJMP frente as outras pastorais de juventude. Disponível no acervo da Secretaria Regional da PJMP – Nordeste I, Fortaleza Ceará. 9 págs.

uns partem para a agressão verbal, outros aderem ao peleguismo ou “caem fora”. No trecho abaixo, podemos observar essa saída de militantes, na fala da zonal de Belo Horizonte.

1-A militância extra-ecclesial nos absorve, afastando-nos da Igreja. O grande problema que enfrentamos em Belo Horizonte é o desligamento dos militantes da PJMP devidas as dificuldades de se relacionar com a Igreja. Não temos refletido sobre o tema, o seminário diocesano foi esvaziado, isso nos prova que o assunto não desperta interesse. 2 – Sentimos que os militantes não estão priorizando a PJMP, a coordenação diocesana tem se reunido, mas não se sente representada, pois os núcleos estão desarticulados devido ao excesso de atividades (militância meio social). Concluindo, não estamos buscando alternativas para enfrentar os problemas relativos à eclesialidade.

Em outra fala, que também está ligada ao desligamento dos jovens da pastoral, agora presente no documento de preparação do núcleo regional da PJMP no Ceará, vemos a dimensão da falta de recursos para a manutenção desses jovens dentro da pastoral tendo no afastamento e saída dos militantes uma opção forçada.

A situação de empobrecimento dos jovens militantes que gastaram e dedicaram alguns anos de sua vida ao serviço pastoral, por razões de sobrevivência, têm de “se mandarem”, já que da Igreja (ingrata) não recebe o apoio econômico para segurar as lideranças jovens (militantes e assessores) no seu meio de vida e ação, “perdendo-se” assim pessoas válidas e preparadas que garantiam os quadros duma pastoral.

É importante destacar que nesses momentos de avaliação da caminhada, que são registrados pelos jovens ao final dos eventos regionais e nacionais, não somente são expostos os problemas enfrentados pelos zonais e pela PJMP como um todo. Mas são propostas ideias para que esses problemas sejam sanados ou compartilhadas intervenções que já estão em ação. Um dos pontos que aparece em todos os documentos analisados é o pedido dos próprios jovens por mais cursos de formação, principalmente os cursos bíblicos, pois os jovens sentem uma carência espiritual e de outros assuntos referentes ao espiritual, o que provoca, conforme é relatado, uma “[...] angústia e vazio que não são preenchidos com o ativismo.”

Na formação se prioriza a dimensão política e quase se esquece a formação religiosa. Alguns jovens da PJMP não estão seguros em questões de Igreja (origem, história e estrutura da Igreja) e quando vão para a militância política não têm argumentação ao nível das discussões ideológicas que questionam, criticam e fazem gozação por serem “igrejeiros”. Sem fundamentação para justificar (defender) e dar “provas da sua fé”, é facilmente “convencido” a se desligar da Igreja. E como os laços já estão enfraquecidos pela falta de apoio e carinho, mais facilmente “se mandam”.³⁹⁶

Ao fazermos uma comparação entre os problemas e questionamentos levantados pelos jovens da PJMP e a crise e esvaziamento das CEBs encontramos fatores bem próximos.

³⁹⁶ Documento de Preparação para o 7º Encontro Nacional da PJMP – Regional Nordeste I – Estado do Ceará, 1990. Disponível no acervo da Secretaria Regional da PJMP – Fortaleza – Ce.

Para Pierucci & Prandi (1996) houve um “[...] isolamento provocado pelo radicalismo ante a burguesia (maniqueísmo político)” e isso podemos observar nas falas encontradas nos relatórios da PJMP, como por exemplo, no documento *Síntese dos problemas levantados na Assembleia Nacional da PJMP*³⁹⁷, que analisamos no tópico anterior, quando se fala da insegurança de muitos jovens de fazerem parte ou não do movimento por não se acharem “pobres o suficiente”.

Há uma idealização dos pobres, fruto de uma visão de mundo que separa as pessoas em dois tipos: OS RICOS – que são maus. OS POBRES – que são bons. Os militantes, em relação aos ricos, se sentem pobres e, por isso, são bons. Mas, em relação aos mais lascados, são menos pobres ou “mais ricos”: o que pode levá-los a um sentimento de culpa, de compartilharem da maldade dos que são ricos.

Sobre essa insegurança que alguns jovens militantes expunham nos encontros e debates referentes ao seu pertencimento ou não à classe popular, no relatório da VIII Assembleia Nacional da PJMP, em 1992, no tópico *Sistematização das intervenções feitas na plenária* é dito que essa culpabilização em não ser “o mais lascado” está ligada a ideia de “sacrificialismo” muito presente na Igreja e nas esquerdas.

No campo da motivação, ou da espiritualidade, surgiu de novo o problema de “sentimento de culpa” por não ser o “mais lascado” ou do medo de que “PJMP pode virar uma pastoral de burgueses em favor dos pobres”, na medida em que os seus militantes tenham um nível de consumo acima dos mais pobres. Essa ideia de que os militantes da PJMP devem “sofrer” reflete um “sacrificialismo” muito presente tanto na Igreja quanto nas esquerdas. Que só com sacrifícios e dor podemos transformar o mundo. Como se prazer, alegria, beleza “se embelezar”, festa, e outras coisas nos trazem satisfação fossem incompatíveis coma luta por um mundo melhor. Precisamos ter mais claro que lutamos para socializar as coisas boas da vida, para que todos tenham direito de acesso a essas coisas. Não cair no consumismo (consumo como sentido da vida) do capitalismo, mas também não cair numa postura de negar as coisas boas da vida, em nome de uma sociedade “melhor”. O fundamental nessa nova postura é não perder a solidariedade em relação aos “mais lascados”.

Outro ponto, que tenta explicar a crise das pastorais sociais, é a política de “restauração conservadora” que nos explica Pierucci e Prandi (1996), pois que essa política propõe uma intervenção na formação de presbíteros, divisão de paróquias, não nomeação de bispos progressistas e, principalmente, na desautorização da Teologia da Libertação, com punições aos seus expoentes. E isso vai se refletir, muitas vezes, nos conflitos entre os grupos de PJMP e a Hierarquia da Igreja.

Por último, mas não menos importante, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, há um “[...] refluxo dos movimentos sociais, em geral, agravado com a crise da utopia

³⁹⁷ No documento constam dez pontos que apresentam as angústias e problemas enfrentados pelos militantes da PJMP. São quatro laudas, frente e verso. A letra presente no documento nos parece ser de um documento digitado no computador e não em uma máquina de escrever. Por ser um texto produzido durante uma assembleia nacional, tomamos os pontos levantados como problemas generalizados na maioria dos grupos de jovens da pastoral.

política provocada pelo esboroamento do socialismo no leste europeu, crise teórica do pensamento de esquerda e a ausência de alternativa para a mudança social”. (Pierucci & Prandi, 1996, p. 73) Essa crise das utopias é citada no documento de 1996, *PJMP contextos e novas perspectivas*, produzido pela pastoral. Nesse documento, além de citar a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, em 1989, nas eleições presidenciais, cita a queda do socialismo real na Rússia, trazendo um sentimento de “derrota da esperança” e “gerando a falta de perspectivas para a caminhada, a grave perda de sentido da luta e a conseqüente desmobilização dessas organizações.”³⁹⁸

Esses fracassos colocaram em crise o movimento popular organizado, os partidos de esquerda e os setores comprometidos da Igreja, gerando a falta de perspectivas para a caminhada, a grave perda de sentido da luta e a conseqüente desmobilização dessas organizações. Por outro lado, esse cenário foi de fundamental importância para a implantação do projeto neoliberal, que “é o conjunto de doutrinas segundo as quais a liberdade de mercado é o único meio de progresso, paz social e harmonia”. Esse projeto já vinha sendo trabalhado em governos anteriores.

Para além da crise política, econômica e social, o contexto eclesial, como já citamos contou com sua parcela de desmobilização do movimento pastoral.

A década de 80 foi o período das grandes articulações de uma Igreja da base, mas foi também o momento em que a política do Vaticano procurou de forma estratégica dispensar a propagação de um projeto de Igreja libertadora. Por exemplo, a nomeação de bispos conservadores, a divisão da Arquidiocese de São Paulo, etc. Por outro lado, a estrutura paroquial não permite avançar com um projeto libertador, porque a paróquia ainda permanece com uma estrutura rural, enquanto a cidade urbanizou-se e tornou-se moderna. A crise da PJMP está, portanto, inserida nesta conjuntura político e eclesial.³⁹⁹

Em resumo, o documento pontua os principais déficits enfrentados pela Pastoral da Juventude do Meio Popular, com um todo, chega na década de 1990. Entre os problemas mais ligados a formação dos jovens, há a falta de investimento na formação de novos quadros da militância e de assessoria que prejudica a continuidade do trabalho realizado pela pastoral, há uma carência também no que se relaciona a um maior “[...] aprofundamento e integração com a espiritualidade que levasse em consideração a celebração dos desejos mais profundos dos jovens” e a formação humana que levaria a uma mudança de postura do jovem para com os relacionamentos (Igreja, Família, Namoro?). O impacto urbano na vida da PJMP e uma visão

³⁹⁸*Pastoral de Juventude do Meio Popular, Contexto e Novas Perspectivas*. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/10anpjmp1996_debates.DOC Último acesso em: 05/07/2023

³⁹⁹*Pastoral de Juventude do Meio Popular, Contexto e Novas Perspectivas*. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/pjmp/10anpjmp1996_debates.DOC Último acesso em: 05/07/2023

“estreita” das mudanças globais e de suas implicações na vida dos jovens do meio popular vão corroborar com as dificuldades já listadas.

Porém, nem só de crise e desesperança viveu, nesse período, a PJMP. Em todos os documentos são apontadas novas perspectivas e há a formação de um sentimento de esperança e incentivo para a continuidade da luta. Como podemos observar abaixo,

Em 1991, em Sobral – Ceará, realizou-se uma grande festa em comemoração aos 10 anos de vida e ação da PJMP no Ceará. Lembremos que na metodologia da PJMP, tão necessária quanto a avaliação da caminhada, o festejar é de extrema importância para o fortalecimento da luta. Tivemos acesso ao vídeo intitulado *Vida e Luta da PJMP no Ceará, romaria de Sobral 1991*, disponível no *YouTube*, que apresenta características de documentário, pois além de trazer imagens do dia dos festejos dos dez anos de atuação da PJMP no Ceará, que aconteceu no dia 1º de dezembro de 1991, como nos traz falas de Dom Walfrido, bispo de Sobral e de Dom Frágoso, bispo de Crateús, lideranças importantes do clero progressista cearense. Por ser um momento de celebração de existência da pastoral no Ceará, se tem uma preocupação em apresentar os objetivos e mostrar como a PJMP é presença e ação na vida desses jovens. Observamos isso em uma das falas que aparecem no vídeo, onde a jovem⁴⁰⁰ explica o porquê de seu engajamento na pastoral.

Eu entrei na PJMP, porque eu precisava e buscava algo que completasse a minha vida, que desse um novo sentido. Que me fizesse sentir a necessidade de lutar e mudar essa sociedade. Foi por isso que eu entrei na PJMP. E eu continuo porque eu acredito no novo, eu acredito na força da juventude e eu acredito na PJMP.

As novas perspectivas e novas demandas vão aparecer nos relatórios e cartas produzidos durante as assembleias e encontros nacionais. Como veremos no documento *Carta de Fortaleza*, publicado conjuntamente com o relatório da X Assembleia Nacional da PJMP, realizada em Fortaleza- Ceará, em janeiro de 1992, traz um pouco do sentimento de esperança presente nos jovens da pastoral frente as adversidades cotidianas de falta de investimento, conflitos com a hierarquia da Igreja e, principalmente, das desigualdades sociais que se perpetuam cotidianamente.

A Assembleia está sendo um tempo forte de repensamento e recuperação de forças para a caminhada. Há um clima quente entre nós, na temperatura e nos participantes. [...] Refletimos sobre as transformações econômicas e políticas do Mundo em geral e do Brasil, em particular. Aprofundamos um pouco a política neo-liberal e suas consequências. Olhamos também para a nossa Igreja. Infelizmente sentimos que uma

⁴⁰⁰ No vídeo não há a identificação nominal dos jovens. Sabemos apenas que são membros do núcleo cearense da pastoral.

onda neo-conservadora está tentando abafar o espírito profético que tanto animou a época de Medellín e Puebla. Contudo, continuamos sonhando com uma sociedade de irmãos, sem discriminação, onde a pessoa humana possa desenvolver todas as suas potencialidades, onde as pessoas possam comer do fruto do seu próprio trabalho, conforme nos diz também o livro do profeta Isaías 65, 17-25. Sonhamos com uma Igreja, comunidade de fé, como espaço de celebração do Projeto de Deus. Achamos importante continuar a reflexão e ação da PJMP, como presença na Igreja e na Sociedade, com vontade e garra de transformação.

É importante notar que em muitos documentos, principalmente nos relatórios síntese das assembleias nacionais, aparecem muitas reclamações relacionadas a fragilidade do sentimento de pertencimento e da própria identidade da Pastoral, dessa forma, um dos pontos que são reclamados como prioridade é a reafirmação da identidade da pastoral, sanar a fragilidade na formação integral dos jovens e aumentar a participação dos jovens em outras entidades populares, sem deixar de lado a caminhada pastoral. Como podemos ver no relatório de 1992.

- a. Recuperar a IDENTIDADE nossa de PJMP, conhecendo o acúmulo de experiências feitas no aprofundamento de nossa espiritualidade e afetividade dos militantes.
- b. Estar em processo de FORMAÇÃO permanente tanto nos grupos de base onde cada um com certeza pode crescer na fé, na afetividade, na descoberta de outras experiências, como também em momentos especiais através de cursos, seminários e até estudo individual.
- c. Abrir NOVOS ESPACOS de atuação estreitando PARCERIA com entidades e movimentos da Sociedade Civil e da Igreja. Queremos dar importância especial a grupos que sentem na pele o processo de exclusão social, cultural, econômica... Por isso queremos ampliar experiências de projetos alternativos, participar de lutas dos movimentos étnicos, de gênero, etc.

Ao trazer as prioridades que deveriam ser trabalhadas, no período de três anos estabelecido pela plenária, os jovens também elencaram formas de concretizá-las. Como por exemplo, para a questão da identidade da pastoral foi sugerido que se fizesse um resgate histórico da atuação da PJMP, chamando ex-secretários e secretárias, assessores e assessoras e lideranças do movimento. Supomos que essa estratégia traria legitimidade para os novos militantes e ânimo para os veteranos. Propor pesquisas de caráter formativo e informativos sobre os jovens e os grupos de PJMP espalhados pelo país. Utilização de dados oficiais sobre juventude, como podemos observar nas cartilhas que já analisamos ao longo dessa pesquisa. E, ainda pensando sobre a identidade da pastoral, o estudo e aprofundamento, em seminários, a nível regional e nacional. Já para a formação dos jovens, foi proposto a elaboração de cartilhas, aproveitando materiais já disponíveis, fomentação de seminários e cursos.

Para uma nova ação teórica e prática da PJMP, no documento *Pastoral de Juventude do Meio Popular, Contexto e Novas Perspectivas*, encontramos os pontos que foram

estabelecidos para dar continuidade ao trabalho pastoral, levando em consideração o contexto político, econômico, social e eclesial. O primeiro deles está relacionado às ações locais, sem deixar em segundo plano o trabalho com as grandes transformações estruturais, como a luta por moradia, melhoria do transporte, por trabalho e lazer e pelo respeito aos direitos humanos.

Outro ponto importante é “[...] garantir no processo de formação da PJMP espaços para a vivência do lúdico, do prazer, da manifestação dos sentimentos e partilha da fé; [...]” Ou seja, garantir a tão reclamada formação integral do jovem, onde esses aspectos mais individuais, como as discussões sobre a afetividade estejam presentes. Principalmente, que sejam construídos “[...] espaços para a expressão da arte e da cultura; para uma reflexão da Teologia do Corpo, proporcionando novas posturas de relação do amor, da ternura, da pessoa humana e divina”.

É necessário destacar, que dentre os pontos elencados nesse documento, encontramos a exigência de organização de um projeto sistemático, para a PJMP, de formação, ação e espiritualidade, que deveria ser desenvolvido em parceria com outras pastorais sociais e movimentos populares, tanto urbanos quanto rurais, partidos de esquerda, nas comunidades de base e, também, com as Igrejas cristã simpatizantes ao ecumenismo.

Dessa forma, podemos inferir que as preocupações, em relação aos novos rumos que a pastoral deveria tomar, frente aos desafios impostos pelas mudanças nos cenários nacional e internacional, estiveram no centro das discussões nos encontros nacionais, visto que, as demandas eram muito parecidas, como vimos ao analisarmos os relatórios das assembleias nacionais da primeira metade dos anos 1990.

Assim, a busca por novas estratégias para vencer o sentimento de desesperança que acometia muitos movimentos sociais, principalmente após o chamado “fim das utopias socialistas”, foi uma bandeira constante dentro da PJMP, que continuou sua trajetória de luta “fazendo história, sonhando com a sociedade fraterna.” Tendo em vista os novos desafios da contemporaneidade, sem perder de vista as experiências exitosas do passado. Percebemos que, assim como no nascedouro da caminhada da Pastoral da Juventude do Meio Popular, o ânimo, o sonho, a esperança e o trabalho em busca da construção de um novo mundo de justiça social estão presentes na juventude que integra esse projeto de união entre Fé e Vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PJMP “é a experiência da Igreja de rosto popular e jovem. É a reconstrução do rosto de Cristo entre os jovens mais sofridos... A PJMP é solidária na dor, firme na esperança, alegre em suas pequenas, mas progressivas conquistas.”⁴⁰¹

Na busca de uma sociedade fraterna e igualitária, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, ao longo dos seus 45 anos de existência, tem como objetivo evangelizar os jovens das classes populares anunciando o Projeto de Jesus Cristo Libertador, unindo fé e vida para a transformação da sociedade.

Esta tese analisou como se construiu e colocou-se em prática uma proposta de evangelização e formação política e social para a juventude popular brasileira das décadas de 1980 e 1990, mais especificamente os jovens participantes da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Refletimos ao longo desta pesquisa como essa ideia de uma nova Igreja, do novo homem e da nova mulher, impregnados dos ideais trazidos pela Teologia da Libertação e da “opção preferencial pelos pobres” advinda das mudanças ocorridas no seio da Igreja Católica após o Concílio do Vaticano II (CVII), moldou uma proposta de evangelização da juventude, mesmo com as limitações doutrinárias existentes que refletisse sobre a sua condição de sujeito ativo na construção de um mundo justo e fraterno entrelaçando fé e vida.

Analisando os subsídios produzidos pela pastoral para a formação dos jovens, entendemos que esse processo de conscientização e de identificação coletiva desenvolvida pelos grupos de PJMP pôde, ao longo de sua caminhada, propor um projeto de juventude, especialmente para uma juventude empobrecida, que rompesse com os projetos tradicionais e generalistas que foram impostos pelo governo autoritário e pelos setores conservadores presentes na sociedade, principalmente dentro da própria Igreja Católica. A PJMP emergiu como partícipe dos movimentos populares que nasceram ou se reorganizaram em meio ao autoritarismo de uma ditadura civil-militar que tomou o poder desde 1964 e perdurou até o final da transição democrática com a promulgação da constituição de 1988.

Diante da ascensão e consolidação do governo golpista pós-1964, fez-se necessário refletir acerca de um projeto de juventude que desse conta de manter e multiplicar os ideais e valores ideológicos do novo regime. Os debates sobre que modelo deveria ser adotado trouxe diversos discursos, de diferentes atores sociais, definindo e identificando comportamentos

⁴⁰¹ Fala de Dom Sinésio Bohn presente no subsídio *PJMP: Semente do Novo na Luta do Povo*.

ideais e desviados presentes na juventude brasileira. E trazendo soluções, das mais diferentes possíveis, que pudessem sanar essa enfermidade da juventude transviada.

Sob o viés da moral e do civismo, militares, pedagogos, psicólogos, clérigos e políticos promoveram diversas teorias fundamentadas na ideologia da lei de segurança nacional para ordeiramente dar um sentido para a “juventude em crise”. Em 1969, com a obrigatoriedade das disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) nos currículos escolares, no ensino básico e superior, foram efetivadas as ferramentas que o Estado brasileiro utilizaria para dar corpo ao projeto de juventude que guiaria o país do futuro. Segundo os formuladores do parecer nº 3/69 do Conselho Federal de Educação, que substanciou o decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, da Educação Moral e Cívica, haviam determinados fatores que colocariam em perigo a sociedade brasileira e justificariam a assinatura do decreto. Primeiramente, a incapacidade da família de afastar da formação das crianças e jovens brasileiros o fantasma de uma possível influência das revoluções comunistas. E, em segundo lugar, a dificuldade enfrentada pela Escola em lidar com mudanças socioculturais, com o deslocamento da mulher para o trabalho fora do lar resultando, segundo sua avaliação, na fragilidade e descuido da educação moral dos filhos.

No campo religioso, a Igreja Católica esboça um interesse na formação da juventude católica, desde o final dos anos 1920, com a criação das Juventudes Católicas da Ação Católica (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC) e a implantação da reforma da neocrisandade. No Brasil, a ACB e seus núcleos específicos chegam ainda na década de 1930. Primeiramente, de forma ainda não tão especificada, mas a partir dos anos 1950, com a formulação do estatuto da ACB e a divisão por meio específico, o que resultou em uma aproximação dos jovens com as demandas políticas e sociais.

Em um primeiro momento, as juventudes católicas propunham a evangelização dos jovens em seus meios, por exemplo, a JEC deveria atuar na formação das/dos jovens na educação secundarista. As cartilhas e subsídios traziam desde como se portar no dia a dia, com as amigas, com os familiares, no ambiente escolar etc., sem esquecer de “(...) colocar em todas as coisas as marcas de seu cristianismo”. Essa formação era pautada na autonomia e no protagonismo da juventude, porém dentro dos preceitos e respeitando a hierarquia eclesiástica. A partir de década de 1960, os movimentos de juventude da ACB, imersos pelas experiências e debates desenvolvidos em seus meios específicos e, principalmente, após as transformações advindas das reflexões feitas pelos bispos e participantes do Concílio do Vaticano II com a

adoção da “opção preferencial pelos pobres”, há uma mudança nas prioridades de alguns grupos mais ligados aos movimentos estudantis e operários, como a JEC, JOC e JUC. Assim, esses setores começam a desagradarem uma parte conservadora da IC e do governo ditatorial, levando a extinção das juventudes da ACB ainda em 1966.

Essas mudanças trazidas pelo CVII, pelo clero latino-americano e pela movimentação das camadas populares, ao final dos anos 1970, a PJMP surge como herdeira dessas juventudes da ACB, com a ideia de promover uma evangelização que proporcionasse não somente uma formação evangélica, mas que os jovens empobrecidos pudessem desenvolver uma consciência crítica, política e ativa diante de sua própria trajetória de vida.

Analisando os diferentes discursos que apresentavam diagnósticos e soluções para enquadrar a juventude nessa bipolaridade, sadio *versus* transviado, não conseguimos identificar nenhuma proposta para os jovens das classes populares. As análises e ações que deveriam ser empreendidas só estavam direcionadas a uma juventude das classes abastadas e da classe média, aos sujeitos que estavam inseridos nos bancos escolares e nas universidades. Dessa forma, a juventude, que sabemos ser uma categoria múltipla e diversa, na visão desses setores conservadores e autoritários, é homogeneizada e não caberia refletir sobre os sujeitos que estão excluídos e nem os inserir em qualquer proposta de construção para o futuro do país.

Assim, o projeto de uma formação crítica e ativa que foi construído com e para a juventude empobrecida, pensado pela PJMP, foi uma proposta que buscou tirar da invisibilidade essa camada da população que sempre esteve à margem das políticas estatais e da própria IC. Mas, por mais inovador que possa ter sido, esse projeto esbarrou nas limitações impostas pelo conservadorismo presente na doutrina da Igreja Católica. Como pudemos ver na proposta de se trabalhar com a temática do machismo e da valorização da mulher, que buscou fazer uma reflexão sobre a igualdade de direitos entre os sexos, mas ao final, a mulher é culpabilizada por “aceitar o machismo”.

A respeito da metodologia utilizada na formação dos jovens e militantes da Pastoral da Juventude do Meio Popular, identificamos suas bases fundamentadas na pedagogia freiriana, segundo a qual pensar uma educação como prática de liberdade é central para o desenvolvimento de um sujeito integral, participativo e combativo na luta contra as desigualdades sociais, que são expressões do sistema econômico opressor estabelecido pelo capitalismo. A leitura e interpretação dos textos bíblicos, partindo das experiências dos sujeitos,

método das Comunidades Eclesiais de Base, nos Círculos bíblicos, descritos por Frei Carlos Mesters, é um elemento de inspiração da luta para a libertação do povo. É a união entre fé e vida.

A PJMP tem no método Ver-Julgar-Agir, oriundo das juventudes católicas da ACB, que também é basilar para a leitura popular da Bíblia, que citamos acima, como base para sua própria metodologia da ação. Ao VJA são acrescentados os verbos PLANEJAR, AVALIAR, CELEBRAR, AMAR E FESTEJAR, assim, o “nosso jeito de caminhar” da PJMP se torna mais próximo aos objetivos traçados pela pastoral. Para a PJMP, é necessário planejar e avaliar as ações, já que esta não é uma pastoral estática, é uma pastoral da ação e, essas ações, assertivas ou não, merecem ser celebradas e festejadas, pois é nas festas “[...] na alegria de estar juntos partilhando sonhos e desafios. [Que] Descobrimos e valorizamos a amizade, nosso jeito próprio de ser homens e mulheres alegres e cheios de sonhos.”⁴⁰²

Desse modo, não é possível imaginar que a proposta de uma formação integral desenvolvida pela PJMP, que perpassa uma análise das situações de exploração e opressão vividas pelos sujeitos das classes populares, que tem como objetivo principal, além da evangelização dos jovens, uma conscientização política que desembocaria em uma ação concreta contra o sistema opressor sem pensarmos o estado ditatorial, com sua comunidade de informações, em constante vigilância sobre os movimentos populares. Dessa forma, analisando os documentos produzidos pelo Sistema Nacional de Informações e suas congêneres, pudemos identificar que as ações empreendidas pela PJMP, sejam os eventos que discutiam sobre alguma temática com teor “subversivo” ou na produção das chamadas cartilhas de orientação política, estiveram no radar desses órgãos da repressão que estavam sempre atentos, observando e monitorando cada movimentação. Assim, os setores progressistas da Igreja Católica, ao que incluímos as pastorais sociais e, conseqüentemente a PJMP, despertavam grande interesse à comunidade de informações que os identificavam como agentes perigosos para o futuro do “movimento revolucionário de 1964”.

Com o fim do governo militar e a redemocratização do país, novas lutas e demandas vão surgir, e dentro da PJMP não será diferente, os jovens do meio popular vão trazer para o debate sua subjetividade. Temas ligados à sexualidade e afetividade, que antes estiveram relegados ao íntimo e que por muitas vezes foram sobrepostos pelas lutas políticas e sociais vão

⁴⁰² Canto Jovem pg. 59

começar a aparecer com mais frequência nos relatórios dos encontros regionais e nacionais. Subsídios foram produzidos para tentar dar conta dessa demanda, mas como pudemos observar, muitos dos debates propostos nesses materiais eram permeados pela visão moral sexual da Igreja, que os jovens entendiam como antiga e tradicional e não contemplavam suas expectativas. Diante dessa divergência entre o que se pregava e o que se vivia, alguns jovens buscaram estratégias para sanar suas demandas e, autonomamente, trouxeram especialistas para debaterem sobre os temas relacionados a sexualidade e afetividade, como vimos na experiência do núcleo de PJMP da Paraíba. Já em outros locais, esses desacertos ocasionam rugas entre a juventude da PJMP e a hierarquia e, em alguns casos, distanciaram muitos jovens do movimento e os aproximaram de outras comunidades católicas como a Renovação Carismática.

Diante dos encontros e desencontros experienciados pela juventude do meio popular, durante seus mais de 40 anos de existência, podemos inferir que o projeto de formação integral proposto pela PJMP, aos jovens do meio popular, foi e continua sendo, mesmo com as dificuldades que foram aparecendo ao longo do caminho, uma centelha de esperança frente às desigualdades e injustiças sociais que definem o modelo capitalista. Nessas mais de quatro décadas de resistência, a PJMP vem teimando e lutando para que se concretize uma verdadeira transformação da sociedade, em consonância do projeto de Jesus Cristo libertador.

Em nossa tentativa de compreender como se deu a construção dessa forma de existir e resistir, advinda das classes populares, na formação de uma juventude crítica e, porque não dizer revolucionária, desenvolvida pela Pastoral da Juventude do Meio Popular, impelidos por Walter Benjamin apoderamo-nos “[...] de uma recordação, tal como ela relampeja no instante de um perigo”. Aceitamos o convite de escrever uma história a contrapelo, em meio a tantos revisionismos neofascistas. E, assim, resistimos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vanessa Kern de. **A educação moral e cívica**: disciplina escolar e doutrina disciplinar - Minas Gerais (1969-1993). 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Uberlândia/MG, 2008.

Acervo de discursos presidenciais da Biblioteca da Presidência da República. Disponíveis em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/> Acesso em: 10 jul. 2023

Acervo do Sistema Nacional de Informações – SNI, digitalizados no Acervo do Arquivo Nacional. Disponíveis em: <https://sian.an.gov.br/> - Sistema do Arquivo Nacional – SIAN Acesso em: 10 jul. 2023

Acervo Documental da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP – Regional Nordeste I, Fortaleza – Ceará.

Acervo Documental da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP – Nacional disponível em: <http://pjmp.org/subsidios>. Acesso em 10 jul. 2023

Acervo Memorial da Democracia – Consulta virtual. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/acao-catolica-brasileira-e-oficialmente-criada> Acesso em: 05 nov. 2019

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectivas**, Uberlândia v.50 p. 197-226, jan./jun. 2014.

BAKHTIN, M. O enunciado, unidade da comunicação verbal. *In.*: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENJAMIN, W. As teses sobre o conceito de história. *In.*: **Obras Escolhidas**, v. 1 p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Organização e tradução Adalberto Müller, [notas] Márcio Seligmann-Silva. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2020.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985.

Bíblia Sagrada Edição Pastoral – Editora Paulus, 1990. 1585 p.

BIORD CASTILLO, Raúl. Ponderación teológica del método ver-juzgar-actuar. **Conferencia dicta en las XXII Jornadas de Teología y Reflexión, Criterios para efectuar un discernimiento cristiano de una situación histórica**, 23 de marzo de 2004. Disponível em: <<http://www.tepeyacainstitute.com/uploads/6/9/1/4/6914821/ponderacion_teologica_metodo_verj_ujgaractuar.pdf>> acesso em: 27 jun. 2021

BIRCK, Afonso José. **Um Mundo a Construir**: O Apostolado dos Leigos no Pensamento de J.Cardijn. São Paulo: Editora Loyola, 1975.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. Ensaio de eclesiologia militante. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A "juventude" é apenas uma palavra**. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL, Parecer nº 117/64, de 30 de abril de 1964, do C.E.P e M. Sobre a educação moral e cívica. *In*: II Encontro dos Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação. **Documenta nº 22**, Rio de Janeiro, jun. 64, p. 15-16

BRASIL, Parecer nº 136/64, de 05 de junho de 1964, do CFE. Educação Moral e Cívica. *In*: **Documenta nº 27**, Rio de Janeiro, jul. 1964.

BRASIL, Parecer nº 649/68, de 10 de outubro de 1968, do CFE. Obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica. *In*: **Documenta nº 93**, Rio de Janeiro, out. 1968.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Regulamente o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1968, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país, e dá outras providências. *In*: **Documenta nº 122**, Rio de Janeiro, jan. 1971.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869/69, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País, e dá outras providências. *In*: **SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS**. Ministério da Educação e Cultura. Legislação brasileira do ensino de 2º grau. Coletânea dos atos federais. Brasília, DEM, 1978.

BRASIL. Parecer nº 94/71, de 04 de fevereiro de 1971, do CFE, *In*: AGUIAR, José Mário (Org.). **CFE – Pareceres Básicos; Reforma – ensino de 1º e 2º graus**. Brasília: Mai Editora, 1975. v. 1.

BRIGHENTI, Agenor. A epistemologia e o método da teologia da libertação no pensamento de Clodovis Boff. **Teologia da Libertação 40 anos: balanço e perspectivas**. Horizonte, Belo Horizonte, v.11, n.32, p. 1403- 1435, out./dez. 2013.

CALIMAN, C. Por uma pastoral de juventude do meio popular. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 14, n. 34, p. 327, 1982. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2061>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CARVALHEIRA, Dom Marcelo Pinto. Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação Católica Brasileira. *In*: Coleção Teologia Orgânica, nº 9, Rio de Janeiro, 1982.

CASTELHANO, João Nuno Frade Marques. **O método de Cardijn**: ver, julgar e agir: a sua vivência e aplicação na Acção Católica Rural. 70f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/22955> Acesso em 23 mar. 2022

CAVALCANTI, Tereza Maria Pompéia. A leitura popular da Bíblia e a V Conferência do CELAM. **Atualidade teológica**, ano 11, nº 25, p. 76-103, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18583/18583.PDF> Acesso em: 12 mai. 2019

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. 2ª ed. Portugal, 1989.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In*: **História da vida privada 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Phlippr Ariès e Roger Chartier. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

CIVARDI, Luigi. Manual de Ação Católica. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937. Parte primeira.

CIVARDI, Luigi. Manual de Ação Católica. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937. Parte segunda.

CNBB. *Mandamento dos Arcebispos e Bispos do Brasil*, publicado na Revista *A Ordem*, de junho de 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/367729/per367729_1935_00059.pdf Último acesso em 19/07/2023

CONCLUSÕES da Conferência de Medellín – 1968. Texto oficial. Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? 2. ed. rev. atual. e conferida por Fr. Manuel Jesús Romero Blanco, OP. São Paulo: Paulinas, 2004. (Com anexos de dom Cândido Padin-OSB, Gustavo Gutiérrez e Francisco Catão.).

CONCLUSÕES da Conferência de Puebla – 1979. Texto oficial. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979. São Paulo: Paulinas, [1979].

CORCIONE, Domingos. Em busca de uma pedagogia libertadora. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

COSTA, Marcelo Timotheo. “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)”. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). **Nacionalismo e reformismo radical**: 1945-1965, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 433-450.

COSTA, Maria Luiza Calim de Carvalho. **O mapa de ponta-cabeça**. Proceedings of World Congress of Communications and Arts, v. 1, n. 1, p. 193-197, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134669>. Acesso em: 15 mai. 2023

CRESTANI, Leandro de Araújo. **O surgimento do inimigo interno**: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). Revista História em Reflexão: v. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun 2011. p. 1-16.

DALE, Frei Romeu O. P. A Ação Católica Brasileira. São Paulo: Loyola, 1985.

DELEUZE, G.; NEGRI, Toni. O devir revolucionário e as criações políticas. Entrevista de Gilles Deleuze e Toni Negri. Trad. João H. Costa Vargas. **Novos Estudos CEBRAP**. N. 28, outubro 1990. pp. 67-73.

DICK, Pe Hilário. JEC no Brasil: uma proposta que não morreu. Porto Alegre: CCJ, 1992.

DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). (Documentos da Igreja), 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm

ELLUL, J. **Anarquia e Cristianismo**. Tradução Norma Braga. São Paulo: Garimpo Editorial, 2010

FACHIN, Z., & PAGLIARINI, A. Movimentos sociais na constituição brasileira de 1988: a construção da democracia e dos direitos humanos. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, 6(12), p. 150-160. 2018 <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2018.12.150-160>

FENAME. Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. Rio de Janeiro, 1976. 2ª Edição/3ª Tiragem.

FERNANDES, Simone Silva. **Lux in arcana (A luz no segredo)**: a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2018.tde-05092018-115632. Acesso em: 08 ago. 2023

FERREIRA, Maria Aparecida Porte. **A Biodanza na percepção das mulheres**: um encontro com a espiritualidade e a saúde. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. UFPB. Linha de Pesquisa: Espiritualidade e Saúde. João Pessoa, 2019. 120 f.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática**: 1969-1993. São Paulo: PUC, 2006. Dissertação de Mestrado.

FONSECA, Selva G. **Caminhos da História Ensinada**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 1993.

FREIRE, A.. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, v.30, n. 52, p.287-308, jan.2014.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 11ª Ed.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 14ª Ed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 43ª Ed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 33ª Ed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

Fundo da Ação Católica Brasileira – Disponível para consulta local no acervo do Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC – PUC - São Paulo.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: os cacos da história.** São Paulo: N-1 edições, set. 2018. 112 p.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 295-320.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Vivência e Identidade: uma visão biocêntrica.** Fortaleza: Edições Universidade Biocêntrica, 2009. 3ª Ed.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes sociologia, cultura e movimentos.** Universidade Federal de Alfenas. Alfenas-MG, 2016. 219 p.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, núm. 1, enero-junio, 2016, pp. 383-402.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A Força história dos pobres.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

HACK, Lino. **PASTORAL DA JUVENTUDE E MEIO SOCIAL.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 641

KAEFER, José Ademar. **A Bíblia, a arqueologia e a História de Israel e Judá.** São Paulo: Paulus, 2015.

LIBANIO, J.B. **O mundo dos jovens.** Reflexões teológico-pastorais sobre os movimentos de juventude da Igreja. São Paulo: Loyola, 1983. 2ª Ed.

LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

LIMA, R.V.G.; BARBOSA, E.D. Uma breve retrospectiva histórica da Educação Católica no Brasil. **Rev. Educ.**, Brasília-DF., ano 40, n. 153, p. 12-27, jan./jun. 2017.

LOPES, Mercedes. Oficina de Leitura Popular da Bíblia. In: **Bíblia e cultura: tradição, tradução e exegese: debatendo as diferentes leituras da Bíblia.** São Paulo: Fonte Editorial, 2014, p. 123-36.

LOPES, Moacir Araújo. **Moral e Civismo.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da educação. **História da Educação** (UFPel), Pelotas, v. 11, 2002.

MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cad. Pesq.**, São Paulo v.58, agosto, 1986. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/726.pdf> Acesso em: 13 fev. 2023

MAINWARING, Scott. A JOC e o surgimento da Igreja na base (1958-1970). *In: Coleção Teologia Orgânica*, nº 9, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Período Republicano e Atualidade.** São Paulo: Paulinas, 2003. (Col. Igreja na história). Tomo 3

MESTERS, Carlos. Flor sem defesa: uma explicação da Bíblia a partir do povo. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1986.

MURARO, V. F.. Juventude operária católica: uma utopia operária. **Estudos Ibero-Americanos**, 19(2), (1993) p. 107-116. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1993.2.29105>

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico.** São Paulo: Intermeios, 2017. Acesso em: 05 mai. 2021

NASCIMENTO, Edielson Jean da Silva. **Coração, juventude e fé: memória e mística da pastoral da juventude do meio popular pjmp na arquidiocese da paraíba (1979-1993).** 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937).** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2010.

NOBRÉGA, Lígia de Moura P. **CEBs e Educação Popular.** Petrópolis/RJ: Terra e Paz, 1988.

OLIVEIRA, Rogério de. **Pastoral da Juventude: e a Igreja se fez jovem.** São Paulo: Paulinas, 2022.

PAULO VI. Decreto *Apostolicam Actuositatem*. Vaticano, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html Último acesso em 19/07/2023

PIO XI. Carta Encíclica *Divini redemptoris*. Vaticano, 1937. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html Último acesso em 19/07/2023

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja.** 7 ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A entrevista de história oral e suas representações literárias. *In.: PORTELLI, A. Ensaios de história oral.* São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 209-230.

PRANDI, R & PIERUCCI, A F. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

QUEIROZ, Fábio José. As inúmeras faces da violência ditatorial na América Latina nos anos 1960 e 1970. *In.*: **Revista Dialectus**. Ano 2 n° 7. setembro/outubro, 2015.

REVISTA DEFESA NACIONAL – entre os anos de 1960 a 1980, disponíveis para consulta presencial na Biblioteca do Exército – Rio de Janeiro.

ROCHA, Frei Mateus. JEC: o evangelho na escola. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1958.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. “**Enraizamento de esperança**” [manuscrito]: as bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás. (tese) Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2008. 315 f.

SÁ MOTTA, Rodrigo. P. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

SABRY, Bernardo. Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Fortaleza: Editora e Gráfica Lourenço Filho. 5ª Ed., 1978.

SABRY, Bernardo. Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Fortaleza: Editora e Gráfica Lourenço Filho. 7ª Ed., 1980.

SABRY, Bernardo. Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Fortaleza: Editora e Gráfica Lourenço Filho. 11ª Ed., 1984.

SANTIAGO, Ana Rita. (Re)existências e o devir revolucionário na literatura negro-feminina. **fólio - Revista de Letras**, [S.l.], v. 10, n. 2, fev. 2019. ISSN 2176-4182. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/4702>>. Acesso em: 23 nov. 2019. doi: <https://doi.org/10.22481/folio.v2i10.4702>

SANTOS, Marcela Souza. **Uma questão de segurança nacional**: a produção de conceitos e identidade de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985). Orientadora: Ana Rita Fonteles Duarte. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/57155> Acesso em: 06 mar. 2019

SCUDELER, Luiz G. **Doutrina social da Igreja e o Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2014.

SIQUEIRA, G. DO P.; BAPTISTA, P. A. N.; TEODORO-SILVA, W. A Conferência de Medellín: contexto político-ecclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 50, p. 648-676, 31 ago. 2018.

SOFIATI, Flávio Munhoz. A Juventude da teologia da libertação. **Horizontes**. Belo Horizonte, v. 10, n. 26, p. 333-356, abr./jun. 2012. (2012a)

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Jovens em movimento**: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Juventude Católica: o novo discurso da Teologia da Libertação**. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

TOLEDO, Joilson de Souza. **Hermenêutica Bíblica da Pastoral da Juventude: Cenários e Aproximações a partir de Êxodo 3,1-6**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.

TORO, Rolando. **Coletânea de Textos de Biodança**. Org. Cezar Wagner de L. Góis (1ª Edição: 1982, Fortaleza, Escola Nordestina de Biodança), 2ª Ed., Fortaleza: Editora ALAB, 1991.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade, niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VATTIMO, Gianni; TAILCHE, Khalid; SILVA, Andréa Cotrim; DELL'OLIO, Francesca. O PENSAMENTO "FRACO" E A ESQUERDA BRASILEIRA: ENTREVISTA COM O FILÓSOFO ITALIANO GIANNI VATTIMO / The "weak" thought and the Brazilian left side: interview with the Italian philosopher Gianni Vattimo. **Pensares em Revista**, [S. l.], n. 15, 2019. DOI: 10.12957/pr.2019.41292. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/pensaresemrevista/article/view/41292>. Acesso em: 24 jan. 2020. doi: <https://doi.org/10.12957/pr.2019.41292>

VAZ, Armino dos Santos. **Repensar a teologia da inspiração da Bíblia**. Faculdade de Teologia da Universidade Católica portuguesa, 1998. p. 59-91

WANDERLEY, L. Eduardo. Educação popular e processo de democratização. In: BRANDÃO, C. R. (org.) **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WOLF, Elias. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II. **Atualidade Teológica**, v. 15, p. 403, 2011.

ANEXO A – Capa e Índice do material didático utilizado nas aulas de Organização Social e Problemas Brasileiros (OSPB)



ÍNDICE

I – CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	9
O homem como um animal social	9
A Família, o clã, a tribo e o Estado	9
Organização Social	10
Organização Política	11
II – SOCIEDADE, GRUPOS SOCIAIS E COMUNIDADE	12
Origem da Sociedade	12
Conceito de Sociedade	13
Grupos Sociais	13
Classificação dos grupos sociais	14
Comunidade	15
III – PROCESSOS SOCIAIS	16
Interação Social	16
Os principais processos sociais	16
IV – A ESTRUTURA SOCIAL	19
Estruturas Sociais	19
Espaço Social	19
Classes Sociais	19
As castas	20
Os Estamentos	21
Pirâmide Social	21
Estratificação Social	22
Status	22
Mobilidade Social	23
Controle Social	24
V – CULTURA	25
Noção de Cultura	25
Caracteres da cultura	25
VI – FAMÍLIA	27
Conceito de família	27
Tipos de estrutura familiar	27
Funções da Família	29
Direitos e deveres da família	30
Casamento, Separação Judicial e Divórcio	30
A nova imagem da mulher	33

VII – ESTADO	35
Conceito de Estado	35
Elementos constituintes do Estado	35
Sovereignty	35
Tipos de Estado	36
Federalismo Brasileiro	37
VIII PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO	38
Origem do Parlamentarismo	38
Conceito de Parlamentarismo	38
Características do Parlamentarismo	39
Origem do Presidencialismo	41
Conceito de Presidencialismo	41
Características do Presidencialismo	41
IX FORMAS DE GOVERNO	42
Classificação das formas de governo	42
Tipos de democracia	42
Classificação moderna de formas de governo	42
X OS PARTIDOS POLÍTICOS	43
A origem política	43
Conceito de Partido Político	43
Partido Político do Império	44
Partido Político da República	45
A nova Reforma Partidária	47
XI REGIMENS POLÍTICOS	48
Conceito	48
Tipos	48
XII A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL	49
Os diversos regimes	49
As Capitulias	49
O Governo Geral	50
Os Regimentos dos Governadores	50
Leis que vigoraram no Brasil Colônia	51
Os Vizes-Reis	51
O Brasil Reino	51
Brasil – Império	51
Brasil República	51
XIII LEIS	51
Conceito de direito	51

Conceito de Lei	64	XVII ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	115
Processo Legislativo	64	Introdução	115
A elaboração da Lei	65	Serviços Públicos do Brasil	116
Revogação	68	Órgãos de Assessoramento imediatos do Presidente da República	116
Decreto	68	Ministérios	120
Regulamento	69	Administração Federal indireta	127
Mensagens	69	Entes de Cooperação	128
XIV O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO	70	PASEP	129
Conceito de Constituição	70	XVIII PROPRIEDADE	131
Classificação	70	Noções Preliminares	131
Constituições Brasileiras	72	O Direito e o Uzo da Propriedade	131
Constituição de 1824	72	A Propriedade no Brasil	131
Ato Adicional de 12 de agosto de 1834	74	A Propriedade Rural	132
Constituição de 1891	74	O Estatuto da Terra	132
A Reforma de 1926	75	Módulo Rural	133
A Constituição de 1934	75	XIX ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	135
A Constituição de 1937	76	Introdução	135
Constituição de 1946	77	Organização	135
Reforma Parlamentarista	78	Organização Sindical	135
A Revolução de 1964	78	Justiça do Trabalho	136
Constituição de 1967	79	Direitos Constitucionais do Trabalhador	136
Emenda Constitucional nº. 1, de 17.10.1969	83	Trabalho do Menor	137
XV DIVISÃO POLÍTICA DO BRASIL	87	Consolidação das Leis do Trabalho	138
Introdução	87	Programa de Integração Social (PIS)	138
União	87	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	139
Estados	87	XX NACIONALIDADE E CIDADANIA	141
Fusão Rio Guanabara	90	Brasileiros natos	141
Distrito Federal	91	Brasileiros naturalizados	141
Os Territórios	92	Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	142
Os Municípios	94	Perda da nacionalidade	143
XVI OS PODERES	97	Cidadania	143
Introdução	97	XXI DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO	145
O Poder Legislativo	98	A Liberdade	145
Câmara dos Deputados	100	Direitos Políticos	145
Senado Federal	101	Direitos e garantias individuais	146
O Poder Executivo	104	Habeas-corpus e Mandado de Segurança	148
Eleição para Presidente e Vice-Presidente da República	105	Deveres do cidadão brasileiro	148
Poder Judiciário	108		

XXII ORGANISMOS INTERNACIONAIS	150
Introdução	150
ONU	151
Órgãos especiais de ONU	153
Organismos Internacionais da ONU	154
OEA	154
ALALC	154
XXIII ACONTECIMENTOS DE 1978	156
Eleições 78	156
Emenda Constitucional nº. 11	159
Emenda Constitucional nº. 12	162
Lei de Segurança Nacional	163
XXIV EXERCÍCIOS	
Exames Supletivos do 1º Grau – Outubro de 1977	166
Exames Supletivos do 2º Grau – Outubro de 1977	167
Prova da Escola Técnica Federal do Ceará – Exame de 1980	168
Vestibular da Universidade Federal do Ceará – Janeiro de 1979	172
Vestibular da Universidade Federal do Ceará – Janeiro de 1980	174
Vestibular da Universidade Estadual do Ceará – Janeiro de 1979	178
Vestibular da Universidade Estadual do Ceará – Janeiro de 1980	180
Vestibular da Universidade de Fortaleza – Janeiro de 1980	184
GABARITO	187
BIBLIOGRAFIA	188

ENDEREÇO PARA PEDIDOS:

Rua Liberato Barroso, 307 – 4º andar – sala 411
Fone: 231-8700 – 60.000 – Fortaleza – Ceará

ANEXO B – SUGESTÃO DE PESQUISA PARA FAZER NA ESCOLA EM BUSCA DE IDENTIFICAR O MEIO AO QUAL O JOVEM ESTÁ INSERIDO

PESQUISA SOBRE ESCOLA

• Qual o nome de sua escola?

• Sua escola é
 pública

particular

• Diga o que mais atrapalha os alunos

a) no relacionamento entre eles:

.....
.....

b) no relacionamento com os professores e com a direção:

.....
.....

c) nas coisas materiais da escola:

.....
.....

• Por que essas coisas acontecem?

.....
.....
.....

• O que mais prejudica os alunos? De que maneira?

• Você fala sobre esses problemas com seus colegas?
O que dizem?

Movimento de Jovens do Meio Popular
da Arquidiocese de Olinda e Recife

1. Realizar, com os jovens, uma pesquisa no meio do povo de que fazem parte, levando em conta as "dicas" deste capítulo.
2. Depois da pesquisa, encaminhar uma avaliação com todas as pessoas que dela participaram, para que coloquem em comum tudo o que aprenderam.

ANEXO C – EXEMPLO DE COMO OS ASSESSORES DEVERIAM TRABALHAR AS TEMÁTICAS ATRAVÉS DO MÉTODO VER-JULGAR-AGIR

V. EXEMPLO DE UM TEMA
ESTUDADO ATRAVÉS DO MÉTODO

Tema: Menores Abandonados

A. VER

1. FATOS

Conta-se diversos fatos conhecidos a respeito de menores abandonados.

a) Exemplos de fatos contados:

- o menor que roubou
- o menor que vive na rua
- o menor perseguido pela polícia
- o menor assassinado
- o menor drogado
- o menor que se prostitui na rua

-VAMOS OLHAR COM AMOR AS NOSSAS CRIANÇAS!
ELAS PRECISAM DE NÓS!...
ELAS SÃO A NOSSA ESPERANÇA!
O PORVIR É DE LAS!...
- TODO O NOSSO CARINHO
E TERNURA
PERTENCEM A ELAS!...
A CRIANÇA DE HOJE É O
HOMEM DE AMANHÃ!

**-QUANDO
TERMINAR
-NOIS
ASSARTA
ELE!...**

b) Escolhe-se o fato mais significativo:
Exemplo: o menor que roubou.

c) Conta-se novos fatos conhecidos de menores que "roubaram", para partir da realidade concreta, com os pés no chão.

50

2. CAUSAS

Faz-se algumas perguntas para chegar às causas do problema. Por exemplo: quais as causas destes fatos? O que leva tais menores a praticarem tais "roubos"? Por que isso acontece?

a) Causas aparentes: (respostas)

- roubam porque gostam... são espertos
- porque são vagabundos e gostam de cheirar cola...
- porque os pais não gostam de trabalhar nem estudar.

b) Causas primárias: (Por quê?)

- diante das causas levantadas coloca-se novamente a pergunta: Por quê? e daí vêm novas respostas (aqui pode-se perguntar: quem colocou essas idéias em nossas cabeças?)

Respostas:

- Porque os pais passam o dia no trabalho, ganham pouco e ainda não dá pra sustentar a família.
- Porque vivem marginalizados pela sociedade.
- Porque quem está com fome tem que arrumar comida de alguma forma, tanto para si como para os irmãos.
- Porque onde moram não há espaço nem para ficar...

c) Causas secundárias: (Pergunta-se novamente)

- Mas por que os pais têm que passar o dia todo trabalhando e ainda não dá pra sustentar a família?
Por que algumas crianças têm coisas até demais e a maioria nada tem?

Novas respostas:

- Porque os pais são explorados: trabalham muito e ganham ninharia.
- Uns têm demais porque exploram os trabalhadores.
- Porque não há divisão nem partilha dos bens.
- Porque toda riqueza vai para as mãos de poucos.

d) Causa Principal: (E volta-se a questionar: serão estas as causas mais profundas ou ainda há uma razão para tudo isso?)

E constata-se:

- É por causa do SISTEMA CAPITALISTA com uma estrutura sócio-política-econômica e ideológica injusta:
 - que defende o lucro, o capital e não os trabalhadores,
 - que favorece a concentração de renda, exploração, injustiça nas mãos de poucos,
 - que não proporciona vida digna ao povo,

- produz uma degradação cultural e ética da sociedade,
- é um sistema de morte!



NOTA 5: Para conhecer melhor a realidade, isto é, ver com maior profundidade pode-se fazer um estudo utilizando-se das ciências sociais para saber, por exemplo, o número de menores abandonados, a realidade da FEBEM, aprofundar as causas vistas, o que pensa o menor, como o menor chega a esta situação, etc.

Como se trata de um exemplo, não abordamos todas as causas. Para maior esclarecimento e aprofundamento, veja o texto base da Campanha da Fraternidade de 1987.

Seria interessante perguntar aqui pela realidade política e ideológica frente a situação do menor.

Por exemplo: qual a ideia que os meios de comunicação passaram a respeito do menor? De quem é a responsabilidade de dar condições de vida digna aos menores? Por quê?

3. CONSEQUÊNCIAS

Agora que vimos com profundidade as causas, trata-se de prever algumas consequências desta situação, como por exemplo:

- O menor faminto e marginalizado certamente será um delinqüente, um profissional do roubo.
- Sua saúde será precária.
- Não terá possibilidade de educação.
- Os primeiros responsáveis pelos menores: o governo, a sociedade vai reprimi-lo com violência.

- "violência gera violência", o senhor violência de todos os homens e todos passara a responder à violência com violência.

A. CRIANÇA



Agora que vivemos com seriedade a realidade do senhor, veja uns alguns textos que podem iluminar esta realidade no confronto com o projeto de Deus.

1. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA:

- A criança tem direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade (Art.1).
- Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e mãe (Art.4).
- Direito à educação gratuita e ao lazer infantil (Art.7).
- Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho (Art.9).

2. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS:

"Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle" (Art.25).

3. DOCUMENTO DE PUEBLA:

"Venha, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres."

53

livre de alguns pecados cometidos em tributo contra a matéria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e narra que foi a dívida, desta angústia e dor, a Igreja descobriu uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quanto se dá em países que se dizem cristãos e que têm capacidade de saber; que se derribou os barneiros de exploração... (Carta ao país no entregamos seus melhores esforços de proteção" (CP nº 28).

4. PANGLOSS:

"Deus trouxe uma criança, colocou-a no meio das Apóstolos e perguntou aos irmãos, disse-lhes) aquele que receber uma destas crianças por causa do meu nome, a mim recebe; e aquele que recebe não é a mim que recebe, mas sim aquele que me envia" (Mt. 9,36-37).


"Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10).

Exemplos de questões que podem ajudar na reflexão:

- 1) O que você achou de cada texto acima?
- 2) Qual a ideia central de cada texto?
- 3) Os textos estão de acordo com a realidade do senhor? Por quê?
- 4) Que outros textos você conhece que podem ajudar a iluminar a realidade do senhor em nosso contexto?
- 5) Como deveria ser a realidade de vida do senhor?
- 6) Faça um paralelo entre a realidade e o ideal.

Confrontando a realidade do senhor com a Palavra de Deus e com seu projeto, vemos que é uma realidade de pecado. Por isso revisamos também pelo clamor dos pobres que sobe aos céus, surge um apelo de conversão e de transformação da realidade, da sociedade.

C. AÇÃO



Se que essa realidade não está de acordo com o projeto de Deus, para transformar esta realidade precisamos alguns passos de ação transformadora possíveis:

1. A CURTO PRAZO

- Capacitamento da comunidade e sociedade do problema - vivida por 36 milhões de pessoas no Brasil.
- Integrar-se na Pastoral do senhor.
- Fazer denúncias de... Justiça a ...

2. A MÉDIO PRAZO

- Exigir orçãos para as crianças nas igrejas (para isso desenvolver um processo de organização e luta).
- Procurar associação de moradores para juntas bancárias alternativas.
- Participar de sindicatos.
- Involver-se na política.
- Montar um plano de ação.
- Desenvolver uma Evangelização Libertadora.

3. A LONGO PRAZO

- Exigir melhores condições de trabalho e salário através do sindicato.
- Construir uma nova sociedade.
- Inaugurar o Reino de Deus.

3. AVALIAR/REVISAR

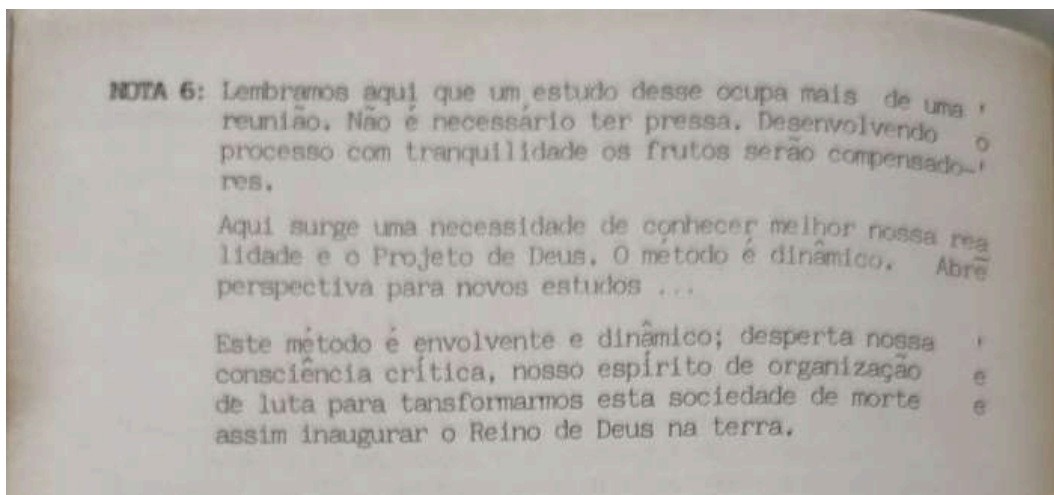
Conforme o plano de ação, de tanto em tanto parar para fazer revisão da caminhada e refletir sobre os passos dados e gestos. É hora, sobretudo, de avaliar a caminhada e valorizar os resultados, mesmo que pequenos.

4. CELEBRAR

No decorrer da caminhada devemos ter momentos de celebração. Deus se faz presente na história de seu povo que avança por libertação e caminha para a "terra prometida".

Celebrar a realidade de vida das pessoas. Colocar diante de Deus suas angústias e esperanças e elevar até os céus a sua clamor de justiça. Celebrar coisas boas e suas realizações. Temos certeza como nenhum compromisso com sua causa de libertação. Os momentos de caminhada devem ter vários momentos de celebração. Deus se faz presente na história de seu povo que avança por libertação e caminha para a terra prometida.

55



Fonte: Subsídio produzido pela Pastoral de Juventude/Leste II, *Metodologia e método: uma contribuição à Pastoral da Juventude*, de Atilton Altoé, publicado em 1988.